

*Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável*

A ILUSÃO DO ECOTURISMO NA SERRA DO CIPÓ/MG:  
O CASO DE LAPINHA

Bernardo Machado Gontijo  
Tese de Doutorado

Brasília - D.F., Abril/2003



Universidade de Brasília  
Centro de Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A ILUSÃO DO ECOTURISMO NA SERRA DO  
CIPÓ/MG:  
O CASO DE LAPINHA**

Bernardo Machado Gontijo

Orientador: Dr. Othon Henry Leonardos

Tese de Doutorado

Brasília-DF: Abril / 2003

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*A ILUSÃO DO ECOTURISMO NA SERRA DO CIPÓ/MG: O CASO DE LAPINHA*

Bernardo Machado Gontijo

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

---

Dr. Othon Henry Leonardos (CDS / UnB)  
(Orientador)

---

Dra. Laís Maria B. de Mourão Sá (CDS / UnB)  
(Examinadora Interna)

---

Dr. Detlef Walde (CDS / UnB)  
(Examinador Interno)

---

Dra. Marta de Azevedo Irving (Eicos / UFRJ)  
(Examinadora Externa)

---

Dr. Antônio Carlos Pedrosa Soares (IGC /UFMG)  
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 29 de Abril de 2003

GONTIJO, BERNARDO MACHADO

A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó / MG: O caso de Lapinha, 192 p., 297 mm, (UnB-CDS, Doutor, Desenvolvimento Sustentável, 2003).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Ecoturismo

2. Lapinha

3. Serra do Cipó / MG

4. Sustentabilidade

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Bernardo Machado Gontijo

**“Se os seus sonhos estiverem nas nuvens, não se preocupe, pois eles estão no lugar certo. Agora construa os alicerces”**

*Shakespeare*

**Aos meus pais, que ficaram pelo caminho,**

**A Helena e Marina, que seguem comigo pelo caminho,**

**A Débora, razão do meu caminhar.**

## AGRADECIMENTOS

Ao povo de Lapinha, pela simpatia, hospitalidade e dignidade;

Ao Prof. Othon, grande alma e exemplo de vida;

Aos demais professores do CDS, especialmente os Profs. Laís e Elimar pelas preciosas sugestões;

Ao Jackson, grande amigo, que muita força e muita luz trouxe para este e outros trabalhos;

Aos colegas e funcionários do CDS e o pessoal de Brasília pelos bons momentos lá vividos;

À família que me acolheu em Brasília – Júnia, Emiliano, Deca, Tininha e o querido Miltinho que já não está entre nós;

À família que me acolheu em Lapinha e Santana do Riacho – D. Maria, Seu Zé d’Olinta, D. Naná, Luciaria, Bel, Gilmar, Lucimar, Zé Inácio, Glicéria e o inesquecível Zé Juquinha, meu guardião e condutor em Lapinha e que também já não está entre nós;

Às minhas famílias de Belo Horizonte – irmãos, irmã, sogro, sogra, cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas, que sofrem com meu jeito de ser, mas sem os quais este trabalho teria sido muito mais difícil;

Às colegas do Programa de Estudos do Turismo em Lapinha – Regina Martins, Josy Sapucaia, Juliana Cittadino e Hélen Barreto, que tanto têm contribuído para o estudo em Lapinha;

Aos velhos e novos colegas e amigos do IGC/UFG, que têm me dado todo o apoio necessário, e especialmente ao CPMTC, Depto. de Geografia e LESTE;

Ao pessoal do Projeto Manuelzão, que me levou a descobrir Lapinha, e ao Zé Cláuver, que muito me revelou sobre a história de Lapinha;

Aos que me ajudaram a aliviar o sufoco na reta final – Porteirinha, Mariana, Luciana, Estêvão, Cássio, Valéria, Bruninha, e, mais do que nunca, Débora;

À CAPES, que me contemplou com uma bolsa PIDCT.

## RESUMO

A Serra do Cipó / MG vem sofrendo uma pressão turística crescente nos últimos anos. Através de Lapinha, vila localizada no alto da Serra, é possível ter uma visão de grande parte dos aspectos relacionados à problemática do turismo na região. Objetivamos aqui analisar a sustentabilidade do turismo que vem se desenvolvendo em Lapinha, bem como sua relação com o problema da Serra do Cipó. Propusemo-nos abordar o ecoturismo na Serra do Cipó sob uma perspectiva hologramática, tendo Lapinha como ponto fulcral.

Procuramos identificar o maior número possível de elementos/dimensões de análise associados ao conhecimento da rede de interações que lá acontecem. Nossa permanência em Lapinha aproximou-se metodologicamente do que Morin denominou de “Sociologia do Presente”. Realizamos um diagnóstico de sua realidade multidimensional no qual buscamos estabelecer um diálogo entre as inter-relações do turismo em Lapinha com/na a realidade mais ampla da Serra do Cipó. Tal diagnóstico demandou não só uma caracterização de Lapinha e sua contextualização no âmbito da Serra do Cipó, como também um retorno ao seu passado, desde a pré-história até a história recente da região.

A análise multidimensional nos permitiu constatar um grau preocupante de sustentabilidade do turismo em Lapinha, o que é revelador do estágio atual dessa atividade na Serra do Cipó. Diante dessa constatação buscamos traçar algumas ações possíveis e/ou desejáveis para Lapinha e, por inferência direta, para a Serra do Cipó. Indicamos a criação de um Parque Natural Regional como um caminho possível de promoção sustentável do turismo na região.

Enfatizamos finalmente a postura que qualquer um de nós, enquanto turistas, devemos tomar para conceber um turismo que se queira ecológico e sustentável. Se seguirmos o exemplo dos índios que vieram à Serra para reverenciá-la, talvez encontremos algum caminho de promoção sustentada do turismo. Acreditamos que o rótulo de ecoturístico não cabe a uma destinação qualquer por si só. Ecoturística deve ser a atitude da pessoa que vai empreender a viagem, qualquer que seja o destino. Esta atitude implica numa sacralização deste destino, seja ele qual for. Sacralizar uma destinação qualquer implica em se prostrar humilde diante dela. Só então poderemos conceber que os princípios da sustentabilidade, da responsabilidade e da precaução estarão de fato permeando nossas ações enquanto verdadeiros ecoturistas.



## ABSTRACT

Serra do Cipó / MG has been suffering from an increasing touristic demand during the latest years. Through Lapinha, a small village on the highland of the Cipó range, it is possible to get a wide vision of the tourism-related aspects in the region. We aimed here to analyze the touristic sustainability in Lapinha, as well as its relationship with the touristic issue in Serra do Cipó. We chose to follow a hologramatic approach, having Lapinha as fulcral point.

We identified a range of analysis' features/dimensions that could help us understanding the interactions' web happening in Lapinha. The adopted methodology here followed what Morin named "Present Sociology", especially in what is concerned to a multidimensional reality diagnosis. We tried to establish a dialogue between the interrelationships of tourism in Lapinha, with/in the reality of the whole Serra do Cipó. The diagnosis demanded not only a characterization of Lapinha itself and its insertion in Serra do Cipó, but also a return to its past, since pre-history until the region's recent history.

The multidimensional analysis allowed us to identify a concerning degree of tourism sustainability in Lapinha, and also in Serra do Cipó. Hence we traced some possible and desired actions for Lapinha and Serra do Cipó. We point out to the creation of a Natural Regional Park as a possibility of promoting sustainable tourism in the region.

We finally emphasize that we should adopt a special attitude in order to conceive a genuine tourism, which could in fact be considered as ecological and sustainable one. If we follow, whilst tourists, the Indians' example of revering Serra do Cipó, maybe we can find a way to promote sustainable tourism. We believe that the ecotouristic label does not belong to the destination itself. Ecotouristic must be our posture while undertaking any trip, to whatever destination. This attitude implies in hallowing this destination, and to hallow any destination implies in a humble position facing it. By acting so we can conceive that the sustainability, responsibility and precaution principles would be, in fact, directing our actions whilst real ecotourists.

## RÉSUMÉ

Nous proposons une approche holographique, qui prends Lapinha comme point central du problème de l'écotourisme à Serra do Cipó. Dès Lapinha, on peut envisager une grande partie des aspects relationés à la comprehension globale du problème du tourisme à Serra do Cipó. Nous cherchons identifier le plus grand nombre d'elements et dimensions d'analyses possibles, qui puissent aider à la connaissance du reseaux d'interactions qu'y sont présentes.

L'objectif est savoir dans quelles conditions de soutenance le tourisme se développe à Lapinha, et quel est le rapport entre cette soutenance et le problème de la Serra do Cipó. Notre sèjour à Lapinha est rapproché du poit de vue méthodologique de ce que Morin a nommé "Sociologie du Présent", en spécial dans ce qu'a concerné un diagnostique de la réalité multidimensionnelle, dans lequel on a cherché établir un dialògue entre les interrelations du tourisme à Lapinha et la réalité plus enlargé de Serra do Cipó. Tel diagnostique a demandé, pas seulement caracteriser Lapinha et son contexte à Serra do Cipó, mais aussi retourner à son passé, dès la préhistoire jusqu'a l'histoire récente de la région.

L'analyse multidimensionnelle nous a permit constater, de façon qualitative, le degré de soutenance du tourisme à Lapinha, ce que denoue l'estage actuel de cette activitée a Serra do Cipó. Devant cette révélation, on a cherché finalement designer les actions possible ou souhaitables pour Lapinha, et par directe influence, à Serra do Cipó. Nous reccomendons la création d'un Parc Naturel Regional comme un possible chemin de promotion soutenable du tourisme dans la region. Il fault aussi raffermir la posture de n'emporte qui, au tant que touriste, doive prendre pour concevoir un tourisme que soit à la fois écologique et soutenable.

Si l'on suivrais, autant que touristes, l'exemple des peuples indigènes qui sont venus à Serra do Cipó pour le faire révérence, nous trouverons un chemin de promotion soutenable du tourisme. Nous croions que la designation d'écotouristique ne suit pas à une destination tout simplement. Écotouristique doive être l'attitude de la personne qui voyage a n'emporte quelle destination. Cette attitude implique une sacralisation de sa destination, quelqu'y soit. Sacraliser une destination implique se prosterner humble devant elle. Seulement là, nous pouvons concevoir que les principes de la soutenance, de la responsabilité et de la précaution serons en effet parmi nos actions, autant que vraiment écotouristes.

## SUMÁRIO

### PRÓLOGO

### CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 – Lapinha , Ser do Cipó: O Holograma da Serra
- 1.2 – Definindo nossa trajetória na Serra
  - 1.2.1 – Antecedentes
  - 1.2.2 – O programa de pesquisa do Turismo em Lapinha
  - 1.2.3 – Estratégia Metodológica

### CAPÍTULO 2

- 2.1 – Cenário: Lapinha da Serra e as Serras de Lapinha
- 2.2 – A História: Desde Luzia até aos novos peregrinos – Uma romaria de mais de 10000 anos
- 2.3 – Uma Mandala: Lapinha na Serra, e as Serras em Lapinha
  - 2.3.1 – Atores Tradicionais e Atores Forasteiros / Visitantes
  - 2.3.2 – Cultura Tradicional e Cultura Moderna
  - 2.3.3 – Resistência Local e Intervenção Externa
  - 2.3.4 – Política Tradicional e Política Moderna
  - 2.3.5 – Distância do Mercado Consumidor e Proximidade do Mercado Consumidor
  - 2.3.6 – Atratividades Locais e Atratividades Concorrentes/Paralelas
  - 2.3.7 – Turismo Ecodesenvolvido ou Turismo insustentável ?
  - 2.3.8 – Atividades Conservacionistas ou Atividades Degradadoras?

### CAPÍTULO 3

- 3.1 – As Ações Possíveis e / ou Desejáveis
  - 3.1.1 – Ações Isoladas e Ações Conjuntas
  - 3.1.2 – Ação e Omissão do Poder Público
  - 3.1.3 – Áreas protegidas (Unidades de Conservação) e Áreas não protegidas
  - 3.1.4 – Um Parque Natural Regional para a região da Serra do Breu
- 3.2 – Turismo que se quer ecoturístico e Ecoturismo que se quer sustentável

### CONCLUSÃO

### BIBLIOGRAFIA

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1.1 – Levantamento da pesquisa direta e indireta

Tabela 2.1 – Blitz ecológica durante o carnaval – período 1998 a 2001

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1.1 – A região da APA Morro da Pedreira e do PARNA Serra do Cipó

Mapa 2.1 – Contextualização geográfica da APA Morro da Pedreira e do PARNA Serra do  
Cipó

Mapa 2.2 – Principais vias de acesso a Lapinha e Santana do Riacho

Mapa 2.3 – Lapinha, entorno e principais atrações turísticas

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.1 – A Serra do Cipó e o tripé Turismo / Desenvolvimento Sustentável / Ambiente
- Figura 2.1 – Modelo digital tridimensional da bacia do Riachinho
- Figura 2.2 – Vista de Santana do Riacho com o escarpamento do primeiro patamar da Serra do Cipó e o Topete ao fundo
- Figura 2.3 – Vista da represa da UCAT e da lagoa da Lapinha, com o povoado na sua margem direita. Observa-se também o vale do Mata Capim à esquerda
- Figura 2.4 – Vista da Lagoa da Lapinha com a Pousada Pico da Breu à esquerda e o Topete à direita
- Figura 2.5 – Mesma vista anterior, durante a estação seca
- Figura 2.6 – Leito seco da represa da UCAT revelando o esqueleto da mata de galeria afogada
- Figura 2.7 – Seção estrutural –estratigráfica da sub-bacia do córrego Riachinho
- Figura 2.8 – A Mandala de Lapinha
- Figura 2.9 – Cruzeiro e imagem de Nossa Sra. Aparecida, localizados no alto do escarpamento da Serra
- Figura 2.10 – Mourão com restos de arame farpado picotados em um mutirão
- Figura 2.11 – Seu Juquinha de Lazarina mostra uma placa colocada recentemente para alertar os turistas
- Figura 2.12 – Vista de Lapinha com o Topete e escarpamento quartzítico ao fundo e a caixa d'água no primeiro plano
- Figura 2.13 – Detalhe do painel de pinturas rupestres do grande abrigo de Santana do Riacho
- Figura 2.14 – Trecho do paredão de pinturas rupestres de Lapinha, detalhe para a placa colocada por forasteiros
- Figura 2.15 – Vista da planta da UCAT e da tubulação no seu trecho final
- Figura 2.16 – Detalhe da praça central onde se vê a capela antiga de São Sebastião e a nova capela, ainda em construção
- Figura 2.17 – Outro ângulo da praça central onde se vêem os “três botecos” – Zinho, Márcio e Alcino. Atenção para a construção de dois andares que quebra a harmonia local
- Figura 2.18 – Vista de casas próximas à lagoa da Lapinha
- Figura 2.19 – Cachoeira do Tabuleiro, a cerca de 25 km de Lapinha
- Figura 2.20 – Campina verde, observando-se parte do maciço do Breu e trechos de matas
- Figura 2.21 – Vista do Boqueirão e da vila ao fundo. A captação é feita perto de onde a foto foi tomada, observando-se parte do encanamento à esquerda

Figura 3.1 – Participantes de uma das reuniões promovidas em Lapinha sob os auspícios do Projeto Manuelzão. Seu Zé Juquinha é o primeiro à direita

Figura 3.2 – Placa de advertência colocada no caminho para o Boqueirão, uma das medidas emergenciais deliberadas em reunião

Figura 3.3 – Do turismo alternativo para o ecoturismo

## LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Antes do Presente  
APA – Área de Proteção Ambiental  
BH – Belo Horizonte  
BR 259 – Rodovia Federal  
CEDITUR – Centro de Documentação de Turismo  
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável  
CEMIG – Cia. Energética de Minas Gerais  
CIBH – Companhia Industrial de Belo Horizonte  
CODEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente  
COMIG – Companhia Mineradora de Minas Gerais  
CPMTC – Centro de Pesquisa Manoel Teixeira da Costa  
CSR – Centro de Sensoriamento Remoto  
DER / MG – Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais  
EA – Educação Ambiental  
EMBRATUR – Instituto Nacional de Turismo  
ETE – Estação de Tratamento de Esgotos  
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IGA – Instituto de Geociências Aplicadas  
IGC – Instituto de Geociências  
INL – Instituto Nacional do Livro  
ISB – Instituto Serra do Breu  
MAB – Programa *Man and Biosphere*  
MG 10 – Rodovia Estadual  
MMARH – Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos  
NE – Nordeste  
NNW – Nor-noroeste  
NW – Noroeste  
OMT – Organização Mundial do Turismo  
ONGs – Organizações Não Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PARNA – Parque Nacional  
PCH – Pequena Central Hidrelétrica  
PNR – Parque Natural Regional  
PNRP – Parque Natural Regional do Pantanal  
PNRSB – Parque Natural Regional da Serra do Breu  
PUC / MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
RMBH – Rede Metropolitana de Belo Horizonte  
SE – Sudeste  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SW – Sudoeste  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
UC – Unidade de Conservação  
UCAT – Usina Coronel Américo Teixeira  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFV – Universidade Federal de Viçosa  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UNICENTRO Newton Paiva – Centro Universitário Newton Paiva  
USP – Universidade de São Paulo  
VDL – Grupo Valadares Diesel Ltda.



## PRÓLOGO

*O senhor não sabe de uma coisa, seu doutor, isso aqui é tudo uma ilusão!*

Seu Zé Juquinha não cansava de repetir essa frase enigmática na medida em que ia me mostrando sua fazenda em Lapinha. Tínhamos nos conhecido poucas horas antes, no seu comércio em Santana do Riacho, e agora ele me guiava por um mundo novo no qual eu me imaginava pedindo permissão para entrar e que eu ousaria, de alguma forma que ainda não sabia, tentar compartilhar.

*...é uma terrinha, seu moço, dá pra tirar uns dois queijos por vez...*

O pequeno curral ficava do lado de uma das últimas manchas de mata ainda remanescentes em Lapinha. Árvores que sempre denunciavam a ação constante do vento que desce da serra do Breu, ali onde domina a pequena corcova do Topete. Em meio a sua mata e já próximo à casa da fazenda, seu Zé Juquinha prosseguia

*Aqui dá pra limpar o chão e o pessoal armar suas barracas...*

No meio de seu pomar, um filhote de tucano nos observava atentamente. Entre um pequeno chiqueiro e um galinheiro, pés de café se confundiam com mamoeiros, mangueiras e outras árvores, sobre um tapete de frutas caídas

*Aí eles podem pegar umas frutas no pé, tem mexerica, goiaba, manga, banana, abacate, laranja. Tem também amendoim, abóbora, quiabo, chuchu ...*

Entramos na casa velha, singela mas grande para o padrão de construções de Lapinha, onde numa parte ainda morava D. Maria, antiga proprietária dessas terras. Uma vez viúva e sem filhos, D. Maria vendeu-as ao Seu Zé Juquinha com a condição de que lá permanecesse sob seus cuidados. Trêmula e aparentando mais de 80 anos, D. Maria está lúcida mas não se cansa de queixar de suas dores e de sua falta de ar. No retrato na parede, onipresente nos lares do interior brasileiro, pode-se reconhecê-la jovem, orgulhosa ao lado de seu esposo, com a mesma profundidade de seu olhar marcante. Num canto a imagem de Nossa Sra. Aparecida, sempre enfeitada por pequenos ramos de flores artificiais. Este é seu mundo desde que veio com o marido para Lapinha, partindo do outro lado da serra do Breu, do Vau da Lagoa. D. Maria não

consegue mais se afastar muito de sua morada, freqüentando apenas sua pequena horta, seu canteiro de plantas medicinais e aromáticas, o pomar, e uma ou outra casa vizinha.

Seu Zé Juquinha a reverenciava como se fosse sua própria mãe, e para todos os seus filhos, ela continua sendo uma verdadeira avó. Apesar da aparente solidão, D. Maria quase nunca está só. Quando não é gente da família de Seu Zé Juquinha que lá permanece em função das lides da fazenda, para lá vai Seu Zé d'Olinta, afilhado e o que mais tempo permanece e trabalha na terra. Apesar de possuir suas próprias terras no paradisíaco cenário do Tabuleiro, Seu Zé d'Olinta nunca deixa de visitar sua madrinha. Outra bela alma da Serra do Cipó, ele não se cansa de vencer as distâncias do maciço do Breu, encarnando a própria trilha que liga Lapinha a Tabuleiro, trilha que hoje se revela para um número crescente de turistas.

Seu Zé Juquinha continuava mostrando a casa da fazenda. Num grande e arejado salão, cheio de sacas de milho, feijão colhido ainda na fava, arado e outros instrumentos de trabalho, ele apontava para duas cangas de junta de bois e dizia

*A gente pode pendurar elas aqui e fica uma decoração bonita. Depois limpa essa trenbeira toda, bota umas mesas e uns bancos e fica servindo como restaurante.*

A idéia me parecia excelente. De fato era um salão confortável e dava para uma espécie de alpendre onde ficava um fogão a lenha, uma pia e um fogão a gás. Era espaço de sobra para se receber turistas que para lá fossem acampar ou fazer uma refeição. E o espaço da fazenda, como de resto, era também excelente para se implantar algo semelhante a um *camping* rural.

*As barracas ficam aqui e ali a gente constrói uns banheiros, pois a Naná não quer que ninguém incomode D. Maria.*

D. Naná devia estar certa pois o único banheiro da fazenda ficava entre a cozinha de D. Maria e sua pequena horta. Seria um grande incômodo para ela ter que cruzar com estranhos toda vez que alguém fosse acampar lá.

Eu me perguntava se o *camping* que Seu Zé Juquinha imaginava não seria aquela ilusão a qual ele sempre retornava.

*... O senhor não sabe de uma coisa, seu doutor, isso aqui é tudo uma ilusão!*

Àquela altura, eu entendia essa ilusão mais como um sonho. Um sonho que ele vinha realizando num ritmo bem seu, bem peculiar das pessoas que pautaram toda sua vida no cotidiano simples do interior mineiro. Mas parecia um sonho viável. Um sonho que ele já vinha matutando muito antes d'eu aparecer, um “doutor” que talvez agora certamente poderia ajudá-lo a avançar nesta empreitada.

Afinal eu tinha sido apresentado como um professor que estava estudando a questão do turismo em Lapinha, que iria até escrever sobre isto, e então deveria ser a pessoa certa para opinar nessa idéia. Eu viria a saber depois que Seu Zé Juquinha tinha mais algumas terras espalhadas pela serra do Cipó. Que tinha se feito por si só, que enquanto comerciante e negociador conseguiu se estabelecer com um relativo conforto, apesar da extrema simplicidade com que encarava a vida e se relacionava com as pessoas. Além de tudo era um político nato. Já tinha sido prefeito de Santana do Riacho, e tinha planos para voltar à prefeitura.

Ao mesmo tempo, Seu Zé Juquinha estava atento à onda turística que passava por Santana do Riacho e chegava a Lapinha. Essa mesma onda que havia me despertado para aquela região e aquele povoado, atraído que estava pelo magnetismo da Serra, o mesmo magnetismo que vem atraindo cada vez mais turistas para a região.

*...O senhor não sabe de uma coisa, seu doutor, isso aqui é tudo uma ilusão!*

Ilusão do Turismo? Do que esta atividade, materializada no número crescente de pessoas estranhas e com hábitos diferentes, e que a cada final de semana se dispunha não só a chegar até Santana do Riacho como para subir os doze difíceis quilômetros que a separam de Lapinha, poderia trazer de progresso para uma região que permaneceu durante tantos e longos anos à margem da economia do estado? Que dizer então de Lapinha, ainda mais marginalizada no seio de um município já marginalizado, tão perto e tão longe do coração econômico e político de Minas?

Eram perguntas que já começavam a pairar sobre minha cabeça na medida em que eu avançava no meu mergulho investigativo. Seu Zé Juquinha era não só meu condutor, como passou a ser meu guardião em Lapinha. Não demorou muito desde aquele nosso primeiro contato e ele me ofereceu um pequeno quarto de sua fazenda, dizendo que eu poderia permanecer lá durante o tempo que quisesse e precisasse

... a gente limpa este quartinho e o Sr. pode colocar seu colchão nessa caminha mesmo.

Um quarto pequeno, com um pequeno catre e uma carteira de escola surrados, cujas paredes não subiam até o telhado aparente, e cuja porta se abria diretamente para o terreiro de frente da casa. Mas do tamanho que preenchia todas as minhas necessidades de pesquisador que buscava mergulhar no cotidiano de Lapinha, que buscava conhecê-la e fazer-se conhecer.

O trajeto entre a fazenda e o núcleo de Lapinha, de cerca de 500 metros, foi repetido inúmeras vezes e acabou significando um ritual diário de imersão naquela realidade em transformação, de preparação para o encontro com o Outro. A cada dia, ainda acompanhado das nuvens que invariavelmente se dissipam sobre o topo da serra do Breu apenas depois das dez horas da manhã, o procedimento era o mesmo: Acompanhava a cerca de arame farpado até o cercado da roça onde se preparava a terra para o plantio de feijão; cruzava outra cerca e penetrava numa roça de milho repleta de carrapichos que grudavam na calça e calçados, até chegar à galeria do córrego da Lapinha onde uma pinguela unia as duas margens, distantes cerca de cinco metros.

A partir da pinguela seguia-se paralelamente ao curso meandrante do córrego da Lapinha, pouco antes dele se afogar na lagoa da Lapinha. Passava-se por roças de milho, cebola e alho, algumas mais bem cuidadas do que outras, até chegar num beco ladeado pelo caprichoso *camping* do Bráulio e o terreno do Santo, um senhor cego, com mais de 75 anos, e que se virava sozinho numa casinha simples e que aparentava abandono.

Chegava-se, então ao coração de Lapinha, ao centro de minhas atenções, no ponto fulcral de onde eu iria avaliar a sustentabilidade da atividade turística que lá crescia num ritmo crescente e preocupante. Vencer a pinguela significava passar do mundo de Seu Zé Juquinha e penetrar na alma do povoado de Lapinha. Povoado caprichosamente abrigado no primeiro patamar da Serra do Cipó e guardado pela bela escarpa da Serra do Breu, era ele o ponto de partida de uma investigação que buscava aprofundar na questão da emergência do turismo naquela região e na emergência de se posicionar frente ao rolo compressor desse mesmo fenômeno.

De Lapinha já tinha tomado conhecimento de sua fragilidade ambiental. Tomava conhecimento agora do parcelamento excessivo de suas terras. Sabia das boas intenções dos forasteiros que primeiro lá chegaram, cerca de sete a oito anos antes. E começava a ter conhecimento das iniciativas da população local para receber o fluxo crescente de turistas - o *camping* rural de Seu

Zé Juquinha era apenas uma delas. E me perguntava então que turismo era esse, tão decantado para a Serra do Cipó como um todo, e que se revelava potencialmente impactante (e até mesmo sufocante) para um lugarejo aparentemente tão frágil?

Perguntava-me, também, até que ponto Lapinha representaria uma fração de um fenômeno muito mais amplo e avassalador que tem permeado a Serra do Cipó de uma forma insidiosa. Porque, afinal de contas, a retórica é sempre a mesma: “A Serra do Cipó é um paraíso do ecoturismo”, “Precisamos desenvolver o Turismo na Serra do Cipó”, “Com o ecoturismo a região irá se desenvolver”. Intenções legítimas mas que na prática pouco alteravam uma tendência perversa de deterioração de um lugar cujo potencial, sem dúvida, nos leva a evocar as benesses do ecoturismo.

Perguntava-me o porquê dessa deterioração; porque Lapinha estava indo pelo mesmo caminho. Perguntava-me, então, se alguma coisa poderia ser feita no sentido de alterar o curso de uma tendência que não tinha razão de ser inexorável. Que ecoturismo era esse que, apesar de definições e princípios tão bonitos e decantados na literatura, dava margem para que um processo tão perverso de degradação e segregação se instalasse numa das paisagens mais representativas do interior mineiro?

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Antes de iniciar nossa imersão no universo da Serra do Cipó, cabe aqui explicitar nossos objetivos com relação a este trabalho:

- Avaliar a questão da emergência da atividade turística na Serra do Cipó a partir de uma perspectiva hologramática que tem Lapinha como ponto fulcral;
- Avaliar o grau de sustentabilidade do turismo em Lapinha através de uma análise multidimensional;
- Propor ações concretas de gestão do turismo na região do maciço do Breu no sentido de se buscar alternativas válidas para seu ecodesenvolvimento;
- Propor uma nova concepção de postura para o turista na qual ele incorpore a noção de que é parte indissolúvel da natureza e que sem uma convicção profunda de respeitabilidade ao ambiente ele não pode ser rotulado de “eco”turista.

### 1.1 – LAPINHA, SER DO CIPÓ: O HOLOGRAMA DA SERRA

Lapinha se apresentava enquanto um microcosmo do que estava e está acontecendo na Serra do Cipó como um todo. E o que está acontecendo na Serra do Cipó é uma movimentação turística crescente, e por enquanto sem qualquer tipo de controle institucional, seja ele público ou não. Palco de unidades de conservação e de conflitos decorrentes da inserção dessas unidades, a Serra do Cipó<sup>1</sup> entrou na agenda turística do estado, especialmente depois da criação do Parque Estadual (Posteriormente elevado à categoria de Parque Nacional – PARNA) da Serra do Cipó em 1972<sup>2</sup> e da facilitação de seu acesso pelo asfaltamento da MG 10 até o pé da serra em 1982. Essa é uma rodovia que liga a capital do estado a Conceição do Mato Dentro (do outro lado da serra) e que atinge um trecho do escarpamento da Serra do Cipó na altura de Cardeal Mota, único distrito de Santana do Riacho e cerca de 40 quilômetros a sudeste de Lapinha (MAPA 1.1).

O PARNA e Cardeal Mota estão relativamente longe de Lapinha, mas ela não escapuliu à égide da Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro da Pedreira<sup>3</sup>, inserida que foi no seu extremo norte (cabeciras do córrego da Lapinha na Serra do Breu). A APA Morro da Pedreira, também sob jurisdição do IBAMA, foi criada em 1990 e envolve todo o PARNA, constituindo-se numa

---

<sup>1</sup> Vide tese recentemente defendida por Pereira (2002),

<sup>2</sup> O decreto N° 70355 – 03/04/72 criou o Parque Estadual, que depois foi federalizado em 25/09/84

<sup>3</sup> Decreto N° 98891 – 26/01/90

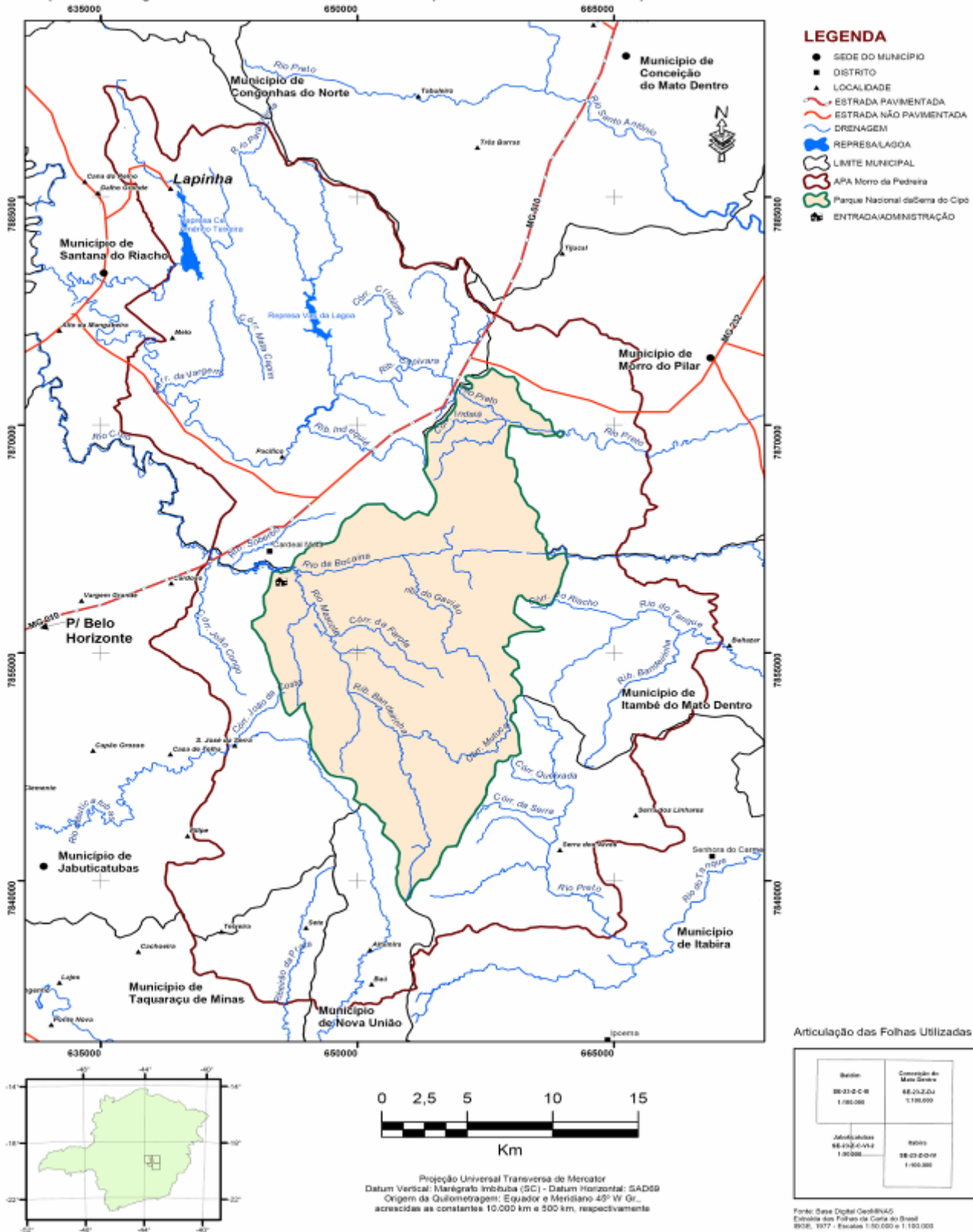
espécie de zona de amortecimento com características especiais. Mais do que a APA, entretanto, é o eixo da MG 10, que ao passar por Cardeal Mota tangencia o PARNA e galga a serra até o “Alto do Palácio”, que encarna muito do que hoje se refere como “Serra do Cipó”. Mas a serra em si vai muito mais além da MG 10 e seu entorno, indo muito além da própria APA. Enquanto a maior parcela dos turistas tende a permanecer relativamente próxima ao asfalto (que hoje se alonga até Conceição do Mato Dentro, 60 km depois de Cardeal Mota), uma outra parcela, de viés teoricamente mais ecoturístico, procura se distanciar cada vez mais da MG 10.

Muitos chegaram e chegam a Lapinha, mas o conjunto do Serra do Cipó permanece muito mais amplo. Este é um dos fascínios que a Serra exerce: por mais que um turista a penetre, sempre haverá um lugar novo que ele ainda não conhece. Ela é suficientemente vasta para que aí se percebam focos (destinações) com patamares diferenciados de pressão turística. Lapinha é um desses focos e será tomada aqui enquanto síntese de uma realidade ampla no que se refere a já referida pressão da atividade turística em localidades aparentemente não preparadas para suportar sua carga impactante.

Espelho do que vem ocorrendo na Serra do Cipó, Lapinha está a meio caminho entre a franca atividade turística que já se instalou em Cardeal Mota e a existência de locais, na mesma serra, ainda de difícil acesso, com grande patrimônio ambiental (e, portanto, potencial turístico) mas que seguem como lugares ermos e quase inacessíveis enquanto alvo turístico tradicional. Lapinha recebe um misto de turistas preocupados com a salvaguarda do lugar e outros nem tão preocupados assim, mas que acreditam que, ao estar estabelecendo um contato mais íntimo com a Serra, são ecoturistas de primeira linha.

O termo ecoturismo, por seu turno, tem sido apropriado por vários turistas apenas pelo fato de considerarem estar mais perto da natureza. De uma forma mais nefasta ainda, o termo tem sido utilizado pelo *trade* turístico, de uma maneira geral, para exaltar as virtudes naturais de destinações que se quer vender. A Serra do Cipó tem sido uma dessas destinações, mas nela se diluem tanto o que se considera como “Serra do Cipó” propriamente dito como o que se considera Ecoturismo. Em outras palavras: Ecoturismo na Serra do Cipó pode significar desde um banho de cachoeira na superlotada Cachoeira Grande (propriedade de um hotel em Cardeal Mota), até uma caminhada de longa distância por locais pouco freqüentados e durante a qual são experimentadas relações profundas de interação com a paisagem e seus habitantes (numas das trilhas de Lapinha, por exemplo).

Mapa 1.1 - A região da APA Morro da Pedreira e Parque Nacional da Serra do Cipó



Se procuramos abordar a questão da viabilidade de se desenvolver sustentavelmente a região da Serra do Cipó por meio do turismo ecológico ou, em outras palavras, sustentar a Serra do Cipó



por meio de um turismo ecodesenvolvido, a pergunta que se faz, então, é: Será possível um turismo com desenvolvimento sustentável na Serra do Cipó? A realidade, como se tentará demonstrar ao longo deste trabalho, tem se mostrado insustentável, mas isto não elimina o sonho ecoturístico. Acreditamos que este sonho é possível desde que empenhemos, enquanto turistas, um tipo de viagem interior que possibilite a assimilação do real significado dessa natureza a ser desbravada. Trata-se do mesmo sonho de várias gerações indígenas que, coincidentemente, os povos que ainda restam em Minas Gerais vieram buscar no alto da Serra do Cipó. Os índios procuravam por um lugar para celebrar uma grande confraternização, onde cada povo traria “sua festa, seus ritos da tradição para receber a primavera na ‘Aldeiona Grande’ da Serra do Cipó, uma aldeia de muitas tribos” (Krenak, 2000:6). A Aldeiona Grande permanece armada no altiplano da Serra, próximo a Cardeal Mota, e recebe o que se tornou o Festival de Dança e Cultura Indígena durante todo início de primavera, desde 1998.

Esta viagem interior remete-nos à idéia da ecologia profunda, um dos pilares do ecocentrismo (Eckersley, 1992). De acordo com Wearing & Neil (1999:21),

*a ecologia profunda é uma abrangente visão filosófica do mundo, que acredita num entendimento holístico da natureza, em que o ser humano, por meio do Eu, está intrinsecamente conectado com todas as formas de vida. Nenhuma fronteira absoluta existe entre a humanidade e a natureza; desse modo, não há nenhum ponto em que o indivíduo termina e outras formas de vida começam. A natureza torna-se uma extensão de nós mesmos (Mathews, 1993). (...) É nossa incumbência respeitar e satisfazer os interesses comuns das espécies (...), o reconhecimento de nossa inter-relação com a vida e do valor intrínseco das outras coisas incita a redução do nosso impacto sobre o planeta, fazendo-nos tomar apenas o necessário às necessidades vitais. As ações incluem não só a “marcha suave sobre o mundo”, mas também ações que, respeitosamente, procuram alterar o ponto de vista e o comportamento dos indivíduos que persistem na ilusão de que a auto-realização reside em dominar a natureza e transformá-la para satisfazer nossas próprias necessidades (Young, 1990). (grifo meu)*

Os povos indígenas, “professores de ecologia profunda de primeira linha”, encarnam o próprio ambiente em que vivem, daí partindo um senso de respeitabilidade ambiental intangível para qualquer turista, por mais ecologicamente preocupado que seja. É sintomático este retorno dos povos indígenas ao altar sagrado da Serra do Cipó, o lugar que eles consideram que seja “onde a Terra descansa”. Eles retornam num momento em que esta mesma Serra vem sofrendo o assédio aparentemente incontrolável de turistas que acreditam-se “eco”.

Tomo o exemplo indígena para lançar, aqui, a tese de que, sem uma convicção profunda da noção de que é parte indissolúvel da natureza, um turista dificilmente pode ser classificado de “eco”. Em outras palavras, não há ecoturismo se não há uma abertura para dentro da alma de

cada turista. É impossível empreender uma viagem pela natureza exterior se não empreendermos também a uma viagem interior. As grandes experiências que o contato com a natureza possibilita serão tanto mais plenas quanto maior for o conhecimento das possibilidades do próprio corpo e da própria alma. Os povos indígenas são ecoturistas sem o saberem, ou melhor, sem nem *ligarem para isso*.

Não é o nosso caso. Por não sermos como eles, e na nossa ânsia de buscar o entendimento desse tipo de profanação por nós perpetrado na natureza, ainda que com o rótulo de “ecoturismo”, é que temos que *ligar para isso*. O fato de não sermos indígenas não impede que possamos aprender com eles, e a sua visão de mundo em muito nos auxiliará na busca deste “ecoturismo original”. A visão de mundo trazida pelos indígenas vem imbuída de uma grande religiosidade, no sentido que Eliade (2001:43-44) coloca, ou seja, trata-se de um *homo religiosus* que “experimenta a necessidade de existir sempre num mundo total e organizado, num Cosmos”. Para Eliade (op.cit.:32), “o desejo do homem religioso de viver no sagrado equivale, de fato, ao seu desejo de se situar na realidade objetiva, de não se deixar paralisar pela relatividade sem fim das experiências puramente subjetivas, de viver num mundo real e eficiente – e não numa ilusão”. Exercer sua religiosidade significa, então, colaborar para a manutenção do Cosmos sagrado e isto demanda atitudes e medidas práticas, reais (o “pisar com cuidado na terra” como Krenak dirá mais adiante), que impliquem necessariamente numa postura ética e ecológica profunda que deveriam, ao meu ver, ser incorporada pelos turistas que se proponham ecológicos.

Irving (in Irving & Azevedo, 2002:18) cita Weil (1993) para chamar a atenção para uma nova ética, “uma nova forma de conhecimento internalizado, além do intelecto, despertada dentro de nós mesmos e, por essa razão, verdadeira”. Isto convergiria para o ciclo futuro da “Intuição”, o qual “assinala indiretamente a busca do simbólico e do imaginário, e uma nova maneira de o homem proceder diante da natureza. Esse posicionamento coincide com uma tendência claramente delineada pelas projeções do turismo no futuro, centrado num novo perfil de turista em busca da natureza, à procura do nirvana e dos contrastes, a partir da consciência de si mesmo, da alteridade e da diversidade presentes no planeta que habita” (Irving, op.cit.:19). Sabemos que o turista de hoje é produto de uma sociedade que dessacralizou a natureza e a própria existência humana. Sua visão de mundo opõe-se a do *homo religiosus* que o antecedeu na história, mas com o qual ainda tem contatos como é o caso que vem ocorrendo na Serra do Cipó. Esse contato seria salutar no sentido de moldar aquele novo perfil de turista sugerido por Irving. Aqui podemos complementar com os dizeres de Eliade (op.cit.:166):

*Assim como a “Natureza” é o produto de uma secularização progressiva do Cosmos obra de Deus, também o homem profano é o resultado de uma dessacralização da existência humana. Isto significa que o homem a-religioso se constitui por oposição a seu predecessor, esforçando-se por se “esvaziar” de toda religiosidade e de todo significado trans-humano. Ele reconhece a si próprio na medida em que se “liberta” e se “purifica” das “superstições” de seus antepassados. Em outras palavras, o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos. Faça o que fizer, é um berdeiro. Não pode abolir definitivamente seu passado, porque ele próprio é produto desse passado. É constituído por uma série de negações e recusas, mas continua ainda a ser assediado pelas realidades que recusou e negou. Para obter um mundo próprio, dessacralizou o mundo em que viviam seus antepassados; mas, para chegar aí, foi obrigado a adotar um comportamento oposto àquele que o precedia – e ele sente que este comportamento está sempre prestes a reatualizar-se, de uma forma ou outra, no mais profundo de seu ser.*

Um turista que se queira ecológico não precisaria se converter a nenhuma religião ou passar a adotar um estilo indígena de viver. Bastaria recuperar dentro de si aquele vínculo sagrado, e esquecido, com a terra, reconhecer sua pequenez diante do Cosmos e tentar passar a agir segundo uma ética ecocêntrica. Shiva (1989) nos lembra que “a sacralização é o nexo que une as partes com o todo; a terra é a fonte da integridade das pessoas e da natureza; sua santidade deve preservar-se e devem estabelecerem-se limites à ação humana: a sacralização do solo atua como sanção contra a violência do progresso”. Apenas o fato de reconhecer o modelo predatório de saque à natureza, decorrente da dessacralização perpetrada pelo homem moderno, já é um primeiro passo no sentido de reverter o quadro atual, ilusório, de que ecoturismo é apenas estar, e acreditar estar, próximo da natureza. Afinal, como lembra Irving (op.cit.:19), o “emblema do ecoturismo tem sido utilizado indevidamente e de forma oportunista, desvinculado dos compromissos estabelecidos pela Embratur/Ibama(1994)”.

Ao chamar a atenção para o aspecto sagrado da paisagem da Serra do Cipó, os povos indígenas estão nos dando “um presente”: “Isso é o que nós podemos ensinar para as pessoas. Nós podemos aprender muitas outras coisas, também, com elas. Mas, pelo menos, um presente a gente pode dar para as pessoas, que é o de aprender a pisar com cuidado na terra” (Krenak,op.cit.:133). Pisar com *cuidado* na terra é o que deveria estar na base de toda ação pretensamente ecoturística.

Leopold, citado por Wearing & Neil (op.cit.:23) “defendia uma revisão drástica da sociedade, uma mudança profunda das prioridades intelectuais, da lealdade, da afeição e da convicção do homem”. Esses autores continuam, afirmando que “essa mudança funda-se numa relação ética com o planeta, que requer cuidado, respeito e admiração, além de alta consideração por seu valor

intrínseco”, citando o próprio Leopold (1966), Lovelock (1988), Mathews (1993) e Young (1991) (Wearing & Neil, op.cit.:23). Ainda citando Leopold, para eles um dos primeiros ecologistas profundos modernos, Wearing & Neil afirmam que “nossa relação com a terra deveria ser determinada pela ética do mundo social, uma ética que reflita a existência de uma consciência ecológica, que, cada vez mais, reflita uma convicção da responsabilidade individual em relação à saúde da terra”.

Considerando o *cnidado* (a que Krenak refere-se) como um fio condutor, propõe-se, então, abordar o problema do ecoturismo na Serra do Cipó a partir de uma referência interdisciplinar, e intercultural na medida do possível, que tome como foco de análise uma localidade representativa desse problema. A estratégia é compreender a situação atual do turismo naquela região sob uma perspectiva hologramática que tem Lapinha como ponto fulcral. Acreditamos que através de Lapinha pode-se alcançar uma visão, a mais ampla possível, que leve em consideração, senão todos, grande parte dos aspectos relacionados à compreensão global do problema do (eco)turismo na Serra do Cipó. Procurar-se-á identificar o maior número possível de elementos/dimensões de análise que auxiliem na formulação de uma tentativa de conhecimento da rede de interações do que lá está acontecendo. Só assim, então, acreditamos que se possa atuar no sentido de buscar as formas mais adequadas de se implementar o que consideramos ser “turismo ecodesenvolvido”.

Nem tão acessível e nem tão isolada, Lapinha constitui-se em um balão de ensaio ideal se se quer investigar o grau de ecodesenvolvimento de seu turismo. Dada suas pequenas dimensões, aí pode ser rastreada a trama de interações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que perfazem sua identidade local. A compreensão dessa trama pode indicar caminhos de promoção sustentada do ecoturismo. Tratam-se de interações de áreas de conhecimento historicamente distintas entre si mas que trafegam naquelas zonas difusas de interconexão entre os três grandes “espaços consensuais” (valendo-se da expressão utilizada por Vasconcellos, 2002:140) de nossa análise – o Turismo, o Ambiente e a Sustentabilidade.

Muito se tem estudado a respeito do problema da inserção do turismo nas mais diversas regiões, dos impactos decorrentes dessa inserção, da ausência de planejamento ou planejamento turístico inadequado, da falta de articulação entre as diversas instâncias de formulação de políticas públicas e da própria omissão do poder público no que diz respeito ao gerenciamento do turismo em áreas de grande potencial, como é o caso da Serra do Cipó. Tais estudos, entretanto, em sua grande maioria, atêm-se a aspectos de um problema de grandes proporções e cujos diversos

ângulos de abordagem não permitem uma compreensão global do fenômeno. Será que estaríamos aqui reproduzindo aquela parábola do elefante na qual diversos especialistas tomam para si a tarefa de descrevê-lo e compreendê-lo mas, como têm vendas nos olhos, não conseguem senão uma pálida noção daquilo que conseguem tatear através de sua especialidade? Segundo esta parábola, o elefante segue permanecendo obscuro e indecifrável para os diversos especialistas enquanto estes não o perceberem em sua totalidade, isto é, enquanto não se dispuserem a enxergar os colegas especialistas ao redor e, juntos, buscarem novas formas de abordar seu objeto de análise.

Resta saber se há algum elefante para ser decifrado, ou, colocando em outros termos, existe uma realidade, no caso a questão do turismo na Serra do Cipó, que está aí para ser apreendida e o que devemos fazer é unir esforços para conhecê-la e entendê-la e assim tentar melhorá-la. Nos dizeres de Vasconcellos (2002:133), considerando o paradigma científico tradicional, “a realidade seria tão rica, tão cheia de relevos complexos, que um só projetor não poderia iluminá-lo totalmente. Nenhum ponto de vista poderia abarcar o objeto todo”. Discutindo sobre a questão da complementaridade e do relativismo do conhecimento a partir da constatação do princípio da incerteza de Heisenberg, essa autora aponta para a “idéia de diferentes visões que podem complementar-se, não sendo possível um ponto de vista que desse conta da totalidade do real” (Vasconcellos, 2002:133).

Numa perspectiva novoparadigmática, na qual o pensamento sistêmico deve permear uma nova forma para o fazer científico, esta verdade (ou este elefante?) é colocada em cheque. De um referencial centrado no tripé Simplicidade X Estabilidade X Objetividade, o pensamento sistêmico conduziria ao tripé Complexidade X Instabilidade<sup>4</sup> X Intersubjetividade. Através de uma aceitação dessa nova forma de pensar, poderíamos admitir não mais uma realidade a ser decifrada, uma verdade a ser encontrada, mas um espaço consensual, um espaço a ser atingido pelo caminho explicativo da “objetividade entre parêntesis” (Maturana, 2002). Este autor prossegue afirmando que “se há teorias diferentes, cada uma está num espaço de coerências diferente e elas respondem a diferentes perguntas dos observadores. Nesse caso, essas diferenças serão um convite à conversação entre eles e não à refutação de uns pelos outros” (Maturana, 2002).

---

<sup>4</sup> Para Vasconcellos (op.cit.:101), a instabilidade decorre de uma mudança de pressuposto com relação ao pressuposto da estabilidade do paradigma tradicional: “o reconhecimento de que “o mundo está em processo de

Vasconcellos (2002:141) coloca isso de uma forma clara quando afirma que “substitui-se a preocupação com a verdade pelo reconhecimento de *múltiplas verdades*, de diferentes *narrativas*, não mais sobre “a realidade tal como ela existe”, mas sobre a experiência” (grifos e aspas da autora), e ainda que “essa será uma nova crença fundamental, uma convicção indispensável aos participantes de qualquer comunidade humana, para que se estabeleçam espaços de intersubjetividade criativos ou produtivos, onde se dê, por consenso, a *construção da realidade*” (grifo da autora, Vasconcellos, 2002:141).

No que diz respeito à Serra do Cipó, estamos diante de grandes *espaços consensuais* ( e não mais de um grande *elefante*) se o que almejamos é abordar não só a questão da sustentabilidade de seu desenvolvimento, que passa necessariamente pela conservação de seu grande patrimônio natural, como a questão do tipo de turismo que lá vem sendo praticado, especialmente a partir do último quartel do século passado, quando as condições de acesso foram facilitadas em função do asfaltamento da MG 10 até o distrito de Cardeal Mota (como já foi dito). A locomotiva da sustentabilidade do desenvolvimento na Serra do Cipó reside em seu patrimônio natural e cultural - trata-se de uma sustentabilidade que deve ser, portanto e antes de mais nada, sócio-ambiental, pois é a partir do aproveitamento turístico desse patrimônio que um processo de promoção do desenvolvimento pode ser concebido.

Sachs (1993:25-26) enumera as alavancas que incrementariam o que ele considera a dimensão da sustentabilidade ecológica:

- *aumento da capacidade de carga da Espaçoave Terra por meio da engenhosidade ou, em outras palavras, intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas – com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida – para propósitos socialmente válidos;*
- *limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos;*
- *redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos;*
- *autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo;*
- *intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem de modo mais eficiente os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial;*
- *definição das regras para uma adequada proteção ambiental, concepção da máquina institucional, bem como escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras.*

---

tornar-se”. Daí decorre necessariamente a consideração da indeterminação, com a conseqüente imprevisibilidade de alguns fenômenos, e da sua irreversibilidade, com a conseqüente incontrolabilidade desses fenômenos”.

Acreditamos que a aplicação, com os devidos ajustes, dos itens dessa carta de intenções para a questão do turismo implica mais em um turismo sustentável do que necessariamente ecológico. No nosso entender, a plenitude ecológica passa também por assumir o compromisso de seguir um tipo de carta de intenções particular de cada turista. Ao fazer um “voto de castidade ecológica” enquanto estiver praticando sua ação turística, o candidato a ecoturista estará no caminho certo da respeitabilidade ambiental, ou seja, estará internalizando um valor de profunda identificação com a natureza, à semelhança do exemplo dos povos indígenas.

Aqui vale lembrar a “plataforma para a ecologia profunda” apresentada por Naess (1988) e citada por Wearing & Neil (op.cit.:22):

1. *O valor da vida não-humana é independente da utilidade do mundo não-humano como recurso.*
2. *A diversidade das formas de vida possui um valor em si, e os seres humanos só podem reduzir essa variedade para satisfazer as suas necessidades vitais.*
3. *O florescimento da vida não-humana exige a diminuição do tamanho da população humana.*
4. *A crescente manipulação do mundo não-humano deve ser revertida por meio da adoção de diferentes estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas.*
5. *O objetivo dessas mudanças será uma maior experiência de conexão entre todas as coisas e um aumento da qualidade de vida, em vez de uma fixação a padrões materiais de vida.*
6. *Aqueles que concordam com isso têm o dever de juntar-se à tentativa de promover as mudanças necessárias.*

Tanto as recomendações de Sachs, como as de Naess, podem adequar-se as ações intercorrentes entre turismo, ambiente e sustentabilidade no sentido de promover o turismo ecodesenvolvido. Como são esses os três grandes espaços consensuais a respeito dos quais este trabalho estará relacionado, o grande desafio que se coloca é, portanto, qual a melhor maneira de abordá-los sem correr o risco de estar colocando uma venda em nossos olhos e limitando o escopo de nossa análise. Diante de três grandes temas que suscitam diversas questões por si só e que envolvem diversas áreas do conhecimento, torna-se nítida a necessidade de se iniciar nossa abordagem ressaltando o aspecto interdisciplinar de todos eles e seus diversos níveis de interações. A interdisciplinaridade seria o primeiro passo em direção a uma hipotética transdisciplinaridade, esta, sim, levando a uma visão mais abrangente.

Não pretendemos (nem temos a ilusão de) alcançar, aqui, o patamar de uma transdisciplinaridade que dê conta de identificar, e eventualmente explicar, as diferentes nuances de tais questões, especialmente quando tais fenômenos flutuam no limiar das diversas áreas do conhecimento. O que pretendemos é identificar o maior número possível de elementos concernentes a turismo, ambiente e sustentabilidade que dialoguem entre si e que eventualmente forneçam pistas da

grande teia de fenômenos interacionais que se desenrolam na Serra do Cipó de modo a buscar o melhor caminho possível na busca de seu (eco)desenvolvimento.

Podemos conceber aqui a imagem da Serra do Cipó enquanto uma pirâmide cuja base seria o tripé Turismo - Ambiente- Sustentabilidade, os quais corresponderiam a três grandes esferas que se interconectariam entre si, sendo que o núcleo central dessa interconexão levaria ao que eu chamaria de Turismo Ecodesenvolvido, sendo que nosso estudo de caso (Lapinha) estaria localizado no seio dessa pirâmide :



**Figura 1.1 A Serra do Cipó e o tripé TURISMO / SUSTENTABILIDADE / AMBIENTE**

Nossa estratégia de ação para a busca do entendimento do que está acontecendo na Serra do Cipó a partir da análise minuciosa de Lapinha, que será explicitada mais adiante, parte do referencial novoparadigmático centrado no tripé Complexidade / Instabilidade / Intersubjetividade (como já foi referido anteriormente). Morin (1997) refere-se à complexidade como um conjunto cujos constituintes heterogêneos estão inseparavelmente associados e integrados, sendo ao mesmo tempo uno e múltiplo. Boff (2000:47) sustenta que com relação à complexidade procura-se “captar a interdependência de todos os elementos, sua funcionalidade global, fazendo com que o todo seja mais do que a soma das partes e que nas partes se concretiza o todo” (o holograma ao qual retornaremos a nos referir mais adiante).



Morin (1999: 331-334) enumera o que ele chama “princípios de inteligibilidade” necessários para a constituição de um paradigma de complexidade. Dos treze enumerados por Morin destacamos alguns, que em muito permeiam a concepção dessa investigação:

- *Validade, mas insuficiência do princípio de universalidade. Princípio complementar e inseparável de inteligibilidade a partir do local e do singular.*
  - *Princípio de reconhecimento e de integração da irreversibilidade do tempo – necessidade inelutável de fazer intervirem a história e o acontecimento em todas as descrições e explicações.*
  - *Princípio que une a necessidade de ligar o conhecimento dos elementos ou partes ao dos conjuntos ou sistemas que elas constituem. sem conhecer .*
  - *Princípio da causalidade complexa, comportando causalidade mútua inter-relacionada, inter-retroações, atrasos, interferências, sinergias, desvios, reorientações.*
  - *Princípios de consideração dos fenômenos segundo uma dialógica*  

<i>ordem</i>	<i>desordem</i>	<i>interações</i>	<i>organização</i>
- Integração, por conseguinte, não só da problemática da organização, mas também dos acontecimentos aleatórios na busca da inteligibilidade.*
- *Princípio de distinção, mas não de separação, entre o objeto em seu ambiente.*
  - *Princípio de relação entre o observador e o objeto. Necessidade de introduzir o sujeito humano – situado e datado cultural, sociológica, historicamente – em estudo antropológico ou sociológico.*
  - *Há que pensar de maneira dialógica e por macroconceitos, ligando de maneira complementar noções eventualmente antagônicas.*

A análise minuciosa de Lapinha só terá sentido se estivermos atentos a esses princípios pois só assim estaremos criando possibilidades de contextualizá-la no âmbito da Serra do Cipó. Como finaliza Morin (op.cit:334), “a reintegração do objeto isolado e do estudo analítico em seu contexto exige que se persiga esses *mandamentos*”.

Vasconcellos (op.cit.:111) completa: “para pensar a complexidade, precisamos mudar crenças muito básicas: em vez de acreditar que vamos ter como objeto de estudo o elemento, ou o indivíduo, e que teremos de delimitá-lo muito bem, precisamos passar a acreditar que estudaremos ou trabalharemos sempre com o objeto em contexto”, ou seja, “deveremos fazer um exercício de ampliação do foco, o que nos leva a ver sistemas amplos”. Ainda para essa autora, procedendo assim surgirão necessariamente as primeiras perguntas; “em que condições acontece o fenômeno no qual estou interessado? Como o vejo relacionado com outros elementos do sistema?”.

São questões básicas e que permeiam nossa investigação com relação a Lapinha e a Serra do Cipó: Em que condições de sustentabilidade o turismo vem se desenvolvendo em Lapinha? Como esta sustentabilidade (não importando seu grau) está relacionada com o problema da Serra

do Cipó? Nosso foco passa a incluir as relações, para além de se ater ao elemento principal do estudo, qual seja, o turismo em Lapinha. Contextualizando o turismo em Lapinha estaremos nos referindo às relações entre todos os elementos envolvidos. Vasconcellos (op.cit.:112) completa: “contextualizar é reintegrar o objeto no contexto, ou seja, é vê-lo existindo no sistema. E ampliando ainda mais o foco, colocando o foco nas interligações, veremos esse sistema interagindo com outros sistemas, veremos uma rede de padrões interconectados, veremos conexões ecossistêmicas, veremos redes de redes ou sistemas de sistemas”.

Distinguindo nosso objeto de seu contexto e procurando estabelecer articulações e inter-relações, estaremos caminhando para o que Morin chama de princípio dialógico, o que nos remete não a uma unificação primeira ou última, mas a uma dualidade no seio da unidade. Estamos tentando unir conceitos que tradicionalmente se opõem porque no âmbito de um pensamento tradicional eles se encontravam em compartimentos estanques. Aqui caminhamos para o princípio da multidisciplinaridade e Vasconcellos (op.cit.:114) coloca que “uma das conseqüências do pensamento complexo é que, em vez de pensar a compartimentação estrita do saber, passa-se a focalizar as possíveis e necessárias relações entre as disciplinas e a efetivação de contribuições entre elas, caracterizando-se uma interdisciplinaridade”. A autora cita Morin, o qual afirma que o problema da epistemologia complexa é fazer comunicar as instâncias separadas do conhecimento.

Boff (op.cit.:51) observa que a lógica includente da complexidade “impõe um estilo de pensar e de agir: obriga a articular os vários saberes relativos às várias dimensões do real; importa jamais enrijecer as representações, mas compreender a multidimensionalidade de tudo; leva a conjugar o local com o global, o ecossistema com a história, o contrário e até o contraditório com a totalidade mais abrangente”.

Tão central como o enfoque da complexidade nesta investigação é a questão da intersubjetividade. Desmistificando o primado da separação entre o sujeito e o objeto da pesquisa, parece-nos claro que “o sujeito que analisa não está fora dessa realidade panrelacional; ele é parte do processo da realidade e de seu conhecimento reflexo (Boff, op.cit.:51). Este autor prossegue, considerando que “os seres possuem sua relativa autonomia, mas sempre num contexto de implicação e interconexão”, e que “por isso o ideal da estrita objetividade, com exclusão da história e dos interesses do sujeito, é fictícia. O sujeito é parte do objeto e o objeto é dimensão do sujeito”(Boff, op.cit.:51)

Nossa imersão em Lapinha partiu da convicção de que, antes de tentar conhecê-la, era preciso fazer-se conhecer, de que mais do que falar de turismo, falaria também enquanto turista. Significaria também a busca de uma abertura para o Outro, no sentido buberiano do termo, pois “a comunidade, para Buber, é o lugar por excelência de afirmação da vida, não apenas fundada em instrumentalidade, interesses e poderes. Ela é o lugar do diálogo e dos encontros, onde as pessoas têm o Eu-Tu – e não o Eu-Isso – como horizonte maior de possibilidade de suas relações” (Bartholo Jr., 2001:89). Colocaria em prática algo já considerado por nós quando discutíamos a idéia de uma “atitude turística pessoalizante”, que “implicaria a percepção da paisagem para além do olhar inicial, eminentemente horizontal e limitada ao Isso, a partir do qual inicia-se uma busca tanto interior, na direção do Eu, e tanto exterior, na direção do Tu” (Gontijo & Rego, 2001:10)

Minha permanência em Lapinha acabou por aproximar-se metodologicamente do que Morin denominou como “Sociologia do Presente” (1984: 155-338), especialmente no que concerniu a um diagnóstico da realidade multidimensional de Lapinha, diagnóstico no qual buscou-se estabelecer um diálogo entre as possíveis inter-relações do turismo em Lapinha com/na a realidade mais ampla da Serra do Cipó. Tal diagnóstico demandou não só uma caracterização de Lapinha e sua contextualização no âmbito da Serra do Cipó, como também um retorno ao seu passado, desde a pré-história até a história recente da região. Ao longo dessa análise histórica procurou-se identificar os fatos mais marcantes da vida no local e no seu entorno, e que de alguma forma se fazem refletir nas condições atuais e futuras.

O mesmo enfoque serviu também para pautar a inserção dos principais atores ao longo dessa história, de modo a compreender melhor seus papéis em relação à situação atual e futura da Lapinha. A análise multidimensional permitiu constatar, qualitativamente, o grau de sustentabilidade da atividade turística em Lapinha, o que, em certa medida, é revelador do estágio atual dessa atividade na Serra do Cipó. Diante dessa constatação buscou-se, finalmente, traçar as ações possíveis e/ou desejáveis para Lapinha e, por inferência direta, para a Serra do Cipó. Ações que podem ser entendidas sob seus aspectos bilaterais, ou seja, tanto no que diz respeito ao que pode ser feito com relação a Lapinha, como na postura que qualquer um de nós, enquanto turistas, devemos tomar para conceber um turismo que se queira ecológico e sustentável.

Num certo sentido, o aspecto da temporalidade perpassa a organização dessa pesquisa. Ao contextualizarmos Lapinha e a Serra do Cipó, estamos falando também de seu passado até aqui.

Ao fazermos a análise multidimensional, estamos tentando decifrar seu presente. Depois de constatar o grau de sustentabilidade do turismo que aí se desenvolve, estaremos buscando as melhores vias de ecodesenvolvê-la, ou seja, rastreamos as ações possíveis e desejáveis no âmbito do que chamamos de Turismo ecodesenvolvido para Lapinha e a serra do Cipó.

Com muita clareza, Boff (op.cit.:50-51) revela, em grande medida, o que se pensou ao se estabelecer a estratégia dessa investigação, fechando de forma brilhante com a questão da temporalidade, que ele tomou emprestado de Weizächer (1964):

*Não se pode isolar seres, organismos e fenômenos do conjunto dos inter-retro-relacionamentos que os constituem concretamente. Por isso devemos distinguir sem separar. Conhecer um ser é conhecer seu ecossistema e a teia de suas relações. Importa conhecer a parte no todo e o todo presente nas partes. Todos os fenômenos estão sob o arco da temporalidade, isto é, da irreversibilidade. Tudo está em evolução, veio do passado, se concretiza no presente e se abre para o futuro. O passado é o espaço do fático (o futuro que se realizou); o presente é o campo do real (o futuro que agora se realiza e que se mostra); e o futuro é o horizonte do potencial (a possibilidade que pode ainda realizar-se).*

## 1.2 – DEFININDO NOSSA TRAJETÓRIA NA SERRA

*... ainda falta muito para as pessoas que vivem nas cidades chegarem ao tempo que todas as crianças indígenas têm, de respeito com a natureza, com a terra. Isso é o que nós podemos ensinar para as pessoas. Nós podemos aprender muitas outras coisas, também, com elas. Mas, pelo menos, um presente a gente pode dar para as pessoas, que é o de aprender a pisar com cuidado na terra. Quando os ambientalistas começaram a divulgar as idéias de reverência, de respeito com a natureza, de respeito com a terra, para nós foi um grande alento, porque nós pensamos: “graças a Deus, os brancos se tocaram que a terra é viva e que ela precisa ser amada e reverenciada pelos seus filhos”. Tomara que esse pensamento alcance a grandeza que ele verdadeiramente tem.*

(Krenak, 2000)

### 1.2.1 – Antecedentes

Pode-se dizer que nossa trajetória na Serra iniciou-se bem antes do que esta investigação pode sugerir. Não vou recuar tanto a ponto de chegar àqueles antepassados, autores das belas pinturas em seus paredões, embora tenha plena consciência de que nosso sangue brasileiro transporta parte dessa herança. Mas a serra estando bem próxima de Belo Horizonte acaba exercendo um magnetismo natural, especialmente se crescemos com as atenções voltadas para os aspectos naturais das belas paisagens dos arredores da capital (afinal de contas meu avô já dizia, “mesmo a caminho da força se deve apreciar o passeio”).

Vários foram os passeios pela serra enquanto turista, depois enquanto estudante e depois enquanto professor de biogeografia. A Serra do Cipó tem sido um alvo privilegiado para a realização dos trabalhos de campo tão freqüentes no curso de Geografia da UFMG e nunca considerei tais trabalhos menos turísticos por causa das obrigações acadêmicas. Trata-se do “Turismo científico”, ou “de aprendizado”, mas não menos turismo por causa disso. E lá estava agora, em busca da delimitação do meu objeto de investigação. A Serra do Cipó vinha se constituindo, cada vez mais, em tema de pesquisas, monografias, dissertações e teses que de alguma forma começavam a focar o problema dos rearranjos espaciais e dos impactos do turismo<sup>5</sup> na região.

Eu já vinha participando, como representante do Depto. de Geografia, na equipe que elaborou o plano de pesquisas para o PARNA Serra do Cipó, sob coordenação do Prof. G.W.Fernandes, na

---

<sup>5</sup> Vide trabalhos de Moura(2), Oliveira(2), Pereira, Oliveira, Fernandes, Pires, Cirilo, Madureira de Oliveira, Ferreira, Ribas

eminência, inclusive, de contribuir na elaboração de seu Plano de Manejo caso o IBAMA tivesse deflagrado o processo por essa época (meados da década de 90).

O envolvimento com a serra cresceu a partir do momento em que passamos a fazer parte do Projeto Manuelzão, da Faculdade de Medicina da UFMG, quando então adotamos uma bacia por ocasião do lançamento do programa “Adote uma Bacia” do MMARH em 1997. Ao adotarmos a bacia do rio Preto, afluente do rio Cipó no município de Santana do Pirapama, desenvolvemos um trabalho de diagnóstico e educação ambiental que resultou em três monografias e uma comunicação em congresso. O envolvimento via Projeto Manuelzão com a bacia do rio Cipó como um todo acabou por levar-nos a Lapinha da Serra e aí surgiria uma nova fase de meu envolvimento com a serra.

A partir do primeiro contato com Lapinha, da qual já tinha ouvido falar apenas nas discussões internas do Projeto Manuelzão, tive certeza de que passaria a centralizar ali o foco de minha investigação. O diagnóstico geo ambiental elaborado pela equipe da Profa. M.G.Parizzi do IGC/UFMG deu a senha para que o trabalho em Lapinha e na Serra se aprofundasse. O próprio diagnóstico foi consequência também do Programa Adote uma Bacia, quando três professores do IGC (Magalhães Jr., Parizzi e Menegassi) adotaram a bacia do Riachinho. Por essa ocasião já realizava meus créditos no programa de doutorado do CDS e procurava delimitar minha área de pesquisa. A idéia inicial era trabalhar com toda a bacia do rio Cipó, mas foi circunscrevendo-se a apenas dois dos municípios por ela abarcados (Santana do Pirapama e Santana do Riacho) e, finalmente, a um povoado (Lapinha) de um desses municípios (Santana do Riacho).

A primeira visão da paisagem de Lapinha foi arrebatadora e imediatamente induziu-me a circunscrever a análise do que estava acontecendo na Serra do Cipó através de um detalhamento da investigação naquela localidade. Mais tarde viria a constatar que, da mesma forma que minha descoberta de Lapinha foi como uma revelação de algo que deveria ser aprofundado, aqueles índios dos quatro povos sobreviventes em Minas Gerais, aos quais eu já me referi anteriormente, também estavam rodando pela Serra a procura de um lugar para celebrar o que eles chamaram de “um sonho de juntar várias tribos diferentes numa mesma aldeia”. A descrição de Krenak para a identificação do sítio da aldeia traduz muito do que se passou em mim quando visitei Lapinha pela primeira vez:

*Quando nós passamos naquele alto de serra pela primeira vez, caçando o lugar da aldeia que receberia todos os anos, na abertura da primavera – as nossas tribos por uma semana inteira de celebração, nós*

*reconhecemos o lugar. Nosso coração estava tão tranqüilo que o lugar onde caísse a pedra – é como você jogar uma pedra para o alto – , no lugar em que ela caísse, estava marcado o sítio, que nós tínhamos que fazer o terreiro de Danças, montar nossas malocas, chamar as nossas tribos e iniciar esse caminho, que é a retomada dos ritos da nossa tradição.*

(Krenak, 2000:6)

Minha pedra caiu em Lapinha, e a partir de lá iniciei um caminho com relação ao qual essa investigação é apenas o umbral.

### **1.2.2 – O programa de pesquisa do Turismo em Lapinha**

Ao abordar a questão do turismo na Serra do Cipó, a única coisa que tínhamos em mente era de que não queríamos realizar um estudo clássico de diagnóstico do local, discussão dos problemas e proposição de soluções, mesmo porque o estudo recente de Moura (2000) já havia abordado de maneira bastante satisfatória o problema dos impactos do ecoturismo na Serra do Cipó (embora circunscrevendo-se mais à região de Cardeal Mota). Queríamos aprofundar na discussão do problema do turismo na região e perseguia-nos aquele incômodo de constatar que, apesar de toda a roupagem ecoturística, muito pouco de ecológico estava acontecendo com relação à atitude dos turistas na região, o que de resto acontece quase sempre em termos de Brasil, quando rotula-se uma destinação como “ecoturística”, e os turistas que para lá afluam de “ecoturistas”. Sabíamos que para realizar tal aprofundamento deveríamos circunscrever o campo de análise, daí surgindo a idéia de centralizar a discussão em Lapinha mas sem perder de vista sua inserção no fenômeno ecoturístico da/na Serra do Cipó. De qualquer maneira, a opção foi clara no sentido de sacrificar o estudo de uma área mais abrangente em prol do aprofundamento da análise em uma pequena localidade.

Mesmo considerando Lapinha um pequeno microcosmo, o universo de sua teia de interações sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais revelou-se um complexo e grande emaranhado do que chamamos de fenômenos interacionais. Logo percebemos que, sozinho, não teria condições de aprofundar muito na análise, o que nos levou a chamar outras pessoas interessadas em contribuir na investigação. Neste sentido, surgiu a possibilidade da colaboração da Profa. Regina A. Martins quando a mesma aceitou tomar Lapinha como objeto de estudo em sua dissertação. Em seu trabalho ela aprofundou no problema das políticas públicas de turismo para o desenvolvimento local e traçou um perfil do turista que frequenta Lapinha.

A Regina juntaram-se duas alunas de Turismo, Josy Sapucaia e Juliana Cittadino, as quais realizaram um levantamento completo das potencialidades turísticas de Lapinha. Do fruto do trabalho de nosso grupo surgia, em 2001, uma comunicação no V Encontro Nacional de Turismo com Base Local - “ A consolidação da base local: Um programa para o estudo do turismo em Lapinha – Serra do Cipó/MG”. Mais tarde viriam a se juntar ao “programa” a geógrafa Hélen Barreto e o estudante de arquitetura, hoje já formado, Sandro Guimarães. Enquanto a primeira desenvolveu um estudo comparativo de balneabilidade de recursos hídricos em Minas Gerais que teve Lapinha como um dos estudos de caso (Barreto, 2003), o segundo desenvolveu uma proposta de zoneamento ambiental que propiciasse a ocupação sustentável de Lapinha. Valendo-se do diagnóstico geo-ambiental de Parizzi e dos nossos levantamentos, Guimarães apresentou uma bela proposta de “arquitetura cidadã” para Lapinha (Guimarães, 2002).

A presente pesquisa é mais um passo no âmbito deste “programa”, que está longe de encerrar-se com ela. Acreditamos que estamos enquadrados no que Barbier (1977:116-121) considera como sendo o nível da implicação estrutural – profissional na qual procuramos “elementos que têm sentido com referência ao trabalho social do pesquisador e ao seu enraizamento sócio-econômico na sociedade contemporânea”. Não posso me furtar das implicações psicoafetivas que surgiram a partir deste trabalho, e nem mesmo das implicações histórico-existenciais que levaram a ele. Quisera interferir mais na práxis do turismo em Lapinha, mas imprevistos e dificuldades de ordem particular impediram uma inserção mais ativa no lugar. Permanecendo como observador privilegiado da realidade do local, consideramos que a permanência deste programa de estudos implique em ações cada vez mais concretas no local, sempre com a preocupação de buscar os melhores caminhos e alternativas de desenvolvimento.

Estamos cientes de que nossa implicação pode ser “definida como o engajamento pessoal e coletivo em e pela práxis científica, em função de nossa história de vida, (...), de nosso projeto sócio-político em ato, de tal modo que o investimento que resulta de tudo isso é parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento” (Barbier,op.cit.:120). Admitimos que diante de Lapinha, com a qual formamos um sistema, levamos em conta nossa implicação com o local e procuramos, então, detectar nos campos de intervenção, a ação latente ou manifesta das instituições, estando nós também implicados como todos os atores sociais com os quais lidamos nessa pesquisa.



### 1.2.3 – Estratégia metodológica

Na introdução geral da obra “O Método”, Edgar Morin traça considerações a respeito do encaminhamento metodológico a ser seguido no âmbito de investigações que se proponham a abordar temas complexos. Um parágrafo é especialmente elucidador no que diz respeito ao que proponho realizar neste trabalho, e por isso tomo a liberdade de reproduzi-lo aqui:

*Na origem, a palavra “método” significa caminho. Aqui temos de aceitar caminhar sem caminho, fazer o caminho no caminhar. O que dizia Machado: Caminante no hay camino, se hace camino al andar. O método só pode formar-se durante a investigação; só pode desprender-se e formular-se depois, no momento em que o termo se torna um novo ponto de partida, desta vez dotado de método. Nietzsche sabia-o: “Os métodos vêm no fim” (O Anticristo). O regresso ao começo não é um círculo vicioso se a viagem, como hoje a palavra trip indica, significa experiência, donde se volta mudado. Então, talvez tenhamos podido aprender a aprender a aprender aprendendo. Então o círculo terá podido transformar-se numa espiral onde o regresso ao começo é, precisamente, aquilo que afasta do começo. Foi precisamente isto que nos disseram os romances de aprendizagem de Wilhelm Meister a Siddharta.*

(Morin, 1977:25)

Já em sua *Sociologie*, Morin (1984, op.cit.) detalha o que ele considera os princípios de uma sociologia do presente, a qual demanda um método *in vivo*, ou seja, um método que implique numa vivência da realidade do objeto de estudo na tentativa de apreender o fenômeno em sua totalidade uma vez que é impossível separar um fato sociológico do seu cenário real. Para Morin (op.cit.:157):

*... é necessário (absolutamente) circunscrever o campo de estudo e respeitar sua singularidade irredutível; mas, ao mesmo tempo, como em todo sistema complexo, o local contém de uma certa maneira o todo no qual ele se inscreve (assim, cada ponto do holograma, sendo um ponto singular de uma imagem, contém quase toda informação da imagem do conjunto); além disso, evidentemente, o sistema local é tipicamente aberto e apenas vive no âmbito da intercomunicação com a sociedade regional, qual ela mesma, etc. Portanto, por vezes há um status singular/particular e um status microcósmico / hologramático no próprio objeto da pesquisa local. E o pesquisador tem a difícil tarefa, temível e complexa de considerar essas duas características sem afogá-las / dissolvê-las uma na outra. É por isso que a pesquisa local demanda muito de estratégia, de invenção e, se ela quer ser ciência, ela deve ser arte.*

No âmbito desta pesquisa, Serra do Cipó e Lapinha estabelecem uma relação hologramática na qual tudo que for dito com relação a Lapinha deve ser considerado também para a Serra e vice-versa. Muitas vezes a relação não é direta e algumas considerações aqui e ali podem aparentemente não se aplicar literalmente para ambas. Não devemos esquecer, entretanto, o dinamismo e a velocidade do processo de transformação da região. Neste sentido, muito do que hoje já acontece em determinados lugares da Serra, poderá vir a acontecer em outros lugares. No caminho inverso, o que acontece hoje em Lapinha, por exemplo, aconteceu de maneira

semelhante em Cardeal Mota a algumas décadas atrás (para atermo-nos no exemplo destas duas localidades).

Na nossa *estratégia e invenção*, que Morin demanda para este tipo de pesquisa, procuramos lançar mão de alguns condutores locais, ou que com relação à Serra do Cipó possuem uma forte identidade. Através da transcrição, freqüente ao longo do trabalho, de suas falas e registros, procuramos transmitir algo da alma do lugar no que de mais fundo conseguimos penetrar. Por vezes o registros são longos, mas o que neles vai escrito complementa o que tentamos transmitir através de nossa leitura, sendo inclusive muito mais elucidativos. Apoiamo-nos muito nas impressões de Ângelo Machado, Eugênio Goulart e Ailton Krenak com relação à Serra do Cipó como um todo, e em José Cláuver de Aguiar e nos habitantes de Lapinha, com relação a essa última.

A inserção desses condutores e do que eles têm a dizer serviu-nos a um duplo propósito: Conduzindo-nos diretamente para a alma da Serra, eles ajudam a conduzir-nos para nossa própria alma, para uma possibilidade nova de olhar para a Serra do Cipó enquanto turistas também que somos. É Krenak quem mais naturalmente realiza esta transformação interior pelo simples fato da alma indígena trazer consigo o amálgama da terra e dos ancestrais de forma tão vívida. Podemos considerar que estaríamos tentando ousar desenvolver algo do que Roszak (1992) propôs na sua “ecopsicologia” a qual procura estudar a relação entre o indivíduo e o planeta. Nossos condutores são pessoas ecopsicologicamente saudáveis uma vez que estão atentas, mesmo que não tenham consciência disso, às conexões existentes entre o ambiente e a alma humana.

Nosso condutor no âmbito específico deste encaminhamento metodológico foi Morin, especialmente através de sua inspiração com relação à “Sociologia do Presente”, como já foi dito. O método *in vivo* de sua sociologia serviu-nos de base para a definição de nossa estratégia enquanto permanecemos em Lapinha. Dado ao estreito paralelismo entre o estudo em Lapinha que estávamos dispostos a empenhar e o trabalho de aprofundamento que Morin realizou em Plozévet, cabe aqui um detalhamento dessa trajetória uma vez que o exemplo de Plozévet norteou nossas ações em Lapinha.

A comuna de Plozévet<sup>6</sup>, no noroeste da França, foi o grande laboratório de Morin. Ela sofria um processo que ele chamou de metamorfose na sua transição para a modernidade, isso em meados dos anos sessenta. Em sua investigação de campo, Morin e sua equipe empenharam um trabalho exaustivo de levantamento da realidade local, passando pela identificação de atores, a análise dos vestígios da transformação pela qual passava o vilarejo, colocando em prática uma estratégia de ação não definida a priori mas que foi se revelando na medida em que a investigação prosseguia.

O caminho se fazia ao caminhar (parafrazeando Antônio Machado, sempre citado por Morin) e assim foi se moldando um diagnóstico multidimensional que o autor definiria mais tarde como a colocação, na prática, do que seria o método *in vivo* de sua sociologia do presente, uma sociologia que “escorregava pela minha ladeira antropológica e prolongava minha investigação sobre a realidade imaginária do homem” nos dizeres do próprio Morin (2000:159). Morin aspirava “um pensamento que pudesse dar conta da invenção, da criação e do sujeito” e que se desenvolvesse “junto a uma reflexão sobre os problemas da sociedade, da civilização e da democracia” (op.cit.:173). Morin fugia da sociologia “compartimentada em subdisciplinas não comunicantes” e buscava “uma disciplina multidimensional complexa, que permite articular uns aos outros os diversos caracteres da realidade social” (op.cit.:173).

Avesso a qualquer tipo de receita de bolo metodológica Morin enumerava, em 1984, o que ele chamou de “princípios de uma sociologia do presente”, depois reapresentados por Paillard (1999), e incluía o método do encaminhamento multidimensional utilizado e já descrito na pesquisa de Plozévet. Sua sociologia centra-se “mais no fenômeno do que na própria disciplina, no acontecimento (fato) mais do que na variável, na crise mais do que na realidade estatística” (1984:159). Ele busca elaborar um sistema antro-po-socio-histórico que complemente o que vem sendo tradicionalmente usado em sociologia uma vez que o objetivo principal é assimilar as contribuições das diversas disciplinas. Neste sentido, Morin enfatiza e detalha alguns elementos dessa sociologia, quais sejam, o fenômeno, o acontecimento, a temporalidade social, a sociologia clínica e o “campo de ação (terreno) do presente”.

Quanto ao fenômeno, este emerge da realidade social como um fato relativamente isolável. O problema é que cada disciplina o enxergaria a sua maneira, desintegrando-o em sua essência, daí sendo necessário a constituição de equipes pluri e interdisciplinares para apreendê-lo e eventualmente possibilitar a criação de novas perspectivas de análise que busquem sempre a

---

<sup>6</sup> Assim escrito em vários autores que citam esta pesquisa, incluindo o próprio Morin, mas cuja grafia na edição

aderência entre o dado singular, concreto, e a teoria (o “éctico” e o “êmico” na perspectiva da antropologia física de Neves – comunicação pessoal). A partir de uma impulsão fenomenológica, teoria e concreto seriam costurados de modo que ambos seriam insuflados e não mutilados.

Em Plozévet, portanto, Morin cria e conduz sua pesquisa no âmbito do assim chamado “método multidimensional” cujas principais características foram por ele enumeradas ao final da sua publicação (Morin, 1967) e mais tarde listadas por Paillard (1999) no que este chamou de os *dez mandamentos do entrevistador e do pesquisador* (grifo do autor). Tais mandamentos serão apresentados mais adiante uma vez que foi a partir deles que nosso trabalho em Lapinha foi encaminhado. A partir de uma rápida introdução de cada mandamento no sentido exposto por Paillard, explicaremos como o trabalho em Lapinha foi por nós conduzido, guardando-se aqui as devidas proporções.

Torna-se importante advertir que não dispusemos de uma equipe interdisciplinar nas condições em que o trabalho em Plozévet foi desenvolvido, nem com o mesmo tempo de duração da pesquisa e também não nos foi possível realizar uma imersão (física) completa no lugar. As ausências físicas foram, na medida das possibilidades, compensadas por uma total dedicação intelectual na tentativa de traçar e rastrear a teia de interações que se desenrolam em Lapinha e a situa em relação ao problema da sustentabilidade do turismo na região da Serra do Cipó.

Morin trabalhou durante um ano em Plozévet, lá permanecendo durante todo o tempo, coordenando a área de sociologia no âmbito de uma pesquisa que se pretendia interdisciplinar e cujos dados das diversas áreas do conhecimento já vinham sendo levantados durante outro ano de trabalhos. Tal pesquisa e esforço de levantamento de dados envolveu antropólogos, geógrafos, historiadores, etnólogos, etc., totalizando quase duzentos pesquisadores de acordo com Paillard (1999:132). A idéia de Plozévet foi adaptada a nossa disponibilidade de trabalho e de pessoas, transformando-se em um grupo de estudos que formulou o já referido programa para a pesquisa do turismo de base local de Lapinha e sua relação com o tipo de desenvolvimento turístico que vem acontecendo na Serra do Cipó como um todo.

Seriam estes os dez mandamentos do entrevistador e do pesquisador tal qual concebidos por Morin (1967: 278-287), reavaliados pelo próprio em 1984 e, mais tarde enumerados por Paillard (1999):

1- *Diferenciar “enquête” de “pesquisa”*. Enquête refere-se à coleta de informações e dados, ao estabelecimento do maior número possível de contatos, o que possibilita a abertura de novos domínios para explorar. Pesquisa é uma enquête associada a reflexão simultânea sobre os dados coletados. Embora diferentes, uma não pode ser separada da outra. A pesquisa modula a enquête, que por sua vez pode alterar o rumo original da pesquisa, o que por sua vez pode levar a que novos tipos de enquête sejam realizados e assim sucessivamente.

Em Lapinha realizamos ambas, sem qualquer preocupação de dissociá-los, coletando dados, conversando, refletindo e reformulando a todo instante os questionamentos

2- *Ter uma visão estratégica da enquête, que redefine e modifica o seu percurso e o seu desenvolvimento a partir de ensaios e erros*. Considerá-la como algo flexível e que possa se adaptar às situações que se apresentem de modo a incorporar os fatos novos, mesmo que isso implique em seguir numa trajetória de investigação não linear (construção do objeto, determinação de hipóteses, coleta dos dados, análise dos dados, estabelecimento de resultados). Fatos novos ou inusitados podem e devem ser incorporados ao campo de análise – neste sentido, é o método que se adapta aos fatos e não o contrário, isto é, engessar o campo de estudo em um método apriorístico.

A reformulação dos questionamentos referida anteriormente era necessária na medida em que possibilitava a incorporação de novos elementos de análise, de novos atores, de novas situações, por mais inusitadas que fossem, evitando-se assim o “engessamento metodológico”.

3- *Utilizar técnicas variadas, de maneira simultânea, convergente ou sucessiva*. Qualquer técnica de investigação é válida já que a diversidade de assuntos e temas abordados demandam, na maioria das vezes, maneiras diferentes de levantamento de dados. Paillard sugere desde a observação etnográfica até a intervenção psicossocial, passando pelos métodos que ele considera “mais clássicos”: trabalho a partir de arquivos, livros, teses, documentos e diversos textos, utilização de resultados de enquêtes por questionários, utilização de artigos de imprensa ou programas de rádio e televisão e outras fontes de informação do gênero.

A coleta de dados em e sobre Lapinha permeou todas as fontes e meios possíveis e que estivessem ao nosso alcance. Enquanto na vila a tônica foi buscar a confiança da população local

para então poder captar as informações através de conversas, fora da vila as entrevistas foram mais constantes uma vez que os encontros eram mais formais, na maioria das vezes marcados com antecedência. Além disso, consultou-se documentações pertinentes, especialmente na prefeitura de Santana, nos arquivos da CIBH, nos cartórios de Santana e Jaboticatubas, além de mapas antigos, dados do TRE, IBGE, Internet, empresas operadoras de turismo, questionários, outros trabalhos já realizados, fotografias aéreas etc. A tabela 1.1 mostra um levantamento da pesquisa direta e indireta realizada ao longo dessa pesquisa.

	<b>Lapinha</b>	<b>Santana do Riacho</b>	<b>Cardeal Mota</b>	<b>Belo Horizonte</b>
<b>Pesquisa Direta:</b> Entrevistas participativas com idosos, lideranças, comerciantes e empreendedores, turistas, etc. Questionários e levantamento de dados	Juquinha de Lazarina, Juquinha do Zé Quincote, D. Maria, Euclides, David, Geraldo Quincote, João Belisário, Alves, Olavinho, Marcos, Sandra, Alcino, Zinho, Bráulio, Edson, Marcelo, Soter,	Zé Juquinha, Eustáquio, Danilo, Antônio Venina, Andréia, Oswaldo, Toninho Guerra, Mossoró, Silas, Cícero, Benjamim, Charles, Zé Machado, Maria José	Zezinho, Fina, Prego, Joaquim, Heloisa Gama, Geraldo Wilson, Abino (PARNA), Roberto e Marcos (APA), Márcia Spyer, M. Inês Almeida, Oswaldo Machado, João Nicisso, Leonardo Tavares	Sr. Laerte, Zé Cláuver, Tomás M. Machado, Roberto Avelar, Eugênio Goulart, Ildeu Laborne, Marco A. Pessoa, Roberto Cardoso Leonardo, Paulo Brant, M. Elaine e Flávio, Marcelo Timo
<b>Pesquisa Indireta:</b> pesquisa de documentos, pesquisa em arquivos, levantamento de dados, etc.	Mundinho da Bina, Belisário, Socorro, Cléber, Geralda, Márcio, Rosângela, Zé d'Olinta, Tarcísio, D. Natalina, Questionários para turistas, Levantamento de dados diretos	Arquivos da Prefeitura Municipal, documentos de Cartório	Arquivos do PARNA Serra do Cipó e da APA Morro da Pedreira, Calango Ecoturismo e Brasil Aventuras (Material de divulgação)	Dados da CEMIG, TRE, Arquivos da CIBH, Projeto Manuelzão, IGA, IBGE, Internet, FEAM, IBAMA, Prod. Científica – UFMG, Unicentro Newton Paiva

Tabela 1.1: Levantamento de Pesquisa Direta e Indireta

- 4- *O convívio como técnica de enquête.* Mais (ou antes) do que conhecer o objeto de estudo, no caso quando inclui pessoas, é necessário fazer-se conhecer, quebrar o distanciamento inerente à condição de ser uma pessoa de fora. É um processo lento e que inclui as iniciativas normais de convivência social, ou seja, freqüentar os ambientes de movimento, apresentar-se, conversar com as pessoas, explicar, quando necessário, suas intenções, etc. Assim, segundo Paillard, são definidos os lugares e os momentos estratégicos específicos de cada enquête, lugares que favorecem a integração por um “mimetismo sociológico”

Foi justamente o que procurou-se fazer em Lapinha, uma mistura entre o mimetismo sociológico citado por Paillard e uma “antropologia invisível”. A preocupação inicial foi fazer-se conhecer, e isto demandou um certo tempo. Uma apresentação inicial a algumas pessoas do local por parte de Zé Juquinha e a grande sociabilidade da população local, entretanto, facilitaram esta tarefa. Freqüentou-se os ambientes de maior movimentação, notadamente os três bares locais, e procurou-se sempre fazer as refeições em casas da vila com o costume de servir para fora. Como freqüentava o povoado durante a semana, minha presença era facilmente notada, e não demoraram as ofertas de passeios e convites para um café, um almoço, etc.

5- *Unificar o trabalho do entrevistador e do pesquisador.* Trata-se de um item que diz respeito, eminentemente, ao trabalho em equipe na medida em que é desejável que todos tenham um envolvimento pessoal com o objeto de investigação, que vá além do mero levantamento de dados e domínio das técnicas de investigação.

Dada as características de nosso trabalho, com pouquíssimas pessoas e na maioria das vezes realizado de forma solitária, o trabalho de entrevistador era, necessariamente, também o de pesquisador. O envolvimento pessoal com o objeto de investigação surgiu naturalmente.

6- *Favorecer a parte subjetiva e afetiva do pesquisador.* Se queremos encontrar e interagir com o outro, torna-se impossível manter-se distante de seu objeto de estudo, sob o risco de não se conseguir estabelecer qualquer canal de interlocução com as pessoas do lugar. Como foi dito no item 4, devemos nos fazer conhecer, e isso só é possível se deixarmos bem claro quem somos e a que viemos para que um embrião de relação de amizade se estabeleça.

Nunca perdemos de vista esse favorecimento, mesmo porque foi fundamental para a quebra inicial do gelo. Impossível tentar conhecer sem se fazer conhecer, e foram inúmeras as vezes em que tive de explicar o que estava fazendo, que não tinha interesse em comprar terras na região, e que estava pensando apenas em termos de promover o bem para o local.

7- *Escrever um diário da enquête.* No âmbito de uma equipe interdisciplinar, cada membro escreveria o seu, nele apontando toda sorte de registro, desde os mais particulares, até observações de cunho analítico ou impressões gerais. A idéia seria confrontar as observações de cada um de modo a compartilhar as experiências e enriquecer o universo de análise.

Em não havendo uma grande equipe interdisciplinar, tal diário foi, na prática, nossa caderneta de campo, procedimento comum em qualquer levantamento de campo por nós realizado no âmbito da geografia. Qualquer observação, impressão pessoal, dado novo, citação, etc., era anotado por mais aparentemente inócuo que fosse. Tais anotações enriquecem e qualificam muitos dos dados friamente obtidos através de questionários e estatísticas.

8- *Reunir regularmente a equipe.* É nessas reuniões que se discutiriam e avaliariam os rumos da pesquisa, sendo as anotações do diário a ferramenta que guiaria tais discussões.

Uma vez configurada nossa equipe para o programa de estudo do turismo em Lapinha, as reuniões eram freqüentes, embora não realizadas no local e sim na UFMG.

9- *Cracking intelectual.* Termo moriniano no sentido de decomposição do conjunto de informações obtidas sob as diversas formas de coleta de dados. Buscar-se-ia fazer uma espécie de triagem daqueles assuntos mais relevantes, profundos, de modo a posteriormente amalgamá-los em “níveis específicos de complexidade” (Paillard).

Essa triagem foi sendo feita na medida em que o trabalho avançava, buscando-se sempre que possível aprofundar naqueles assuntos que transitavam pelos três espaços consensuais de nossa pesquisa, ou seja, o turismo, o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

10- *Não delimitação, a priori, do campo de ação da pesquisa.* Por mais que o universo de análise esteja bem delimitado espacial ou temporalmente, não se deve perder de vista as questões de fundo que liguem tal campo de atuação a reflexões mais abrangentes, até mesmo universais, da qual o estudo de caso não é senão uma reprodução em escala micro de algo mais profundo e latente e que envolve e demanda questionamentos mais amplos.

Lapinha representou, no âmbito desta pesquisa, nossa porta de entrada no universo da Serra do Cipó. A partir dessa imersão no local pudemos avaliar o grau de sustentabilidade da inserção do turismo na região, mas não nos ativemos apenas a essa questão. Passamos a questionar o tipo de turismo que estava acontecendo no local, até que ponto ele poderia ser classificado como ecológico, ou até que ponto isto era um rótulo imposto de fora. Começamos a prestar atenção na atitude destes supostos ecoturistas, por mais bem intencionados que estivessem. Fomos buscar também na história elementos que ajudassem a compor este quadro investigativo e, a partir do



momento em que nos afastamos espacialmente do local (mas sem nunca perdê-lo de vista), tentamos montar um quadro geral o qual resultou na estrutura final dessa tese.

Como pode ser percebido através da adoção desses *dez mandamentos*, a pesquisa de campo foi se desenvolvendo paralelamente ao levantamento de questionamentos a cerca do turismo de uma forma geral, não só no local mas também em relação ao qual o local estava inserido. A análise multidimensional foi sendo realizada na medida em que os dados eram coletados, isso num intervalo de tempo que variou desde o primeiro contato com Lapinha, em fevereiro de 2000 até meados de 2002. A partir de então, na medida em que novas leituras eram feitas e novos dados eram levantados fora de Lapinha, o décimo mandamento possibilitou a ligação entre o que lá foi investigado e as questões maiores que suscitaram a pesquisa, questões que já rondavam nossa cabeça desde aquele distante primeiro contato com Zé Juquinha.

Aceitamos o desafio de Morin quando o mesmo sugere “a procura de um método que não se revela por nenhuma evidência primária e que deve ser elaborado com esforço e risco” (Morin, 1999:140). Sua colocação ao final da discussão que faz em torno de uma nova transdisciplinaridade é bastante reveladora e traduz bem o fato de nosso método ter se formado ao longo da investigação:

*A missão desse método não é fornecer as fórmulas programáticas de um pensamento “são”. É convidar a pensar-se na complexidade. Não é dar a receita que fecharia o real numa caixa, é fortalecer-nos na luta contra a doença do intelecto – o idealismo –, que crê que o real se pode deixar fechar na idéia e que acaba por considerar o mapa como território, e contra a doença degenerativa da racionalidade, que é a racionalização, a que crê que o real se pode esgotar num sistema coerente de idéias.*

(Morin,1999:140)

## CAPÍTULO 2

### 2.1 – O CENÁRIO: LAPINHA DA SERRA E AS SERRAS DE LAPINHA

*... E é por isso que eu digo: quem não foi até o alto da serra, foi à serra do Cipó e não viu a serra. Isso porque a serra do Cipó verdadeira são os campos rupestres lá do alto, com suas pedras cobertas de líquens, suas canelas-de-ema e sempre-vivas, quaresmeiras e orquídeas, seus campos de Xyris e tantas outras flores que só os botânicos sabem o nome e que fazem da serra do Cipó uma das regiões mais ricas do mundo. E, como cada espécie floresce em determinada época, a paisagem da serra está sempre mudando. Assim as serras do Cipó são várias: cada mês uma serra diferente. Por isso é muito difícil conhecê-la em toda sua diversidade, no espaço e no tempo...*

(Machado, 1992)

Pode-se dizer que Lapinha é um desses lugares caprichosamente guardados no alto da serra. Pequena vila localizada 11 quilômetros ao norte da sede do município de Santana do Riacho, Lapinha está inserida num altiplano encaixado entre duas cristas da Serra do Cipó, aos pés do maciço da Serra do Breu - 1687 metros no ponto mais alto, o pico do Breu (FIGURAS 2.1 e 2.2).

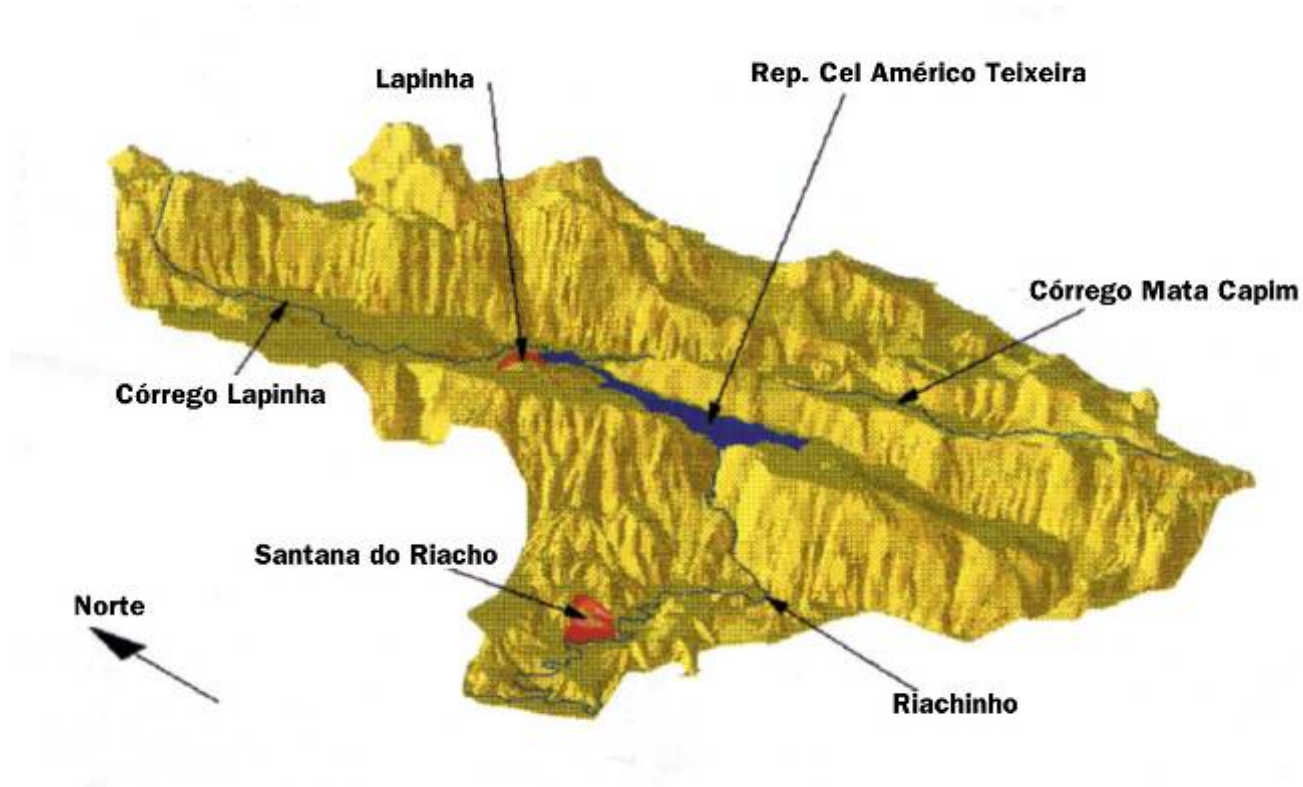


Figura 2.1 – Modelo digital tridimensional da bacia do Riachinho



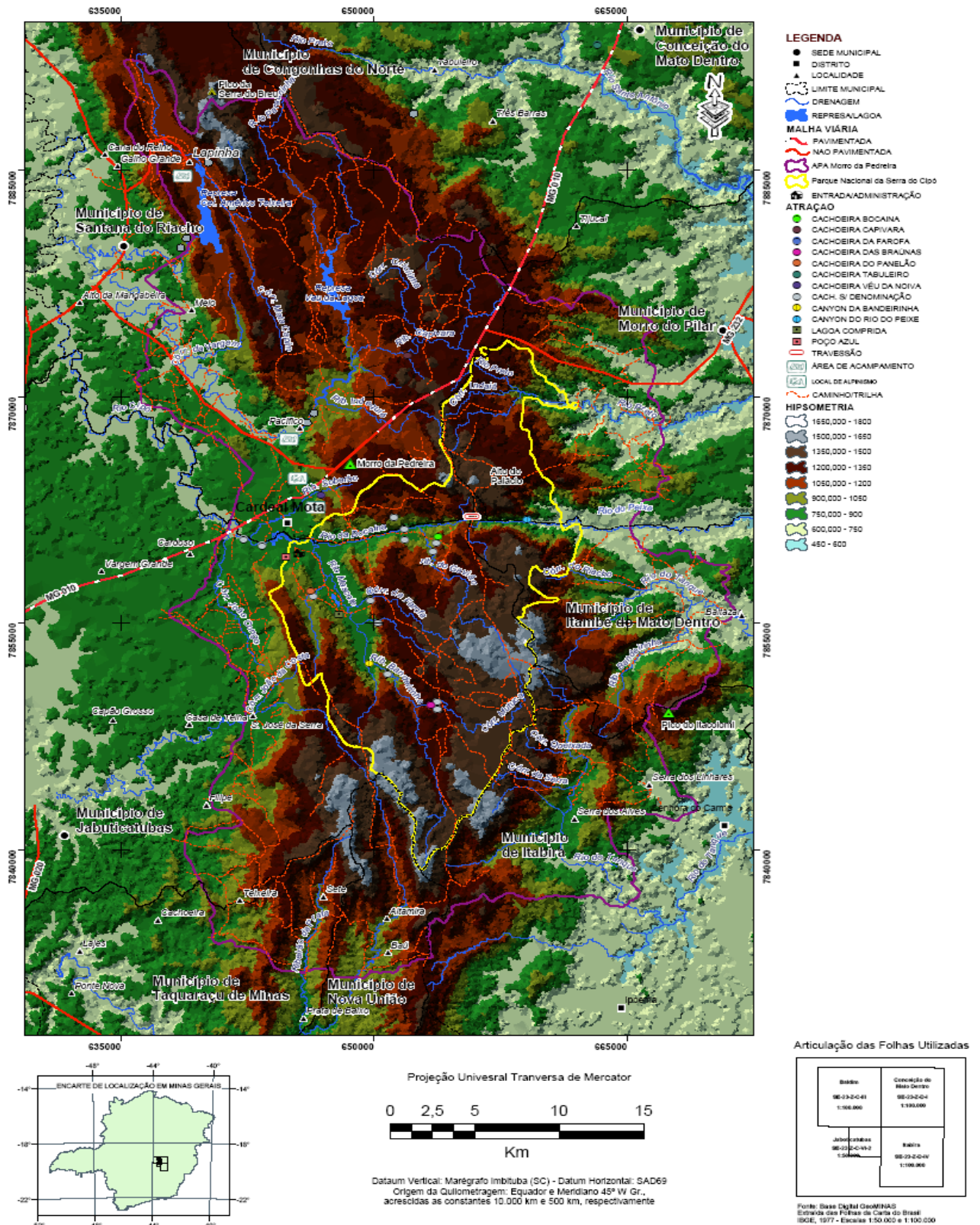
Figura 2.2 – Vista de Santana do Riacho com o escarpamento do primeiro patamar da Serra do Cipó e o Topete ao fundo

Situada a 1100 metros de altitude, Lapinha encontra-se às margens da represa formada a partir da construção da barragem da Usina Coronel Américo Teixeira (UCAT), em 1950. Tal represa foi concebida de modo a não inundar o casario, já existente então, do povoado da Lapinha. Neste sentido, foi respeitada a cota altimétrica de 1107 metros para o espelho d'água da represa, o que fez com que a porção mais a montante dela margeasse o povoado. Isto modificou a paisagem do povoado na medida em que o curso meandrante do Riachinho foi encoberto, assim como suas matas marginais de galeria e a dolina<sup>7</sup> que existiam próximos a sua margem direita (entre o talvegue e o povoado). De uma certa forma a lagoa cresceu em extensão e a mata de galeria, certamente, desapareceu (MAPA 2.1).

---

<sup>7</sup> Dolina: “Depressão em forma de funil, própria das regiões calcárias. A dolina de dissolução é formada por água de infiltração, alargando fendas” (Leinz & Leonardos, 1971:63)

Mapa 2.1 - Contextualização Geográfica da APA Morro da Pedreira e Parque Nacional da Serra do Cipó



De forma aproximadamente triangular e com cerca de quatro quilômetros de extensão no seu comprimento maior, a represa da UCAT encontra-se estreitada em seu terço de montante por um afloramento calcário, o que lhe confere um aspecto duplo, isto é, parece que estaríamos diante de

dois lagos quando na verdade trata-se de apenas um. Mesmo assim, a porção de montante da represa, aquela que margeia o povoado, é conhecida localmente como lagoa da Lapinha, e a porção de jusante, de maior extensão, é conhecida como barragem da usina (FIGURA 2.3).



Figura 2.3 – Vista da represa da UCAT e da lagoa da Lapinha, com o povoado na sua margem direita. Observa-se também o vale do Mata Capim à esquerda

A lagoa da Lapinha, todavia, parecia já existir enquanto dolina desde antes da construção da barragem, como sugere documentação cartográfica da época. Também a porção maior, de jusante, parece ter inundado mais de uma dolina, o que é sugerido pelas depressões naturais do seu leito observáveis no período de seca quando o espelho d'água se reduz drasticamente (Auler & Basílio, 1988, também levantam a mesma suspeita). A presença de dolinas se justifica pelo embasamento calcário sobre o qual o vilarejo e a represa estão instalados, como será detalhado mais adiante (FIGURAS 2.4, 2.5 e 2.6).



Figura 2.4 – Vista da Lagoa da Lapinha com a Pousada Pico da Breu à esquerda e o Topete à direita



Figura 2.5 – Mesma vista anterior, durante a estação seca



Figura 2.6 – Leito seco da represa da UCAT revelando o esqueleto da mata de galeria afogada

Entre a lagoa da Lapinha e a represa da UCAT ocorre o encontro das águas do córrego do Mata Capim e o da Lapinha, ambos formando o córrego do Riachinho. Foi o córrego do Riachinho que foi represado quando da construção da barragem, constituindo-se todo o sistema do altiplano da Lapinha a cabeceira do Riachinho. O córrego do Riachinho, por sua vez, é afluente do rio Parauninha, um dos tributários da margem direita do rio Cipó, principal curso d'água regional e que nasce cerca de 40 quilômetros a sudeste, no Parque Nacional (PARNA) da Serra do Cipó, a partir da união dos rios Mascote e Bocaina.

O rio Cipó corta a Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro da Pedreira no seu alto percurso e corre no sentido SE/NW, paralelamente às encostas íngremes da Serra do Cipó, denominação local da faixa ocidental da porção meridional da Serra do Espinhaço. Toda essa região encontra-se inserida na bacia do rio das Velhas, tributário da São Francisco e um dos mais importantes do ponto de vista histórico, geográfico e econômico de Minas Gerais. Considerando o grau de poluição da bacia do Velhas, a bacia do Cipó ganha grande importância na medida em que constitui-se na única com padrão de qualidade considerado satisfatório pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM, 1997), tratando-se então de um verdadeiro repositório da biodiversidade da bacia como um todo.

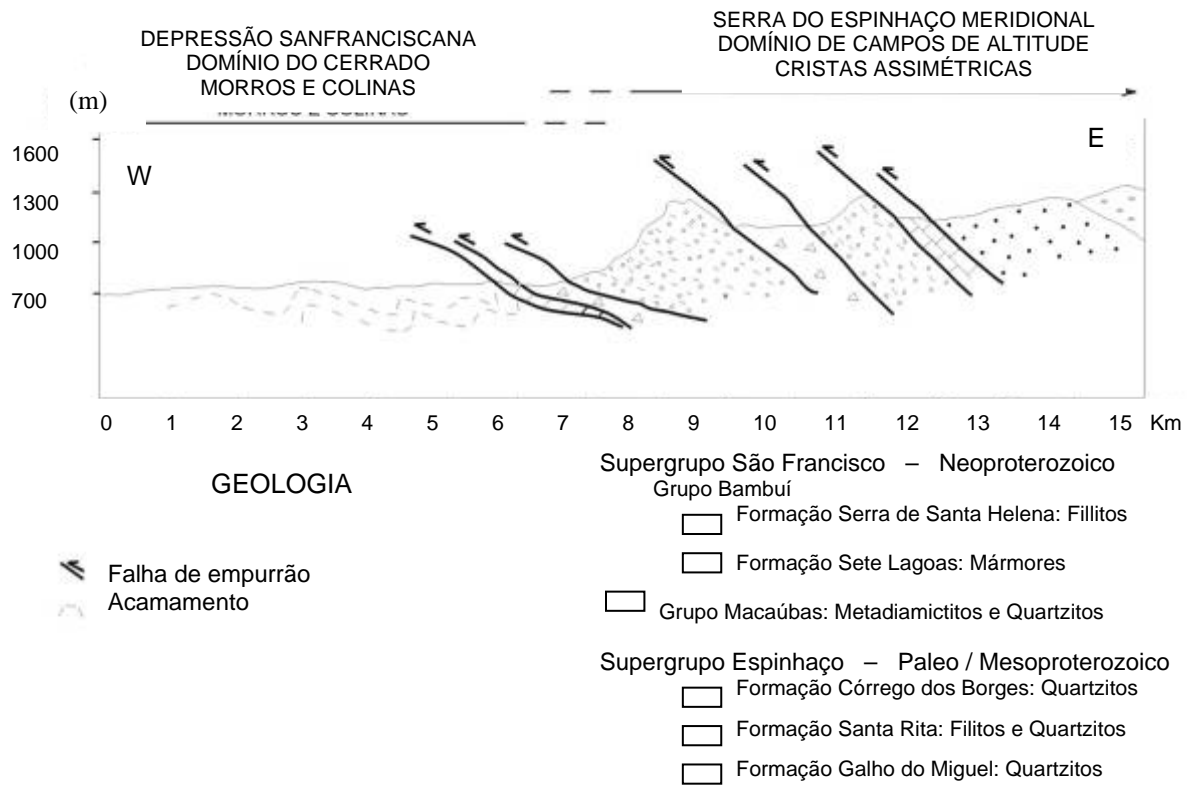
Não é difícil perceber a gama variada de potencialidades paisagísticas e culturais que, de alguma forma, envolvem a Serra do Cipó, o próprio município de Santana do Riacho e a vila de Lapinha. Torna-se importante investigar também as razões que levaram os primeiros ecoturistas (turistas alternativos de então, meados dos anos 80) a trilhar caminhos que a poucos anos atrás eram tão difíceis de ser percorridos. A Serra do Cipó encanta mesmo aos olhares menos atentos, possuindo um grande poder de atração a partir do momento em que ela nunca se revela por inteiro num primeiro encontro. Sempre a algo a mais por ser explorado, muito além do PARNA ali instalado na década de oitenta e oficialmente aberto à visitação pública em 1998. Uma das provas da magnitude destas potencialidades consiste na própria existência da APA Morro da Pedreira a qual corresponde a toda a faixa que envolve o PARNA, um grande anel que busca abarcar um pouco mais do que de belo existe no conjunto serrano e seu entorno. A APA, na verdade, funciona como uma grande “zona de amortecimento” do PARNA, zona esta prevista pelo SNUC e com maior poder restritivo do que o “uso sustentável” previsto para uma APA.

Geológica e geomorfologicamente a região de Santana do Riacho apresenta dois grandes domínios – os calcários da Bacia Sedimentar do Grupo Bambuí / Depressão Sanfranciscana (Planalto de Lagoa Santa segundo Kohler, 1989) e os quartzitos do Supergrupo Espinhaço da imponente Serra do Cipó. Enquanto aqueles abrigam cotas altimétricas mais baixas de trechos da bacia do Rio das Velhas e das bacias do Paraúna e Cipó, esses abrigam as nascentes de vários de seus tributários os quais cortam os escarpamentos montanhosos do alinhamento serrano, formando vários caninos e quedas d’água de grande beleza cênica. Localmente, também a paisagem de Lapinha e seu entorno são marcados por estes domínios, como será detalhado a seguir (FIGURA 2.7).

Geologicamente a localidade de Lapinha apresenta os quartzitos da formação Galho do Miguel (Supergrupo Espinhaço), correspondentes ao maciço da serra do Breu e seus escarpamentos, e os mármore alterados da formação Sete Lagoas (Grupo Bambuí do Supergrupo São Francisco) correspondentes ao altiplano cárstico do platô da Lapinha. A região comporta ainda os quartzitos e metadiamicititos do Grupo Macaúbas (Supergrupo São Francisco), dispostos em uma faixa contínua a oeste do vilarejo, e os quartzitos da formação Córrego dos Borges (Supergrupo Espinhaço) formando cristas ao longo da margem esquerda da porção maior (a jusante) da represa da UCAT e a oeste da mesma, correspondendo à crista ocidental da Serra do Cipó. Todas as formações encontram-se distribuídas em faixas NNW, oriundas de um “importante sistema de falhas de empurrão e reversas que duplicam e invertem a posição estratigráfica das diversas



unidades” (Parizzi et al., 2000). Estes autores apresentam um detalhamento maior da estrutura e da evolução geológica da região, no qual consideram, inclusive, a Lagoa da Lapinha como sendo um lago cárstico. Trata-se, mais provavelmente, de uma dolina que foi afogada pela represa da UCAT.



**FIGURA 2.7:** SEÇÃO ESTRUTURAL-ESTRATIGRÁFICA DA SUB-BACIA DO RIACHINHO

Fonte: PARIZZI et al. 2000

A geologia da Serra do Espinhaço, a propósito, vem despertando o interesse de pesquisadores desde o século XIX, conseqüência das ocorrências de diamante descobertas no século anterior. De acordo com Karfunkel et al. (1991), apenas com as pesquisas de Pflug (1965, 1968) iniciou-se uma nova fase de estudos sistemáticos que culminaram com as publicações da edição especial da Revista de Geociências Geonomos (UFMG/IGC/CPMTC, 1995) e da série de mapas (1:100.000) do Projeto Espinhaço (IGC/CSR/COMIG, 1996). Tais trabalhos constituem-se numa espécie de síntese geral, conseqüência de uma série de artigos, resumos, dissertações e teses elaboradas ao longo de mais de 25 anos de pesquisa, de acordo com levantamento elaborado por Souza e Martins, 1995.

Diretamente relacionados com a região da Serra do Cipó, e com o município de Santana do Riacho, podemos identificar os trabalhos de Sperber (1975), Dossin (1983), Herrgesell (1985), Magalhães (1988), Auler & Basílio (1988), Alkmim & Chemale (1989), Karfunkel et al. (1991), Oliveira et al. (1993), Hagedorn (1995), Alvim et al. (1998), Menegasse et al. (1999) e Parizzi et al. (2000). Estes três últimos trabalhos foram resultados de uma série de estudos efetuados na bacia do córrego do Riachinho, iniciados em 1998 a partir do programa do Ministério do Meio Ambiente “Adote uma Bacia”, e constituem a base do diagnóstico físico que ora se apresenta.

Geomorfologicamente, podem ser identificadas em Lapinha os compartimentos relativos às cristas quartzíticas que traduzem os *hogbacks* alinhados na paisagem e “representados por escarpas abruptas e elevadas, decorrentes das frentes de empurrões e da resistência à erosão, esculpidas sobre as rochas das Formações Galho do Miguel e Córrego dos Borges” (Parizzi et al., op.cit.). Aí estão as maiores altitudes da região, constituindo o que denominei maciço da Serra do Breu. Este maciço compreende o Pico do Breu (1687 metros), ponto culminante da Serra do Cipó, o Pico da Lapinha de Cima (1591 metros), as duas elevações que abrigam as nascentes do córrego do Breu (1686 e 1641 metros) e o “Topete” (cerca de 1570 metros), os dois últimos avistáveis do vilarejo, sendo o Topete erroneamente chamado de pico do Breu pelos turistas uma vez que é o mais marcante na paisagem local e o mais freqüentado por trilheiros. O reverso dessas escarpas constituem-se em extensos planaltos de altitude, os quais muitas vezes abrigam nascentes de tributários do Riachinho, do Mata Capim, do rio das Pedras e do próprio Parauninha.

Outro grande compartimento geomorfológico corresponde ao platô de Lapinha, um “altiplano cárstico, modelado em rochas do Grupo Bambuí, constituindo uma faixa NNW com altitudes entre 1100 e 1200 metros. Apresenta um relevo suavizado e solos avermelhados resultante da decomposição dos mármores” (Parizzi et al., op.cit.). O sítio da vila assenta-se sobre esses calcários, tornando-o especialmente vulnerável a uma ocupação desorganizada e potencialmente predatória aos recursos hídricos locais (córregos, lençol freático, represa) bem como de formação calcária são as grutas localizadas não muito distantes da vila – Morro Vermelho, Cauã, Mata-Capim, Lapão e dos Milagres, esta última cuja denominação se deve às supostas qualidades de sua água (Auler & Basílio, op.cit.). Parizzi et al. (op.cit.) também identificam escarpas com menores elevações sobre as rochas do Grupo Macaúbas (a “crista ocidental da Serra do Cipó” à qual me referi anteriormente), com solos predominantemente arenosos e altitudes variando entre 1000 e 1400 metros; superfícies localmente laterizadas e as planícies de inundação ao redor da represa da UCAT.

No que se refere à geomorfologia, alguns autores já realizaram estudos com níveis variados de aprofundamento com relação à Serra do Cipó. Trabalhos realizados em escalas de maior detalhamento tendem a ser, por razões óbvias, mais aprofundados. Entre estes estão incluídos Karfunkel et al.(1989), Kohler (1989), Moura (1990), Kohler et al.(1991), Gontijo (1993), Gontijo & Ross (1993), Gontijo (1998) e novamente Parizzi et al. (2000). Já com relação à geomorfologia regional, merecem destaque os trabalhos de King (1956), Barbosa (1966), IGA (1978), Saadi (1991) e Saadi (1995).

A litologia decorrente do embasamento geológico acaba por definir as características pedológicas da região uma vez que fica claro o contraste entre as limitações ecológicas impostas pelos solos arenoquartzosos dos topos de serra (Formações Galho do Miguel e Córrego dos Borges, já referidas anteriormente), e as possibilidades decorrentes dos solos eutrofizados das baixadas calcárias (formação Sete Lagoas do Grupo Bambuí - Supergrupo São Francisco). A cobertura vegetal se revela, então, fortemente marcada pela litologia, localizados que estamos próximos à área core dos campos rupestres de altitude do Espinhaço Mineiro<sup>8</sup>. De acordo com Giulietti et al (1987), a fisionomia dos campos rupestres da Serra do Cipó é bastante uniforme e essa característica se mantém ao longo da cadeia do Espinhaço, sendo a continuidade quebrada pela presença de manchas de cerrado e matas de galeria e de encosta. e também pelos assim chamados capões de matas.

Menezes e Giulietti (2000:66), destacando a riqueza florística dos campos rupestres da Serra do Cipó, registraram a presença de 1590 espécies ( de um total de 149 famílias) em uma área de aproximadamente 200 km<sup>2</sup>. Além disso, elas chamam a atenção para o elevado índice de endemismos da flora local, fato já constatado por Joly desde 1970, quando iniciava um estudo exaustivo de levantamento da flora da Serra do Cipó, contando com a colaboração de pesquisadores e pós-graduandos da Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas e do Instituto de Botânica de São Paulo. Joly já antevia que “não há na flora brasileira outra associação, com tal índice de endemismos, como a dos campos rupestres, que fala da antigüidade

---

<sup>8</sup> Os campos rupestres de altitude do Espinhaço Mineiro constituem-se num dos quatro grandes biomas do estado, e possuem, a meu ver, uma importância que vai muito além de sua mero arranjo florístico / fitofisionômico. Trata-se de uma paisagem grandiosa, profundamente gravada no imaginário mineiro, uma vez que acompanha nosso histórico de conquista mineral, associada que está ao magnífico embasamento quartzítico, seja ele mais silicoso (como no caso do Espinhaço), seja ele mais ferrífero (como no caso do Quadrilátero Ferrífero). A história das “minas gerais” passa necessariamente, pelos seus campos rupestres

de seu isolamento, restrita como está ao alto das serras isoladas, verdadeiras ilhas no planalto brasileiro, únicos pontos onde se encontram as condições geo-climatológicas, razão de sua existência” (Joly, 1970: 128-129). Joly morreu prematuramente mas o levantamento florístico prossegue até hoje – Giulietti et al.(1987, op.cit.) lembram que, desde 1972, “várias teses, dissertações e trabalhos foram concluídos, incluindo estudos taxonômicos, anatômicos e ecológicos, baseados no material da Serra do Cipó”. O Boletim de Botânica da USP vem sistematicamente publicando artigos referentes à descrição das diversas famílias identificadas para a flora da Serra do Cipó cuja área pesquisada insere-se na APA Morro da Pedreira e incluiu o entorno da MG10 quando a mesma tangencia o PARNA Serra do Cipó.

Os botânicos enumeram um grande número de famílias de plantas mas aos olhos dos leigos destacam-se na paisagem as “canelas de ema” (Velloziaceae), as “parasitas”<sup>9</sup> (Orchidaceae e Bromeliaceae), diversas cactáceas (Cactaceae), e um grande número de “sempre-vivas” (Xyridaceae, Cyperaceae, Eriocaulaceae) (Menezes & Giulietti, 1986). São exemplares dessa famílias as que mais têm sido coletadas ao longo dos anos por toda a Serra. Enquanto os caules das canelas de ema são coletados para serem usados como combustível; cactos, bromélias e orquídeas são retirados pelo alto valor de mercado que atingem em função da beleza e singularidade de seus aspectos. Já com relação às sempre-vivas, a coleta tem sido sistemática e indiscriminada ao longo de todo o Espinhaço Meridional, onde certas populações já tiveram seu número drasticamente reduzido, e outras já são consideradas como extintas<sup>10</sup> (Giulietti et al., 1988).

Além dos campos rupestres, matas ripárias e capões também foram estudados pelo grupo de São Paulo. Meguro et al. (1996a e 1996b) caracterizaram-nas tanto floristicamente quanto com relação ao seus processos de instalação e dispersão. Enquanto as matas ripárias “ocupam estreitas franjas ao longo dos riachos que drenam os campos rupestres, alargando-se aquém da cota de 1000 m” (Meguro et al., 1996b); os capões “formam pequenas manchas nas proximidades dos topos arredondados e encostas suaves das serras e, à jusante, fundem-se, muitas vezes, com as florestas presentes nas íngremes vertentes dos anfiteatros de erosão e dos vales” (Meguro et al., 1996a).

Considerando o aspecto regional, o Espinhaço Meridional surge como um grande divisor de biomas, ele próprio comportando em si um daqueles quatro biomas mais significativos da

---

<sup>9</sup> Na verdade são epífitas, pois não exercem qualquer tipo de relação de parasitismo com o hospedeiro, e muitas vezes encontrando-se diretamente sobre o substrato rochoso.

paisagem mineira. A bacia do rio das Velhas, na encosta ocidental do Espinhaço Meridional, invade o cerrado mineiro, enquanto a encosta oriental do Espinhaço Meridional detém o avanço do “mato dentro” ao longo da bacia do rio Doce, o mesmo “mato dentro” que batizou Conceição, Itabira e Itambé, ali localizadas e todas testemunhas da grande floresta estacional semi-decidual, versão mineira do bioma da Mata Atlântica.

A Serra do Cipó está inserida na extremidade meridional da Serra do Espinhaço, exatamente na região em que ela é mais estreita longitudinalmente e onde, portanto, o “mato dentro” está mais próximo do cerrado, ambos separados pelos campos rupestres. Estamos diante de um mosaico fitofisionômico e florístico que imprime na paisagem da serra um de seus grandes fascínios, o que está refletido em Lapinha e seu entorno, inserida que está na cota altimétrica (1000 – 1100 m) que define, grosso modo, a transição altitudinal entre campos rupestres e cerrados (lembramos que estamos na bacia do rio das Velhas). Mas o “mato” aí também penetra, persistente que vai ao longo dos cursos d’água (matas ripárias ou de galeria), e também onde se instala nas depressões geológica e geomorfologicamente favoráveis do altiplano da serra (capões de mata). Já nos afloramentos calcários que aí ocorrem, e como de resto no entorno<sup>11</sup> da serra, dominam manchas de mata seca (floresta estacional decidual)

A fisionomia do cerrado é fortemente marcada pelo xeromorfismo oligotrófico (aspecto árido em função da deficiência de nutrientes no solo e a forte concentração de alumínio), mas ele também sofre as conseqüências de uma sazonalidade acentuada, isto é, desenvolve mecanismos de retenção de água no período de maior deficiência hídrica (final de inverno). De acordo com Ferreira (1980) o cerrado “apresenta gradações baseadas na fisionomia, nos fatores edáficos e na composição florística” e Brandão (2000:56) chega a considerar os campos rupestres como uma de suas variáveis campestres<sup>12</sup>. Ribeiro & Walter (1998), por sua vez, propõem os assim chamados cerrados rupestres, traduzindo a transição gradual entre o cerrado e os campos rupestres, tal qual pode ser verificado na região de Lapinha.

---

<sup>10</sup> A lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais registra 351 espécies ameaçadas no âmbito dos campos rupestres (Mendonça & Lins, 2000:113-148)

<sup>11</sup> Como é o caso do “Morro da Pedreira” de Cardeal Mota, que suscitou o movimento que deu origem à criação da APA, a qual acabou por levar o seu nome. O antigo proprietário das terras que incluíam o morro planejava reativar e modernizar a exploração mármore ali existente, exploração essa que se daria a poucos metros dos limites do PARNA, e que foi embargada em função da criação da APA.

<sup>12</sup> Algo muito mais plausível do que classificar os campos rupestres do Espinhaço como se fossem refúgios vegetacionais no âmbito da adequação ao sistema universal da classificação vegetal de Veloso (1992)

É no final do período de maior deficiência hídrica que ocorre um grande número de queimadas na região, o que em grande medida reflete numa série de adaptações morfológicas nas plantas que possibilitam a sobrevivência ao fogo. A grande pressão ecológica do fogo sobre o cerrado, fato já estudado desde Warming (1908) e aprofundado por Coutinho (1976 e 1992), se prolonga para os campos rupestres, definindo inclusive muito de sua composição florística (Giulietti et al., 1987 op.cit.). As queimadas, comuns na serra, são freqüentes em Lapinha, não sendo raro o testemunho dos habitantes da região sobre incêndios que duram dias para cobrir todo o escarpamento quartzítico local.

As formações florestais, por sua vez, sofrem influência tanto do regime climático como da litologia e da geomorfologia. As matas secas permanecem exuberantes no verão mas perdem suas folhas no inverno uma vez que a água penetra no substrato calcário e acaba tornando secas as camadas superficiais do solo, tornando também esta formação altamente vulnerável à ocorrência de incêndios. São poucas as manchas remanescentes na região de Lapinha. Aí predominam, em meio à transição do cerrado para os campos rupestres, capões e galerias, algumas bastante alteradas pela ocupação agrícola (especialmente no médio curso do Mata Capim).

Se a região do PARNA Serra do Cipó e do seu entorno imediato têm sua flora exaustivamente estudada, assim como aspectos da ecologia e da fauna, a região de Lapinha continua pouco explorada pelos biólogos. Fernandes (1997), na versão preliminar de seu Plano de Pesquisa para o PARNA, enumera mais de 200 trabalhos relativos à botânica e ecologia da região e pouco mais de 30 relativos a fauna, o que por si só evidencia uma desproporção temática muito grande. Nenhum desses trabalhos, entretanto, abrange a região de Lapinha, o que revela também uma grande desproporção espacial.

A Serra do Cipó prossegue ainda desconhecida em grande parte de sua extensão, especialmente se considerarmos seu elevado grau de endemismos. Ou seja, cada um de seus grotões permanece como alvo potencial de investigações mais aprofundadas, especialmente num momento em que os estudos da biodiversidade de Minas Gerais ganham fôlego, incluindo aí dois belos trabalhos da Fundação Biodiversitas (Costa et al., 1998 e Mendonça & Vanucci, 2000). No atlas para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais de Costa et al. (op.cit.), a Serra do Espinhaço, em sua porção meridional, aparece como uma das áreas prioritárias de conservação, com importância biológica especial e enquanto área que demanda a criação urgente de (mais) Unidades de Conservação. O texto referente à Serra do Espinhaço (Costa et al., op.cit.:61) é bastante

elucidativo e resume bem muito do que aqui foi enfatizado com relação à importância ecológica da Serra do Cipó:

*A Serra do Espinhaço, de notável relevância, destaca-se no cenário nacional e internacional, pois além de abrigar nascentes de diversos rios que drenam para diferentes bacias, constitui uma área ímpar no contexto mundial, no que se refere à formação geológica e florística. Apresenta extraordinário grau de endemismo de várias famílias de plantas e é considerada o centro de diversidade genética das sempre-vivas. Nela se concentram cerca de 80% de todas as espécies de sempre-vivas do país e cerca de 70% das espécies do planeta. A Serra abriga, ainda, 40% das espécies de plantas ameaçadas do Estado. Esses fatores, aliados à sua importância como eixo de migrações pré-históricas, justificam a recomendação de criação de uma Reserva da Biosfera que englobe todo o maciço do Espinhaço. Para viabilizar essa proposta, o Estado deverá requerer ao Programa "Man and Biosphere – MAB", da UNESCO, a criação da reserva.*

Estaria este santuário, especialmente naqueles pontos onde a pressão turística tem sido crescente, vulnerável e impotente diante desse rolo compressor de visitantes a cada fim de semana? Biólogos e ecologistas em geral tendem a reduzir a questão à criação de Unidades de Conservação, se possível das mais restritivas, e a criar o maior número possível de mecanismos que impeçam a chegada e permanência de turistas. Muitos desses biólogos estiveram, inclusive, na vanguarda do processo de criação das unidades de conservação lá já existentes e suas contribuições para o aprofundamento do conhecimento de diversas facetas da Serra são inquestionáveis. Mas não deveríamos, enquanto pesquisadores, continuar com aquela venda nos olhos e que nos impede que possamos enxergar além do mistério profundo das plantas e animais da Serra. O problema da ocupação desordenada da Serra tem se avolumado e são cada vez mais constantes os conflitos decorrentes dos jogos de interesse contraditórios entre os diversos profissionais que atuam na região (vide Pereira, 2002).

De uma forma quase profética, Machado (comunicação pessoal, 1996) afirmava num tom misto entre melancólico e descrédito:

*Agora tá todo mundo interessado na Serra do Cipó ...*

O mesmo Machado que no único volume até hoje<sup>13</sup> já dedicado à Serra do Cipó (Soares et al., 1992) escrevia uma brilhante crônica na qual revela o fascínio que a serra lhe exerceu quando a visitou pela primeira vez enquanto criança:

---

<sup>13</sup> Fernandes (desde 1998) preparou a edição de um outro volume, cujo título é “Serra do Cipó: ecologia e evolução”, mas vem enfrentando uma série de dificuldades para lançá-lo

*... Continuamos a subir, passamos pelo Hotel Chapéu de Sol e chegamos ao alto. A serra apareceu então em toda a sua plenitude, linda, gloriosa, imensa, diferente de tudo o que eu já tinha visto. Aquelas imagens de serra ficaram em mim para sempre, reforçada por novas e novas viagens.*

*- Sabe – disse meu tio – que essa serra já foi fundo de mar?*

*- É mesmo?*

*- Foi sim, em alguns lugares a gente vê até as marcas das ondas nas pedras.*

*Fiquei profundamente impressionado com aquilo, e a minha imaginação de criança passou a ver peixes no meio das flores, baleias descendo a cachoeira Grande e tubarões subindo o Véu da Noiva. Muitos anos mais tarde, um geólogo meu amigo me deu a confirmação: “Foi fundo de mar sim! Mas no pré-cambriano, quando o mar só tinha formas muito primitivas de vida, há mais de um bilhão de anos”. Aí, então, fiquei sabendo que a serra era muito mais antigo do que eu imaginava.*

Machado, ele mesmo um dos principais entomologistas do país, faz parte daquele grupo de pessoas que descobriram os tesouros da serra sem necessariamente atentar para seu valor científico, esse tão bem explorado pelo grupo de São Paulo e por levadas recentes de pesquisadores da UFMG, UFV e PUC-MG. Tais tesouros já eram conhecidos por naturalistas de gerações anteriores e que já freqüentavam aquelas paragens muito antes da visão detalhista e verticalizante dos pesquisadores atuais (vide Schwacke, 1900; Silveira, 1908, 1928 e 1931; Hoehne, 1927; Mello Barreto, 1935 e 1949 e Magalhães, 1953, 1954, 1956 e 1966). E antes destes, naturalistas europeus já se maravilharam com as visões singulares da “Serra da Lappa”, não se cansando de registrar em seus diários impressões sobre sua admiração pela riqueza cênica e florística da região (Mawe, 1809; von Eschwege, 1811; Spix & Martius, 1823; Saint Hilaire, 1833; Pohl, 1837 e Gardner, 1846).

Somos hoje, juntamente com os milhares de turistas que para lá afluem, os visitantes mais recentes de uma destinação já conhecida por naturalistas e bandeirantes muito antes de nós, e por índios e paleoíndios muito antes deles. Mais uma vez aqui a Serra vem exercendo seu fascínio pois o registro desses primeiros visitantes lá ainda permanece. Procurar entendê-la na sua complexidade atual passa por também conhecer um pouco mais sobre seu passado.



## 2.2 – A HISTÓRIA: DESDE LUZIA ATÉ AOS NOVOS PEREGRINOS – UMA ROMARIA DE MAIS DE 10000 ANOS

*...Um mandamento que nós respeitamos é de que você precisa guardar memória de onde você veio para saber para onde vai. Todos os povos antigos da terra guardam, de alguma maneira, esse mandamento, de saber de onde veio, no sentido da origem mesmo, da tradição, para poder saber para onde vai. Uma cultura que despreza os velhos, ela é hipócrita, porque despreza também as crianças. Ela finge que despreza só os velhos, mas, na verdade, ela afunda junto com os velhos, as crianças. E ficam aqueles camaradas orgulhosos e egoístas, porque ainda estão na força física, estão na saúde do corpo, e não percebem que eles são uma pálida presença da vida aqui na terra...*

(Krenak, 2000 )

São poucos os lugares em que podemos testemunhar traços de um passado distante e que, portanto, permitem-nos tentar decifrar algo do que se passou ao longo de sua pré-história. No caso de Santana do Riacho e de Lapinha, os testemunhos da história antiga são mais evidentes do que os da história recente. Pinturas rupestres em sítios arqueológicos estudados com riqueza de detalhes por especialistas reconhecidos da área contrastam com a falta de registros referentes à história colonial e mesmo republicana da região. Pouco se sabe além das efemérides do município, ou das generalizações que são feitas a partir da posição histórico/geográfica do município e da localidade. Em função disto, resta buscar nas reminiscências dos habitantes mais velhos da região, algo da maneira como a vida era levada ao longo desses anos. Os testemunhos são vagos, mas refletem a essência de um estilo de vida que não foge da dinâmica, que espera-se habitual, do interior mineiro ao longo do século vinte.

Busquemos essas his(es)tórias...

Nunca a discussão sobre a chegada dos primeiros habitantes na região do planalto de Lagoa Santa esteve tão aberta a intervenções. O que antes era tido como fato consumado, no que tange à presença do homem de Lagoa Santa nos abrigos do karst da região, hoje é passível de revisões, como, de resto, qualquer teorização a respeito de fatos que teriam acontecido a partir de evidências arqueológicas tênues. Seriam os ancestrais dos índios atuais que freqüentavam tais abrigos ou seriam povos mais antigos, de feições negróides, que aqui primeiro se instalaram, entre cerca de 14.000 e 12.000 anos atrás, e que desde então deixaram seu testemunho?

De acordo com Malta & Kohler (1991), o karst do Planalto de Lagoa Santa que bordeja a Serra do Cipó foi utilizado como habitação, sítio cerimonial ou cemitério, pela população indígena pré-histórica, desde o Pleistoceno Terminal, isto é, a cerca de 12000 anos atrás. Ainda segundo estes

autores, “a posição topográfica do abrigo, em degrau estrutural a cavaleiro do vale do córrego do Riachinho, e o forte tom lilás que recobre parte do rochedo, tornando-o visível a quilômetros de distância, são fatores que devem ter contribuído para sua utilização durante mais de dez milênios pelo homem pré-histórico. Tratavam-se de populações errantes, caçadoras e coletoras, do assim chamado “Homem de Lagoa Santa”, descoberto e primeiramente descrito por Lund na Lapa Vermelha de Lagoa Santa e na Lapa do Sumidouro (Lund, 1842, Lund 1844a e Lund 1844b in INL,1950), a cerca de 80 km de Santana do Riacho. Segundo Cartelle (1994), populações do “Homem de Lagoa Santa” carregariam em suas andanças, “seus franciscanos pertences em cestos, nas costas, pendentes de uma fita que apoiavam na testa. Os deslocamentos freqüentes eram favorecidos pelo tipo de moradia que usavam: preferencialmente abrigos em paredões e entradas de grutas. Na região dispunham de numerosos acampamentos, o que lhes permitia grande mobilidade. Conheciam o fogo no qual assavam alguns alimentos. Acidentalmente poderiam caçar grandes animais, mas não tinham instrumentos ou tecnologia para que essa se tornasse uma atividade comum”. Comiam o que conseguiam coletar e utilizavam algumas ferramentas toscas de materiais como pedra, madeira, ossos, conchas e chifres, mas não conheciam cerâmica ou metais. No abrigo de Santana do Riacho foram encontrados dezenas de esqueletos em sepultamentos nos quais eles estavam encobertos por pedras, e talvez até envolvidos por redes e camadas de galhos e folhas (Prous, 1991, op.cit.). Marcantes também são as pinturas por eles deixadas neste sítio arqueológico.

Após exaustivas pesquisas realizadas entre os anos de 1974 e 1990 nesse sítio arqueológico, conhecido como “Grande Abrigo de Santana do Riacho”, Prous, encabeçando uma equipe multidisciplinar, pôde afirmar, com segurança “que a presença humana em Minas Gerais só é claramente atestada a partir de um período datado entre 11 mil e 12 mil anos atrás” (Prous 2000). Naquele sítio foram encontrados vestígios de ocupação como “restos de fogo, matérias corantes – talvez o sinal de que algumas das pinturas rupestres do abrigo fossem deste período – e algumas lascas cortantes de pedra” (Prous, 2000, op.cit.). Este autor já levanta, em seu capítulo sobre as primeiras populações do estado de Minas Gerais (Tenório, 2000), novas pistas sobre como se daria a chegada dessas primeiras populações do “Homem de Lagoa Santa” no planalto mineiro. Uma vez que tratar-se-ia de uma “população muito homogênea, com feições bastante peculiares, e que se parecia muito menos com os asiáticos do que com os índios americanos atuais ou com os grupos pré-históricos documentados arqueologicamente nos últimos oito milênios (...), seriam aparentados aos ancestrais das populações australianas, que teriam habitado

a Ásia continental e migrado tanto para o norte (vindo a dar no Brasil) como para o sul (Austrália), antes de serem substituídos na Ásia pelas atuais raças amarelas” (Prous, 2000, op.cit.).

Esta hipótese vem ganhando força principalmente depois dos resultados da reconstituição facial levada a cabo ao analisarem-se os crânios de esqueletos achados na Lapa Vermelha de Confins (VEJA 1999; Neves, comunicação pessoal, 2001), os quais revelaram feições negróides para uma população que seria tida como de origem mongolóide de acordo com a teoria mais aceita até então. Luzia, como foi batizada a cabeça reconstituída do crânio da Lapa Vermelha de Confins viria, então, contribuir para desbancar a “teoria da migração Clóvis”. Roosevelt (2001) explica sucintamente esta teoria segundo a qual “os primeiros povoamentos das Américas teriam ocorrido durante o período final da última Era Glacial, em torno de 12 mil anos atrás”. Tais povos viriam na busca de animais de grande porte, os quais seguiam e caçavam, indo se instalar nos planaltos norte americanos por volta de 11500 AP (antes do presente) e chegando no planalto brasileiro entre 10500 e 10000 AP. O nome Clóvis vem da cultura de “sítios de matança” mais antiga descrita para a América do Norte, ocorrida entre 11200 e 10900 AP (Roosevelt, 2000, op.cit.).

Antropólogos, entretanto, já vinham questionando o alcance e a dinâmica de migração da cultura Clóvis, a qual estaria restrita ao continente do norte uma vez que as florestas tropicais e temperadas funcionariam como barreiras a uma população acostumada à caça de animais de grande porte em ambientes abertos. Uma cultura anterior à Clóvis (“hipótese pré-Clóvis”), de “caçadores coletores generalizados, com instrumentos menos sofisticados e um modo de subsistência baseado na coleta de plantas, na caça de animais menores e na pesca, teriam se espalhado pelas Américas bem antes dos caçadores especializados em animais de grande porte”(Bryan, 1991, citado por Roosevelt, 2000, op.cit.). Isto ajuda a compreender a presença de populações negróides no planalto brasileiro antes das populações ameríndias mongolóides que teriam originado as populações indígenas sul-americanas tal como os europeus as encontraram a partir do século XV. Na sua revisão sobre o povoamento das Américas, Roosevelt (op.cit.) já incorpora a contribuição de Luzia quando afirma que os resultados das análises de datações para os esqueletos do planalto de Lagoa Santa “revelam que há 10 mil anos AP teria existido na região uma *população robusta de asiáticos não mongolóides generalizados*” (grifos meus).

Para onde foram, então, estes “Homens e Mulheres de Lagoa Santa”?

De acordo com o professor Walter Neves (comunicação pessoal), que vem realizando uma ampla prospecção arqueológica exatamente onde o Dr. Lund descobriu os primeiros vestígios do Homem de Lagoa Santa, a região do planalto mineiro seria um território, “por excelência”, não mongolóide. Os ancestrais de Luzia seriam, portanto, os primeiros hominídeos a ocuparem a região, praticando caça e coleta generalizada dentro de um modelo de adaptação ao meio que Neves classifica como o “único verdadeiramente sustentável”. Esta sustentabilidade estaria relacionada à baixa expectativa de vida da população, à alta mobilidade dos grupos, à baixa demografia e a uma praticamente inexistente noção de consumo. Tais populações chegaram a frequentar a região a até pelo menos 6000AP, mas a substituição pelas populações dos ancestrais dos índios americanos (paleoíndios) teria se dado já a partir de 8/9000 AP. Tal substituição coincide com a chamada “transição lítica”, ocorrida durante o Holoceno médio. De acordo com Prous (2000a:106), sabe-se “muito pouco sobre as últimas populações de caçadores que existiram entre 8000 e 2000 AP, pois estas frequentavam pouco os abrigos e nestes não enterravam mais seus mortos”. As populações preferiam ocupar sítios a céu aberto, mais difíceis de se localizar à luz da arqueologia moderna.

Este período coincidiu com uma maior expansão da aridez, o que levou a uma menor perenidade dos lagos e maiores deslocamentos em direção aos rios (portanto, acampamentos a céu aberto). Em estudos palinológicos, Oliveira (1992) atesta para a ocorrência de incêndios em torno de 7000 AP. Populações de Homens e Mulheres de Lagoa Santa podem ter entrado em contatos cada vez mais frequentes com populações dos ancestrais dos índios atuais. Se tais contatos eram pacíficos ou não, é impossível deduzir pelos vestígios atuais. A diminuição progressiva dessas populações pode ter sido resultado tanto das mudanças climáticas, traduzindo uma inadaptação às condições de maior aridez, como pode ter sido consequência de disputas territoriais ou intertribais entre eles e os ancestrais dos índios atuais. Também não se descarta a possibilidade de inter-cruzamentos, o que levou a uma protomestiçagem em terras brasileiras centenas de anos antes da chegada de europeus e africanos. A verdade é que populações que habitavam a região com uma antecedência de no mínimo 3000 anos sucumbiram perante os novos imigrantes, os quais talvez possuíssem um maior desenvolvimento tecnológico e uma organização social que permitissem uma adaptação compatível à dinâmica do ecossistema regional.

Dean (1996:39), ao se referir às populações de caçadores coletores do Brasil Central considera que eles exploravam “a caça dos cerrados – principalmente grandes herbívoros – e dessa forma se irradiaram pelas planícies do interior. Preferiram estabelecer seus acampamentos perto de cursos

d'água, cujas margens eram arborizadas. A floresta de galeria oferecia sombra e água e era o refúgio de animais atraídos por esses mesmos recursos. Assim, os homens ocuparam um nicho conhecido – a zona de encontro ou ecótono entre dois sistemas bióticos, cada um oferecendo uma série de recursos para suas presas bem como para os próprios homens”. A questão da caça sistemática à mega-fauna então ainda existente no cerrado mineiro permanece em aberto, incluindo aí a própria dúvida se essa caça era efetuada mais pelas primeiras populações mongolóides ou pelas últimas populações negróides. O fato é que a redução da população de grandes animais fez com que se passasse a procurar as espécies remanescentes de herbívoros do cerrado, os quais tornaram-se mais ariscos e, portanto, mais difíceis de serem caçados. Uma melhor organização nas táticas de caça e/ou um arsenal mais eficiente de instrumentos de abate e captura podem ter ajudado no pendor da balança que definiu a sobrevivência dos mongolóides em relação aos negróides.

Qualquer que seja a razão da diminuição e extinção dos Homens e Mulheres de Lagoa Santa, arqueólogos são unânimes em destacar a importante presença na região dos ancestrais, portanto mongolóides, dos índios atuais na região da Serra do Cipó, autores que foram dos magníficos painéis de pinturas rupestres recorrentes na região. Com relação a esses painéis, datados a até no máximo 7000 AP, Prous (2000a:108) atesta para

*um grande número de paredes vistosas cobertos por figuras pintadas da chamada Tradição Planalto: de modo geral não formam cenas, tratando-se de representações animais isoladas – sobretudo veados – por vezes cercados ou flechados por pequenas figuras humanas extremamente esquematizadas. Na Serra do Cipó, algumas figuras em forma de pente ou de grade parecem ser representações de armadilhas, dentro das quais os cervídeos aparecem presos. Em Santana, uma pintura excepcional representa uma grande rede no meio da qual vários peixes nadam. Conjuntos de pontos e alinhamentos de bastonetes são também freqüentes na Tradição Planalto, que apresenta vários estilos regionais, a partir dos quais tentamos delimitar alguns dos territórios pré-históricos. Modificações estilísticas aparecem também no decorrer dos tempos, e os paredes pintados costumam ostentar sucessivas camadas de desenhos; todos apresentam a mesma temática geral que caracteriza a Tradição Planalto, mas com aparecimento e desaparecimento de motivos secundários e variações nas formas de representar os animais.*

Descendente direto dos nativos que realizaram estas pinturas, Krenak (2000:76) faz uma outra leitura dos painéis de pinturas rupestres:

*Durante muito tempo esse lugar ficou guardado só pelos espíritos da montanha. As grutas, os paredes e as lapas que têm lá no alto da serra, são cheias de desenhos impressionantes, mostrando os sítios antigos das nossas tribos, mostrando os terreiros de festa, as pescarias grandes; é uma verdadeira galeria desenhada ao longo de seis mil, oito mil anos pelos nossos antigos. Nessa galeria tem animais que nem existem mais. O ancestral do tamanduá, que nós conhecemos hoje, ele está lá desenhado; a preguiça gigante, o tatu. Os cientistas que vão estudar esses lugares ficam impressionados com o acervo que nossos avós deixaram nesse paredes. Estão escritos nas pedras com as tintas e as cores mais criativas e variadas, representando nosso*

*dia-a-dia; as caçadas, os ritos de passagem, as iniciações. Se os nossos avós desenharam nas pedras essas imagens bonitas, das nossas festas grandes, é porque eles não estavam escondendo isso. E eles queriam transmitir isso para as gerações que viriam muito, muito muito, no futuro.*

Krenak não tenta interpretar o significado das pinturas, ele simplesmente as traduz. Culturalmente mais próximo dos muito que pintaram aqueles painéis, Krenak, através de suas impressões transcende as tentativas de interpretação arqueológica. São duas dimensões de análise diferentes mas que devem igualmente ser levadas em consideração. Qualquer que tenha sido a intenção dos proto-artistas, é inegável a força de tais painéis e inegável também é a importância de se preservá-los, da mesma forma que buscamos preservar e valorizar as obras primas dos artistas de nosso tempo.

Voltemos às considerações arqueológicas daqueles que mais estudaram os vestígios da Serra do Cipó. Apontando para a transição da economia de caça e coleta para a agricultura, Prous identificou uma compartimentação do espaço em Santana do Riacho e a ocorrência de milho numa fogueira de mais de 3000 anos. Ele não considera que o início da horticultura tivesse modificado “imediate e profundamente a economia e as sociedades dos últimos caçadores-coletores”, mas com relação às pinturas rupestres, “a Tradição Planalto desaparece, enquanto a figura humana passa a desempenhar o papel principal” e “grupos de homens e mulheres com sexo muito marcado formam verdadeiras cenas que parecem relacionadas a rituais de reprodução” (Prous, 2000b:346). Este pesquisador considera que tais manifestações gráficas “traduzam provavelmente uma influência da chamada Tradição Nordeste, originária das caatingas do Piauí e do Rio Grande do Norte”, o que já nos sugere um contato e até um intercâmbio entre populações indígenas diferentes, contatos estes, pacíficos ou não, que se disseminavam pelo interior brasileiro antes da chegada dos europeus.

De acordo com Dean (op.cit.:44), “as culturas mais antigas dos primeiros grupos agricultores, além do milho, eram nativas das terras baixas da América do Sul, principalmente a mandioca e outras raízes do gênero ao qual pertence o inhame, e ainda a abóbora, o abacaxi e o amendoim”. Gradativamente o cerrado ia sendo descartado em razão do seu baixo potencial agrícola e as manchas de floresta passavam a sofrer a prática da coivara, processo no qual ainda se respeitava o ritmo de recuperação do ecossistema florestal e que, portanto, permitia um tipo de lavoura itinerante menos invasivo do que aquele empregado pelas populações de origem européia. Ela não implicava “na perda de habilidades já adquiridas porque esses agricultores tinham de continuar a caçar e a pescar. As proteínas ainda tinham de ser obtidas de fontes animais porque a

mandioca carece delas e mesmo o milho fornece apenas algumas. Os agricultores itinerantes não podiam substituir caça selvagem por animais domésticos porque seus campos não eram adequados a fornecer forragem para animais maiores e porque não dispunham de meios de engaiolar e proteger animais ou aves menores. Por outro lado, as faixas plantadas, como qualquer área queimada, atraíam caça e assim serviam a dois objetivos” (Dean, op.cit.:46).

Os vestígios arqueológicos dos dois últimos milênios, mais prováveis de “ocorrerem nas margens das lagoas e dos rios, aproveitando a proximidade de solos férteis”, foram “quase completamente destruídos por mais de dois séculos de ocupação urbana, de garimpagem e de agricultura intensiva” (Prous,op.cit:347). Na zona core do cerrado mineiro, Prous identificou a cultura Aratu/Sapucaí a qual pode ter sido ancestral das tribos Jê que ocuparam os cerrados do Brasil Central até a instalação definitiva da frente de colonização agropastoril no século XVIII”, constituindo-se de “agricultores de hábitos sedentários e que, não usando canoas, não procuravam a proximidade dos rios navegáveis” (Prous, op.cit:352). Diante de vestígios arqueológicos ainda tênues para a elaboração de um quadro pré-histórico mineiro mais amplo, Prous não descarta a hipótese de que a diversidade de tradições industriais ou de arte rupestre já evidenciada pode “não refletir diferenças culturais entre seus autores, mas apenas a adaptação de uma mesma população a matérias-primas com possibilidades diferentes”.

Enquanto a costa brasileira começava a ser ocupada por europeus, e estes davam início a um processo inexorável de devastação da Mata Atlântica, pouco se poderia imaginar diferente o quadro de agricultores itinerantes na região do planalto de Lagoa Santa, aos pés da Serra do Cipó. Dean (op.cit.:82) especula que a população nativa tivesse praticamente desaparecido em um raio de trezentos quilômetros das vilas litorâneas, em decorrência das entradas e saltos, da disseminação de doenças infecciosas e da fuga de sua população para áreas mais interiorizas”, o que certamente forçou novos contatos inter-tribais na região em estudo. Aí, segundo Dean (op.cit.) “as populações nativas eram pré-agrícolas ou tinham abandonado a agricultura para manter sua mobilidade”. Dean cita o relato da expedição Willem Glimmer (de 1598-1602) até as cabeceiras do rio São Francisco, a qual descreve “um meio rural abandonado, onde nestes ermos apenas bandos itinerantes eram encontrados com locais de moradia impermanente, que ao longo do caminho não cuidam de sementes. Essa população reduzida de caçadores-coletores retornava às práticas de seus ancestrais mais remotos, subsistindo, na maioria dos casos, da matança de animais de caça que viviam na orla interior da floresta, onde o cerrado se encontra com a Mata Atlântica”(Dean, op.cit.:82). Lembremos que o Espinhaço Meridional representa, além de um

divisor de bacias hidrográficas, um divisor de biomas, e é na sua porção meridional que o cerrado de oeste encontra-se mais próximo da mata de leste. Os sítios de Santana do Riacho e de Lapinha estão localizados na vertente ocidental da Serra do Cipó, portanto naquela voltada para o cerrado mineiro. Do outro lado da Serra, os índios botocudos, do tronco macro-jê, permaneceriam ainda por muito tempo resistindo ao avanço da ocupação do interior mineiro, sendo apenas expulsos em função de uma guerra genocida decretada por D.João VI enquanto príncipe regente, o que será discutido mais adiante.

O grande marco de ocupação da porção centro-sul de Minas Gerais foi, sem dúvida, a descoberta de ouro em vários dos aluviões de seus rios, especialmente daqueles rios que fluíam das porções elevadas do alinhamento quartzítico do Espinhaço Meridional, com relação ao qual algumas serras do Quadrilátero Ferrífero não eram, senão, disjunções ricas em ouro em meio às jazidas de minério de ferro do supergrupo Minas. O ouro, descoberto em 1693, chamou, evidentemente, as atenções da coroa portuguesa. De acordo com Dean (op.cit.:107) “depósitos de aluvião foram encontrados ao longo da serra do Espinhaço, abaixo de um monte que chamaram Itacolomi (...). A maior corrida do ouro da história estava prestes a começar”. Para Costa et al. (2002:24), “somente a partir de 1693 o terreno de Minas Gerais entrou na nomenclatura da administração colonial portuguesa (...). Os mapas da época registraram a região como um vazio, às vezes preenchido por designações como *Brasilia barbarorum* ou iluminuras alusivas a índios antropófagos”.

Mais uma corrente imigratória se formava, acuando agora as populações indígenas remanescentes para o interior do “Mato Dentro”, ou seja, para a bacia do rio Doce, uma das últimas regiões a serem conquistadas pelos que então já poderiam ser considerados como “mineiros”. Minas emanciparia-se enquanto capitania juntamente com São Paulo em 1711 e já em 1720 tornava-se uma capitania separada de São Paulo, fruto das iniciativas crescentes de fiscalização e arrecadação da coroa portuguesa. Guimarães (1991) descreve o surgimento de vários núcleos populacionais na região do entorno da Serra do Cipó, destacando-se aí desde aqueles localizados na bacia do rio das Velhas (Macaúbas e Jequitibá) e na bacia do rio Doce (Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar). Segundo este autor, “no limiar do século XVIII a região em volta de Santana do Riacho já se encontrava conhecida e de certa forma ocupada”. A tendência era de se ocupar as terras antes dos pedidos de cartas de sesmaria, o que Guimarães chama de “estratégia do fato consumado”. Ademais, no caso do povoamento decorrente de atividades mineradoras, os novos



achados nem sempre eram comunicados imediatamente após a sua ocorrência, como foi o caso dos próprios diamantes na região, como se verá a seguir.

Também a cartografia da região das Minas Gerais passava a ser cada vez mais detalhada, o que revela o processo contínuo de avanço em relação ao interior, avanço este que ganhou um novo impulso ainda no século XVIII com a descoberta de diamantes na região da Vila do Príncipe (Serro). De acordo com Costa et al. (op.cit.:30), “notícias de descobertas de diamantes no Brasil remontam ao século XVI. Desde as expedições de Marcos de Azevedo até Fernão Dias Paes, depois de dois séculos de buscas infrutíferas pelas esmeraldas, os diamantes foram achados quase por mero acaso, junto ao ouro, em alguns córregos nos arredores do arraial do Tejuco”.

O anúncio oficial foi dado em 1729, mas “os diamantes já vinham sendo explorados sem muito segredo na região, pelo menos desde o começo daquela década, e para lá se deslocavam grandes levadas populacionais” (Costa et al.,op.cit.:30). Segundo Santos (2001:101), o primeiro registro da descoberta de diamante, perto de Diamantina, é de 1714, época em que a região da Vila do Príncipe crescia exclusivamente pela mineração de ouro. Isso ajuda a explicar a existência, já em 1731, de pelo menos três grandes caminhos que partiam da região do pico do Itacolomi (Ouro Preto) em direção ao Espinhaço Meridional<sup>14</sup>. O primeiro (“Caminhos dos Curraes”) seguindo pela margem esquerda do rio das Velhas; o segundo (“Caminho de Dentro pelas Macaubas”) passando pela margem direita, seguindo da região de Santa Luzia até a altura do Riacho Fundo, de onde então galgava o “Serro do Frio” e ia em direção a Gouveia, já nas proximidades do Tejuco; e o terceiro, que veio a se constituir no “caminho para o Distrito Diamantino” (Santos, 2001: 101-114), partia de Villa Rica (Ouro Preto) e, via Santa Bárbara e Cocais, atingia a ponta meridional do Espinhaço e seguia margeando-o na sua vertente leste por “Matto Dentro” (Itambé do Mato Dentro), “Morro de Antônio Soares” (Morro do Pilar), “N. Sra. da Conceição” (Conceição do Mato Dentro) e Vila do Príncipe (Serro). Por essa época já estavam lançadas, então, as três principais rotas que passavam pela, ou próximo, à Serra do Cipó.

De 1734/35 é a série mapas regionais dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi que foram convocados pelo reino “com a missão de fazerem-se mapas do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões, com toda a distinção, para que melhor se assinalem e conheçamos distritos de cada bispado, governo, Capitania, Comarca e doação” para aprimorar a

---

<sup>14</sup> Os três caminhos são identificáveis na “Carta Topographica das Terras entremeyas do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, capitão mandante dos dragões daquelle Estado – 1731”

cartografia do Brasil” (Costa et al.op.cit.:54). Com relação às Minas Gerais foram feitos cinco mapas, num dos quais o “caminho de dentro” está bem mais detalhado e nele se observam as paragens de Sabara, Santa Luzia, Macaubas, Tacaora-assu (Taquaraçu de Minas), Jaboticatuba, Três Barras, Joanna, Rótulo, Rio do Cipó, Rio Parauna, Riacho Fundo e Lapa. Em outro, que corresponde à continuação do primeiro, o “caminho de dentro”, além de novamente incluir Rotulo, Cipó, Parauna, Riacho Fundo e Lapa, segue em direção ao rio das Pedras, Meio da Serra, Congonhas e daí em direção a Gouveia e Tijuco. O que se observa é que a localidade de “Lapa” situa-se exatamente na região de Lapinha, entre o Riacho Fundo (atual Santana do Riacho) e o Meio da Serra, provavelmente a localidade de Capão do Filipe, entre as cabeceiras do rio Preto na serra do Intendente, e as cabeceiras do rio de Pedras, no maciço do Breu. O nome Lapa refere-se às formações calcárias da região e indica que por lá já se procurava diamante, prática que persistiu até o século XX.

Na “Planta Geral da Capitania de Minas Geraes” publicada por volta de 1800 e na “Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais” de 1804, ambas com escala de menor detalhamento, identificam-se as três principais rotas já citadas para a região da Demarcação Diamantina, sendo que no caminho do meio desaparece a Lapa, mas o Riacho Fundo e o Meio da Serra surgem enquanto fazendas. Com relação à fazenda do Riacho Fundo, Guimarães (1991) afirma que pertenceu ao sargento-mor Antônio Ferreira de Aguiar de Sá, cuja concessão da propriedade se fez através de carta de sesmaria de 22 de maio de 1744, sendo o mesmo considerado o primeiro povoador de origem não indígena do local. Este autor salienta, também, que a ocupação de Minas Gerais no século XVIII, embora tenha sido feita sob o símbolo do ouro e do diamante, em nenhum momento teve sua atividade econômica reduzida a estes dois produtos.

A fazenda do Riacho Fundo passaria, gradativamente, a ganhar ares de arraial. Desde 1759 uma capela já havia sido erguida no local, recebendo provisão, sendo reconhecida como pertencente à freguesia de Conceição do Mato Dentro, Comarca do Serro Frio (Guimarães, op.cit). O casario desenvolveu-se ao redor da capela e, “como de praxe na região, iniciou-se o cultivo de milho, cana de açúcar, arroz e feijão”. Eram os trabalhadores da fazenda que construíam suas casas, surgindo, ao mesmo tempo, “a criação extensiva de gado, suínos, eqüinos e aves domésticas, no início tudo era voltado para o consumo doméstico” (Oliveira, 2002:28-29).

Neste sentido, Guimarães e Reis (1986) afirmam que “a agricultura foi a solução para a implantação e crescimento da empresa e da sociedade mineradoras, bem como foi a solução para

a crise que se apresentou com a decadência da mineração. Em outras palavras, a agricultura permitiu a montagem, e garantiu a expansão da atividade mineradora, bem como foi a alternativa adotada quando da crise dessa mesma atividade”. Além do Riacho Fundo, grandes fazendas como a da Jaguará e das Minhocas (nas margens do rio das Velhas), e de Santa Ana do Capão Grosso e do Cipó Velho (nas margens do rio Cipó), que incluíam inclusive equipamentos de transformação da produção, já existiam na região ainda no século XVIII, sendo que a fazenda da “Lapinha” era pela primeira vez mapeada em 1821, pelo metalurgista e mineralogista alemão, Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege.

Juntamente com John Mawe, Eschwege encabeça cronologicamente a lista de naturalistas e viajantes estrangeiros que circularam por Minas Gerais durante o século XIX. Desses viajantes partiram as primeiras descrições da paisagem de então, descrições que permitiram traçar um quadro rico não só da flora e da fauna de então, como também de seu relevo e geologia, e dos povoados e populações, inclusive indígenas, do estado. Além dos dois já citados, a lista inclui Saint-Hilaire, Spix & Martius, Pohl, Gardner, Burmeister e Burton.

Mawe (1978) passou por Morro do Pilar e atestou para o início dos trabalhos que iriam culminar com a instalação da primeira siderurgia de minério de ferro brasileira, iniciativa do então Intendente Câmara<sup>15</sup>. Ao passar por Conceição do Mato Dentro por volta de 1809, no alto rio Santo Antônio, Mawe descreveu um pequeno índio botocudo, capturado seis meses antes, e que “tinha o rosto curto, a boca grande, o nariz largo, os olhos grandes e negros e a pele cobreada-escura, os cabelos negros como azeviche corrediços, fortes, de cumprimento uniforme, membros fortes e bem proporcionados, e os pés largos” (Mawe, op.cit.:148). Ele fazia parte de “um grupo de índios surpreendido a seis léguas de distância da aldeia, todos tinham morrido ou fugido” (Mawe, op.cit.:148).

Enquanto Mawe partia do Brasil, Eschwege chegava a Minas em 1811 “com a tarefa de reanimar a decadente mineração de ouro em Minas Gerais” (Costa et al., op.cit.:63-64) e visitou desde a região do rio Guanhanês, ainda habitada pelos índios Botocudos, até o Distrito Diamantino, passando pela Serra do Cipó, então chamada de “Serra da Lappa”. “Em todas as suas viagens levava um barômetro para fazer determinações altimétricas e de coordenadas pelo método do cronômetro, documentando seu itinerário em mapas de viagem, muitos deles ainda com observações geológicas” (Costa et al. op.cit.:63). A parte central de seu ainda inédito “Novo Mapa

---

<sup>15</sup> Manoel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, Intendente do Distrito Diamantino

da Capitania de Minas Gerais” foi por ele publicado no volume *Pluto Brasiliensis*, e nele estão nítidos os três caminhos do Espinhaço Meridional, observando-se uma série de fazendas nas duas vertentes da Serra da Lappa (entre Jaboticatubas e Gouveia contam-se 21 fazendas enquanto que na mesma faixa, na vertente oriental, contam-se 38 fazendas)<sup>16</sup>.

Lapinha aparece enquanto fazenda, próxima às cabeceiras do Parauninha e do rio das Pedras, entre o Riacho Fundo e o Meio da Serra. Conceição e Morro do Pilar são as freguesias mais próximas, destacando-se ainda a trilha entre o Rótulo e Morro do Pilar, que passa por onde hoje se situa Cardeal Mota, e cujos remanescentes de calçamento ainda existem no assim chamado “caminho dos escravos”<sup>17</sup>. De acordo com Goulart (2001:50), por essa trilha escoava o charque e o calcário da bacia do rio Cipó para as forjas de Morro do Pilar. É interessante o registro do “Districto dos Indios Botocudos-antropophagos” na bacia do rio Santo Antônio, um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Doce, e cujas cabeceiras incluem a vertente oriental da Serra do Cipó. O mapa de Eschwege foi colocado à disposição do naturalista von Martius, que acabou acrescentando ao mesmo outras regiões brasileiras publicando quatro folhas no atlas que acompanha a obra *Reise in Brasilien, in den Jahren 1817-1820* (Spix & Martius, 1834, citados por Costa et al.op.cit.:64).

Eschwege foi cético com relação à tentativa, que acabou frustrada, de se instalar uma siderurgia de minério de ferro em Morro do Pilar, cuja produção nunca foi elevada e, depois de uma série de interrupções, encerrou-se em 1826. Das instalações só restam ruínas e um monumento, também em ruínas, mandado erguer pela prefeitura e a Cia. Vale do Rio Doce em 1990<sup>18</sup>. À decadência de Morro do Pilar, Saint-Hilaire, que viajou pelo Espinhaço Meridional por volta de 1817, somou as decadências de Itambé e Conceição do Mato Dentro. De Saint-Hilaire interessamos suas descrições da vertente oriental da Serra: “toda a região que se estende até a Vila do Príncipe é ainda montanhosa, e as florestas, que a cobriam outrora, deram lugar, em muitos pontos, a imensas pastagens de capim gordura. Não se vislumbra, por assim dizer, o menor sinal de cultura” (Saint-Hilaire, 1975:130).

Nos patamares mais altos dos campos de altitude, Saint-Hilaire se entusiasmava: “atingi um vasto planalto arenoso e descoberto que termina um morro elevado. Lá jamais existiram florestas;

---

<sup>16</sup> Theil der neuen Karte der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von Eschwege. 1821

<sup>17</sup> O caminho dos escravos é acessível logo no início da escarpa da Serra do Cipó pela MG 10, vencendo o primeiro trecho da subida no local conhecido como Mãe d’Água (cabeceiras do Véu da Noiva)

<sup>18</sup> Em 2002, o monumento constava de um orelhão, mastros sem bandeira, postes sem luminárias, espelho d’água sem água, cobertura de alumínio deteriorando-se e dois gradis tombando-se em torno de dois blocos de ruínas.

pequenos arbustos crescem no meio dos relvados, e a vista se expande ao longe sobre morros áridos entremeados de bosques” (Saint-Hilaire, op.cit.:130). Pela sua posição geográfica, é muito provável que Saint Hilaire percorreria o Alto do Palácio na região onde hoje se encontra o PARNA da Serra do Cipó. Ele já chamava a atenção para a enorme riqueza florística dos campos rupestres de altitude, mas atestava também para o tipo de ocupação predatória por parte dos colonos, uma vez que o capim gordura denunciava a presença de cultivos abandonados e a busca de outros “matos ainda por destruir”. Saint-Hilaire também galgou o pico do Breu e calculou para o mesmo uma altura de 5500 a 6000 pés acima do nível do mar (Saint-Hilaire, 1974).

Sem cruzar com Saint-Hilaire, mas valendo-se do mapa de Eschwege, Spix & Martius passaram pelo Espinhaço Meridional em 1818 e são referências para nós importantes na medida em que preocuparam-se com a acuidade do registro cartográfico de suas peregrinações, procurando obter um mapa “que retratasse com fidelidade o terreno”(Spix & Martius, 1967). Estes naturalistas também fizeram grandes transectos no qual plotaram as espécies mais significativas da flora em relação à posição em que se encontravam, sendo que a Serra do Cipó, com suas velózias gigantes, já aparecia num dos mesmos. É interessante também a observação dos mesmos que, quarenta anos antes de sua visita à região (ou seja, por volta de 1778), toda a vertente leste do Espinhaço encontrava-se preenchida por uma mata virgem que emendava-se com as matas do rio Doce.

Contemporâneo dos dois botânicos alemães, Pohl (1976:372-376) constatava as mesmas mazelas decorrentes da decadência da mineração do ouro na região e atestava para as dificuldades da siderurgia de Morro do Pilar e a decadência de Conceição e de Itambé do Mato Dentro. A economia da região não dava sinais de superar a crise da mineração do ouro e a frustração da transformação do minério de ferro e, ademais, as populações que permaneciam no local tinham de conviver também com uma guerra já decretada anos antes (1808) contra os índios botocudos da bacia do rio Doce.

Talvez para tentar arrefecer o desânimo de fazendeiros da região do alto rio Santo Antônio, talvez porque os índios botocudos de fato permanecessem sistematicamente enfrentando a colonização na região, a guerra arrastaria-se ao longo das três décadas seguintes, culminando com a erradicação dos aldeamentos indígenas na bacia do rio Doce. A “declaração de guerra” redigida por D. João VI é sintomática do estado de beligerância que se seguiria à aguerrida resistência botocuda:

*...Sendo-me presentes as graves queixas que da Capitania de Minas Gerais têm subido à minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os índios Botocudos, antropofagos, em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do rio Doce e rios que no mesmo deságuam e onde não só devastam todas as fazendas sitas naquellas visinhanças e tem até forçado muitos proprietários a abandonal-as com grave prejuízo seu e da minha Real Coroa... ordeno-vos... que desde o momento, em que receberdes essa minha carta Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes índios antropofagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senborear de suas habitações e de os capacitar da superioridade de minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo temor das mesmas, peçam paz e sujeitando-se ao doce jugo das Leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as immensas variedades de índios que nestes meus vastos Estados do Brasil se acham aldeados...*

(in Goulart, op.cit.:49-50)

Os ataques indígenas certamente preocupavam os viajantes que seguiam pela estrada real em direção à Demarcação Diamantina. Esta estrada passava entre a vertente oriental do Espinhaço Meridional e as cabeceiras florestadas da bacia do rio Doce. Como já tinham atestado Saint-Hilaire e Spix & Martius, a fronteira de destruição da floresta se dava no sentido de oeste para leste e os confrontos, inevitáveis, eram cada vez mais freqüentes e violentos. Os Botocudos, ancestrais dos atuais Krenak, não estavam dispostos a abrir mão das matas uma vez que já vinham abrindo mão de muitas terras antes delas, e vinham sendo sistematicamente encurralados desde as primeiras incursões portuguesas no sertão mineiro a partir do século XVII.

Krenak é claro quando afirma que “os antigos Botocudos percorriam do litoral do Espírito Santo até as altas serras mineiras, ao longo das quatro estações do ano tirando de cada “tipo de ecologia” os alimentos e demais produtos de uso diário além dos materiais para montar as malocas” (Krenak, 2000:8). Os botocudos sabiam que “as matas subiam do litoral, cobriam o planalto e iam bater nas serras mineiras, juntando com o cerrado mineiro”. Krenak afirma que “esses campos eram nossos lugares de caça, não havendo ainda a demarcação que hoje subdivide as regiões do Brasil.(...)Esses sítios tinham uma dimensão, para nossos antepassados, que era quase infinita, porque nesses lugares nós fomos criados, conforme as antigas narrativas ainda lembram. (...) Nós sabemos que a gente está pisando num lugar sagrado e que nós estamos ali para receber saúde, energia, tranqüilidade e confiança” (Krenak,op.cit.:8-10).

A mata que ainda abrigava os Botocudos possuía significados absolutamente intangíveis para o colonizador, que apenas a concebia enquanto reserva de recursos a ser explorada e em cujos terrenos novos cultivos deveriam ser implantados, num modelo de exploração/devastação vicioso que iria se alongar até o século XX. Mal sabiam eles que “naquele caminho antigo que ia

do mar até as serras, até as montanhas, foram deixados os sítios de ajuntamento da nossa tribo, dos velhos Botocudos, para a realização dos rituais de iniciação dos guerreiros, de preparação dos meninos; e os ritos de propiciação da caça, da fartura, para alimentar nossas famílias, não só alimentar o nosso corpo, mas para continuar a nossa conexão, a nossa comunicação, da nossa herança cultural”(Krenak,op.cit.:20). São visões absolutamente opostas para a floresta que índios e colonizadores possuíam. Essa mesma contraposição pode ser hoje percebida com relação à Serra do Cipó: a maneira como os herdeiros dos Botocudos a enxergam não tem absolutamente nenhuma relação com a maneira como os herdeiros, turistas, dos colonizadores a concebem.

Trinta anos após a declaração de guerra de D. João VI não havia mais aldeamento de Botocudos no vale do rio Doce. Goulart (op.cit.:50) descreve um quadro melancólico e trágico:

*Perseguidos implacavelmente, foram simplesmente exterminados, mortos à força de bacamartes, além de outras muito eficientes armas usadas intencionalmente ou não, pelo homem branco: a varíola e o sarampo, vírus desconhecidos pelo sistema imunológico dos índios, contra os quais o tacape e as flechadas envenenadas com curare não resolviam. Os agrupamentos indígenas eram identificados à noite pelo choro dos pequenos curumins famintos, e na manhã seguinte o serviço era feito de forma exemplar, com requintes de qualidade total às avessas.*

O jovem descrito por Mawe fora, certamente, sobrevivente de uma dessas escaramuças. Em meados de 1840, George Gardner passava pelo Espinhaço Meridional e descrevia, também, um quadro desolador, especialmente para o arraial de Conceição do Mato Dentro, “um dos lugares de mais miserando aspecto que já vi” (Gardner, 1975:216). O nome dos Botocudos foi literalmente varrido dos mapas como já pode ser observado nas cartas que Wagner (1855) executou para o governo da província<sup>19</sup> e para o engenheiro Halfeld<sup>20</sup>. São mapas ricos em detalhes, apesar da escala, e nos quais as fazendas da Lapinha e do Meio da Serra permanecem a meio caminho entre o Riacho Fundo e Congonhas do Norte.

A segunda metade do século XIX é marcada, na região, pela presença do naturalista Peter W.Lund nos cerrados e grutas da vertente ocidental do Espinhaço Meridional. Depois de perambular pelas grutas de Curvelo, Cordisburgo e Lagoa Santa, Lund aí resolveu permanecer dada a riqueza paleontológica e arqueológica de seu entorno. Cientificamente seu período mais produtivo foi entre os anos de 1835 e 1844, mas ao deparar com evidências arqueológicas que

---

<sup>19</sup> Carta Chorographica da Provincia de Minas Gerais, coordenada e dezenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de varios Engenheiros, por Ordem do ILL<sup>mo</sup>. E EX<sup>mo</sup>. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente desta Provincia por Frederico Wagner, 1855

colocavam em cheque suas convicções religiosas mais profundas, Lund parece ter deliberadamente optado por se retirar da discussão científica da época e recolher-se ao cotidiano frugal da Lagoa Santa da época<sup>21</sup>.

Johns (1999:10), no prefácio do romance histórico de Stangeroup sobre a vida de Lund, capta de maneira magistral o que pode ter passado pela cabeça do brilhante cientista dinamarquês:

*Caminhamos numa atmosfera que se vai aprofundando em camadas cada vez mais complexas e densas da realidade, como se entrássemos nas próprias grutas do Dr. Lund, que ao invés de lhe darem a resposta única, cada vez confundiam mais as pistas e conturbavam o quadro (...). A realidade não tem fim, nem contorno definido, objetivamente destacável de quem a confronta. Desfaz-se, de novo e de novo, a grande ilusão de que se nutriu a ciência em todos os tempos.*

O tormento de Lund é emblemático diante de nossa perplexidade atual com relação ao suposto primado da verdade científica. Por mais objetivas que tenham sido suas descobertas, ele não conseguiu se libertar de sua visão cristã de mundo, e acabou achando mais conveniente mudar de mundo do que colocar suas convicções a prova. Não deixou de ser uma saída engenhosa. E nem por isso deixou de impulsionar, de uma forma definitiva, o aprofundamento do conhecimento da região que escolheu para viver e morrer.

A presença de Lund deflagrou, nos dizeres de Cartelle (Comunicação pessoal, 1995) o desenvolvimento de pelo menos duas ciências em termos de Brasil – paleontologia e espeleologia, e duas em termos mundiais – arqueologia e ecologia vegetal (fitoecologia). Cientistas eram atraídos para a região com preocupações que iam desde o levantamento da fauna (Reinhardt e Lütken), até o estudo minucioso do cerrado (Warming), e outros que iam simplesmente para visitá-lo (Burmeister e Burton). Warming (1973:10) atesta, na introdução de sua obra:

*...E muitos outros foram atraídos de diversos modos para a pequena Lagoa Santa; cientistas estrangeiros como Burmeister, Richard Burton, uma pequena parte da expedição científica de Agassiz, em 1865, composta de Orestes St. John, John A. Allen e George Scea w muitos outros, até o próprio Dom Pedro II e seu genro lá foram para conversar com Lund. O professor Reinhart fez tres viagens para lá, demorando-se bastante tempo de cada vez...”*

Lagoa Santa ganhava, assim, notoriedade mundial e sua aura permaneceu nos jovens naturalistas mineiros que por lá passavam em direção à Serra do Cipó.

---

<sup>20</sup> Karte der Brasilian<sup>a</sup> Provinz Minas Geraes, aufgenommen auf Befehl der Provinzialregierung in den Jahren 1836-1855, mit Benutzung älterer Karten u. neuerer Vermessungen u. Beobachtungen, unter specieller Leitung des Civil-Ingenieurs H.G.F.Halfeld. Entworfen u. gezeichnet Friedrich Wagner

<sup>21</sup> As imagens que seu auxiliar desenhista Brandt fez de Lagoa Santa retratam uma vila incrivelmente semelhante à Lapinha de até alguns anos atrás, o que nos faz pensar sobre o destino dessa paisagem no futuro



Por essa época garimpeiros continuavam errando pelos topos da Serra e a presença de ingleses na bacia do rio das Pedras é bem conhecida. De acordo com Goulart (op.cit.:78), eles lá chegaram por volta de 1880, com direito de lavra concedido por D. Pedro II e compraram uma extensa sesmaria. Por lá permaneceram durante quarenta anos, abrindo “grandes crateras no sopé do pico da Calçada, a Mina do Gigante, onde ainda hoje podem ser vistas as ruínas de casas, muros, aquedutos e os vestígios das escavações. Tentaram sem sucesso desviar o rio das Pedras, indomável nas freqüentes cheias, para explorar seus profundos poços. Dois sulcos de 300 metros de comprimento, cavados por escravos, ainda estão lá, secos”, restando ainda uma “ponte de madeira de lei, num dos poucos vaus do rio das Pedras”. Goulart conta que os ingleses, desgostosos, anunciaram a venda de suas terras num jornal de Londres em 1923. As mesmas foram compradas por um norte-americano filho de irlandeses, Jorge Davis, que naturalizou-se brasileiro e tornou-se o patriarca de uma grande família na fazenda do Palácio (hoje às margens da MG 10).

Em meados do século XIX, dois ingleses, Pigot e Cumberland, tentaram montar uma fábrica têxtil em Cana do Reino, às margens do rio Cipó, no trecho entre Santana do Riacho e o rio das Pedras. De acordo com Dias et al. (op.cit.,1994:69), “a fábrica enfrentou várias dificuldades: ausência de água abundante, infertilidade do solo para a cultura do algodão, impossibilidade de se alcançar o desejado grau de pureza do grão, carência de mão de obra hábil par operar os teares e ouras máquinas”. Os problemas continuaram com a morte de um dos sócios e a partida da viúva. Um padre<sup>22</sup>, com a subvenção do governo, tentou reerguer o empreendimento. Em 1852 ele relatava:

*Foi reconstruída com solidez e elegância a casa do maquinismo, forrada de esteiras e com as janelas envidraçadas; foi construída uma outra casa, com a melhor madeira do país, destinada como cômodo dos operários e trabalho dos tecelões em nossos teares ordinários. Foram substituídas no maquinismo quarenta e oito peças de ferro arruinadas, por outras tantas de bronze...*

(Dias et al.,op.cit:69)

Mais interessante que o registro desse empreendimento em lugar tão inusitado e de difícil acesso é a diagnóstico, de 1864, do presidente da província<sup>23</sup> para seu fracasso:

*Sou induzido a crer, segundo informações, que o principal motivo do atraso desta fábrica provém da péssima escolha do lugar em que está assentada, sendo que esse lugar, além da infertilidade do solo, que não se*

---

<sup>22</sup> PadreBento Alves Gondim

<sup>23</sup> João Crispiano Soares

*presta à cultura do algodão, não tem a conveniente abundância de água, que dê a necessária celeridade ao movimento das diferentes máquinas, as quais não atingem ainda o grau de perfeição que é para desejar-se.*  
(Dias et al.,op.cit:69-70)

Sem dúvida, o lugar não poderia ter sido mais inadequado. Os terrenos aí, prolongamento do planalto de Lagoa Santa, são impróprios para a agricultura e é grande o efeito da sazonalidade no volume da água disponível, sem falar na precariedade do acesso, sendo admirável o esforço realizado no transporte das máquinas até o local da fábrica. Não existe, hoje, qualquer vestígio deste empreendimento no local onde foi instalado, a não ser pelo nome que o lugar próximo a Cana do Reino passou a ser conhecido, qual seja, a “fábuca”, dada as particularidades do sotaque local.

Os ingleses também se interessaram pelas matas de galeria e os terrenos calcários atravessados pelo rio das Velhas no trecho a jusante de Macaúbas. Tanto a fazenda da Jaguará (na margem esquerda) como a fazenda do Pau Grosso (na margem direita) foram adquiridas por companhias mineradoras inglesas que atuavam no Quadrilátero Ferrífero. Enquanto Chalmers soerguia a Mina de Morro Velho com o madeirame da Jaguará, a Cia Inglesa de Cocais comprava a fazenda do Pau Grosso para “nela produzir alimentos para os mineiros através de seus solos vermelho e preto muito bons, com base em pedras calcárias” (Burton, 1977:49). Jaguará e Pau Grosso (Baldim) viriam a se tornar entrepostos de tropeiros que seguiam para a outra vertente da Serra do Cipó.

O arraial de Santana do Riacho trocava de comarcas mas virou o século ainda pertencendo a Conceição do Mato Dentro. Logo no início do século XX, entretanto, tornava-se distrito de Santa Luzia e mais tarde migraria administrativamente para Jaboticatubas com o desmembramento deste em 1938 (Oliveira, op.cit.:32).O século XX traria ainda algumas novidades em termos de intervenções humanas na Serra do Cipó. À tranqüila vida nas fazendas da região, que Ferreira (1999) deixa transparecer em suas memórias, somaram-se eventos relacionados tanto com a abertura de estradas como com a incursão de empreendedores, alguns bem sucedidos, outros nem tanto.

A abertura de novas estradas esteve diretamente relacionada à mudança do eixo político/administrativo do estado que, com o advento da república, encontrou-se diante de um impasse. A claustrofóbica Ouro Preto não comportava mais as demandas do futuro político do estado e o Curral d’el Rey cederia seu lugar para a nova capital do estado. Belo Horizonte foi

inaugurada em 1897 e passaria por um bom tempo por se firmar politicamente e, mais ainda, economicamente. Nos estudos que antecederam a escolha do sítio da nova capital<sup>24</sup> constava uma análise da rede viária então existente e daquela planejada de acordo com o “Plano Geral da Viação Mineira”. Este plano previa a construção de um grande tronco ferroviário no eixo leste-oeste, a “Estrada de Ferro do Araxá ao Peçanha”, a qual teria um trecho que seguiria ao longo de toda a margem esquerda do rio Cipó (Barreto, 1995:390). O traçado sugere a transposição da escarpa da Serra do Cipó na altura da antiga trilha dos escravos, ou seja, na região da Vacaria (Cardeal Mota).

Grande parte desse plano de viação não se concretizou mas verificou-se, aí, uma mudança sutil que alteraria aqueles três eixos viários existentes desde o século XVIII com relação ao Espinhaço Meridional. De Ouro Preto podia-se alcançar Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina diretamente pela vertente oriental do Espinhaço Meridional, via Mariana, Santa Bárbara, Cocais e Ipoema (ou seja, pela antiga estrada real, onde previa-se, inclusive, a construção de um ramal ferroviário de Ouro Preto a Diamantina). A partir do momento que o centro político administrativo deslocou-se um pouco mais para noroeste, o vale do rio das Velhas ganhou um novo fôlego e o deslocamento de Belo Horizonte até Caeté e daí até Cocais e Ipoema tornou-se inviável.

O rio das Velhas oferecia, através de seu antigo “Caminho dos Curraes”, uma alternativa de alcance ao norte de Minas pela vertente ocidental do Espinhaço Meridional. Por esse caminho também se planejou um ramal ferroviário que não se concretizou. Conceição do Mato Dentro, por sua vez, acabaria isolada da nova capital em função do escarpamento da Serra do Cipó. Só com a construção da MG 10, no início do século XX, a cidade ganharia um atalho com relação a nova capital. Este atalho passava por Almeida e daí divergia para a Vacaria em função de uma topografia mais favorável. O acesso via Vacaria foi o escolhido porque a escarpa da Serra do Cipó aí era mais favorável e já se conhecia a “trilha dos escravos” para Morro do Pilar. Galgava-se, então, por uma “estrada de rodagem”, a Serra do Cipó, e esta chegaria até Conceição, cortando mais de 100 km de caminho se se seguisse até Ipoema.

O antigo “Caminho de Dentro pelas Macaúbas”, que era ainda o único acesso ao Riacho Fundo (e conseqüentemente para Lapinha), foi ganhando ares de estrada, onde Almeida e Rótulo

---

<sup>24</sup> A cidade de Parauna, na barra do rio Cipó, foi uma das cinco estudadas para sediar a nova capital. A topografia e a distância com relação ao centro econômico do estado foram os fatores que determinaram a sua não escolha. Curiosamente, até Almeida foi aventada por um deputado para sediar a capital (Barreto, 1995).

permaneciam como paragens. Do Rótulo partia-se para a fazenda do Cipó Velho e de lá os tropeiros seguiam pela Vacaria na trilha dos escravos até Morro do Pilar. Do Rótulo também vinham os tropeiros de Sete Lagoas via Barra do Pau Grosso (Baldim) e de lá seguiam tanto para Morro do Pilar ou para Conceição, via Lapinha. Empreendedores, entretanto, começavam a detectar uma nova vocação local para a Serra do Cipó, e isso foi facilitado com a abertura da MG 10.

Citando um filho da região que escrevera sobre suas reminiscências na Serra do Cipó<sup>25</sup>, Ferreira (op.cit.:26-28) localiza o exato instante em que três empreendedores da Cia. Cedro Cachoeira<sup>26</sup> embrenhavam-se na Serra em busca da cachoeira do Parauninha, com o intuito de gerar energia elétrica para duas de suas unidades têxteis (São Vicente, próximo ao Rótulo e de Baldim, e Caetanópolis, já mais distante, depois de Sete Lagoas e Cordisburgo). A usina viria a ser construída em 1927 e recebeu o nome de U. Pacífico Mascarenhas, formando a represa do Vau da Lagoa. Trata-se de uma pequena central hidrelétrica (PCH) que até hoje fornece energia para a unidade de Caetanópolis (a de São Vicente foi desativada em meados dos anos 90). O sistema de represamento não comprometia a queda d'água dado a grande declividade do escarpamento da Serra, isto é, o potencial hidrelétrico reside mais na altura da queda do que no volume da água (o represamento se dá a montante da queda e a água é captada por uma tubulação que pode até atingir alguns quilômetros).

O interessante na narrativa de Santos Pinto é que ele, ao encontrar com os três empreendedores, se prontificou a exaltar as potencialidades das cachoeiras locais:

*... Aquela cachoeira já havia sido estudada a meu pedido pelo competente engenheiro José da Silva Brandão. E assim, pude logo, sobre a mesma prestar minuciosas e seguras informações. E, servindo-me da oportunidade, indiquei mais outra ali bem perto, a do Riacho Fundo ou Riachinho. Também estudada a meu pedido pelo referido engenheiro, na certeza de que, muito em breve, minha terra iria ter mais dois grandes melhoramentos, o que afinal aconteceu.*

(Santos Pinto, in Ferreira, op.cit.:27)

Trata-se de um momento da história que iria se refletir muito mais tarde, já no final do século, quando a represa de Lapinha (aquela decorrente do represamento do Riachinho) iria contribuir para compor a paisagem local que tantos turistas tem atraído. Mais interessante ainda é testemunhar a visão utilitarista dos recursos naturais num momento em que nem se sondava

---

<sup>25</sup> Trata-se de Carlos Augusto Santos Pinto, que escreveu o livro *Evocações e saudade*, cuja data não é citada por Ferreira.

<sup>26</sup> Segundo Santos Pinto, eram Cristiano Guimarães, Ovídio de Andrade e C<sup>el</sup>. Antônio Mascarenhas

cunhar o termo turismo na Serra do Cipó. Ademais, as duas usinas que lá se instalaram (logo nos referiremos, novamente, à UCAT) viriam compor a paisagem local e hoje podem se constituir em importantes vetores de promoção do desenvolvimento do turismo na região. Ao mesmo tempo, a crise atual de energia fez ressuscitar planos de construção de uma terceira PCH, agora no trecho encaichoado do rio das Pedras. Trata-se de um plano que surgiu na mesma empresa que construiu a UCAT, que foi abortado em função da falência da mesma, mas que paira novamente sobre a cabeça de novos empreendedores. A conjuntura agora é outra e dificilmente tal usina se concretizaria.

Os estudos preliminares para a construção da usina C<sup>el.</sup> Américo Teixeira iniciaram-se na segunda metade dos anos quarenta, a partir da compra de duas fazendas pela Cia. Têxtil de Belo Horizonte em 1947. O início das obras causou alvoroço na sossegada Santana do Riacho de então, como atesta Zé Cláuver:

*De repente, o Riacho deixou de ser dorminhoco; acordon e ficou esperto! Foi invadido por levas de gente, vinham de toda parte, trazidas pelas empreiteiras para a construção da usina hidrelétrica da Cachoeira. A estes, juntaram-se outros forasteiros, todos à procura de emprego, invadiram nossa praça e as poucas ruas. Meses depois de cessar a chegada desses comboios de caminhões com trabalhadores, ainda pingava gente avulsa, em busca de serviço.*

O enchimento da represa em 1950, na cota altimétrica de 1107 metros, preservou o casario então existente em Lapinha, casario que correspondia à fazenda do Velho Leonel e de seus familiares. Analisando-se mapas da época referentes à área de enchimento<sup>27</sup>, percebem-se 26 construções na área que hoje corresponde ao núcleo de Lapinha, incluindo a fazenda de Seu Zé Juquinha.

Por essa época, a vida de Lapinha era ditada pela palavra do “Velho Leonel Pinto”, um dos quatro irmãos que herdaram as terras daquela fazenda da Lapinha que já fazia-se constar nos mapas do século XIX. (provavelmente da família dos Siqueiras, que ocupavam grandes extensões de terras na Serra do Cipó). Consta que o “Velho Leonel” respeitava apenas a sua irmã mais velha, Dona Maria do Quincote, única casa que freqüentava. O cunhado Clemente, casado com outra irmã, Vivina, fora expulso da Lapinha por volta de 1929, indo se instalar no Galho Grande e, mais tarde, no altiplano da Serra, num trecho da trilha para Conceição (hoje casa de Ana Benta). O quarto irmão era Chico Pinto, com o qual o “Velho” não bulia pois este tinha fama de feiticeiro e, aparentemente, deveria impor seu respeito através em função de seus alegados “poderes”.

---

<sup>27</sup> Planta Topográfica Total da Bacia de Armazenamento. Escala 1:5000. Belo Horizonte, 29/01/1949

Leonel era o protótipo do “coronel” do interior mineiro, gerenciando suas terras com mão de ferro. Viveu cerca de oitenta anos, vindo a falecer nos anos setenta. Teve pelo menos seis filhos, cerca de vinte sobrinhos e uma série de afilhados

*... em Lapinha, quem não era sobrinho do Velho Leonel, era afilhado...<sup>28</sup>*

que deram origem a todo o “bolo da Lapinha” que hoje vive no arraial.

*...Leonel sempre foi considerado muito sistemático, entenda-se brabo mesmo, detesta ouvir não e ninguém se atreve contrariá-lo. Apesar disso, a sua casa é muito freqüentada, não pela simpatia, mas, porque ele é um homem de condições, decide rápido suas paradas e as dos outros, também. Entre os que chegam, a maioria vai dizendo: bença vô!, bença padim! ou bença ti-Loné!, ao que ele responde Bençõe! quase sempre sem olhar para o abençoado, enquanto vai mascando o seu cigarro de palha, apagado e preso num canto da boca...*

Sua fazenda, que muito provavelmente incorporou as terras dos outros irmãos, era auto suficiente, permitindo a subsistência de todos que ali moravam. Havia um engenho, tocado por um de seus genros (Zé Quincote), um moinho de fubá movido a roda d’água, produzia-se café, amendoim, algodão e rapadura, além dos tradicionais milho, arroz e feijão.

*...o Leonel é arrojado, valente, ambicioso e decidido. Tem muita terra, mas está sempre forçando a compra de mais. Impõe-se patriarca e, à exceção da família do cunhado, seara onde às vezes ainda dá suas cutucadazinhas, ele toma satisfações sobre tudo, de todos os moradores - ninguém vende suas colheitas de café, cebola, alho, arroz, gado, porco ou toucinho, sem ouvir sua orientação de Loné sobre a praça que deve procurar, ou para quem não deve vender. Na prática, isso não lhe rende dinheiro, mas prestígio político e, cá entre nós, é o que conta para ele...*

Café, cebola e alho permitiam a produção de um excedente que, juntamente com a rapadura e o café, eram comercializados em troca querosene, sal e cortes de tecido. A criação de animais também era importante sendo numerosos os rebanhos de gado, cavalos e porcos como atesta Juquinha de Lazarina:

*...tinha umas trezentas cabeças de porco, umas mil e quinhentas de gado e cavalo era a produção principal. A gente ia buscar as porcas fugidas no vargado e encontrava sempre várias porcas paridas...*

As trocas comerciais eram feitas via tropas de cargueiros com cerca de 13 burros levando de cinco a seis arrobas cada. Partia-se de Sete Lagoas, ou cidades próximas a ela, e seguia-se em direção a Serra do Cipó pelo velho “Caminho do Meio”, que era alcançado pela tropa no Rótulo.

---

<sup>28</sup> Essa e todas as afirmações seguintes referentes ao “velho” Leonel e ao passado recente de Lapinha foram repassadas por Zé Cláuver e por moradores de Lapinha.

Cruzava-se os rios Cipó, Parauninha e Riachinho (este o “Riacho Fundo” que deu o nome a Santana) em pontes precárias, quando estas existiam. A partir do Riacho Fundo (que se tornaria Santana do Riacho a partir de 1962) subia-se o primeiro escarpamento da Serra do Cipó para atingir Lapinha. Daí poderia-se seguir tanto para Congonhas do Norte, via Capão do Filipe, como para Conceição do Mato Dentro, via Tabuleiro e Itacolomi ou pelo Vau da Lagoa. O Sr. Laerte Marques, ex prefeito de Santana, cita tropas que levavam 35 dias de viagem entre Sete Lagoas e São João Evangelista, bem mais a nordeste, na bacia do rio Suaçui.

*...Na serra esses caminhos sempre tortuosos e, às vezes estreitíssimos entre paredes de pedras grandes ou altos barrancos brancos, de tabatinga, ora vão entre o paredão de um lado e precipício do outro. Curioso é que quem define essas trilhas não são os homens, são as patas dos burros de carga, sempre muito seguros; a cada ano os caminhos mudam ou afundam mais. Passa-se por lugares muito perigosos, às vezes com menos de um metro de largura, onde as bruacas ou balaços de carga no lombo das alimárias roçam nas pedras de um lado e do outro flutuam nas bordas de precipícios - é realmente incrível como os animais rompem e se equilibram nessas estradas carregados de arroz, feijão, milho, cebola, alho, café, batatinha, rolos de toucinho salgado amarrados com cipós e balaços de queijo para o mercado de Conceição; de lá voltam carregados com sal, querosene, fósforo, tecidos, cachaça, macarrão, fumo, cibalena e muito pão, o ‘sovado São José’ – as tropas levam e trazem tudo, são o único meio de transporte...*

O “Velho Leonel” mantinha um lote de burros exclusivamente para o trecho Lapinha – Santana.

*... No cotidiano da Lapinha as coisas acontecem devagar, mas continuam acontecendo. Por exemplo, o velho Leonel, homem mais importante do lugar, todo dia já amanhece nos azeites, brabo mesmo, fica brabo de graça...*

Além das ordens e broncas do “Velho Leonel”, o sossego da Lapinha viria a ser perturbado pela chegada de dois norte americanos interessados em reativar o garimpo do Soberbo. Goulart (op.cit.:78-79) data essa empreitada no ano de 1960, mas todas as demais pessoas da região situam a chegada dos estrangeiros na década de setenta. Qualquer que tenha sido a época, os norte americanos investiram em maquinaria, utensílios, uma *Rural Wylis* e até num posto de abastecimento (primeiro e único de Santana). Melhoraram a estrada de acesso ao Soberbo uma vez que iam com freqüência à sede municipal, estrada que veio a ser a que hoje leva ao povoado da Lapinha. Tentaram novamente desviar o curso do rio das Pedras, mas uma cheia colocou por água abaixo três anos de trabalho. Permanece na região a dúvida se conseguiram tirar muitos diamantes, ou não, do fundo do poção. O povo do lugar considera que, pelo fato de terem abandonado tudo para trás, quer dizer que acharam tanto diamante que não importava largar toda a parafernália enferrujando no local. Parece mais plausível a hipótese de que, com a enchente, não valeria a pena tentar retomar o investimento, que deve ter sido compensado com o que de lá foi

retirado. Retiraram também uma filha de Santana, que acabou seguindo com eles para o estrangeiro.

A luz elétrica chegou a Lapinha apenas em 1985, mais de vinte anos depois do início do fornecimento da UCAT para a sede municipal. A mesma UCAT que contribuía na manutenção das estradas, especialmente no trecho entre o Rótulo e Santana (A ponte sobre o rio Cipó, perto da Mangabeira, só havia sido construída em 1946 em função do início das obras da barragem). Pode-se inferir que muito pouco da rotina de Lapinha mudou até o início dos anos noventa. Menos ainda se compararmos com o que vinha acontecendo em Cardeal Mota. Apenas dois anos depois da chegada da eletricidade em Lapinha, o asfalto chegava a Cardeal Mota (1987). Este foi o fator decisivo que deflagrou a invasão turística na Serra do Cipó. O número de pousadas proliferava em Cardeal e o efeito dessa leva de forasteiros não se fez demorar em Lapinha.

A romaria em direção à Serra, iniciada há mais de dez mil anos pelos homens e mulheres de Lagoa Santa e continuada pelos ancestrais dos índios atuais, pelos Botocudos, pelos sesmeiros, colonos, mineradores, naturalistas, fazendeiros, tropeiros, cientistas e empreendedores, enfim, todos aqueles que de alguma forma aprenderam a conhecer os segredos e as distâncias da Serra, essa romaria ganhava agora um impulso inédito e avassalador. Se antes palmilhavam-na a pé ou no lombo de montarias, agora as estradas se ampliavam cada vez mais; a MG 10 recebera o asfalto até o pé da Serra e agora este asfalto se amplia. Os “romeiros” e os habitantes atuais passaram a ser envolvidos e suplantados por levadas cada vez maiores de estranhos que, não sem razão, deixavam-se fascinar pelas belezas da região. Os mais ousados (os “farejadores” nos dizeres de alguns) penetravam cada vez mais fundo na Serra e deparavam com cenários deslumbrantes que procuravam, de uma maneira ilusória, salvaguardar só para si.

A estrada para Lapinha, que sempre foi um transtorno para aqueles que por ela precisavam passar, era agora vencida por motoqueiros e farejadores que seriam os primeiros a redescobrirem-na. A época das chuvas trazia enxurradas que dificultavam o deslocamento

*...Na Serra, a estrada de cavaleiro que vai para o Riacho, acabou, a chuva lavou toda a areia, sobraram as pedras, só burro ou mula é que agüenta; tateando eles custam mudar o passo a passo, a viagem é penosa e lenta. Parece que nunca foi estrada...*

O assédio de forasteiros motorizados acabou por forçar sua melhoria, que deu-se apenas no final da década de noventa. Essa facilitação do acesso viria ajudar a desencadear um processo de



choque cultural apenas comparável com a chegada da luz elétrica alguns anos antes, mas cujas conseqüências parecem ser bastante imprevisíveis.

Estamos chegando ao ponto de partida de nossa investigação, nesse momento em que nos perguntamos se essa invasão turística pode se sustentar ou se ela está fadada a destruir o que a Serra tem de mais belo. Gostaríamos que ela se sustentasse, mas que para isso aconteça, cada turista deverá empreender, primeiro, uma viagem interior.

Esse turismo interior deve inspirar-se no grande retorno idealizado, e já empreendido a cinco primaveras, pelos povos indígenas remanescentes em Minas Gerais<sup>29</sup>. Trata-se de um movimento iniciado em 1998 pelas quatro nações indígenas ainda presentes no estado, os quais definem a Serra como “o Lugar Onde a Terra Descansa”

*...Para as nossas tribos voltarem a trilhar o caminho dos antigos, nós tínhamos que fazer isso, ou apoiado numa memória viva, na memória ancestral, na memória transmitida oralmente através de alguns registros que a gente pudesse manter, ou através do sonbo; ou juntando tudo, juntando toda a memória que a gente tem, que vem do nosso espírito, para poder seguir a trilha dos antigos. Nós seguimos a trilha dos antigos com a mesma reverência que os outros povos fazem com a sua tradição, com sua herança cultural (...).É o mandamento mais claro que eles passam para cada geração é: “Andem com cuidado; pisem devagar aqui na terra – como se vocês estivessem voando*

Krenak (2000)

Esse é o turismo interior que os povos indígenas fazem quando estão na Serra. Reverenciam e festejam o Sol e a Lua, a Terra e a Água com a mesma intensidade. Abrem-se para o mundo exterior porque estão abertos para seus próprios mundos interiores, plenos de sonhos, espíritos, memórias e reverências aos ancestrais. Não poderiam ser classificados como turistas no sentido convencional do termo pois a Serra lhes pertence. Permanecem vinculados ao seu lugar porque na verdade nunca afastaram-se, espiritualmente, dele. Foram, isto sim, forçados a sair, mas o exílio geográfico nunca implicou num exílio espiritual, mesmo que o retorno se desse várias gerações a frente.

Como um turista pode reverenciar a Serra do Cipó se não a trouxe dentro de si mesmo?

---

<sup>29</sup> Krenak, Maxacali, Pataxó e Xacriabá

### 2.3 – UMA MANDALA: LAPINHA NA SERRA, E AS SERRAS EM LAPINHA

*... Desde a primeira viagem na infância, meu relacionamento com a serra sempre foi muito intenso e muito íntimo. Mesmo assim, não a conheço bem. Serra do Cipó é como a mulher que a gente ama: a gente vive com ela a vida inteira e quando pensa que a conhece descobre mais um córrego, uma cachoeira, uma nova flor.*

(Machado, 1992)

E descobre mais um povoado, mais pessoas, mais revelações. A Serra do Cipó possui várias delas e Lapinha será nossa condutora em meio a essa alma quartzítica. É a possibilidade quase infinita de novas descobertas que leva milhares de turistas a empreender várias incursões nos caminhos da Serra. Lapinha é, ainda, uma das alternativas que permitem-nos conduzir a essas várias descobertas. Cabe a nós, visitantes, forasteiros ou turistas, estarmos suficientemente abertos e preparados para incorporar algumas de suas múltiplas revelações para então poder respeitá-la e reverenciá-la.

Já foi aqui afirmado que Lapinha é um microcosmo da Serra do Cipó e o que ora vai se tentar é um detalhamento do mesmo no sentido de se compreender parte do cosmo da grande Serra, ela mesma microcosmo da cadeia do Espinhaço. Se formos considerar a evolução recente do quadro de Lapinha, verificaremos que seus grandes problemas podem ser definidos a partir de dois eixos principais. O primeiro corresponde à fragilidade ambiental da região, bem definida e diagnosticada no trabalho de Parizzi et al (op.cit.,2000), que imprime todo um ritmo cauteloso em se tratando das ações que porventura venham acontecendo ou que se desejam fazer acontecer no local. O segundo grande eixo corresponde justamente a uma dessas ações, que vem se desenrolando nos últimos quatro anos e cujas implicações (pressões mesmo) sobre o ambiente local são cada vez mais preocupantes. Trata-se do processo de parcelamento da terra, desencadeado pelo / desencadeando o fluxo turístico o qual Lapinha vem sofrendo a partir de meados da década de 90.

Fragilidade ambiental e parcelamento da terra permeiam toda a análise que ora se faz, constituindo-se no pano de fundo a partir do qual buscar-se-á identificar a intrincada rede de implicações causais e explicativas que conformam o quadro recente de Lapinha. Esta é uma tentativa de modelização para a compreensão de um fenômeno complexo, o qual eventualmente pode ser aplicado para outras localidades que venham a sofrer ou estar sofrendo problemas semelhantes. Tais localidades, quaisquer que sejam, tendem a reproduzir o problema maior da pressão turística nas regiões em que estejam inseridas e isso se aplicaria para qualquer parte do

Brasil. Acreditamos que a vulnerabilidade dessas localidades e, conseqüentemente dessas regiões, passa pelo grande denominador comum da atividade turística, qual seja, o próprio turista, sua visão de mundo e seu envolvimento com o local visitado. Se a intenção é rotular-se de ecoturista, acreditamos que a primeira viagem a ser feita é aquela que passa pelo âmago de cada um. Ninguém chega à natureza exterior se antes não conhecer a sua natureza interior.

Uma vez já apresentados o cenário, Lapinha enquanto síntese hologramática da Serra do Cipó, e o processo histórico de ocupação e transformação daquela região, passemos ao enredo dessa peça cujo número de atos será função das diversas relações dialogais identificáveis a partir da contraposição de alguns fatos os quais eu denominaria “fenômenos interacionais”. Tais fenômenos podem ser apresentados em uma Mandala cuja força motriz estaria sujeita às diversas tensões advindas da ação / omissão dos poderes instituídos e que interferem no desenvolvimento dos acontecimentos do local.

Nossa Mandala aproxima-se, em termos de concepção, da roda de Chaves (1998). Este autor pesquisou o setor saúde sob a perspectiva da complexidade e fala de diversas dimensões ou pontos de observação cuja multiplicidade de perspectivas permitiria uma visão mais clara e completa da realidade. Ele propõe uma roda com diversos raios, sendo o eixo o foco principal de análise e o aro a realidade transsetorial onde se perceberia uma interatuação das diversas dimensões. Nessa concepção, todos os compartimentos do círculo se comunicam entre si, visando caracterizar a unidade do todo constituído pela realidade transsetorial.

Chaves compara sua roda de diversos aros com o esquema de Lalonde (por ele citado, 1974) e lembra que ambos “continuam sendo simplificações da realidade, não conseguindo abranger a totalidade das dimensões sob as quais o objeto de estudo poderia ser analisado. A noção fundamental é a da necessidade premente de passarmos de um pensamento unidimensional, reducionista, para um pensamento multidimensional, holista e não excludente, em que tudo que aprendemos até agora seja aproveitado em um amplo esquema integrador, ordenador. O arcabouço conceitual transdisciplinar deve servir de pano de fundo e ser constantemente iluminado pela pesquisa disciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar” (Chaves, op.cit.:13-16). Se estamos concebendo nossa análise no âmbito do pensamento complexo o que fazemos é estar sempre religando “nosso sistema com os demais com os quais está em permanente interação. Nosso contexto é um agregado de sistemas complexos, conformando um sistema maior, um meta-sistema” (Chaves, op.cit.).

Mas é Boff (op.cit.,2000) quem melhor traduz o que pretendemos desenvolver nesse momento de nossa investigação. Ele nos fala da “demanda de uma outra lógica<sup>30</sup> que faça justiça à complexidade do real” (Boff,op.cit.:48) e considera o que ele chama de lógica dialógica ou pericorética como a “mais adequada ao tipo de experiência da realidade ecológica”. De acordo com Boff, pela lógica dialógica ou pericorética “se procura o diálogo em todas as direções e em todos os momentos. Por isso supõe a atitude o mais inclusiva possível e a menos produtora de vítimas. A lógica do universo é dialógica: tudo interage com tudo em todos os pontos e em todas as circunstâncias. Esta circularidade foi expressa pelos gregos pela expressão *pericórese*, que significa filologicamente: circularidade e inclusão de todas as relações e de todos os seres relacionados (...). A lógica dialógica pode então ser chamada também de lógica pericorética. É a lógica mais complexa e por isso a mais completa”(Boff,op.cit:49-50).

Através deste diálogo multidimensional, em que tentaremos relacionar as realidades de nosso universo de análise, “aprendemos de todas as experiências humanas em seu manejo com a natureza, seja aquelas chamadas erroneamente de primitivas, de mágicas, de alquímicas, de xamânicas, de arcaicas e de religiosas, seja as contemporâneas, ligadas ao discurso empírico, analítico e epistemológico. Todas revelam a dialogação do ser humano com o seu entorno. Todas elas têm uma verdade a testemunhar e nós humanos, uma paisagem surpreendente a admirar e uma mensagem grandiosa a auscultar” (Boff,op.cit.:52). Tentamos fazer isso através da Mandala de Lapinha: auscultar a mensagem contida na paisagem surpreendente da Serra do Cipó, pois acreditamos que esse é um dos caminhos que leva à sustentabilidade do turismo que se queira ecológico.

As relações dialogais apontadas na Mandala de Lapinha advêm dos diversos contrapontos identificados para a compreensão / análise de seus problemas na medida em que se busca observar os dois lados da moeda de cada fenômeno interacional. Cada fenômeno poderia ser considerado uma pequena interação dialética, mas o que se busca ao destrinchá-lo é seu viés dialógico, isto é, não estamos contrapondo teses com antíteses, mas os dois lados de um mesmo fenômeno na medida em que não existe algo a ser questionado ou superado, mas algo a ser construído a partir da compreensão do outro, das diversas implicações de seus desdobramentos. Seis fenômenos interacionais foram identificados considerando-se um contraponto de fundo entre a comunidade local, e/ou o que lá se desenvolve, e a comunidade externa e/ou o que se desenvolve fora de Lapinha, considerando aí a Serra do Cipó como um todo. Esses seis

---

<sup>30</sup> Boff refere-se à lógica como a forma de encadear e relacionar as realizações do universo entre si (op.cit.:48)

fenômenos devem ser considerados como que abraçados por dois outros fenômenos interacionais mais amplos, os quais surgem como uma espécie de síntese turístico / ambiental, pano de fundo maior do sujeito dessa tese. É o contraponto entre esses dois fenômenos interacionais maiores que nos remete ao grau de sustentabilidade em que se encontra a atividade turística em Lapinha, permitindo-nos ainda traçar inferências (extrapolações) com relação à Serra do Cipó.

Considerando a Mandala de Lapinha, política e cultura modernas são contrapostos ao que poderia ser considerado cultura tradicional e uma forma tradicional do fazer/agir político; atores forasteiros e visitantes são contrapostos aos atores tradicionais, não necessariamente residentes em Lapinha; as atrações de Lapinha são colocadas em relação às atrações “concorrentes” e/ou paralelas; a distância do mercado consumidor na qual Lapinha se encontra é colocada diante da proximidade do mercado consumidor que outras regiões se encontram; finalmente, a resistência local é colocada diante das diversas formas identificadas de intervenção externa. Abraçando esses eixos interacionais, ao mesmo tempo que alimentando deles, fazendo-se também alimentar por eles, surge o contraponto maior entre as atividades degradadoras do ambiente e as atividades conservacionistas que lá são identificáveis, o qual nos remete imediatamente à questão principal dessa tese – o Turismo que hoje observamos em Lapinha pode ser rotulado de ecológico e, portanto, sustentável? Ou estamos apenas testemunhando o início de um processo inexorável de massificação do turismo, processo esse identificável em alguns pontos da Serra, mas absolutamente ausentes em outros?

Cada um desses “fenômenos interacionais” será analisado em maior detalhe, momento em que se apresentarão os desdobramentos no local de processos políticos, sociais, econômicos, culturais e espaciais mais amplos. Essa amplidão se faz tanto nos termos espaciais como temporais pois nos parece claro que as dimensões do passado e do futuro não podem estar fora do escopo de nossa análise. Chaves (1998,op.cit.) também está atento a essa dimensão espaço-tempo e é bastante feliz quando afirma que “nossa perspectiva do aqui espacial, deve ser completada com a do agora, temporal. Devemos ver sempre a dimensão espaço-tempo, conjugando as dimensões micro-macro-mega (perspectivas - visão de mundo) com as dimensões temporais da história, do hoje, e dos planos e projeções (prospectiva - visão de futuro). Atuar no presente - aqui e agora, com visão de futuro é um lema para direcionar as abordagens integrativas, multidimensionais que intentamos conduzir. Perspectivas e prospectiva são, num certo sentido, complementares”.

Uma concepção esquemática da nossa Mandala da Lapinha é apresentada a seguir. O verde e o branco representam o contraponto de fundo, entre a comunidade local e a comunidade externa, onde os seis fenômenos interacionais identificados estão representados. O vermelho refere-se ao contraponto maior que nos remete à discussão da sustentabilidade turístico-ambiental do que lá vem ocorrendo, o qual é decorrência dos fenômenos e relações interacionais identificadas (FIGURA 2.8).

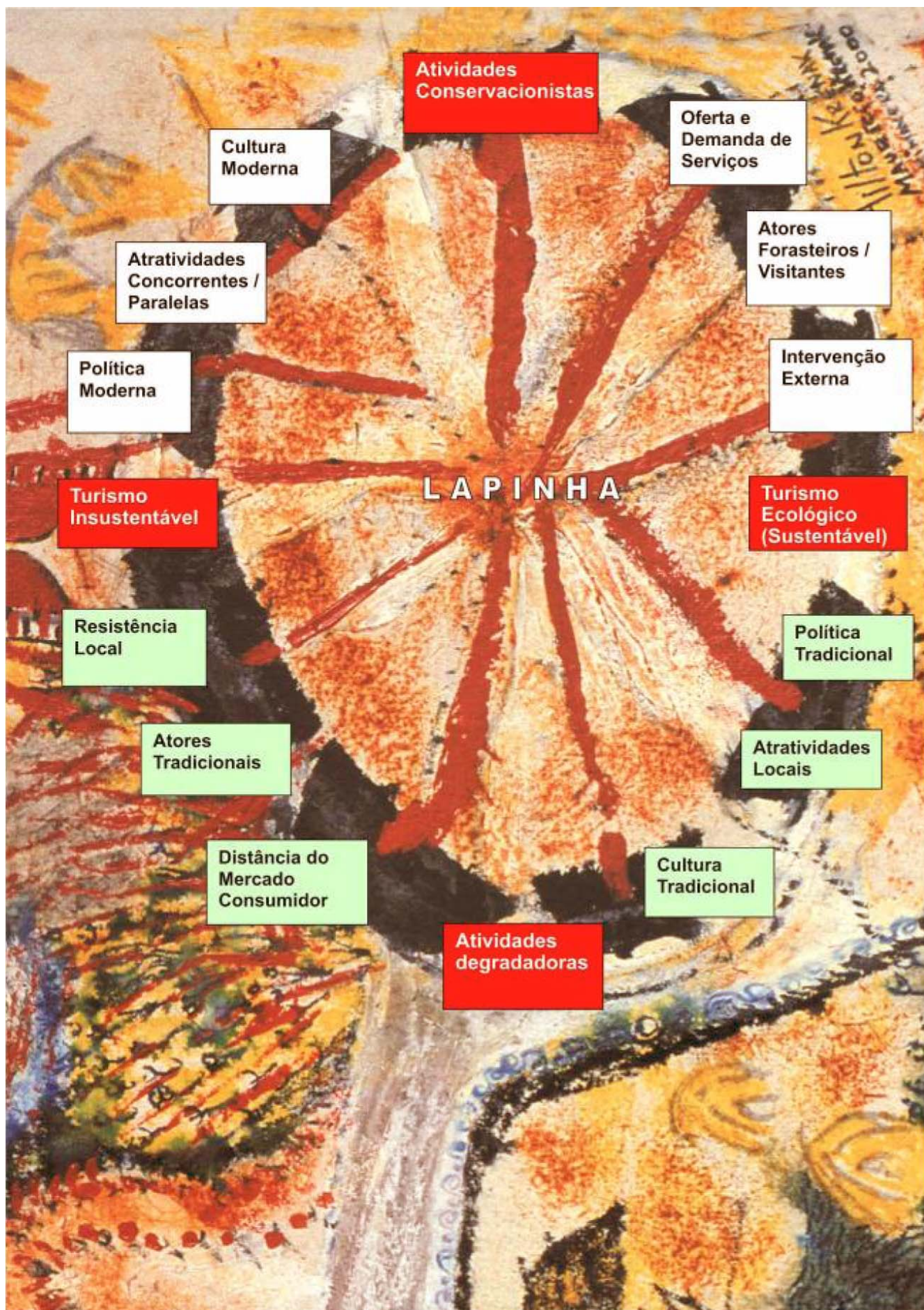


Figura 2.8 – A Mandala de Lapinha

### 2.3.1 – Atores Tradicionais e Atores Forasteiros / Visitantes

Consideramos como atores tradicionais, e principais atores dessa pesquisa, os moradores originais da vila, gente simples, praticamente todos sendo aparentados entre si em função das diversas relações de parentesco existentes. Todos são descendentes dos três varões originais já mencionados anteriormente: o “velho” Leonel, seu cunhado Clemente, e o *feiticeiro* Chico Pinto, também irmão de Leonel. Entre os mais velhos, sobreviventes das duas gerações seguintes a do velho Leonel, restam Geraldo Quincote (filho de Chico Pinto e considerado o mais velho da Lapinha), Juquinha de Lazarina, Juquinha de Zé Quincote e João Belisário (sobrinhos e netos de Leonel), Olavinho (genro de Leonel e recém falecido), Dona Natalina (tia de João Belisário), Santo (cunhado de João Belisário), Seu Levi e a irmã D. Lourdes (netos de Chico Pinto) e a já mencionada D. Maria, que veio com o marido do Vau da Lagoa. Este corresponde ao núcleo atual do “bolo da Lapinha” (nos dizeres da população local), que só fez crescer a partir da geração seguinte.

A geração seguinte corresponde, de uma maneira geral, aos filhos oriundos desse “bolo”. Trata-se do grupo de habitantes tradicionais que hoje movimenta a maior parte do que se produz e se comercializa (inclusive terras) em Lapinha, e que ainda possuem a maior extensão de terras considerando o somatório do bolo. São os que receberam a partilha de terras da geração anterior, mas que ainda não partilharam com seus filhos. Aí incluem-se os donos de comércio (Alcino, Zinho, Belisário & Geralda, Alves), os que trabalham mais na terra (Tarcísio, Luís, Nelci, Zé d’Olinta, Vitalino, Zé Paulino, Dionísio, Socorro, Jorge), seus cônjuges, alguns deles já oriundos de outras localidades, percebendo-se assim uma certa “diluição” do marcante fenótipo do habitante tradicional da Lapinha.

Com relação a esse grupo, Zé Cláuver, um erudito entusiasta da região lembra que, por ocasião das festas religiosas de Santana e Conceição, momentos propícios para o início de romances ou aventuras do gênero, “as moças e os rapazes da Lapinha nunca se entusiasmavam em namorar com os rapazes e moças do Riacho, ficando tudo em família - o contrário também acontecendo”, isto é, também os de Santana não se entusiasmavam com os habitantes de Lapinha.

A geração seguinte corresponde aos filhos e netos da anterior, ou seja, a juventude de Lapinha. Constitui-se num leque amplo que abrange desde jovens já casados e buscando ocupações quase sempre relacionadas a um desdobramento das atividades dos pais, até crianças que brincam soltos pelo arruamento. Os mais velhos costumam trabalhar na prestação de serviços (especialmente na



construção de casas, enquanto caseiros ou tomadores de conta e no apoio a serviços domésticos), outros auxiliam os pais tanto na roça quanto nas atividades comerciais, outros ainda prestam serviços nas roças de terceiros. É comum também o apoio aos turistas, especialmente no que diz respeito à condução de grupos enquanto guias ou conduzindo cargueiros.

As crianças, por sua vez, dividem sua rotina entre brincar pelo arruamento e nos rios, e o turno da escola. O ensino infantil é ministrado na escola local, bem centralizada no povoado, sendo comum o convívio dos alunos com adultos durante o recreio, que é ao ar livre, no gramado do centrinho de Lapinha. Para o ensino fundamental e médio, a rotina dos alunos consiste em esperar o ônibus da Prefeitura Municipal que passa todo dia (quando as condições da estrada estão boas) por volta das 16:00 hs para levá-los à sede municipal, e retorna em torno das 22:30 hs. É comum o absenteísmo no auge da estação chuvosa (que geralmente coincide com o início do ano letivo) quando as estradas tornam-se intransitáveis

Aos habitantes tradicionais vêm se contrapondo, cada vez mais, pessoas que vêm de fora e que para lá afluíram em função da beleza e rusticidade local. Algumas dessas pessoas hoje vivem lá. Outras escolheram Lapinha como local de moradia secundária, talvez a maioria, comprando terrenos e construindo novas casas na medida de suas possibilidades. São, principalmente, originários da RMBH e de cidades próximas, e ocupam o vilarejo durante os fins de semana. São pessoas que, de alguma forma, estabeleceram uma relação muito mais sólida com Lapinha (seja por origem, seja por opção ou por necessidade). Todas as pessoas de fora que hoje possuem terreno ou casa em Lapinha poderiam ser enquadradas como turistas diferenciados que um dia lá chegaram como visitantes ou curiosos, mas que lá resolveram retornar e permanecer de alguma forma. Eram turistas alternativos nas décadas de 80 e 90 e, uma vez magnetizados pelo local, com a região se identificaram e passaram a acelerar um processo de transformação que tem levado aos impactos que ora se verificam. Neste grupo incluiríamos forasteiros pioneiros como Paulo Brant, Marcelo e Gláucia, Tom Zé, Leonardo, Flávio e Eliane, a turma do Grupo Bambuí<sup>31</sup>, Sandra, Bráulio, os irmãos Laborne.

O afluxo contínuo de forasteiros levou ao surgimento de novos proprietários, num processo que passou a preocupar os próprios forasteiros pioneiros. O problema do parcelamento passou, então, a ganhar proporções que acabaram por revelar Lapinha enquanto foco de tensão turística:

---

<sup>31</sup> Trata-se do Grupo de Bambuí de Pesquisas Espeleológicas que chegou na região com o intuito de explorar suas cavernas. Dessa exploração resultou o trabalho de Auler & Basílio (1988, op.cit.) e a compra de um terreno nas margens do ribeirão do Mata Capim, no qual uma casa já foi construída

Uma vila que permanecia solenemente ignorada do grande público até o final dos anos 80, passou a ser “descoberta” por um pequeno grupo de turistas que guardavam o “segredo” para si mas que não teria condições de manter tal destinação à margem de um processo tão amplo (de invasão turística) que já assolava partes da Serra do Cipó.

Lapinha possuía, no início dessa pesquisa, cerca de 80 moradias (dados de 2000), sendo que em torno de 50 delas moram os habitantes originais da vila e seus familiares. Ao final de 2002, os números correspondiam a 103 casas, sendo que os habitantes originais passaram a construir novas casas em seus terrenos para atender à demanda turística. Tais dados são reveladores do rápido processo de crescimento do povoado, dando idéia do grau de impactação já causado por tal modelo descontrolado de ocupação.

Além dos antigos e novos proprietários de terra em Lapinha, várias são as pessoas que para lá afluem em fins de semana e feriados prolongados, atraídas também pelo magnetismo local, geralmente obtendo referências de Lapinha a partir do segundo grupo acima descrito. Seriam estes essencialmente, os verdadeiros turistas, e suas atitudes reproduzem as atitudes comuns a qualquer turista, especialmente daqueles que estejam procurando algo além dos apelos tradicionais de locais conhecidos por suas potencialidades turísticas. O turista que chega até Lapinha venceu muito mais obstáculos do que aquele turista que chega facilmente até Cardeal Mota, da mesma forma que ele experimenta muito menos comodidade e opções em termos de serviços do que experimentaria se permanecesse em Cardeal Mota. No âmbito de nosso programa de estudos para Lapinha (Gontijo et al., op.cit.), Martins (2002) traçou um perfil dos turistas que chegam até Lapinha e chegou a conclusões interessantes.

Tomando como base as variáveis da Organização Mundial do Turismo que condicionam a demanda turística apontadas em Dencker (2000:197-211), Martins (op.cit.:87) elaborou um questionário para qualificação dos turistas que considerasse tanto os aspectos quantitativos como os qualitativos de acordo com os valores por eles levados em consideração ao empreenderem suas viagens. Os turistas foram então classificados como “ecoturistas ortodoxos ou participantes que são aqueles verdadeiros ambientalistas, sempre preocupados com o meio ambiente e com as populações tradicionais dos destinos receptores. Em geral demonstram auto-suficiência, levando consigo tudo que precisam, incluindo barracas para dormir, comida balanceada e de fácil preparo, equipamentos etc. Ainda dentro desta classificação pode-se detectar nos visitantes dois grupos distintos, os dos estudantes e dos especialistas”. A classificação a qual Martins se refere é a da

EMBRATUR (2001:30-32) e referiu-se a um universo de 137 turistas que freqüentaram Lapinha em três fins de semana prolongados durante o ano de 2001

Outros atores de destaque consistem naqueles que, não residindo em Lapinha, possuem uma relação afetiva ou de trabalho com o local. Tratam-se de funcionários da prefeitura de Santana do Riacho, estagiários em serviço no município, funcionários da UCAT, funcionários do estado, pesquisadores que têm ou tiveram a região de Lapinha como objeto de estudo, parentes de moradores do local, proprietários de terras não residentes, etc. Nesse grupo nos incluímos, pois nosso envolvimento com o local vai muito além de uma fria relação de pesquisa. Incluímos também Seu Zé Juquinha enquanto liderança local e proprietário de terras na Lapinha. Incluem-se também os estagiários do Internato Rural da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os agentes de saúde da Prefeitura de Santana do Riacho, vereadores de fora e que de lá receberam votos, demais ex-prefeitos que ainda exercem influência política na vila, funcionários da prefeitura que trabalham nas escolas e na manutenção das estradas e dos veículos

Enquanto até aqui lidamos apenas com os atores físicos, pessoas com as quais foram travadas relações de troca de informações e mesmo de confiança e de cumplicidade, existe toda uma gama de atores institucionais cujos agentes diretamente envolvidos com Lapinha, ou cujos espectros de ação são de suma importância para a compreensão da realidade local. Aqui situamos além da prefeitura municipal de Santana do Riacho, o IBAMA, enquanto órgão responsável pela administração da APA Morro da Pedreira dentro da qual Lapinha está inserida; a antiga CIBH, hoje Horizonte Têxtil, que construiu a UCAT e a represa, sendo proprietária de grande parte das terras adjacentes a Lapinha; outras empresas com terras na região (como é o caso da Andrade Gutierrez); instituições de ensino superior como a UFMG, o Unicentro Newton Paiva e a PUC-MG com profissionais atuando na região ou aí desenvolvendo pesquisas (merecendo destaque o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas duas primeiras instituições no sentido de recuperar a bacia do Rio das Velhas - “Projeto Manuelzão” - bacia da qual o Riachinho é um dos contribuintes); o governo do estado de Minas Gerais, que vem fomentando ações de promoção do turismo em todo estado, destacando a Serra do Cipó como um de seus roteiros turísticos; o governo federal, na medida em que alguns de seus programas possuem ramificações no nível municipal, indo de alguma forma interferir em possíveis ações que possam vir a ser desenvolvidas em Lapinha; e instituições diversas cujo espectro de ação, de alguma forma, interferem no quadro sócio/político/econômico/cultural de Lapinha.

Estamos nos referindo, então, ao que consideramos serem os atores envolvidos em torno do problema de Lapinha. Atores tanto enquanto membros de instituições assim como atores individuais, ou seja, pessoas que têm voluntária ou involuntariamente participado no processo de transformação pelo qual Lapinha vem passando. Morin (1967, op.cit.) usa o termo metamorfose para explicar a transformação em Plozévet, sendo que, no nosso caso, o processo ainda estaria em uma fase inicial e, portanto, de início de transformação, mais do que metamorfose, que já sugere uma transformação completa.

São esses atores os principais indutores desse processo de transformação, sendo que, ao nível dos indivíduos, percebe-se um contraponto entre aqueles atores dito tradicionais, relacionados eminentemente ao estilo simples de vida que permeou Lapinha em sua história recente, até o início dos anos 90, e os atores de fora, teoricamente portadores de uma modernidade, não inédita, mas que agora passaria a envolver e interferir na vida econômica e social do lugarejo. A modernidade já havia chegado a Lapinha em outras ocasiões, mas não com o grau de intervenção e de potencial transformação como agora – foi o caso da chegada da Cia. Industrial de Belo Horizonte em 1948, e dos americanos no final da década de 70.

Foram momentos isolados que influíram indiretamente no povoado na medida em que não acarretaram em modificações significativas nos hábitos locais e nos mecanismos de posse da terra. Nem mesmo o represamento do córrego do Riachinho pode ser considerado um momento de transformação uma vez que os habitantes de então já conviviam com o espelho d'água da dolina de Lapinha, ou seja, eles continuaram convivendo com a mesma “Lagoa da Lapinha”, inclusive com as implicações de seu ritmo hidrológico sazonal. Transformações “modernas” mais significativas, isso sim, dizem respeito à chegada da energia elétrica, em 1985, e a melhoria das condições de acesso, a partir de 1996/97. Tais transformações, principalmente a segunda, estariam na raiz mesmo do que estaria para acontecer.

Pela estrada, e mesmo antes dela, via trilhas de motocicletas ou no lombo de animais, chegaram os primeiros forasteiros, precursores de uma nova modernidade que estaria para envolver definitivamente o povoado. Seriam os assim chamados “farejadores” de novas destinações, protoecoturistas ou turistas alternativos, como já eram considerados pelos teóricos de então (Krippendorf, 1989), que, ao chegarem primeiro, beberam a água limpa da fonte que se lhes descortinava. Segundo esse autor, os turistas alternativos procuravam “agir diferentemente das outras pessoas, ficar fora das veredas batidas pelo turismo e, se possível, ir a lugares inexplorados

até então”. Eram turistas que queriam “ter mais contato com os nativos, renunciar à maioria das infra-estruturas turísticas normais, alojar-se de acordo com os hábitos locais e utilizar os meios de transporte públicos do país” e procuravam “também se informar antes e durante a viagem, que empreendiam sozinhos ou em pequenos grupos” (Krippendorf,op.cit:77)

Na trilha aberta por tais farejadores começavam a transitar mais e mais aventureiros, amigos, familiares ou simplesmente conhecidos ou novos moradores de Santana do Riacho, que gradativamente ajudavam a engrossar as levas de visitantes dos finais de semana e feriados prolongados. Dentre os novos moradores de Santana destacaria-se um dentista que se tornaria prefeito em 1996. Foi durante seu primeiro mandato, ele reelegeria-se em 2000, que a estrada aberta para a lavra diamantífera do Soberbo foi melhorada, o que possibilitou um fluxo regular de veículos de maior porte para Lapinha.

Mudanças começaram a se fazer perceptíveis para a população tradicional local na medida em que novos visitantes, com uma nova ordem de interesses ou de ocupações, começaram a frequentar o povoado. Entre esses forasteiros, que de alguma forma começaram a se contrapor com os atores locais, alguns poderiam ser vistos desempenhando funções antes inexistentes ou então estabelecendo um novo ritmo nas relações humanas e econômicas tradicionais do povoado. Seriam os agentes de saúde, vinculados ou não ao internato rural então presente na sede do município; comerciantes e/ou entregadores que passaram a levar e introduzir novos produtos e até mesmo hábitos de consumo para a população local (possibilidade aberta com a chegada da eletricidade não muitos anos antes); os prestadores de serviço ou funcionários contratados para a execução de alguma obra de infra estrutura; cientistas e/ou estudantes em trabalho de campo relacionado ao estudo das particularidades da região; e os próprios farejadores que, num primeiro momento, aprenderam a gostar da região e para lá afluíam com o intuito apenas de descansar ou aproveitar sua natureza exuberante, introduzindo novos hábitos de consumo no incipiente comércio local, principalmente no que dizia respeito ao serviço de bares.

À medida que novos hábitos ou novidades iam surgindo, e estamos falando de algo em torno de apenas dez anos, outros iam desaparecendo, costumes antigos passariam a se manifestar cada vez mais raramente, atores tradicionais iam cedendo lugar a pessoas que pouca ou nenhuma identidade teriam com o local. Foi o caso das parteiras, rezadeiras e benzedadeiras, antes importantes personagens do dia a dia local e agora recolhidas aos seus lares, limitando suas atividades diárias às conversas entre si, às tarefas domésticas, às eventuais rezas, à ajuda na roça,

estabelecendo pouco contato com os atores de fora. A função que antes desempenhavam agora passava a ser exercida por estagiários do último ano de medicina<sup>32</sup>, por visitas esporádicas do próprio médico da prefeitura, ou por traslados na ambulância da prefeitura nos casos de emergência ou de maior gravidade. Também os tropeiros passaram a ceder espaço aos novos entregadores, alguns até com interesses políticos em Santana do Riacho, mantendo laços de vinculação política através da movimentação e do repasse de mercadorias de primeira necessidade.

Com relação a esta transformação em termos da chegada de novos atores, é sintomático o fato de dois dos três últimos prefeitos eleitos de Santana do Riacho trabalharem com comércio e/ou transporte, e o atual ser da área de saúde. Se os dois primeiros, filhos da região, podem, de alguma forma, estar associados a uma maneira tradicional de exercer a política (como será analisado mais adiante), o último, já no segundo mandato e sendo de fora da região, estaria imbuído de uma aura de modernidade política que na prática não se tem revelado muito diferente dos anteriores. Também com relação aos candidatos a vereador pode ser verificado uma dicotomia entre candidatos tradicionalmente vinculados a Lapinha e novos personagens de fora. Com colégio eleitoral suficiente para eleger um vereador para a câmara municipal (cerca de 80 votos seriam suficientes), Lapinha tradicionalmente elegia um candidato com forte identidade com relação à comunidade local<sup>33</sup>. Esta situação foi alterada na medida em que surgiram mais candidatos pela região, um deles originalmente de Belo Horizonte mas que para lá se mudou no turbilhão dos novos imigrantes<sup>34</sup>. Também sintomático é o fato de ser de fora um candidato a vereador que conseguiu se eleger com um número razoável de votos em Lapinha<sup>35</sup>.

A partir do momento em que passou a receber visitas frequentes de pessoas de fora, especialmente oriundos das classes média a média-alta da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e da região de Sete Lagoas, Lapinha passou a ser alvo de cobiça, tanto no sentido de apropriação de sua natureza, como de reduto que deveria ser mantido a qualquer custo longe do alcance do grande público. Enquanto o acesso permaneceu precário, este isolamento relativo persistiu. Mas o que se tem verificado a partir de pouco mais de quatro anos é uma

---

<sup>32</sup> Tais estudantes participam do internato rural obrigatório, no caso do curso de medicina da UFMG, momento em que passam três meses em regiões carentes do estado onde exercem funções relacionadas à promoção da saúde, com a anuência e respaldo das prefeituras municipais

<sup>33</sup> Trata-se de Raimundo Mendes de Miranda, o “Mundinho da Bina”, que já havia sido eleito por três vezes consecutivas, mas que não conseguiu se eleger nas eleições de 2000. (dos 34 votos recebidos, 14 foram de Lapinha – TRE,2000)

<sup>34</sup> Bráulio Braga de Paula, que dos 52 votos recebidos, 30 foram de Lapinha (TRE,2000)

<sup>35</sup> Geraldo dos Santos Teixeira (o “Geraldão”), que dos 70 votos recebidos, 18 foram de Lapinha

corrida para a garantia de um lugar no que ainda representa um refúgio numa região de natureza privilegiada.

E como a população tradicional tem reagido a esta “corrida”?

Não sem tentar tirar proveito da situação. Longe da ingenuidade com a qual tende a ser rotulada a população tradicional de uma comunidade isolada qualquer, os habitantes de Lapinha, notadamente os da primeira e segunda gerações já referidas anteriormente e, portanto, detentores do direito de exploração das terras herdadas desde o fazendeiro original, o “Velho Leonel”, passaram a definir, ainda que empiricamente, porções de terra que poderiam ser alienadas em proveito próprio ou de seus herdeiros. Este segmento da população local, embora dito tradicional, estaria se abrindo para a modernidade e estabeleceria um pacto no qual procuraria tirar proveito do súbito interesse despertado por suas terras, à semelhança do que Monti (2002) analisa com relação ao sertão do planalto central diante da gênese de Brasília.

Uma vez delimitadas a partir de um consenso comum entre esses chefes de família, as terras começaram a ser vendidas como forma de apurar um capital a mais dada a falta de opção ou inexistência de possibilidade de obter dinheiro de outra maneira. As terras de localização mais atraente ao olhar dos forasteiros foram as primeiras a serem vendidas, via de regra aquelas localizadas às margens da “lagoa da Lapinha”. O preço era irrisório para quem vinha de uma classe média abastada na RMBH ou Sete Lagoas, mas impensável para os padrões simples dos habitantes do lugarejo. Os melhores terrenos esgotaram-se rapidamente, e novos eram comprados já mais próximos ao núcleo do vilarejo (ruas centrais de cima e de baixo). O tamanho médio girava em torno dos 1000 m<sup>2</sup> e o preço do m<sup>2</sup> era algo próximo de R\$ 2,00. Além de terrenos no núcleo urbano e próximos a ele, áreas mais afastadas, de dimensões bem maiores, também começaram a ser compradas pelos primeiros farejadores. Tais áreas corresponderam ao vale do rio das Pedras, incluindo o poção do Soberbo, o vale do Mata Capim, o vale do córrego Fundo, o próprio Pico do Breu, e regiões no patamar superior da Serra do Breu. Esta corresponderia a uma primeira leva de compradores, anterior às melhorias da estrada de acesso, quando até mesmo terrenos às margens da represa da UCAT foram comprados.

A segunda leva correspondeu aos novos forasteiros que passaram a freqüentar Lapinha após a melhoria do acesso, e após tomarem conhecimento do local a partir dos farejadores originais. Aqui já se observa uma supervalorização dos terrenos, estes já localizados em locais menos

atraentes aos olhos dos forasteiros (principalmente nos eixos transversais às ruas principais e na elevação de sudoeste, no entorno da caixa d'água), e uma diminuição no tamanho dos mesmos (terrenos de 360 m<sup>2</sup> ao preço médio de R\$5,50 o m<sup>3</sup>). Com o dinheiro apurado na venda de terrenos, vários moradores tradicionais começaram a fazer o que julgavam ser “melhorias” em suas casas, grande parte deles construindo mesmo uma segunda habitação (ou mais) no terreno com o propósito único de alugar.

Nesse novo *boom* de construções (a maioria de padrão simples, no estilo *sasaçaquí*) incluíram-se também anexos para a oferta de serviços como refeitórios (Rosângela) ou quartos (Alcino). Casas já existentes nos terrenos originais também passaram a ser alugadas em acordos de longo prazo (Alcino e Zinho), ou seja, observou-se entre os moradores locais uma verdadeira corrida no sentido de capitalizar recursos advindos do *boom* de visitação. Longe de permanecerem a margem da movimentação turística crescente, os habitantes do local vêm criando meios de tornarem-se participantes ativos nesse processo. Tais meios incluem, além da oferta de quartos, casas e refeições, a ampliação na oferta de serviços nos bares, o aluguel de cavalos tanto para montaria como para transporte de cargas, a cessão do terreno para a armação de barracas, a cobrança para a visitação tanto das pinturas rupestres como da gruta do Mata Capim (nestes casos envolvendo conflitos de posse da terra como será abordado mais adiante), a abertura de novos bares.

Talvez fosse esta forma de adaptação aos novos valores e parâmetros de consumo oriundos dos novos atores uma maneira de assimilação de uma eventual *cultura moderna* a qual passaria a ser definitivamente incorporada às manifestações culturais tradicionais da população local. O que muitos tenderiam a classificar como um choque no qual manifestações tradicionais sucumbiriam ao rolo compressor de *uma modernidade globalizante*, poderíamos entender como uma adaptação às novas regras do jogo, sendo essas formas de adaptação a contrapartida cultural da comunidade tradicional local, algo que faria (faz) parte daquele algo mais que os forasteiros procuram quando se dirigem para destinações isoladas como Lapinha. Alguns momentos são reveladores dessa *mélange* cultural, muitos dos quais sugerindo uma eventual perda definitiva ou inexorável da identidade local. Mas será que estaríamos diante de um processo de aculturação, ou em outras palavras, de perda da identidade tradicional local? De perda completa de valores? Seriam os habitantes de Lapinha “vítimas do progresso”, nos dizeres de Bodley (1990)?

### 2.3.2 – Cultura Tradicional e Cultura Moderna



Não devemos perder de vista que estamos diante do contato com um modelo de desenvolvimento imposto de fora para dentro e que afeta a bagagem cultural de Lapinha. Mindz & Prince, citados por Chalhoub (1998:25) argumentam que cultura é um “corpo de crenças e de valores socialmente adquiridos e modelados que serve como guias de comportamento”, no caso, à população original de Lapinha. Sua sociedade seria, então, uma “arena de luta onde as circunstâncias sociais dariam ensejo à utilização das formas ou alternativas culturais disponíveis” (Chalhoub,op.cit.). Lapinha é, então, a arena na qual se dá o choque cultural tornado inevitável a partir da constatação descrita no item anterior. Na verdade não estaríamos diante de um choque de culturas mas de momentos históricos diferentes no âmbito de uma mesma cultura. Trata-se mais de uma adaptação a valores modernos do que a renúncia de valores antigos ou tradicionais. Resta saber se se trata de um processo adaptativo espontâneo ou perverso (perversamente espontâneo ou espontaneamente perverso?).

No nosso entender, a espontaneidade estaria mais ligada a um fluir natural e inexorável do processo de adaptação a novos valores vindos de fora, estes com uma maior força de penetração. Mas nada impede que também pensemos em uma força intrínseca da comunidade local que atrai as pessoas teoricamente “mais modernas”, de fora. Afinal de contas estamos diante de uma troca, vantagens são barganhadas de lado a lado. Se tomarmos a questão sob o ponto de referência (mais do que de “vista”) da comunidade local, se tomarmos a comunidade local como um sujeito também ativo neste processo, poderemos descobrir aspectos inusitados dessa troca cultural. Seria interessante poder discutir o tema desse conflito (conflito?) cultural despidos de nosso etnocentrismo. Não sei se caminhamos nessa direção ao escrever as linhas que se seguem, mas não deixa de ser significativo o fato de chamarmos a atenção para esta perspectiva de análise considerando o corpo geral desse estudo de caso.

Brito (2002) é muito feliz, em seu belo estudo sobre a identidade do povo da região de Caturama (Bahia), quando afirma que o “processo cultural acompanha o homem em toda a sua existência, tornando-se um elemento definidor de sua identidade”. Ela prossegue afirmando que “as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo de suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, fruto da singularidade dos processos existentes em cada grupo social” (Brito,op.cit.:30). A nova fase cultural na qual a população de Lapinha hoje se insere, por mais perversa que pareça, pode ser apenas mais um momento em sua história que

ajudará a definir sua identidade daqui para frente desde que a população local incorpore, e não sucumba, os (aos) novos valores.

Algumas mudanças são perceptíveis na medida em que manifestações/attitudes antes comuns tornam-se cada vez mais raras ou simplesmente deixaram de acontecer. No caso de manifestações religiosas, percebem-se que procissões antes comuns nas datas mais importantes (notadamente Semana Santa e *Corpus Christi*) deixaram de acontecer uma vez que deveriam ocorrer justamente em épocas de feriado prolongado e, portanto, em ocasiões em que o número de visitantes é elevado. Nas conversas com os habitantes do local identificamos como justificativa para esse fato um certo sentimento de vergonha e a necessidade de se ocupar com a oferta de serviços e produtos aos turistas. Também contou para isso a ausência de uma liderança religiosa bem definida uma vez que nem mesmo a sede municipal de Santana do Riacho conta com um pároco da igreja católica. Qualquer que seja a razão, trata-se da cessação de uma manifestação cujos únicos testemunhos são as cruzes postadas na frente das várias casas das famílias mais tradicionais e que demarcavam os pontos de parada e de oração dos cortejos de então.

Se as procissões escassearam, as rezas do terço ainda permanecem, especialmente no mês de Maria (maio) e nas datas mais significativas (semana que antecede a Semana Santa e, mais recentemente, a festa em honra a Nossa Senhora de Aparecida), com ou sem movimentação turística. As rezas (novenas) se dão na capela de São Sebastião e acontecem no início da noite depois de uma chamada através do tocar do sino.

Com relação às festas de “fora” (da padroeira em Santana do Riacho, no mês de julho, e do jubileu do Bom Jesus de Matozinhos em Conceição do Mato Dentro, na Segunda quinzena de junho), Zé Cláuver faz algumas curiosas observações a respeito do que acontecia a algum tempo atrás:

*O calendário de festas religiosas da paróquia do Riacho é assunto levado muito a sério, trabalha-se muito durante o ano até a chegada desses dias de devoção e diversão, quando as famílias descem a serra, acomodadas em suas montarias estreado o luxo das roupas novas. Os que vão a pé, normalmente levam seus sapatos atrelados e jogados no ombro. No último córrego antes de chegar do Riacho, lavam os pés e calçam as botas e sapatos, pois têm que chegar bem ajeitados, nem que seja mancando por conta desses calos incomodados: creio que os calos e os donos dos calos, gostariam muito mais de estarem livres das botas amarelas e ringideiras na igreja. Os homens e mulheres daqui não podem perder as missas, casamentos, batizados, barraquinhas, topar com os amigos ou, para os galanteios. Neste particular, as moças e os rapazes da Lapinha nunca se entusiasmam em namorar com os rapazes e moças do Riacho, fica tudo em família - o contrário também acontece. Melhor que as festas no Riacho só o Jubileu de Conceição.*

O jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, cuja origem da devoção é difícil precisar, é a festa mais antiga de Minas Gerais já que ocorre a mais de duzentos anos. Entre os dias 14 e 24 de junho a cidade de Conceição “se transforma para receber os milhares de romeiros vindos de toda parte para agradecer ou implorar graças ao Bom Jesus” (Dias et al, 1994:50). Segundo essas autoras, “a festa do Jubileu, embora tenha também conotação social e comercial, decorrente do afluxo de romeiros e visitantes, conserva seu caráter religioso. Há missa e exposição do Santíssimo Sacramento durante onze dias, sendo que, no último, a imagem sai em procissão” (Dias et al, op.cit.:52). Dentre os milhares de romeiros que para lá convergem, sempre há uma pequena parcela de Lapinha que parte a pé ou em montaria (via Tabuleiro), ou em ônibus ou caminhões fretados (via Santana do Riacho e Cardeal Mota).

Zé Cláuver foi “parte da multidão de peregrinos que no mês de junho demanda em grupos pequenos, em caravanas ou sozinhos na direção de Conceição para participar do Jubileu”. É vívido o seu relato da chegada dos “jubelistas” (romeiros) a Lapinha e a maneira como a comunidade se preparava para a festa:

*...vimos descendo o morro uma caravana puxada por uma égua branca fazendo um alarido danado com seu peitoral de cincerros, atrás seguiam uns trinta jubelistas, todos montados, homens de chapéu e mulheres de panos e lenços amarrados na cabeça. Desciam animados gritando e cantando uma latomia que não entendi nada. (...) foram recebidos com foguetes e responderam com mais foguetes. Havia uns botecos de ocasião – vendiam cachaça, lingüiça e foguetes - alguns apearam rápido e tomaram seus tragos; não demoraram e se foram todos com seus gritos e cantos, acesos todos para chegar em Conceição. Pelo entusiasmo dos jubelistas e dos folguedos no centro do arraial, percebi como as caravanas são festejadas e bem recebidas.*

*O Jubileu, a principal festa em nossa região, é levado em conta com muita seriedade. Desde aquele tempo até hoje, dois meses antes de seu começo, as pessoas já vão adequando seus compromissos em função da festa; a partir de então tudo que se faz tem como referência o Jubileu que começa no dia 13 de junho e se prolonga por doze dias de encontros, orações, danças, comércio e diversões. Nessa época o calendário de nossos tratos e compromissos gira em torno da referência: antes do jubileu ou depois do jubileu.*

A festa de Nossa Sra. Aparecida, mais recente no calendário de Lapinha, consiste numa cavalgada que parte do centro do povoado em direção à encosta da serra do Breu (início da trilha para a Campina Verde e Cachoeira do Tabuleiro) onde, pouco antes do vencimento da escarpa, num local onde o vilarejo ainda é avistável, uma pequena imagem da padroeira foi colocada sob um cruzeiro. Segundo relato da população local, em questão de dois anos a cavalgada já é motivo de atração para visitantes de fora. Uma vez no “Cruzeiro da Padroeira”, soltam-se foguetes e realizam-se orações que duram todo o dia. Seu Juquinha de Lazarina fala dos “botões dourados” (um tipo de sempre - vivas) que são coletados com o intuito de enfeitar as fardas usadas durante essa cavalgada.

Com relação às benzeções e remédios caseiros, hoje elas já não são observadas com a mesma frequência de antigamente, embora subsistam aqueles profundamente conhecedores das potencialidades da flora local como o seu Mundinho da Bina. Antes os benzedores de Lapinha eram Chico Pinto e Maria Quincote, que eram procurados para “distorcer das doenças com os chás, banhos e benzeções de carne-quebrada, vento-virado, espinhela caída, erisipela, quebranto, cobreiro, mau-olhado, olho gordo, picada de cobra, de carangonço e outras mais” (Zé Cláuver, comunicação pessoal). Havia também os benzedores do Riacho, a Umbelina ou Antônio dos Reis, sendo que entre “as rezas mansas, Chico Pinto não despreza a reza *braba* havendo reza até para afugentar cobras do pasto de quem solicita” (Zé Cláuver, comunicação pessoal). Também com relação às cobras, seu Mundinho da Bina ainda é considerado para resolver problemas semelhantes aos que Chico Pinto lidava no passado.

Quanto ao que poderia ser classificado como atividades de lazer, a dança de roda não mais se ouve em Lapinha. Uma manifestação espontânea da cultura local, que se fazia nas noites de sábado ao som da viola e da sanfona em volta da fogueira, e em que os pretendentes puxavam as parceiras para a dança, não sem antes cantarolar um verso provocativo, hoje permanece apenas na lembrança dos mais velhos:

*Os primeiros a chegar cuidam de fazer uma fogueira, enquanto aguardam os outros mais; as moças se enfeitam com seus vestidos coloridos, os homens exibem umas botas que nunca se adaptam aos seus pés; alguns trazem suas violas para juntarem com a do Juquinha, e a concertina do Juca Corrêa com seus oito baixos e outros tantos furos no fole. De vez em quando tocam outros instrumentos, cavaquinho ou violão mas, sanfona é indispensável. Todos se divertem sem beber cachaça, não porque a velha proíba, mas, porque o respeito da sua presença espanta o gosto pela cachaça.*

*Para a Roda, quando a Tia Maria Quincote levanta um braço, todos param a tagarelice, ela baixa o braço e inicia puxando o coro da Roda Morena acompanhada de todos:*

	<i>Roda morena</i>
<i>Refrão }</i>	<i>Roda morena</i>
<i>(Todos)</i>	<i>Roda morena</i>
	<i>Você vai e não me leva morena</i>

	<i>Fui anteontem, voltei ontem</i>
<i>Tia Maria</i>	<i>Saber de tua saúde</i>
	<i>Te encontrei de amor novo</i>
	<i>Nosso Senhor que te ajude</i>

<i>(Todos)</i>	<i>Roda Morena....</i>
----------------	------------------------

	<i>Em cima daquela serra</i>
<i>Tia Maria</i>	<i>Passa boi passa boiada</i>
	<i>Em noite de lua cheia</i>

*Passa minha namorada*

(Todos) Roda Morena...

*Sete e sete são catorze  
Com mais sete vinte um  
Ainda ontem eu tinha sete  
Hoje não tenho mais nenhum.*

*E a Roda Morena continua...*

*Nessa alternância com o coro a Sá Maria Quincote põe versos sem repetir uma só estrofe, e vai continuando até o último violeiro reclamar que seus dedos estão inchados e doendo feridos pelas cordas da viola. O ponto de honra é só reclamar quando não tem mais jeito de tocar, porque seus versos não acabam.*

(Trecho de um conto não publicado de Zé Cláuver, sobre a vida na Lapinha)

Mesmo os bares vão se modificando, alguns deixando de servir bebidas, via de regra a principal demanda da maioria dos frequentadores do vilarejo, e passando a se especializar em refeições, o que aconteceu com o bar de D. Geralda. Alcino, por sua vez, derrubou sua venda original para construir uma mais moderna, melhor adaptada à demanda turística dos fins de semana. Na sua venda original permanecia uma mesa redonda onde o carteadado (principalmente a caixeta) noturno era a principal atividade de lazer de um grupo restrito da noite Lapinhense. A mesa de sinuca e o som eletrônico também são sinais de uma modernização tanto no caso da venda do Alcino, como na do Zinho.

Antes, o programa dos finais de tarde era reunir na casa da Maria Quincote para contar casos e ouvir suas histórias “entre goles de café ou, queimadinho de leite adoçado com rapadura e uma gamela de pipocas com piruá”. Zé Cláuver lembra de capítulos espichados de histórias bíblicas, de heróis de cordel e das histórias do “Boi Soberano” e do “José do Egito”, novelas de rádio que, de alguma forma, chegavam até os ouvidos atentos da matriarca. Nas noites sem eletricidade, pegava-se um baralho “para jogar escôpa, burro, fedô, berrar no truco e, beber qualquer coisa quente, cachaça, café ou garapa quente”. Já nas noites de Sábado, não haviam histórias. Os rapazes e moças

*adoram a brincadeira de ‘Passar Anel’ – é a oportunidade de alisar um carinho nas mãos de ‘por quem o coração balança’ – sem ninguém perceber o dedo mindinho dá o recado dentro das mãos da amada.*

(Zé Cláuver, op.cit.)

As noites de Sábado de hoje são ditadas pelo número de turistas dos fins de semana. Se no Alcino a freguesia tende a ser mais a do povo do lugar, e isso mesmo nos fins de semana, no

Zinho se percebe um esforço bem maior em se atender ao turista. É o bar preferido pelos visitantes e turistas, talvez em função da atitude de seu dono, que gosta de puxar assunto com os forasteiros, permanece escutando suas conversas, e corre em preparar tiragostos, mobilizando para isso a família. São os dois bares em torno dos quais gira a “vida noturna” de Lapinha e em relação aos quais pode ser percebido o contraponto entre o tradicionalismo do primeiro com a adaptação ao novo do segundo. O bar da Geralda era um inteiramente voltado para a população local, mas o baixo poder aquisitivo da mesma, aliado à “concorrência” de Zinho e Alcino, fizeram com que a opção por servir refeições para os turistas fosse bem mais atraente. A modernização das instalações de Alcino pode significar alguma mudança no futuro próximo, mas sua freguesia tende a permanecer fiel, estabelecendo-se aí como o ponto de maior afluência pela população local, e isso durante toda a semana. Já Zinho parece ter um volume maior de vendas, e isso mais em função dos gastos de fim de semana dos turistas, mas, em contrapartida, tende a permanecer fechado durante o decorrer da semana.

Além destes dois bares, um terceiro, de Márcio, se localiza também na praça central. É um bar mais recente que os anteriores, sendo uma opção de renda a mais para o dono, também mais novo que os demais, mas que durante a semana trabalha na agricultura familiar. Também aqui podemos identificar um contraponto entre o bar do Márcio e o assim chamado “Café das Bromélias”, de Bráulio. Enquanto o bar do Márcio segue o padrão simples de construção dos bares locais – alvenaria, salão com balcão, poucas mesas e uma varanda com assentos de alvenaria, o café do Bráulio possui uma concepção arrojada para o local, funcionando apenas em dias de maior movimento na vila, e servindo também de suporte para o *camping* do mesmo dono. Sua decoração mescla elementos modernos com a rusticidade dos materiais (adobe, madeira, reboco), sendo absolutamente diferente do padrão simples do local. É freqüentado apenas por pessoas de fora, não nos esquecendo que o próprio dono mudou-se para Lapinha onde instalou o assim chamado “*Camping* das Bromélias”. Este *camping*, juntamente com os demais que têm surgido em Lapinha, também podem ser incluídos nessa análise de contraponto entre cultura tradicional e cultura moderna.

A partir do momento em que os acampamentos foram “banidos” da região do Boqueirão, os *campings* começaram a proliferar em Lapinha, sendo que apenas dois deles chegam a merecer esta denominação. Trata-se dos *campings* do Bráulio (o já citado “*Camping* das Bromélias”) e do Zinho. Enquanto o primeiro vem sendo cuidadosamente implementado pelo dono, merecendo um nome, placa e cuidados de paisagismo, o segundo surgiu de uma forma espontânea a partir do

momento em que o dono passou a cobrar dos vários turistas que pediam para acampar nos fundos de seu terreno. As diferenças entre os dois campings continua na medida em que no *camping* do Bráulio foi estabelecido uma “capacidade de carga”, qual seja, 30 barracas. O dono chegou a este número depois do carnaval de 2001 quando recebeu mais barracas do que sua pequena infra-estrutura (leia-se dois banheiros, tanque e caixa d’água) pode suportar. Além disso, Bráulio faz um registro e controle cuidadoso de seus freqüentadores, possuindo ainda um sistema de reservas. Tais cuidados estão longe de serem tomados no caso do *camping* do Zinho. Aqui são recebidas tantas barracas quanto possam caber nos fundos da residência do proprietário. Não há qualquer tipo de controle, nem preocupação com a capacidade de barracas adequada às limitações, que são praticamente as mesmas do *camping* do Bráulio. Há diferenças também com relação à maximização do aproveitamento do espaço do terreno – enquanto Bráulio construiu o Café das Bromélias voltado para a rua e servindo também como refeitório para um café da manhã opcional para quem estiver acampado; Zinho optou por ampliar uma casa de aluguel em seu terreno, casa essa que fica no meio do *camping* e que tem sido alugada para um cliente fixo nos últimos três anos.

Se a modernidade do *camping* do Bráulio contrasta com o improvisado do Zinho, o contraste é ainda mais nítido quando observamos novos “*campings*” surgindo nos quintais de algumas casas de moradores do local. Na verdade são espaços que os proprietários disponibilizam para complementar a renda familiar em ocasiões de pico de uso, geralmente associados a feriados e festejos de maior duração durante o verão, período de maior disponibilidade hídrica. Nestes “*campings*” praticamente não ocorre qualquer tipo de investimento em infra estrutura, quando muito o terreno é limpo para que possam ser armadas as barracas e o banheiro utilizado é o da própria residência. Merece destaque, aqui, aquela *ilusão* de Zé Juquinha, o qual legou para a família a tarefa de abrigar um *camping* em sua fazenda e, eventualmente, utilizá-la até para construção de chalés e como uma espécie de restaurante rural. Deste sonho, grande parte ainda no plano das intenções, um banheiro já foi construído para servir aos que lá acampam apenas ocasionalmente.

Enquanto no campo da oferta de serviços o contraponto entre o moderno e o tradicional traduz uma forma de resistência e adaptação local às iniciativas de fora, as transformações na agricultura sugerem um quadro mais perverso se formos avaliar os reflexos da introdução de novos valores na atividade econômica mais tradicional e arraigada do povoado. O fato da população de Lapinha ser, em grande medida, aparentada entre si, sendo que praticamente toda uma geração que hoje está em torno 50 anos tem vínculos com o proprietário original da fazenda da Lapinha, o “velho”

Leonel, fez com que todos tivessem também um vínculo especial com as terras do local. Associe-se a isso a apropriação das terras do entorno da bacia de inundação da UCAT por parte da CIBH, o que fez com que toda uma área fértil fosse passível de ser utilizada por qualquer um dos que lá quisessem trabalhar. Em assim sendo, o uso comum de uma terra que ao mesmo tempo que era de todos, na verdade não era de ninguém, fez com que se estabelecesse uma forte identificação entre a população local (o já referido “bolo da Lapinha”) e a terra, a pequena agricultura comunitária sendo o grande pilar econômico da comunidade. Estamos diante de um cenário parecido ao que Hardin (in Nelissen et al, 1997) descreve na sua “Tragédia dos Comuns”, mas a delimitação de limites que se verificará no futuro dirá respeito não à superexploração das terras pelo trabalho agrícola, mas pela corrida para se vender um pedaço de terra aos forasteiros pelo melhor preço possível. A esse respeito, Wearing & Neil (1999) traçam uma relação direta entre a tragédia dos comuns de Hardin e a corrida pela oferta turística (no caso de Lapinha, pela oferta de terrenos) quando uma localidade passa a ser visada turisticamente. Voltaremos neste assunto mais adiante.

A atual geração de 50 anos cresceu trabalhando a terra e estabelecendo relações de troca e comércio com os núcleos urbanos adjacentes, sempre por tropas de cargueiros que passavam por Lapinha nas suas rotas comerciais:

*Nesse pedaço de chão, em primeiro lugar todos se preocupam com a cultura de sobrevivência, mais o alho, a cebola, o gado, a cana e o café que lhes rendem o querosene e o sal de todo dia e, a chita, o riscado, o cáqui e a bota para os dias de festa. Quanto ao alho, sua principal cultura, guardam a crença de que só consegue boa colheita quando plantado na semana santa, melhormente na sexta-feira*

(Zé Cláuver, op.cit.)

Apegados à terra e isolados no altiplano da Serra do Cipó, a comunidade de Lapinha prosseguiu carregando uma fama de roceira, seus integrantes tidos como “ignorantes” e “atrasados” até para os padrões de Santana do Riacho, ela própria uma das cidades tidas como das mais singelas do estado. Pode-se dizer que grande parte do charme de Lapinha, que fez dela bastante atraente para os forasteiros pioneiros e continua fazendo até hoje para os novos turistas, é justamente a simplicidade do estilo de vida decorrente desse isolamento original.

Mas a quebra desse isolamento, e o aporte cada vez maior de turistas e de novos proprietários faz com que toda a economia passe a pender para aquelas atividades relacionadas não só à oferta e prestação de serviços como também para o emprego em empreitadas de construção de novas casas. O dinheiro obtido dessa forma é bem mais rápido e, aparentemente, mais fácil, no sentido



de implicar numa atividade que não demande tanto tempo, gere tantas incertezas, e obrigue a uma série de esforços físicos como o é a atividade agrícola. Já são comuns as queixas de lavradores (da geração de 50) com relação aos filhos que não mais se interessam com a prática agrícola. Muitos simplesmente se recusam a trabalhar na roça, preferindo serviços temporários nas construções ou prestação de serviços gerais aos turistas. Com isto quebram uma tradição da cultura local, exatamente aquela ligada à própria cultura da terra. Quebrando-se o vínculo com a terra, corre-se o risco de quebrar-se a própria identidade do/com o local. Se a geração do bolo inicial da Lapinha foi perspicaz o suficiente para resistir e adaptar-se ao rolo compressor da modernidade de fora, pouco se pode esperar da nova geração que herdará as terras que ainda não foram vendidas

O modelo agrícola de subsistência, aliado à venda do excedente que era plantado nas terras de uso comum de Lapinha, vem sofrendo um revés que pode ser definitivo em termos de sustentação econômica e segurança alimentar do vilarejo. O eixo da economia tende a mudar do setor primário para o terciário, mas parece estar havendo uma certa concentração do poder local nas mãos daqueles que souberam diversificar suas possibilidades de aumento de capital. Enquanto algumas famílias permanecem praticando a atividade agrícola de subsistência, muitas vezes até por questão de sobrevivência, os proprietários que souberam administrar bem a venda de terrenos, o aluguel de quartos e a disponibilização de locais para acampamentos obtiveram capital suficiente para a construção de novas casas de aluguel, passando a ampliar ainda mais seu leque de opções de arrecadação. Para a geração mais nova, hoje em torno dos trinta anos, surge a opção pela prestação de serviços, muito mais atraente em termos financeiros do que a lida diária na agricultura. Alguns pais/chefes de família têm conseguido administrar e conciliar, no seio da própria família, a prática agrícola com o envolvimento na oferta de serviços, o que garante a permanência de um vínculo topofílico com a terra. Mas aquelas famílias que não têm tido oportunidades, ou tirado proveito mesmo, com relação ao *boom* turístico, permanecem presas à uma prática agrícola que vem perdendo cada vez mais espaço para o turismo. Isto tem significado um enfraquecimento/diminuição dos lucros advindos através do cultivo da terra, uma vez que era da soma das pequenas produções familiares que advinha a vantagem da agricultura de Lapinha com relação a outras localidades da região. Em última análise, o ganho de capital econômico tem se dado as custas da perda do capital social.

### 2.3.3 – Resistência Local e Intervenção Externa

A resistência a que nos referimos diz respeito às maneiras, por vezes sutis, por vezes mais explícitas, que a população local encontra para fazer valer algo que ainda é valorizado pela cultura local ou decorrente de hábitos e valores arraigados historicamente. Na maioria das vezes são ações tidas como as mais adequadas diante das pressões e ou intervenções externas, implicando menos em confrontos do que uma espécie de demarcação sutil de território.

Manter o ritual de novenas apesar de não realizarem-se mais procissões e, ademais, passar a comemorar a padroeira católica do país, mesmo sem a interveniência da igreja católica, não deixam de ser manifestações da resistência cultural do local, no caso de cunho religioso (FIGURA 2.9).



Figura 2.9 – Cruzeiro e imagem de Nossa Sra. Aparecida, localizados no alto do escarpamento da Serra

Adicione-se a isso a determinação em se construir uma nova igreja para São Sebastião sem qualquer ajuda externa, isto é, apenas com os recursos arrecadados em festas e quermesses em honra ao padroeiro. Como também já indicamos no item anterior, a maneira simples como o habitante original do vilarejo se mobiliza para receber o visitante não deixa de ser uma forma de resistência - sem a pretensão, e muito menos o capital, para poder investir numa infra-estrutura turística, o lapinhense observa as diferentes formas de intervenção externa (demanda de serviços,

tipos de construção, novos materiais, novos produtos, etc.) e se adapta na busca de novas formas de se capitalizar. Assim ele improvisa seu próprio *camping*, constrói sua casa de aluguel (às vezes até mais de uma no mesmo terreno), providencia cargueiros e condutores para as caminhadas, coloca placas de advertência, oferece refeições para os visitantes e chega a reinventar o restaurante, pensa mesmo em construir seu tipo de pousada, moderniza seus bares e passa a oferecer novos tira-gostos em seus bares.

O lapinhense passa também a enxergar os recursos paisagísticos de Lapinha e seu entorno com outros olhos, alguns até mesmo tentando apropriar-se dos mesmos, como foi o caso das pinturas rupestres, da gruta do Mata Capim e de boatos com relação à cachoeira do Mata Capim. A atenção com os recursos naturais, especialmente a água e a flora locais, passou a fazer parte da agenda de preocupações locais uma vez que perceberam as implicações da pressão de uso nos picos de visitação turística e do interesse que eles (os turistas) suscitam quando perguntam pelas atrações e “programas” turísticos da região.

Outras formas de resistência, essa de cunho mais literal, podem ser detectadas também observando-se outras atitudes manifestadas pela população local tais como a picotagem de cercas (FIGURA 2.10), a derrubada de placas, a manutenção de atividades supostamente ilícitas diante da atual legislação ambiental e as medidas de controle da movimentação dos turistas (FIGURA 2.11).



Figura 2.10 – Mourão com restos de arame farpado picotados em um mutirão.

Figura 2.11 – Seu Juquinha de Lazarina mostra uma placa colocada recentemente para alertar os turistas



Picotar cercas de arame farpado não é uma atitude rara se levarmos em conta a relativa frequência com que tal ato já foi praticado no passado, inclusive recente, na comunidade. Pelo menos três “mutirões de picotação” foram-me relatados: a partir da constatação de que foi levantada uma cerca de arame farpado em local considerado impróprio pela comunidade, os habitantes locais reúnem-se e tomam a decisão de retirada da cerca. A ação, executada pelos mais jovens, é certamente demandada pelos mais velhos, os herdeiros mais próximos do velho Leonel. As cercas picotadas estariam delimitando terrenos que, teoricamente, pertenceriam ao bolo da Lapinha, ou terrenos que não pertenceriam a ninguém, neste caso relacionando-se à área da bacia de inundação da represa da UCAT, terrenos que foram adquiridos pela CIBH para a instalação da usina.

Seu Juquinha de Lazarina afirma que só são vendidos terrenos que pertencem aos herdeiros do velho Leonel, isto é, do bolo da Lapinha. Os forasteiros só podem apropriarem-se destes mediante compra. Naqueles casos em que se percebe que um forasteiro apossou-se de terras do “bolo”, as cercas serão, fatalmente, picotadas.

Da mesma forma que retiram cercas seguindo uma lógica coerente com a história de uso comum da terra, são habitantes do vilarejo que levantam essas cercas uma vez que são contratados para isso. Tal atitude não fere a lógica local já que aquele que foi contratado para fazer o serviço sabe que a cerca será picotada mas não deixa passar a oportunidade de ganhar algum dinheiro pela empreitada. Neste caso, quem executa o serviço não é confundido com aquele que demanda o mesmo, e muitas vezes ele próprio participará do mutirão de picotação, havendo sempre uma cortina de cumplicidade quando há algum tipo de questionamento por parte de quem tenha mandado levantar a cerca.

Assim com algumas cercas, placas também são derrubadas com uma certa frequência. Sejam elas placas de advertência, placas educativas ou placas indicativas (ou informativas), suas permanências nos locais variam de acordo com as flutuações dos interesses locais com relação ao que se informa, indica ou advertente. Da mesma forma, novas placas têm surgido em função da necessidade de se chamar a atenção para a propriedade de algum terreno, para a adequabilidade de se acampar ou nadar em determinado lugar, ou simplesmente para chamar a atenção para as belezas da região.

Placas têm sido usadas como instrumento de alerta e, até certo ponto, de educação (ou mesmo interpretação) ambiental. Muitos moradores do local passaram a perceber sua utilidade quando

passaram a conviver com placas colocadas pelos novos moradores, especificamente placas relacionadas com algum tipo de divulgação (*camping*, sorveteria), de alerta (proibição de acampamentos) e de educação ambiental (valorização do meio ambiente e do patrimônio local). A essas, de melhor acabamento ou as vezes até com preocupação artística, somaram-se placas de estilo rude, de material mais simples, com alertas diretos, especialmente voltados para o visitante desavisado (do tipo “propriedade particular” e “proibido nadar acima da cachoeira”), ou voltadas para o turista (anunciando serviços, alugueis, *campings*, refeições, etc.).

Algumas dessas placas são resultado da mobilização comunitária na medida em que constataam a necessidade de se tomar algumas providências diante da omissão do poder público frente a questões diretamente relacionadas à comunidade. De duas colocadas em função da concordância em se proibir acampamentos na área do Boqueirão, uma foi “retirada”, talvez indicando insatisfação de segmentos da população local em relação às decisões do grupo. Essa atitude revela uma certa resistência a reuniões e a decisões aí tomadas, ou uma certa descrença de que problemas poderiam ser resolvidos a partir da mobilização comunitária. Por outro lado, placas colocadas por pessoas de fora, de cunho educativo e demonstrando preocupação ambiental, por vezes também são retiradas, talvez não atingindo seu objetivo educativo por não partir de uma ação concertada, mas de um ato isolado de pessoas que criam ONG’s imaginárias na tentativa de dar maior credibilidade à mensagem que se quer passar.

Já se tentou criar uma associação comunitária em Lapinha, mas a iniciativa tem barrado tanto na diferença de idéias existentes entre pessoas de fora da comunidade como na desconfiança da população local em relação às pessoas de fora, mesmo que já a muito presentes na comunidade. Não conseguindo unanimidade entre si, os primeiros proprietários que hoje assistem impotentes a nova leva de novos moradores tentam estabelecer canais de mobilização que envolvam efetivamente a comunidade. Nessa intenção esbarram entre si e com a própria comunidade. Reuniões marcadas por atores de fora já foram esvaziadas por segmentos também de fora da comunidade. Por outro lado, pessoas da comunidade local tendem a não dar muita importância a tais reuniões, preferindo atitudes e intervenções concretas do poder público – em função disso, só consideram tais reuniões quando a municipalidade está representada, ocasião que consideram uma oportunidade para colocar na pauta suas reivindicações, quase sempre relacionadas à oferta/melhoria de serviços públicos.

Foi a partir de uma dessas reuniões (existe o registro, uma espécie de ata, de pelo menos quatro delas, por parte da moradora de fora, Sandra) que cristalizou-se alguns anseios da comunidade

local, refletindo algo da resistência da comunidade frente às pressões externas. Tais anseios dizem respeito à proibição de acampamentos na orla da lagoa da Lapinha e nas proximidades do Boqueirão, à proibição de prática da natação acima da captação de água (ou seja, na cachoeira *Paradise* e no trecho de leito rochoso entre essa e a captação) e ao veto de uso de embarcações a motor na lagoa e na represa. Outras ações também são tomadas a partir de tais reuniões (o que será discutido em outros tópicos), mas essas três citadas refletem a postura local de não se deixar levar pela pressão externa, as três coincidindo com a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos locais, tanto em termos de potabilidade e balneabilidade como de saneamento básico.

A falta de um sistema de esgotamento sanitário, o pequeno número de fossas assépticas (seja este o sistema mais adequado ou não, tendo em vista as características da litologia do vilarejo), ambos aliados ao uso desordenado do entorno da lagoa da Lapinha torna o conjunto dos corpos hídricos da região extremamente vulnerável à degradação ambiental, especialmente no que tange à veiculação de doenças. Some-se a isso o uso, por vezes inadvertido, da cachoeira *Paradise* e seu entorno, comprometendo a já sofrível qualidade da água captada para a caixa d'água da vila, e a comunidade passa a ter razões de sobra para não deixar que o movimento de turistas degrade a base hídrica do local. Em fins de semana ou feriados prolongados, quando a movimentação turística acontece, não são raros os episódios de banhos e de armação de barracas em locais inadequados, em alguns casos tornando-se necessário vencer a insistência de alguns visitantes os quais desconhecem as regras locais ou simplesmente as ignoram. De um modo geral, no entanto, os turistas tendem a entender as vontades locais, agindo inclusive como reprodutores e divulgadores de um padrão de conduta supostamente “ecologicamente correto”.

Regras também foram estabelecidas com o objetivo de cobrar a visitação às pinturas rupestres de Lapinha. A partir do momento em que percebeu que o paredão de pinturas era alvo de constante assédio por parte dos turistas, um dos moradores da vila, se auto proclamando dono das terras (o que causa dúvida uma vez que as pinturas encontram-se bem próximas da margem da represa da UCAT, portanto em terras da administração da usina), passou a restringir o acesso, só possível por barco na época da cheia, colocando um dos filhos como condutor e cobrador. Tal cobrança surgiu a partir do pretexto de que seu gado estaria consumindo lixo deixado pelos visitantes, correndo riscos de ingestão de objetos impróprios. O fato é que, se a cobrança implica numa certa manutenção da área do paredão, isto deve ser considerado de uma forma positiva (propositiva), delegando-se a esta família o papel de guardião de um patrimônio histórico/cultural importante de Lapinha.

Algo semelhante poderia também ser pensado com relação à guarda da entrada da gruta do Mata Capim, onde outro membro da comunidade de Lapinha, supostamente dono do local, construiu uma pequena casa e passou a cobrar a entrada de visitantes na caverna. Mas aqui estamos diante de uma intervenção concreta na paisagem, algo proibido pela legislação do IBAMA referente ao uso turístico de cavernas (Marra, 2001), ainda mais considerando que tal caverna se localiza em uma APA. Também aqui a posse da terra é questionada pela população em geral, o morador/cobrador/condutor sendo uma espécie de “testa de ferro” de um proprietário, de fora, do terreno onde se encontra a gruta.

A cobrança para a visita de algumas das atrações de Lapinha é um fato relativamente recente, constituindo-se em um instrumento potencial de controle, gestão e manutenção dessas atrações. Mas para que isso surta o efeito desejável, isto é, reverta em benefícios econômicos concretos para a comunidade local, é preciso que essas ações, por enquanto isoladas, sejam concertadas no âmbito de um planejamento que envolva e harmonize as ações de toda a comunidade. As reuniões são, e já provaram ser, o fórum ideal de discussões que definam essas ações. Mas percebe-se uma omissão clara tanto por parte do poder público federal, haja visto Lapinha pertencer a uma APA sob responsabilidade do IBAMA.

Poucas têm sido as vezes em que o IBAMA se fez presente em Lapinha, e não raro o motivo dessas visitas esporádicas diz respeito a apuração de denúncias e encaminhamentos de punição. Ao que parece, a população local tem sabido lidar bem com o que aparece como um “problema” para ela. O IBAMA é considerado como um “problema” na medida em que representa a corporificação de uma nova série de procedimentos antes inexistentes. Ainda sem conselho gestor para a APA, pode-se dizer, também, que o IBAMA é o agente de intervenção federal no local na medida em que o estilo de gerenciamento até aqui feito tem implicado no reforço de algumas restrições. Mas também aí percebe-se atitudes de resistência, sendo claro o episódio de apreensão de alguns pássaros da fauna silvestre.

De alguma forma “avisada” de que uma viatura do IBAMA se dirigia para lá, a comunidade livrou-se dos pássaros que mantinham engaiolados e tudo que foi apreendido resumiu-se a um trinca-ferro, um tiê-sangue, um coleirinho e um João-Velho. As ações do IBAMA em Lapinha, de tão isoladas, acabam sendo bastante visíveis, ficando fácil anunciar sua “visita” eminente uma vez que, para chegar até lá, os veículos têm de passar necessariamente por Santana. Lideranças políticas de Santana não vêm problemas em anunciar tais visitas para seus correligionários em



Lapinha, e estes sentem-se agradecidos quando livram-se de tais “problemas”. Um dos moradores locais é bastante realista ao afirmar:

*As pessoas que vêm de fora falam prá gente fazer um monte de coisa mas dão mal exemplo, tiram “parasitas”<sup>36</sup> e pedras da serra prá enfeitar suas casas. O IBAMA agora tá proibindo tudo. Então não vai dar prá fazer mais nada?*

Trata-se de uma queixa justificável enquanto a postura do IBAMA for simplesmente punitiva, sem falar do mal exemplo dos forasteiros, vários deles sabidamente interessados em retirar amostras minerais e da flora local. A caça era uma das opções de lazer dos habitantes de Lapinha, muito antes das restrições impostas, hoje, pela legislação ambiental. Zé Cláuver testemunha as virtude de Zé Quincote e de seu cão de caça:

*Todo ano, nos dias quentes do veranico de janeiro, Zé Quincote espera pelo Guilé Farmacête que apronta lá de Pirapama, sobe a serra passando pelo Rio de Pedras, Soberbo para, juntos, caçar as codornas e perdizes das campinas da serra. O bernal vem cheio com cartuchos prá carabina e sortimentos para espingarda picapau. Zé Quincote, com seus quase dois metros de altura, trás no peito um coração alegre e sempre disposto a contar histórias de suas caçadas, que a gente ouve sentado na cozinha ou no banco do seu curral. Conta os casos enquanto suas mãos hábeis vão entremeando as tiras de couro dando forma aos seus trançados famosos. Ele pode enfeitar suas histórias o quanto quiser mas, quando se refere ao Jipe, seu cão perdigueiro, que ninguém se espante, pois o Jipe é de longe o mais famoso levantador de codornas e perdizes que se conhece ou que já ouviram falar em toda a Serra do Cipó – todas mentiras que houve a seu respeito são verdades, não precisa de tempero. Jipe é um cachorrão malhado de vermelho e branco, raça de perdigueiro; sabe anunciar pro seu dono uma perdiz ou uma codorna, que esteja a cem metros, a quarenta metros, dois metros e até o momento em que ela vai levantar voo e, o caçador se prepara para o tiro.*

Apesar das restrições da legislação, a caça e a captura de passarinhos é tida, para a população local, como um hábito normal e plenamente justificável. São atividades ainda intimamente ligadas ao imaginário dessas pessoas já que elas cruzam diariamente com uma série de animais e aves numa lida que implica no contato íntimo com a natureza.

O IBAMA também já apurou denúncias com relação às construções muito próximas aos corpos hídricos e daquela edificada na entrada da caverna do Mata Capim. Tais denúncias, porém, jamais partem de pessoas da comunidade local. Partem, isso sim, tanto daqueles que lá escolheram para construir suas casas, como de turistas preocupados com a preservação do local. Tal fato revela o grau de descompasso entre o estilo tradicional de vida do local e as ingerências do público externo. Zé Cláuver já detectava este descompasso a algum tempo atrás:

*O modo de viver aqui nessa nossa Lapinha tem coisas que ninguém de fora é capaz de entender, comentava o Zé Floriano logo após fazer uma visita ao seu tio Clemente - ele se mudou daqui depois de comprar uma fazenda na beira do Rio Cipó. Dizem que casamento de primo com prima não dá certo, pois taí, aqui todo*

---

<sup>36</sup> Na verdade ele refere-se a epífitas – bromélias e orquídeas.

*mundo é primo e nunca teve problema; nunca ninguém de fora conseguiu morar aqui por muito tempo. O sujeito chega, passa uns seis meses, no fim, arruma a trouxa e some; quem sai daqui para tentar a vida noutra lugar, não demora muito a voltar; tudo isso sempre aconteceu e ainda não temos explicação. Com a chegada lenta do progresso, é provável que um dia tudo isso mude, porém, quanto mais demorar melhor prá nós.*

O progresso tem chegado e pessoas de fora já têm permanecido em Lapinha. Resta saber até quando esta permanência irá perdurar e, mais importante ainda, se ela implicará numa verdadeira integração com a comunidade original do local.

Se para o IBAMA Lapinha constitui um local distante e diluído no contexto da grande APA a qual deve gerir, para o poder público municipal a situação de Lapinha é, conjuntamente, diferente. Em função dos poucos votos recebidos na localidade, Lapinha não é considerada alvo da preocupação administrativa do mandato atual. Esta “falta de consideração” será discutida no item que se segue quando analisar-se-á o contraponto entre um jeito moderno de se exercer a política e a política tradicional que ainda grassa em diversos “grotões” de Minas Gerais.

### 2.3.4 – Política Tradicional e Política Moderna

Santana do Riacho um é desses grotões, palavra muito cara aos políticos conservadores de Minas Gerais. Trata-se de um município cuja localização geográfica, incluindo aí sua inserção na rede viária regional, e o próprio acesso, precário não só para a sede como para a maioria de seus povoados, definiram uma espécie de condenação a um estágio crônico de estagnação econômica, isso se considerarmos sua irrelevância diante das opções de desenvolvimento tradicionalmente adotadas no modelo brasileiro. Adicione-se um contingente populacional diminuto e com a maioria dispersa no meio rural pelo menos até meados da década de 90 (Madureira de Oliveira, 1998). Se na sede municipal percebe-se os reflexos de uma estagnação econômica na precariedade de seus equipamentos urbanos, na disponibilidade modesta de serviços, na simplicidade e despojamento de sua população, que se dirá então de um povoado como Lapinha, ainda mais recolhido no seio de um município já recolhido geograficamente.

Tal recolhimento pode ser identificado na condição semelhante a de um beco sem saída no contexto do fluxo econômico que permeia qualquer economia minimamente dinâmica. Santana do Riacho, e Lapinha no contexto do município, pode ser considerada como um “fundo de saco”, emparedada que está pelo escarpamento da Serra do Cipó. Se a rota de tropeiros do Riacho Fundo foi uma das três que venciam a serra no passado, o mesmo não se aplica com relação ao advento das estradas e do transporte rodoviário. A abertura da ligação para Conceição do Mato Dentro via Cardeal Mota, e o posterior asfaltamento da rodovia que liga Belo Horizonte a Diamantina via Curvelo e Presidente Juscelino, condenaram o município de Santana a um isolamento geográfico e econômico, mesmo considerando sua proximidade à RMBH, chegando-se ao cúmulo de ser o último município mineiro a receber um posto telefônico (a cerca de 130 km da capital do estado), o que se deu somente em novembro de 1982, com direito a descerramento de placa em praça pública.

Este isolamento reflete muito do fazer político local, jeito este que permanece e permeia algumas ações políticas que são correntes no âmbito municipal. Santana do Riacho, como qualquer grotão mineiro, possui suas lideranças, suas famílias tradicionais e suas relações de apadrinhamento político. Políticos com um discurso populista afiado já faziam discursos mesmo antes do município se emancipar, como atesta Zé Cláuver:

*... Os discursantes empanturraram o povo com aquelas palavras bonitas que todo mundo gosta de ouvir; cabendo ao candidato o discurso de encerramento, o mais esperado. Homem estimado e político experiente, o velha raposa conseguiu dirigir ao povo com objetividade e demagogia inteligente para transformar gogó em*

*votos - arrancou aplausos sucessivos. Como bom político, falou em seu discurso tudo aquilo que todo mundo queria ouvir, só esqueceu de prometer um aeroporto para o Riacho. Encerrou o comício daquela tarde festiva, gritando:*

*Viva Riacho Fundo!  
Viva!!!  
Viva a luz elétrica que virá em breve!  
Viva!!!  
Viva o Progresso que está chegando!  
Viva!!!  
Viva o novo prédio escolar que irei construir!  
Viva!!!  
Viva a água que vai ser encanada!  
Viva!!!  
Viva as pontes que vou construir sobre o rios Cipó, Paraúna e Riachinho!  
Viva!!!  
Até à Vitória Meus Querido Amigos!*

*E toma-lhe mais palmas! Balançando o chapéu de panamá agradeceu a presença de todos com um convite para acompanhá-lo na janturada a ser servida no quintal da casa da casa do Zé Turco...*

Essas lideranças vieram se alternando na prefeitura municipal desde a emancipação, em 1962, percebendo-se uma transformação maior a partir da eleição (e posterior reeleição) do atual prefeito (desde 1997). Este poderia ser considerado um forasteiro, convidado que foi, como dentista, a trabalhar na gestão municipal de um de seus antecessores, Zé Juquinha (1989-1992). Se as gestões anteriores a atual tinham uma marca mais acentuada do tradicionalismo – com elementos de um coronelismo/clientelismo tão comuns no interior mineiro, a gestão atual surgiu como uma opção de ruptura desse processo, mas cujos desdobramentos não têm, necessariamente, caminhado na direção de uma modernização na vida política local.

As táticas de cooptação política local incluíam as trocas de favores, a valorização de filhos da terra, a oferta de alimentos, materiais de construção e outros bens, tudo com o intuito de garantir um *status quo* político que consolidasse uma liderança efetiva, uma voz a ser ouvida, uma sugestão a ser acatada. Isto parecia estar bem marcado nas disputas passadas, sendo sintomático o fato de que as duas gestões anteriores couberam a comerciantes da terra e bem estabelecidos na sede do município. Os conchavos permitiam a alternância de poder, inclusive com a opção por apadrinhados (como foi o caso do atual prefeito), mas não evitavam discussões ulteriores que derivassem para mágoas e rupturas de alianças. Nas últimas eleições municipais, em 2000, não foram raras as notícias de tentativas de aliciamento de votos via oferta de alimentos e bens diversos, quando ficou claro a dicotomia entre um candidato que acenava com uma hipotética modernidade e outro que procurava retornar ao governo depois de uma aliança quebrada.

Às disputas pelo controle municipal soma-se um grande complicador/modificador da balança política local que reside no crescimento econômico, logo em importância política, do distrito de Cardeal Mota. Deve-se levar em conta, aqui, que Cardeal Mota está fora da “arapuca viária” a qual nos referimos no início desse tópico. Trata-se da única região do município ligada por asfalto à RMBH (menos de 100 km) e que constitui-se em rota alternativa a uma série de cidades de importância histórica, e hoje turística, de Minas Gerais (notadamente Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina). Cardeal Mota pode ser considerada o ponto fulcral do assim chamado circuito da Serra do Cipó, no entender da política estadual de Turismo. É hoje a locomotiva econômica do município e eixo das principais intervenções públicas, sem falar no fato de abrigar a sede da administração da APA Morro da Pedreira (IBAMA) e estar próximo à portaria principal do PARNA Serra do Cipó.

Também com relação a última disputa municipal, a escolha da candidatura a vice, recaindo sobre um habitante tradicional de Cardeal Mota, foi reveladora da nova costura política local. Mais do que recorrer a nomes tradicionais da sede municipal, o atual prefeito enxergou no crescimento em importância econômica e estratégica do distrito de Cardeal Mota a sua chance de reeleição. O resultado das urnas confirmou sua aposta e o que se percebeu foi uma desconfiança generalizada da população em todas as localidades do município à exceção de Cardeal Mota, único local onde teve maioria dos votos, maioria esta em número suficiente para superar o menor número de votos no restante do município. Em menos de oito anos, a gestão municipal antes centrada na sede (Santana do Riacho), hoje claramente pende para seu único distrito, o verdadeiro suporte eleitoral da gestão atual.

Este pendor da balança em direção a Cardeal Mota, que conduzirá, cedo ou tarde, para sua emancipação política, teve seu reflexo imediato na comunidade de Lapinha. Sem densidade política e, ainda, sem densidade econômica, Lapinha “não está nos planos políticos da atual gestão” segundo palavras do próprio secretário de administração. Como todas as demais zonas eleitorais do município (a exceção de Cardeal Mota), a gestão atual não obteve a maioria dos votos da localidade, o que levou à retirada de Lapinha das prioridades da prefeitura, revelando uma maneira antiquada de se agir politicamente, uma reprodução micro do já consagrado “é dando que se recebe”. No entender da atual gestão, Lapinha não retribuiu, em votos, as ações da prefeitura em seu primeiro mandato, como a abertura de vias na vila, a instalação da coleta de lixo, a manutenção da estrada de acesso, a instalação da linha regular de linha de ônibus nos fins de semana, as caronas no transporte escolar nas duas idas e voltas diárias da sede à vila, o posto

telefônico ao lado da escola municipal, e outras ações pertinentes a qualquer administração municipal.

Magoada com a “falta de reconhecimento” do povoado, a prefeitura virou as costas para o mesmo tão logo iniciou-se o segundo mandato, o que refletiu em uma “crise de infra-estrutura” em Lapinha logo no início de 2001. Água, luz, telefone e transporte estavam com seu fornecimento fragilizado na época do carnaval daquele ano, ocasião em que o movimento de Lapinha aumenta em demasia. Adicione-se a isso o fato de Lapinha não ter eleito nenhum vereador nas últimas eleições, o que a debilitou ainda mais em termos políticos. Tradicionalmente, Lapinha vinha elegendo sempre um representante, no caso o já citado Raimundo Mendes de Miranda, o Mundinho da Bina, que agia como um porta voz do povoado no legislativo municipal. Nas últimas eleições, no entanto, os votos de Lapinha foram divididos entre três candidatos, incluindo um dos que adotaram a vila para viver, o que retirou dos três qualquer chance de eleição. Uma vez que seriam necessários praticamente todos os votos do vilarejo para eleger apenas um representante, Lapinha acabou perdendo o único que tinha, e isso por falta de uma visão mais pragmática de sua população, que não soube se mobilizar em torno de um único candidato.

Perdeu-se a possibilidade de se demonstrar uma maior maturidade política na medida em que a mobilização por um objetivo comum, no caso a garantia de que o executivo municipal não se omitiria diante da melhoria da precária infra-estrutura urbana de Lapinha, demonstraria um certo grau de coesão interna do povoado, e portanto maior força política. Se a comunidade está superando uma forma primitiva de se barganhar apoios e alianças políticas, isto é, está deixando de lado as trocas de favores e votos por oferta de alimentos ou materiais de construção, ela ainda não chegou àquele grau de coesão interna que garanta um retorno político e administrativo positivo para o local. Percebe-se, ainda, a necessidade de se buscar e encontrar consensos mínimos entre a população local, incluindo aí os que lá escolheram para viver. A construção de tais consensos mínimos permite a que se atinja um grau de maturidade política suficiente que inclua a cobrança cidadã de intervenções públicas em infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento local.

Uma cobrança cidadã, fruto da mobilização em torno de objetivos comuns, chamaria as instâncias legislativas e executivas municipais às suas responsabilidades e obrigações enquanto poder público democraticamente instituído. As intervenções públicas não deveriam ser medidas pelo número de votos recebidos nessa ou naquela localidade. Para que as instâncias decisórias do

município superem um jeito, para dizer o mínimo, questionável de se agir política e administrativamente, é necessário que pelo menos os consensos mínimos da comunidade estejam bem claros para si, para que então possam ser demandados politicamente. Tais consensos mínimos são fáceis de ser detectados na medida em que não devem suscitar disputas ou querelas no seio da comunidade – são questões simples que revertam em melhoria da qualidade de vida para todos os segmentos da população local. Consensos mínimos já existem com relação a água, à coleta do lixo, à oferta de escola até o final do nível fundamental, a um serviço regular de transporte, à ampliação da rede elétrica em termos de geradores, à manutenção e eventual ampliação do serviço de telefonia.

São serviços mínimos os quais foram os primeiros a sofrer as conseqüências da já citada crise de início de mandato. Se tais consensos mínimos custam para ser assimilados e incorporados pela administração pública municipal, que se dirá de reivindicações mais elaboradas e complexas, que impliquem inclusive na intervenção e assessoria de outros atores. Este seria, e eventualmente será o caso, das discussões voltadas para a adequação das políticas municipais de turismo e de uso e ocupação do solo no que diz respeito às particularidades de Lapinha. Tudo o que já foi feito neste sentido, até aqui, considera o município de Santana do Riacho em sua totalidade, sendo que no caso da política municipal de Turismo o que se percebe é mais uma carta geral de intenções e enumeração de alguns atrativos do município (Lapinha, como um todo, seria apenas um desses atrativos). Com relação à lei de uso e ocupação do solo, esta está concebida de uma forma inteiramente equivocada se considerarmos a situação de Lapinha. Seguiu-se um modelo já utilizado no município vizinho de Jaboticatubas, e que em termos de Santana do Riacho somente levou em consideração os distritos sede e de Cardeal Mota. Em outras palavras, se a lei de uso e ocupação do solo, tal como foi aprovada na câmara de vereadores, for aplicada ao pé da letra, Lapinha sofreria algo próximo a um desastre urbano dada a sua fragilidade ambiental e precária infra-estrutura.

Dos atuais vereadores que compõem a câmara municipal de Santana do Riacho, o que mais recebeu votos em Lapinha sequer mora no município, podendo ser considerado mais um amigo da vila (mesmo porque possui vários amigos lá), visitante eventual de fins de semana, do que um defensor dos interesses do povoado. Isso, aliado à já citada ausência de representantes do local, refletiu na inexistência de qualquer discussão quando da aprovação da lei de uso e ocupação do solo do município. Esse enfraquecimento na representatividade política formal do povoado deve ser compensado por um fortalecimento na sua mobilização interna, quando itens referentes a

questões importantes para Lapinha devem ser colocados na pauta do dia, de modo a que se construam consensos fundamentais para a garantia de um processo menos traumático de transformação da realidade/paisagem local

### **2.3.5 – Oferta e Demanda de Serviços e a Distância do Mercado Consumidor**

A situação / posição geográfica de Santana do Riacho em relação à RMBH e a de Lapinha com relação à sede municipal, da mesma forma que ajudam a explicar parte do colorido político da região, também ajudam a explicar (ou entender) grande parte de sua situação econômica. Aqui, a implicação direta que se observa para os desdobramentos locais das movimentações econômicas diz respeito, necessariamente, à distância do principal centro de serviços e do maior mercado consumidor do estado. Com relação a Lapinha essa distância tem implicações tanto nas dificuldades que os habitantes locais têm com relação a obtenção de serviços, resolução de problemas e compra de bens de consumo, como com as dificuldades que os turistas têm com relação ao seu acesso e com a morosidade com que certos serviços básicos chegam até a região.

Durante sua fase de relativo isolamento, tanto Lapinha como Santana do Riacho desenvolveram uma economia em grande parte endógena, como de resto a maioria dos povoados isolados do estado, ou seja, seus grotões. Se a quebra do isolamento de Santana pode ser percebida a partir de sua emancipação política, na prática as dificuldades de acesso ao grande centro produtor/consumidor do estado permaneceram, o que pode ser notado a partir da demora de obtenção dos serviços básicos para os moradores locais, alguns deles ainda bastante precários no âmbito da sede municipal e de todo seu município. E aqui, mais uma vez, Lapinha permaneceu ainda mais à margem de um município já marginal em termos da economia da região central do estado.

Sob o ponto de vista da facilitação de operações comerciais, oferta e compra de serviços e produtos de bens de consumo duráveis ou não, tanto a população de Lapinha, como da própria sede municipal, sofrem com uma série de transtornos relacionados à dificuldade de locomoção e às necessidades de superar grandes distâncias. Isso acaba gerando limitações como a pequena oferta de bens de consumo, principalmente os duráveis, e a pouca variedade de bens de consumo não duráveis. Se Lapinha possui apenas dois estabelecimentos que funcionam como bares e vendas de alguns produtos básicos (pães, velas, fósforos, pilhas, chips, sabão, querosene, cigarros, sal, biscoitos, etc.), Santana do Riacho possui um pequeno número de estabelecimentos



comerciais que se caracterizam pelo ecletismo dos produtos colocados a venda. As três principais vendas correspondem a de três lideranças políticas da cidade, uma delas recém falecida. Não existem bancos, farmácias ou postos de combustível. Açougues e lojas de roupas são em número bastante reduzido e existe apenas uma oficina mecânica. Equipamentos de lazer constituem-se numa praça central, um campo de futebol, um parque de exposições inaugurado em 2000, trechos da margem direita do Riachinho, alguns bares, *trailers* e sorveterias. A oferta acanhada de serviços e as opções limitadas de lazer não parecem afetar o ânimo dos moradores locais, acostumados que estão com um estilo simples, mas saudável, de vida. O fato de precisarem resolver problemas ou comprar produtos fora da sede municipal implica mais num pretexto de quebra de rotina do que num transtorno desagradável.

Quanto aos turistas, dificilmente eles freqüentam Santana do Riacho e muito menos se preocupam com a “qualidade” da oferta de serviços. São pelo menos duas pousadas, uma delas bastante precária, inexistindo qualquer outro tipo de equipamento de apoio a atividade turística. Para esses turistas, Santana é apenas “o último ponto” antes de Lapinha e a maior parte das pessoas que passam por lá conhece as limitações da cidade, principalmente com relação à oferta de combustível, de opções de transporte e de alimentos.

A precariedade no fornecimento de serviços reflete desde nas atividades corriqueiras de promoção da saúde, até em operações financeiras, utilização de cartórios, transporte de passageiros e situações afins. O cemitério municipal fica na sede municipal, obrigando os habitantes de Lapinha a enterrarem seus mortos depois de percorrerem uma caminhada de 8 a 12 km, dependendo do atalho a ser tomado. Nos pontos em que o cortejo fúnebre pára, costuma-se erguer uma cruz, não sendo raro encontrá-las pelo caminho. O posto de saúde também fica na sede, constituindo-se em uma construção simples, com algumas salas servindo de ambulatórios e outras como consultórios. O atendimento se resume a pequenas ocorrências e os problemas mais graves são encaminhados para a RMBH, incluindo aí as complicações de parto. O posto também atende às necessidades de medicamentos, uma vez que a sede municipal não possui farmácia, mas a carência de remédios mais específicos é grande.

A assistência médica em Lapinha resume-se a visitas esporádicas, mais freqüentes na época em que ainda perdurava o convênio com o internato rural da Faculdade de Medicina da UFMG. Hoje, o único médico da cidade atende na sede, sendo que são os agentes de saúde os que realizam visitas regulares de assistência nos casos de impossibilidade de deslocamento dos pacientes. O trabalho dos agentes de saúde relaciona-se a procedimentos de saúde preventiva,

incluindo o Programa Saúde da Família, acompanhamento pré-natal, aplicação de injeções e de outros medicamentos, cuidados com a água, coleta de material para exame laboratorial, campanhas de vacinação, etc. Para realizar consultas, os habitantes de Lapinha têm, mais uma vez, de se deslocar até a sede. Casos mais graves e doenças infecto-contagiosas são encaminhados para a RMBH (Vespasiano ou Pronto Socorro da Prefeitura de Belo Horizonte, dependendo da gravidade). Os partos naturais através de assistência de parteiras, antes comuns em Lapinha, hoje não ocorrem mais, sendo realizados no posto de saúde da sede.

Para a população de Lapinha, a situação não mudou muito se compararmos com os relatos de Zé Cláuver referentes a trinta anos atrás. As benzeções podem não existir mais, mas a recorrência a chás e remédios caseiros, oriundos da flora medicinal local, ainda é bastante comum. Com relação a outros remédios e produtos farmacêuticos em geral, costumavam vir de longe, no lombo de montarias, sendo curiosa uma passagem relatada por Zé Cláuver:

*... o Guilé vem de Pirapama com as quatro bolsas de seu alforje estufadas de remédios - traz Limonada Purgativa, Veramon, Cafiaspirina, Cibazol, Rosa, Maná, sal de Glauber, Regulador Xavier, licor de Cacao e outros lombriqueros, Água Rubinal, Recalcine, pílulas do Abade Moss, cera do dr Lustosa, pílulas de Lussen e do Abade Moss, óleo de Rícino, Sulfatiazol, Mercúrio Cromo, Azul Metileno, Calomelano; mais seringas de injeção e de lavagem, para cuidar dos incômodos das gentes grandes e pequenas em romaria na porta casa do Zé Quincote - nunca cobrou nada pelos remédios. Pela quarta ou quinta vez presenteou Tia Maria Quincote com um sabonete "Life Buoy", buoy mesmo - um dia ficou sabendo que ela os guardava num cantinho dentro do oratório para perfumar Santo Onofre e, também, para não gastar.*

Hoje os remédios não chegam nos alforjes, mas eles devem ser retirados, quando disponíveis, no posto de saúde da sede municipal.

Quanto às “operações financeiras”, se é que pode ser chamado assim, elas se realizam no âmbito da agência de correios de Santana. É aí que os aposentados recebem suas pensões e onde algumas contas são pagas. Como não existem bancos, o uso de talão de cheques é raro, sendo comuns (como de resto em todo o interior mineiro, a compra a fiado ou as cadernetas de conta). Na realidade, o grande “centro financeiro” de Santana é a própria prefeitura, o maior empregador local, assim como o maior comprador, sendo portanto o local onde ocorre a maior movimentação de dinheiro no âmbito do município.

Como pode ser percebido, é tão difícil para o habitante de Lapinha resolver problemas corriqueiros ou realizar operações comerciais, decorrentes ou não da transformação econômica pela qual passa o lugarejo, como é para o turista chegar até lá.

As condições de acessibilidade à sede municipal e a maioria de seus povoados definiram seu ritmo de dinamização econômica. Trata-se também de um ritmo sazonal na medida em que as precárias condições viárias durante a estação chuvosa tornam muito mais difíceis as operações comerciais e de prestação de serviços que dependem da chegada de ônibus e de transporte de carga até a sede municipal. Nem a construção das duas pequenas usinas hidrelétricas no interior do município foram suficientes para dinamizar sua economia, sendo que os efeitos diretamente sentidos disseram respeito apenas à geração de alguns empregos e ao fornecimento de energia elétrica na sede municipal.

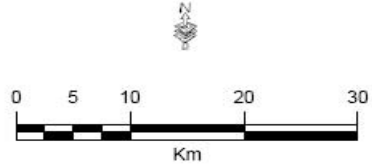
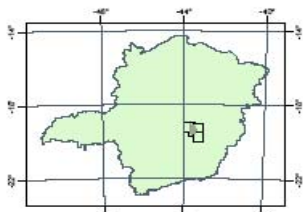
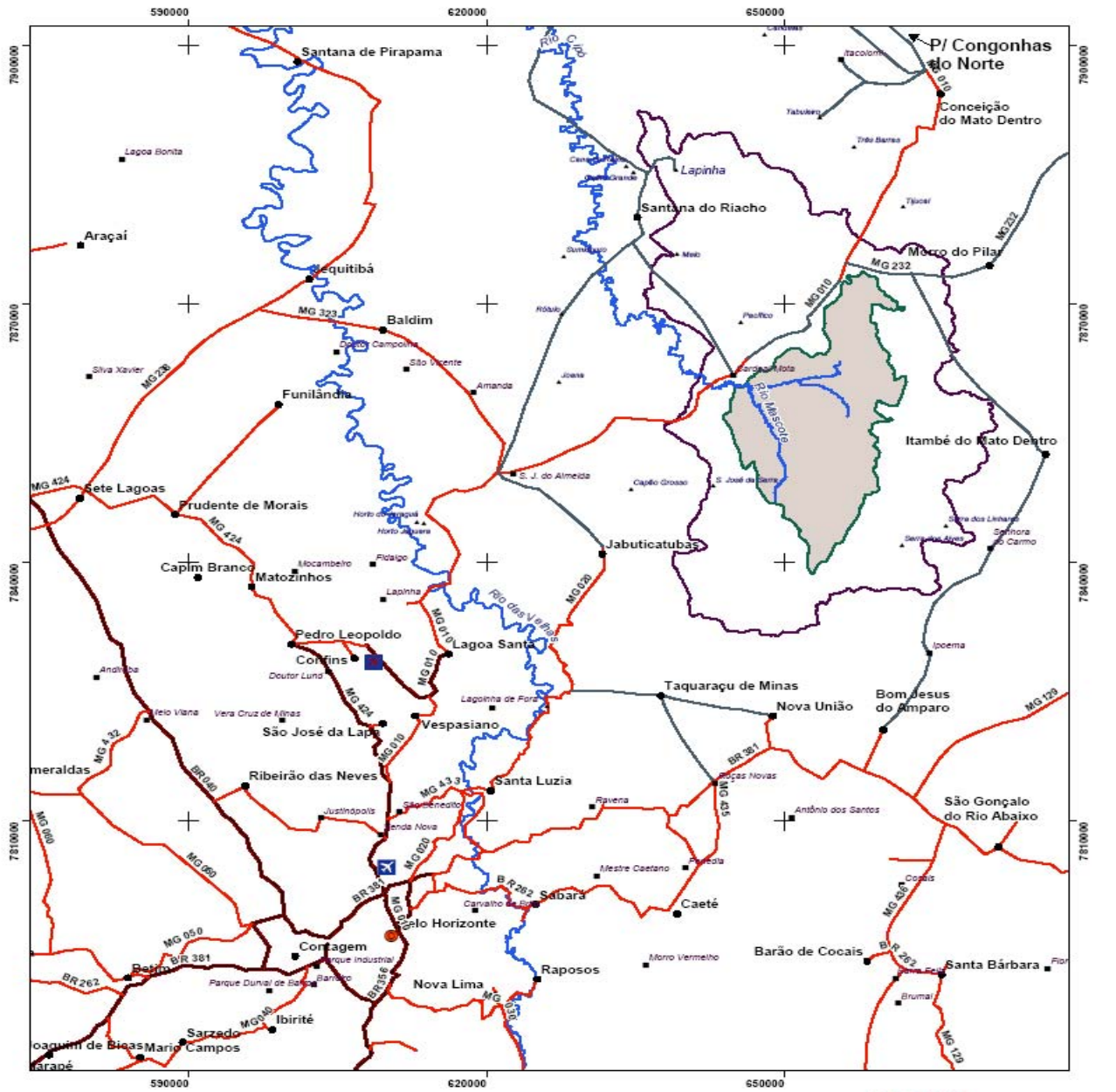
O transporte de carga e de pessoas por estradas de terra em condições precárias sempre constituiu-se em um fator de limitação para o desenvolvimento local, chegando, dependendo da época do ano, a durar mais de três dias um deslocamento que hoje se faz em menos de três horas (trecho de 60 km entre Santana do Riacho/Lagoa Santa). Antes, a referência de *cidade* para os habitantes de Santana do Riacho e Lapinha era Conceição do Mato Dentro, e não Belo Horizonte:

*Para nosso dia a dia, Conceição tinha muito mais importância do que Belo Horizonte; primeiro, porque as pessoas de lá e de cá se conheciam e escambavam durante o ano todo, se entendiam pelas amizades e compadrios. Segundo, porque Conceição podia ser alcançada em viagem a cavalo ou a pé, ao passo que a capital ficava muito distante. Foi-se o tempo de vovô Clemente guiando sua tropa para Taquaraçu, Santa Luzia e Venda Nova nos arrabaldes de Belo Horizonte. Ninguém mais se tocava na hipótese de ir a cavalo a Belo Horizonte quando se poderia resolver quase tudo na Cidade. Além do mais, ainda não existia linha regular de jardineiras para Belo Horizonte. Por essa época a viagem para a capital era feita em torno de quinze horas ou mais, literalmente a gente ia comendo poeira na carroceria do único caminhão de mascates que fazia nossos carretos uma vez por semana.*

(Zé Cláuver, op.cit.)

Durante muito tempo o asfalto chegava apenas às margens do Rio das Velhas, na divisa dos municípios de Lagoa Santa e Jaboticatubas. Por Sete Lagoas a distância era maior (110 km) e o asfalto só ia até aquela cidade. Mais tarde foram asfaltados os trechos entre o Rio das Velhas e Cardeal Mota (MG-10), por um lado, e entre Sete Lagoas e Santana do Pirapama, por outro, estabelecendo-se, também, uma conexão entre essas duas estradas através de Baldim, indo até o distrito de São José do Almeida (município de Jaboticatubas), na MG-10 (Mapa 2.2).

Mapa 2.2 - Principais Vias de Acesso a Lapinha e Santana do Riacho



Projeção Universal Transversa de Mercator  
 Datum Vertical: Marégrafo Imbituba (SC) - Datum Horizontal: SAD69  
 Origem da Quilometragem: Equador e Meridiano 45° W Gr.,  
 acrescidas as constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente

- LEGENDA**
- CAPITAL DO ESTADO
  - SEDE MUNICIPAL
  - DISTRITO
  - ▲ LOCALIDADE
  - AEROPORTO DE CONFINES
  - AEROPORTO DA PAMPULHA
  - AFA Morro da Pedreira
  - Parque Nacional da Serra do Cipó
  - DRENAGEM
  - MALHA VIÁRIA**
  - Pavimentação Dupla
  - Pavimentação Simples
  - Sem Pavimentação

As opções de acesso a Santana do Riacho resumiam-se, então, aos trechos Lagoa Santa / S.J.do Almeida, ou Sete Lagoas / Baldim / S.J.do Almeida. De S.J.do Almeida até Santana tomava-se o antigo caminho do meio do Rótulo (estrada que hoje ainda permanece não asfaltada), ou seguia-se para Cardeal Mota e de lá para a sede. A opção de Cardeal Mota passou a ficar atraente a partir de seu asfaltamento em 1987. Embora um pouco mais longa (80 km, sendo 50 asfaltados), a partir dela melhorou-se a ligação entre Santana do Riacho e Cardeal Mota, sendo este o trecho que hoje é mais usado para acessar a sede do município. A estrada do Rótulo permanece como opção de atalho, especialmente de Baldim, mas possui sérias limitações quanto ao tráfego pesado, especialmente em função da precária ponte sobre o Rio Cipó, a cerca de 6 km de Santana do Riacho.

O detalhamento na descrição dessa rede viária é necessário na medida em que fornece uma idéia do grau de dificuldade experimentado pelos habitantes de Santana do Riacho quando se vêm diante da necessidade de se deslocar para a RMBH (e também Sete Lagoas), ainda que para resolver problemas simples do cotidiano. Como já foi dito anteriormente, Santana do Riacho, ao contrário de Cardeal Mota, está localizada no fim de uma estrada que praticamente não possui prosseguimento, ou cujo prosseguimento passa a ser determinado pelo escarpamento da Serra do Cipó. Isso diz respeito tanto ao possível acesso a Congonhas do Norte, do outro lado da Serra do Cipó, como ao acesso, precário, a Santana do Pirapama, via Rio das Pedras e Rio Cipó, a mais de 80 km para norte, margeando a escarpa da mesma Serra do Cipó.

Na gestão de Zé Juquinha (1988-1992) tentou-se abrir uma estrada ligando Santana do Riacho a Congonhas do Norte, estrada que passaria próximo a Lapinha. Tal estrada consistiria num melhoramento da trilha então (e ainda) existente, e constituiria-se num grande atalho para o município vizinho (50 km), uma vez que o acesso a Congonhas via Conceição do Mato Dentro perfaz mais de 140 km. Interessante do ponto de vista viário, tal estrada provou ser totalmente equivocada do ponto de vista ambiental, o que fez com que, mais do que a barreira da serra, ela esbarrasse no embargo promovido pelo IBAMA dada a completa ausência de um estudo prévio de impacto ambiental (a estrada cortaria a ponta norte da APA Morro da Pedreira). Por menos dinâmica que também seja a economia de Congonhas do Norte (outro “grotão”), uma estrada que ligasse Santana do Riacho até lá constituiria-se em uma outra alternativa de acesso a Diamantina, e reproduziria o antigo “caminho do meio pelas Macaúbas” que antigamente conduzia ao Arraial do Tijuco, exatamente aquela em que a fazenda da Lapinha se localizava, já em meados do século XIX.

Hoje o acesso preferencial a Diamantina se faz via BR259 (Curvelo), a rota que JK optou por asfaltar quando na presidência da república. Há também o acesso secundário, via Conceição do Mato Dentro e Serro (MG-10), que está em vias de asfaltamento até Conceição do Mato Dentro, asfaltamento este que tem provocado uma grande celeuma ambiental envolvendo DER-MG, Prefeituras Municipais, IBAMA e comunidades envolvidas (vide Cirilo, 2002). A sede municipal de Santana do Riacho, entretanto, permanece isolada uma vez que dois dos principais acessos de Belo Horizonte para o norte de Minas passam a uma distância razoável da sede, diminuindo em muito a probabilidade de se asfaltar um trecho que permaneceria ainda pouco utilizado no contexto regional. Se a ligação Santana do Riacho / Cardeal Mota é relativamente simples e por uma estrada que recebe uma manutenção constante, a ligação Santana do Riacho / Santana do Pirapama é distante, e por um labirinto de pequenas estradas de conservação difícil. No entanto, essa ligação corta uma região de extrema beleza, com uma série de atrativos naturais relacionados ao longo escarpamento da Serra do Cipó, e cuja potencialidade de utilização turística futura permanece como uma espécie de carta na manga econômica (vide MAPA 2.2).

É interessante notar como o detalhamento das condições de acessibilidade de um dado local / região suscita uma série de questões que em grande medida guardam estreita relação com seu grau de dinamização / estagnação econômica. Pois é exatamente em função dessa dificuldade de acesso ao grande mercado consumidor mineiro, que a região tem preservado muito de seu patrimônio natural, e que Lapinha permaneceu durante tanto tempo como um destino ao mesmo tempo desconhecido, isolado, e conservado em sua essência cultural e paisagística. O que condenou a região ao seu grau atual de estagnação econômica é exatamente o que pode alavancar a economia local se forem tomadas algumas precauções, de cunho eminentemente ambiental, na medida em que um turismo ecodesenvolvido depende de um patrimônio ambiental devidamente conservado e valorizado.

### **2.3.6 – Atratividades Locais e Atratividades Concorrentes/Paralelas**

Se acessar a região de Santana do Riacho implica em uma opção clara por parte do turista em termos de que ele deverá esperar por condições precárias de conforto e deslocamento, acessar Lapinha é algo ainda mais difícil, e que dependerá de uma clara opção por esta destinação. Digo isto porque Lapinha não é como um lugar que se vai apenas para conhecer de passagem porque está “logo ali”. A necessidade de um deslocamento maior muitas vezes implica num tempo de

permanência maior para compensar o trecho e as dificuldades vencidas. Nesta medida, Lapinha exerce um forte poder de atração emanado não só de seu patrimônio natural, como de seu patrimônio cultural e o patrimônio construído a partir da combinação do modo de vida das pessoas do lugar com os condicionantes paisagísticos (FIGURA 2.12). Ademais, as pessoas tomam conhecimento de Lapinha através da chamada divulgação “boca a boca”, que resulta muito mais eficiente quando se procura por locais ainda fora dos roteiros supostamente oficiais. No perfil dos turistas traçado por Martins (2002,op.cit.) 100% voltaria a visitar o local, sendo o que contribui para isso é “o clima agradável e acolhedor do lugar aliado a beleza cênica, comprovando que a paisagem é o seu grande atrativo” (Martins,op.cit.:97).



Figura 2.12 – Vista de Lapinha com o Topete e escarpamento quartzítico ao fundo e a caixa d’água no primeiro plano

A maioria das pessoas que vai para Lapinha tem plena consciência de que espera encontrar algo que irá compensar o esforço. Apesar de estar inserida no que convencionou-se chamar de Serra do Cipó, dificilmente Lapinha está incluída no roteiro de turistas que para lá se destinam. A propaganda ao nível do marketing das operadoras de turismo bem como o que costuma aparecer em publicações especializadas em viagens e na Internet, especialmente com relação a destinos considerados ecoturísticos, não incluem Lapinha, ou a incluem de uma forma um tanto coadjuvante. Isto é válido inclusive para o próprio programa de ação turística da Prefeitura Municipal de Santana do Riacho (1997), que na sua primeira versão exalta mais as belezas naturais de Cardeal Mota do que qualquer outra localidade do município. Lapinha e seu entorno permanecem como um enclave ecoturístico no âmbito do grande contexto turístico da Serra do Cipó.

A destinação “Serra do Cipó” permite uma série de leituras e interpretações que muitas vezes confundem não só o turista, como aqueles que a tomem por objeto de estudo. Trata-se de um nome que possui grande sonoridade e que por si só carrega um forte poder de atração. Grande parte dos turistas que referem-se à Serra do Cipó está, na verdade referindo-se a Cardeal Mota e região de entorno e, eventualmente, ao PARNA Serra do Cipó. O distrito de Cardeal Mota, incluindo seu casario difuso e com pouca identidade urbanística, enquanto ponto final do trecho asfaltado da MG-10, passou a se constituir na via mais rápida de acesso ao escarpamento da Serra do Cipó quando se parte da RMBH, principal polo emissor de turistas para a região. Recebendo um fluxo contínuo e crescente de turistas e de compradores de terrenos na região, proliferaram-se as pousadas e os equipamentos de apoio e recepção ao turista, sendo que o nome Cardeal Mota muitas vezes era ignorado. Uma vez que o conjunto das atrações do local emanam da Serra, ela acabou por abarcar o nome de referência enquanto destinação turística.

Adicione-se a isso o fato do PARNA Serra do Cipó ter sido criado em 1984, pouco antes do asfaltamento da MG-10. A entrada do Parque se dá próxima a margem esquerda do rio Cipó, portanto no município de Jaboticatubas, mas sob influência direta de Cardeal Mota, uma vez que a zona urbana do distrito inicia-se imediatamente após a ponte sobre o mesmo rio. Além disto, Cardeal Mota encontra-se aninhada ao longo do limite noroeste do PARNA, margeando a MG-10 por um trecho de 5 km, até o limite do escarpamento. Inteiramente localizado dentro da zona de transição do PARNA, não são raros os problemas de especulação imobiliária com reflexos danosos para a própria integridade da Unidade de Conservação (Oliveira, 2002). Da mesma forma que muitos turistas se dirigem a Cardeal Mota sem saber da existência do PARNA, outros tantos se dirigem ao parque sem saber da existência de Cardeal Mota. Todos estão incluídos no que convencionou-se chamar de Serra do Cipó, mas a própria Serra vai muito além de ambos.

Como já foi dito anteriormente, o PARNA Serra do Cipó localiza-se na extremidade meridional da cadeia do Espinhaço, porção que inclui uma parte considerável da Serra do Cipó, mas não a sua totalidade. O escarpamento da serra prossegue muito além de Cardeal Mota, em direção a cidade de Santana do Riacho e ao município de Santana do Pirapama, num alinhamento de cerca de 80 km. Cartas topográficas do IBGE<sup>37</sup> (1977) referem-se a esse escarpamento como Serra do Cipó enquanto o mesmo margeia o rio Cipó, condicionando sua direção predominante SE/NW, até a foz do mesmo no rio Paraúna, isso na divisa dos municípios de Santana do Pirapama, Presidente Juscelino e Gouveia. Trata-se, portanto, de um grande maciço rochoso no qual a

---

<sup>37</sup> Carta do Brasil, 1:100.000, Folhas SE-23-Z-A-VI (Presidente Kubitschek) e SE.23-Z-C-III (Baldivim), 1977



região de Lapinha é apenas uma entre várias paragens de apelo ecoturístico e que reproduz, localmente, muito das atratividades turísticas que se encontram disseminadas pela serra.

Poderíamos falar, aqui, de uma concorrência de atratividades? Mais do que estar concorrendo por atrair turistas, o turismo em Lapinha deve ser concebido e entendido como a expressão localizada de uma resultante (ainda) harmoniosa da paisagem natural com interferências antrópicas pretéritas e atuais. Essa harmonia é reveladora da possibilidade/emergência/revelação/manifestação do turismo ecodesenvolvido o qual resulta da interação possível entre a atividade turística, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Cabe agora detalhar o grande potencial turístico de Lapinha.

A algum tempo atrás, Zé Cláuver traçava um quadro bucólico para o lugar:

*Os cedros de Lapinha se distinguem pela altura que alcançam como se os brotos das copas tivessem curiosidade de ver o que tem do outro lado da serra; os coqueiros esguios e magricelas apontam para o céu, com suas palmas voltadas para um lado só obedecendo o vento que sopra uivante. Nos prados do belo e farto vale vicejam araticum, murici, cajuzinho, guabiroba, alcaçuz, ananás e mangaba, o verde predomina em tudo. Seus habitantes, todos consangüíneos, têm em comum um sotaque peculiaríssimo. As casas são todas pintadas de branco com tabatinga e barrado vermelho e, as cozinhas são completamente pintadas com tabatinga nas paredes, sótão, chão e o fogão; essa caiação acontece toda semana, principalmente nas casas das prendas casadoiras. Por aqui ninguém tem hábito de trancar portas quando se sai de casa – passa a imbirá ou fecha a cancela; nenhuma porta tem chave, simplesmente porque não tem fechaduras, só taramela por dentro. Tenho certeza de que não conseguirei contar nem um pedaço da sua história se não me transportar de corpo, alma e pronúncia para este lugar extraordinário, enquanto continuar isolado da modernidade.*

Esse isolamento não existe mais, mas o potencial turístico ainda é grande. Inventários turísticos já foram realizados por estudantes do curso de Turismo do Unicentro Newton Paiva (Vitarelli, comunicação pessoal) e um rápido diagnóstico já foi realizado por Moura (2000), o primeiro lidando mais com o distrito de Cardeal Mota, porta de entrada do PARNA Serra do Cipó, e o segundo lidando com o referido Parque e a APA como um todo. Mais recentemente, já no âmbito de um programa para o estudo do turismo em Lapinha (Gontijo et al., 2001), foi realizado um inventário preliminar de seus atrativos naturais com vistas para sua conservação Cittadino & Sapucaia (2001). Tratou-se de um levantamento expedito, mas realizado dentro das normas previstas pela EMBRATUR, via CEDITUR do Unicentro Newton Paiva.

Além de representar uma interface física importante do território mineiro – a extremidade meridional de uma cadeia montanhosa que irá atravessar o norte do estado e desembocar na magnífica Chapada Diamantina em território baiano – a Serra do Cipó trás consigo uma grande bagagem histórica que remonta à própria pré história. Como já foi dito, ela testemunhou a presença humana desde a pelo menos 15.000 anos atrás, o que ficou registrado em suas rochas e

pode vir a representar um grande apelo ao conhecimento mais detalhado do local. A compreensão da importância de sua bagagem histórica é fundamental para que se garanta o respeito aos registros arqueológicos ali presentes, para que não se repita na região de Lapinha depredações de patrimônio como as que ocorreram pouco mais de 20 km ao sul, na Lapa do Gentio, ainda no município de Santana do Riacho.

Dois sítios arqueológicos ocorrem na região de Lapinha: o primeiro deles é o que já foi citado anteriormente (estudado pela equipe do Prof. Prous), constituindo-se no sítio arqueológico do Grande Abrigo de Santana do Riacho (FIGURA 2.13).

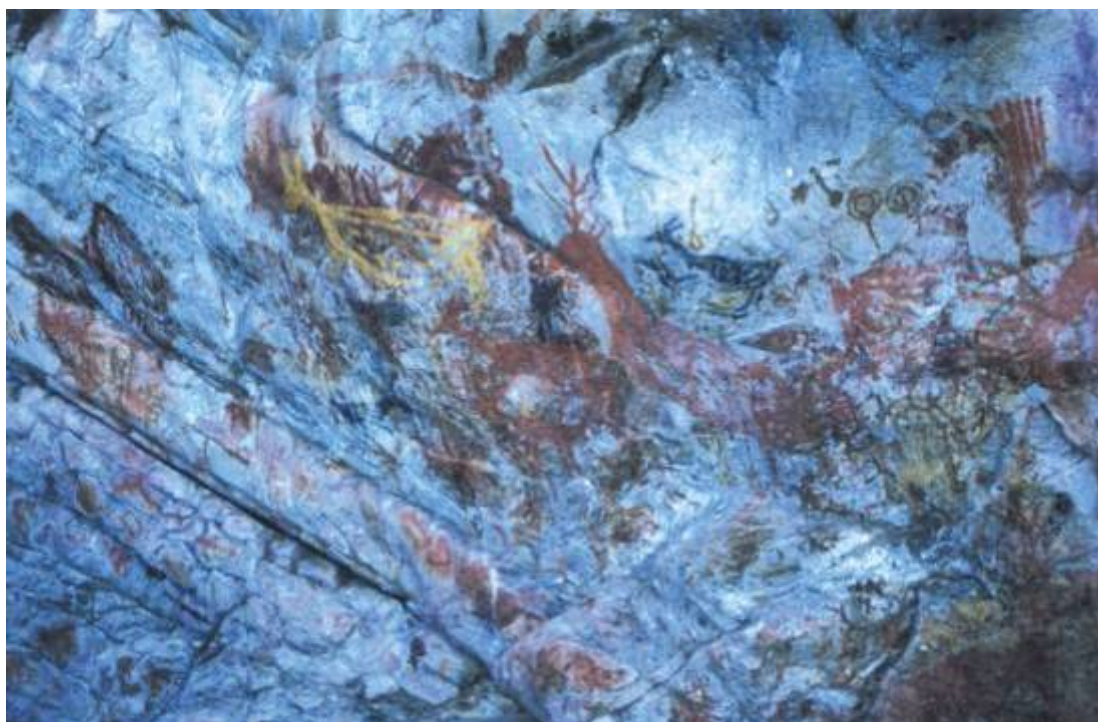


Figura 2.13 – Detalhe do painel de pinturas rupestres do grande abrigo de Santana do Riacho

O segundo sítio corresponde a um paredão coberto por pinturas rupestres localizado logo às margens da represa da UCAT, próximo ao povoado da Lapinha (FIGURA 2.14).



Figura 2.14 – Trecho do paredão de pinturas rupestres de Lapinha, detalhe para a placa colocada por forasteiros

Tanto o Grande Abrigo de Santana do Riacho, como o Paredão de Pinturas da Lapinha, encontram-se em terras, hoje, do gerente da massa falida da antiga CIBH, uma empresa do Grupo Valadares Diesel Ltda. (VDL), a Horizonte Têxtil. As pinturas rupestres dos dois sítios fazem parte da mesma tradição cultural dos proto habitantes do planalto de Lagoa Santa, a já citada “Tradição Planalto” (Prous, 1992), o que pode ser deduzido não apenas em função da semelhança dos pictogramas, como da proximidade dos dois sítios. Traçando-se uma linha reta, a distância é de apenas quatro km, a diferença residindo nos dois diferentes patamares altimétricos em que se encontram – o Grande Abrigo está na base do degrau inferior da Serra do Cipó e o Paredão de Pinturas da Lapinha está na base do degrau superior da mesma serra.

O conjunto da planta da UCAT merece um grande destaque no âmbito desta pesquisa uma vez que seu potencial turístico é de grande relevância (FIGURA 2.15).

Figura 2.15 – Vista da planta da UCAT e da tubulação no seu trecho final



A então CIBH, para poder construir a UCAT, adquiriu, no final dos anos quarenta, uma grande quantidade de terras ao longo do médio curso do córrego do Riachinho. A partir de então foram construídas uma série de facilidades que hoje ainda encontram-se em funcionamento, mas cujo acesso, por razões óbvias, é restrito (é exatamente em função dessas restrições que os sítios arqueológicos locais encontram-se devidamente preservados). Os terrenos da UCAT abrangem os dois patamares altimétricos e grande trecho do escarpamento que separa ambos. Eles incluem os prédios da usina e um alojamento, aqueduto, trilhas e estradas, túnel, cinco cachoeiras, a barragem, um grande *canyon*, a represa e terras adjacentes à mesma, as quais irão se limitar com o próprio povoado de Lapinha, sendo que o povoado foi preservado quando do enchimento da represa ( a cota máxima da represa - 1107 metros - encontra-se imediatamente abaixo do nível da habitação mais baixa de então).

O acesso à planta se dá por uma estrada de terra, em bom estado de conservação, a partir de uma bifurcação da estrada que dá acesso à sede de Santana do Riacho (é possível chegar à usina sem

passar por Santana e, muito menos, passar por Lapinha, pois está localizada 12 km depois da sede municipal). A primeira idéia que se tem ao chegar é a de uma grande fazenda, pois ao cruzar o córrego do Riachinho depara-se com uma porteira, casas de funcionários e uma aléia de eucaliptos. Mais alguns metros e encontram-se as instalações principais da usina, quais sejam, a casa do gerente, oficina, pequenos galpões, a casa de força, a casa de hóspedes e outras construções, nenhuma delas de maior porte, todas num estilo arquitetônico simples e em meio a várias árvores, com o escarpamento da serra ao fundo. O cenário inspira uma grande tranqüilidade apesar do ruído constante da geração da usina, o que não chega a causar maiores desconfortos.

Desse casario central parte a estrada interna que irá levar ao nível do aqueduto. A estrada, com 3,5 km de extensão e de tráfego precário, inicia-se passando proximamente ao Grande Abrigo, o qual encontra-se devidamente ocultado por uma faixa de mata tropical subcaducifólia. A partir daí ela margeia o trecho de vazão reduzida do Riachinho, cruzando por quatro vezes o conduto final do aqueduto (o trecho de maior pressão deste, a partir da chaminé de equilíbrio, a qual concentra e direciona a água para a queda final que vai gerar a força motriz). Seguindo ainda paralelamente ao Riachinho, a estrada margeia quatro quedas d'água (todas de acesso proibido por parte da direção da UCAT) e passa a vencer a escarpa do patamar inferior da serra, ziguezagueando por entre os afloramentos quartzíticos, para então atingir o nível do aqueduto. Nesse patamar altimétrico (1100 metros), o aqueduto segue por 1,5 km, trecho que liga a chaminé de equilíbrio à entrada do túnel, de onde se descortina uma vista privilegiada das colinas do planalto de Lagoa Santa no seu contato com o escarpamento da serra.

O túnel constitui-se numa feição singular no âmbito do conjunto da UCAT uma vez que ele conduz, em meio ao coração quartzítico da serra, à captação da água, já na barragem da represa, a 1107 metros de altitude. Ele possui 371 metros de extensão e um desnível de 21 metros, com uma largura média de cinco metros, uma altura média de 1,8 metro, suficientes para abrigar a tubulação do aqueduto e um trilho de bitola estreita para reparos de manutenção. O túnel conduz o observador para uma paisagem totalmente diferente da que ele estava acostumado antes de penetrar no mesmo. Das colinas do planalto de Lagoa Santa o observador é transportado para o grande lago da represa da UCAT, já devidamente emparedado pela escarpa da crista superior da Serra do Cipó, ambos emoldurados pela boca de saída do túnel.

Do túnel chega-se à barragem propriamente dita, de onde pode-se observar um grande *canyon*

cujo final, inacessível da barragem, é uma grande queda d'água. Voltando-se para a represa, a visão é de sua porção de maior extensão e da escarpa quartzítica da serra que a acompanha até a altura do povoado de Lapinha, cerca de cinco km ao norte. Avistam-se, também, algumas elevações do maciço do Breu. Desse ponto o acesso à Lapinha é fácil, mas apenas possível de ser feito a pé. Em pouco mais de meia hora chega-se ao povoado, sempre margeando a represa até a altura do paredão onde se encontram as pinturas rupestres de Lapinha, na margem oposta.

De Lapinha, o acesso ao Paredão de Pinturas é simples, sendo necessário, no entanto, realizar a travessia do espelho d'água, tarefa tanto mais penosa quanto maior for o volume d'água da represa. O painel de pinturas é menor que o do Grande Abrigo, mas a facilidade de acesso daquele, em oposição à restrição de acesso desse, torna a possibilidade de se conhecê-lo bastante atraente para o turista que chega a Lapinha.

A vila da Lapinha encanta pela sua simplicidade e despojamento constituindo-se num típico povoado do interior mineiro (FIGURAS 2.16 e 2.17). Seu grande magnetismo reside, no entanto, na combinação cênica estabelecida entre a vila, o paredão quartzítico do maciço do Breu e a lagoa da Lapinha<sup>38</sup> (FIGURA 2.18), ambos localizados imediatamente adjacentes ao vilarejo (vide FIGURA 2.12).

---

<sup>38</sup> Como já foi dito, a lagoa é, na verdade o fundo da represa da UCAT, que afogou a dolina original. Esta dolina, no entanto, reaparece a toda estação seca, uma vez que o espelho d'água da represa recua bastante, revelando não só a dolina, como também o curso meandrante do córrego da Lapinha e o esqueleto da mata de galeria original (vide FIGURA 2.6)



Figura 2.16 – Detalhe da praça central onde se vê a capela antiga de São Sebastião e a nova capela, ainda em construção.



Figura 2.17 – Outro ângulo da praça central onde se vêem os “três botecos” – Zinho, Márcio e Alcino. Atenção para a construção de dois andares que quebra a harmonia local

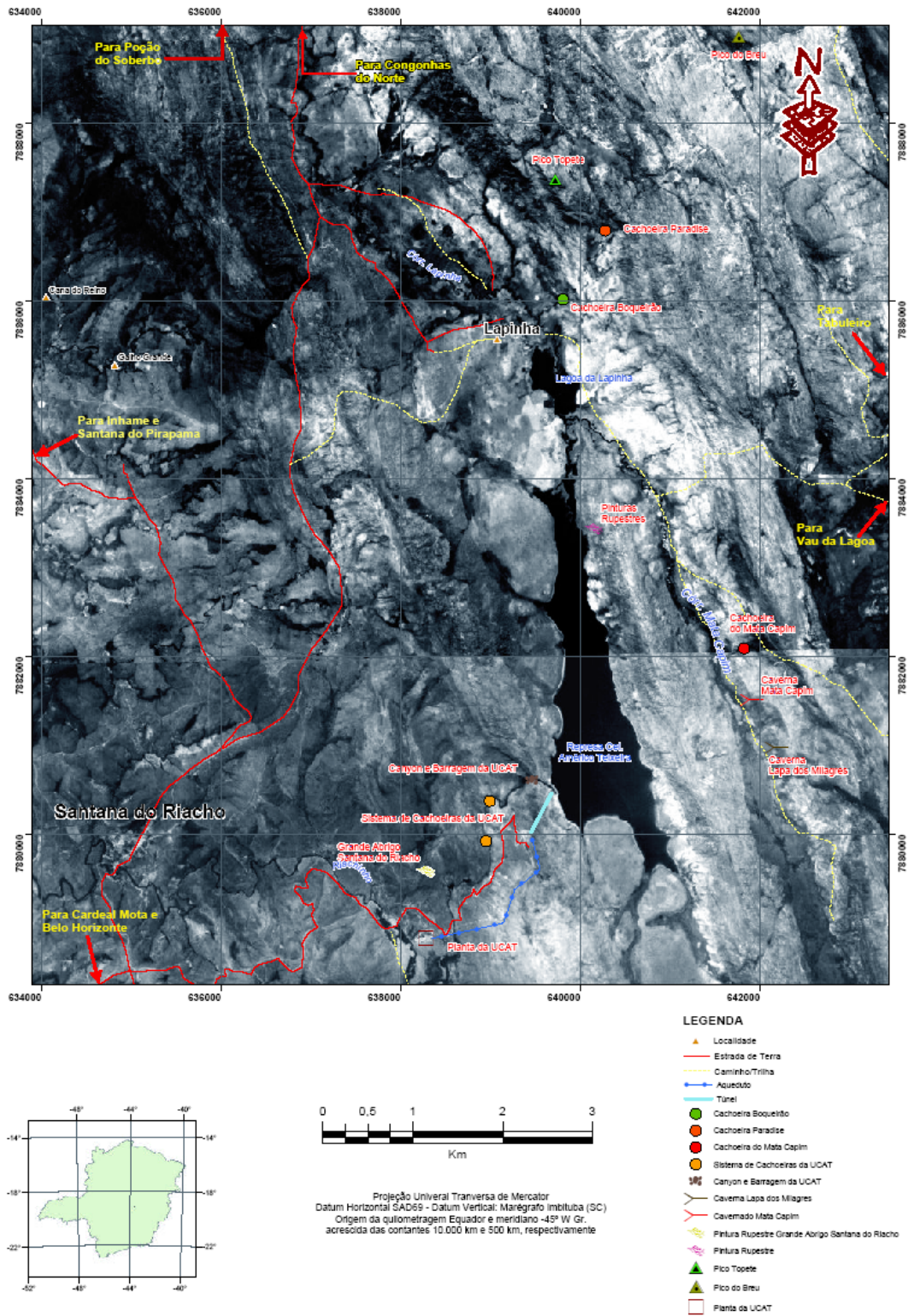


Figura 2.18 – Vista de casas próximas à lagoa da Lapinha

Quedas d'água avistáveis da vila (principalmente na estação chuvosa) completam o cenário sendo que o grande programa, segundo os ecoturistas pioneiros que para lá afluíram desde os anos 80, constitui-se em percorrer suas trilhas que levam a grutas, cachoeiras, picos, cursos d'água, poços e *caninos* (Mapa 2.3).



MAPA 2.3 - Lapinha, Entorno e Principais Atratividades Turísticas



Tais trilhas são de tamanhos variáveis, mas a maioria é de fácil percurso e realizável em um dia ou menos. São quatro trilhas principais e que serão detalhadas a seguir, a saber, a trilha do Mata Capim, a trilha do Tabuleiro, a trilha do Pico do Breu ( e Topete) e a trilha do Poção do Soberbo:

- *Trilha do Mata Capim*: Essa trilha acompanha o curso do córrego do Mata Capim, formado a partir da junção dos córregos do Mata Capim de Baixo com o córrego do Mata Capim de Cima, que constituem a principal bacia tributária do córrego da Lapinha. O Mata Capim, ao desaguar no córrego da Lapinha, forma o córrego do Riachinho, represado cerca de três km a jusante, na barragem da UCAT. A trilha segue pela margem direita do Mata Capim, encaixada pela escarpa da porção sul do maciço do Breu e por uma crista quartzítica que separa sua drenagem do corpo principal da represa da UCAT (a drenagem afogada do córrego do Riachinho), não possuindo desníveis significativos. A partir de um certo momento, a trilha passa a acompanhar o Mata Capim de Baixo que é criptorréico no seu médio curso, cerca de cinco km do povoado. É nesse local que se forma o sistema de pequenas grutas que deram nome ao povoado, grutas essas já citadas no início deste trabalho e estudadas e mapeadas por Auler e Basílio (1988, op.cit.). A Lapa do Mata Capim e a Lapa dos Milagres são as que mais recebem turistas, sendo que na primeira a visita é cobrada por um habitante do vilarejo que construiu sua casa próximo à entrada da mesma, como já foi discutido anteriormente. A vegetação próxima às grutas é de mata de galeria com níveis diferentes de preservação – enquanto trechos foram desmatados para o plantio de roçados, outros se recuperam de incêndios sofridos recentemente, e outros ainda encontram-se relativamente bem preservados. Próximo à confluência dos dois córregos está a cachoeira do Lajeado, no baixo curso do Mata Capim de Cima, também conhecida como cachoeira do Lajeado de Baixo, uma vez que encontra-se na parte baixa do escarpamento do degrau superior da Serra do Cipó. Trata-se de uma fina cortina d'água que escorre sobre uma face do paredão quartzítico do maciço do Breu. Seu volume d'água diminui consideravelmente na época de maior deficiência hídrica, entre os meses de setembro e outubro, mas ainda assim é procurada durante todo o ano. O conjunto das pequenas grutas e a cachoeira do Lajeado constituem-se, portanto, no objetivo principal dessa primeira trilha, facilmente realizável em menos de um dia considerando-se a ida e a volta
  
- *Trilha do Tabuleiro*: Essa trilha se inicia a partir de um determinado momento da trilha do Mata Capim onde uma bifurcação leva o caminhante em direção à escarpa do maciço do Breu. Depois de um trecho íngreme, vence-se esta escarpa e alcança-se um ponto onde pode-se descortinar a última vista do povoado antes de se voltar para a vertente mais suave do altiplano, localmente conhecida como Campina Verde. Este é apenas o início da trilha do Tabuleiro, que necessita de dois dias de caminhada se se quer alcançar a Cachoeira do Tabuleiro, a maior de Minas Gerais e localizada a cerca de 25 km de Lapinha (FIGURA 2.19).

Mas nem sempre o caminhante tem a Cachoeira do Tabuleiro como objetivo final, uma vez que pode optar por permanecer ao longo dos cursos d'água que cruzam o caminho ou seguir em outras direções. Trata-se da antiga trilha de tropeiros, caçadores, forasteiros e romeiros cujas rotas se intercruzavam no altiplano da Serra:

*“O Capão do Intendente fica a meio caminho entre Lapinha e Tabuleiro, por isso, durante muitos anos a morada de vovô foi ponto de pousada dos tropeiros e boieiros, e também dos congoneiros, como eram conhecidos os braços que vinham de Congonhas do Norte, Parauninha, Três Barras, Ouro Fino, Itacolomi, Alves, Córregos e da Tapera em busca de serviço nas lavouras do Riacho. A fazenda do Clemente no Intendente, também era parada de caçadores, jubilistas e os forasteiros que riscavam a serra em todos sentidos à cata de ouro, diamante; de caça às perdizes e codornas e aventuras mais. O Capão do Intendente ou Capão do Quelemente se confundem como topônimos do mesmo pedaço de mata.”*

(Zé Cláuver, op.cit.)



Figura 2.19 – Cachoeira do Tabuleiro, a cerca de 25 km de Lapinha

Logo saindo de Lapinha é preciso vencer a escarpa do maciço do Breu e é só a partir daí que a trilha passa a ser de fácil percurso. A cerca de três km, em meio à Campina Verde, pode-se nadar numa “prainha” do Mata Capim de Cima e/ou seguir ao longo de seu curso até a parte alta da Cachoeira do Lajeado, no que é chamado de Cachoeira do Lajeado de Cima. A paisagem do altiplano revela manhas de matas de galeria, e de eventuais capões de matas, em meio aos campos rupestres de altitude, aqui alterados em função do uso tradicional como pastagens extensivas. Pequenos afloramentos quartzíticos não são raros, mas é o grande maciço quartzítico do conjunto do pico do Breu que domina a porção norte da Campina,

revelando um ângulo diferente do que é percebido da vila (FIGURA 2.20). Para além do Mata Capim de Cima, alcança-se, a cerca de 3,5 km o leito do alto curso do Parauninha, já numa outra subbacia. O Parauninha, já relativamente caudaloso neste seu alto curso, será represado cerca de doze km a jusante, na assim chamada Vau da Lagoa, represa da outra usina hidrelétrica já referida anteriormente (Usina Dr. Pacífico Mascarenhas). Um dia de caminhada é suficiente para alcançar o Parauninha e retornar à Lapinha. Muitos, porém, preferem permanecer acampados às margens desses cursos d'água, ou seguir em direção ao Tabuleiro ou às cabeceiras do rio das Pedras, mais ao norte. Para tanto, prossegue-se pelo altiplano durante ainda um bom tempo, entre campos rupestres, matas de galeria e capões de mata, até que se vença os divisores tanto em relação ao rio das Pedras, ao norte, como em relação ao ribeirão do Campo, a leste. O rio das Pedras é o que irá constituir-se no divisor de municípios de Santana do Riacho e Santana do Pirapama e formar o Poção do Soberbo, alvo de outro trilha que será descrita a seguir. Já com relação ao ribeirão do Campo, este é o curso d'água que irá despencar 273 metros na Cachoeira do Tabuleiro, e já pertencente à bacia do Rio Doce, uma das principais do leste mineiro.



Figura 2.20 – Campina verde, observando-se parte do maciço do Breu e trechos de matas

*Trilha do Pico do Breu:* Apesar do nome, o alvo dessa trilha, de menos de cinco km, não é o Pico do Breu mas o Topete. É a mais curta das trilhas aqui focalizadas e a mais freqüentada delas. O percurso inicia-se próximo ao Boqueirão, o qual constitui-se na série de poços mais freqüentada

pelos turistas, como será detalhado mais adiante. O início é uma subida rápida que leva a um primeiro patamar de onde parte a opção de se atingir a Cachoeira *Paradise* ou, cruzando o córrego do Breu, parte-se para a subida do pico. O córrego do Breu é o que empresta parte de suas águas para a captação da caixa d'água do povoado. Tal captação é feita de forma precária, próximo ao limite do escarpamento que leva ao sistema de poços do Boqueirão (FIGURA 2.21).

Figura 2.21 – Vista do Boqueirão e da vila ao fundo. A captação é feita perto de onde a foto foi tomada, observando-se parte do encanamento à esquerda.



Está, portanto, a montante do Boqueirão mas a jusante da *Paradise*, o que constitui-se em um problema para a manutenção da qualidade da água captada para o povoado, como será discutido oportunamente. A cachoeira *Paradise* está a 1,5 km do povoado, abrigada no sopé do escarpamento do maciço do Breu, do qual o Topete é a saliência que mais se aproxima de Lapinha. O acesso ao seu poço principal se dá em meio às pedras de seu leito, abrigado, por sua vez, por uma pequena mata de galeria. Para subir em direção ao pico, segue-se por uma rampa

que primeiro contorna o Topete em sua face oeste, voltada para Lapinha, atinge um patamar a cerca de 1400 metros de altitude e depois faz o ataque final ao topo pela sua face leste, oposta ao povoado. Neste trecho cruza-se a cabeceira do córrego da Conversa, um velho rancho e uma parte do altiplano do maciço do Breu, coberto pelo tapete herbáceo dos campos rupestres de altitude. A partir daí pode-se seguir por caminhos alternativos que levam tanto ao verdadeiro Pico do Breu, como para trechos do alto curso do rio das Pedras, rico em quedas d'água e freqüentado para acampamentos. No topo foi colocada uma cruz de metal que reflete o brilho do sol poente, reflexo que é visto do povoado numa determinada hora da tarde. Do topo se descortina uma bela vista que abrange o povoado, a lagoa da Lapinha, a represa da UCAT, o alongamento quartzítico da escarpa da Serra do Cipó desde a parte norte, na altura do divisor com a bacia do rio de Pedras até a porção sul, na altura do PARNA (vide FIGURA 2.3).

Avista-se também a Serra da Piedade, ao longe, bem como uma grande fração do planalto de Lagoa Santa. É comum pessoas pernoitarem no cume, quando então é possível divisar as luzes da RMBH, sem falar, é claro, de visões privilegiadas do por e nascer do sol, da lua e das estrelas. A subida, apesar de íngreme em alguns pontos, não é pesada, podendo ser facilmente executada por pessoas de diversas idades, sendo essa também uma razão para sua maior freqüência de uso. Se o objetivo é o verdadeiro Pico do Breu, a visão, então, passa a ser outra. Segundo Goulart (2001,op.cit.:77):

*Em torno do Breu, num desenho de 360 graus, nascem dez rios. Para o sertão do vale do São Francisco, ou seja, para o poente, correm o rio Parauninha, rio das Pedras, rio Soberbo, córrego Fundo, rio Cachoeira, rio Preto, rio Mata Capim e o córrego da Lapinha. Para o vale do rio Doce, lado do nascente e região da mata, como se diz por lá, correm o rio Intendente e o ribeirão do Campo, que irá formar a cachoeira do Tabuleiro. De todos aqueles cumes tem-se a visão do Pico do Itambé, entre Serro e Diamantina; da Serra da Piedade, entre Caeté e Belo Horizonte; e do Morro da Garça, além de Curvelo, no rumo do sertão, que formam um triângulo de lados quase iguais, vértices distanciados cerca de 200 quilômetros.*

É uma visão, sem dúvida, privilegiada: os três cumes referidos por Goulart estão profundamente marcados na história e na paisagem de Minas Gerais e, portanto, profundamente marcados na alma mineira. Talvez seja o único lugar de Minas onde se possa vislumbrar a porta do Sertão de Guimarães Rosa, a porta do Jequitinhonha atingida por Fernão Dias ainda no distante 1674 e a ponta norte do Quadrilátero antes Aurífero e hoje Ferrífero<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> É sobre o Morro da Garça o magnífico conto de Guimarães Rosa, “O recado do Morro”. O Pico do Itambé era a referência que os bandeirantes tinham para tentar alcançar a Serra das Esmeraldas, mais ao norte, e que depois tornou-se a referência da Demarcação Diamantina. Já a Serra da Piedade marca a ponta mais ao norte do

- *Trilha do Poço do Soberbo*: Trata-se de uma trilha longa, de cerca de quinze km de extensão, mas cuja ida e volta é possível de ser feita por aqueles mais resistentes a longas caminhadas. De uma forma geral, no entanto, as pessoas preferem fazer o retorno em dias diferentes, quando então acampam nas redondezas do poço. A trilha se faz a partir da Lapinha de Cima, sendo possível de ser feita sem a necessidade de passar pelo núcleo central do povoado. Segue-se, então, paralelamente ao escarpamento da Serra do Cipó, no seu sentido norte, primeiro ao longo das cabeceiras do córrego da Lapinha e depois, a partir do divisor, ao longo das cabeceiras do córrego Fundo. No primeiro trecho, de cerca de seis km, o aclave é suave, sendo que a partir da cumeeira do divisor o declive é acentuado apenas quando se desce em direção às margens do córrego Fundo. Neste trecho ocorrem duas cachoeiras em meio a uma mata de galeria relativamente bem preservada. Segue-se, então, por um bom tempo, margeando-se a encosta quartzítica da porção norte do maciço do Breu, ao longo de todo curso do córrego Fundo até que atinge-se o sistema de quedas d'água e poços do Soberbo. Próximo ao poço maior (de origem antropogênica, uma vez que lá era a antiga lavra de diamantes) ocorre a confluência de dois cursos d'água (o próprio córrego Fundo, pelo sul, e o ribeirão Soberbo, pelo norte) com o leito, já relativamente caudaloso, do rio das Pedras. Os dois córregos afluentes correm por linhas de falha, condicionados que estão pelas fraturas da escarpa quartzítica da Serra do Cipó (direção SE/NW), e têm sua foz quase que perpendicularmente ao talvegue do Pedras, ele próprio também escoando, nesse trecho, por uma linha de falha de direção SW/NE. Os três cursos d'água percorrem trechos encachoeirados antes de se unirem para então formar o Poço do Soberbo, o que confere um quadro único para o local. O poço em si é de grandes proporções, restos do garimpo abandonado ainda são visíveis. O nome Soberbo deriva da soberba de um garimpeiro que

*ao achar à beira do poço uma grande pepita, bradou entusiasmado: 'Agora nem Deus pode comigo'. Num átimo, a pedra escapuliu-lhe das mãos, para dentro d'água, e ele sem pestanejar mergulhou em busca. Nunca mais foi visto.*

(Goulart, op.cit.:79)

Seu Juquinha de Zé Quincote conta uma outra versão para o nome:

*Um garimpeiro achou uma pedra grande e matou a família e os companheiros prá poder ficar com ela. Gastou todo o dinheiro e morreu pobre e solitário.*

Qualquer que seja a origem do nome, a preocupação maior hoje em dia parece ser com relação à eventual soberba de forasteiros que cada vez mais têm assediado a região. Voltando à trilha, a

---

Quadrilátero Ferrífero, também referência para os viajantes, e alvo de romarias, inclusive de políticos, para a Capela de Nossa Sra. da Piedade, construída em 1768.

jusante do poço, a partir de um estreitamento natural do talvegue, uma grande queda d'água atravessa o degrau inferior da escarpa da Serra do Cipó, seguindo então por um *canyon* cujo acesso só é possível via escalada ou *rappel*. A feição da paisagem, neste ponto, é semelhante ao local do barramento da represa da UCAT já que estamos diante do limite do escarpamento do degrau inferior da Serra do Cipó. A queda d'água é de grande altura (cerca de 50 metros) e é acessível apenas por *rappel*, havendo um grande *canyon* que acompanha o rio a jusante. Do Poço do Soberbo é possível seguir em direção tanto à parte baixa da escarpa inferior (região em que a estrada que liga Santana do Riacho a Santana do Pirapama cruza a divisa dos municípios que é o próprio rio das Pedras), ou seguir para o altiplano da Serra, na porção norte do maciço do Breu, em direção “aos Alves” (povoado de Santa Cruz dos Alves), Candeias, Ouro Fino, Córregos e à cidade de Congonhas do Norte.

Muitas vezes essas trilhas são percorridas a cavalo, especialmente as mais longas, não sendo raras expedições que são organizadas com a previsão de vários dias de duração. Lapinha continua sendo rota de tropeiros que partem de lá ou de outras localidades para Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Tabuleiro, Vau da Lagoa, Inhames, ou até paragens mais distantes como Serro e Diamantina. Tais tropas se formam tanto no âmbito de pacotes turísticos ou de grupos de excursionistas, como a cavalgada descrita por Tavares Filho (1997) na qual um grupo de 26 cavaleiros seguiu de Lagoa Santa para Diamantina via Serra do Cipó. Cavalgadas também podem estar relacionadas àquelas festividades religiosas como romarias, procissões ou pagamento de promessas. Neste aspecto, um dos principais alvos continua sendo o Santuário de Bom Jesus do Matosinhos em Conceição do Mato Dentro durante a Segunda quinzena de junho. É tradicional a cavalgada de um grande grupo que parte anualmente de Pedro Leopoldo e segue via Inhames para Conceição, sempre passando por Lapinha. Além das trilhas e passeios a cavalo, outros programas são realizados pelos turistas, principalmente os relacionados a banhos nos corpos d'água ali existentes.

Com relação ao uso da água para fins de balneabilidade, Barreto (2003) realizou um estudo do aproveitamento que vem sendo feito na principal subbacia em uso da Lapinha, a do córrego do Breu, onde se localiza o Boqueirão. O Boqueirão é o ponto mais visado pelos turistas que chegam a Lapinha quando o objetivo é um banho de cachoeira ou um mergulho em seus poços, sem a necessidade de percorrer longos caminhos. Trata-se de um sistema de pequenas quedas e poços localizado no sopé do maciço do Breu, a jusante da captação d'água do povoado. Um trecho de aproximadamente 600 metros sofre grande pressão de uso nos fins de semana e nos



feriados prolongados, mas o movimento maior é na estação chuvosa, uma vez que no pico de deficiência hídrica o volume d'água reduz drasticamente - não é raro o relato de turistas que se decepcionam com a reduzida carga hídrica do Boqueirão nos meses de agosto a outubro.

Além do Boqueirão, também a lagoa da Lapinha é usada para fins de lazer, mas este sendo menos voltado para banhos do que para a prática de esportes náuticos, especialmente o caiaque e o *windsurf*. Banhos nos trechos mais caudalosos do córrego da Lapinha e do Mata Capim também são freqüentes, principalmente quando envolve grupos familiares os quais tendem a não percorrer longas distâncias e a permanecerem em locais sem leito pedregoso e com um trabalho menor da água do rio, as chamadas prainhas.

Acampamentos (incluindo as áreas de *camping* já citadas anteriormente) e a prática de aluguel de quartos são comuns em Lapinha. Como também já foi citado, duas pequenas pousadas também foram recentemente abertas e três são os bares (“vendas”) principais, sendo que também é comum a prática de venda de refeições. Em termos de serviços, esta seria a base de apoio ao recebimento de turistas de Lapinha.

Digno de nota é a receptividade e simplicidade dos habitantes do vilarejo, sempre dispostos a receber forasteiros e a contar casos referentes ao cotidiano de cada um. Trata-se de uma característica marcante da cultura local e que certamente contribui para o magnetismo exercido pela vila. Neste sentido é significativa a publicação recente das memórias de um habitante do distrito de Cardeal Mota que trabalhou como recenseador durante 30 anos. Segundo seus editores, José Carlindo “nos oferece a visão que realmente buscamos no fundo daqueles números divulgados após a realização de cada censo demográfico: homens, mulheres e crianças nas suas vidas cotidianas, nos seus afazeres, com seus humores e espíritos, com suas vozes e traços marcantes” (Ferreira, 1999). É um livro que guarda “ a profunda visão da Serra do Cipó”, e que contém muito do espírito que se quer trabalhar no âmbito desta pesquisa.

É o grande potencial de Lapinha, que ao exercer atração a cada vez mais e mais turistas , que despertou nosso interesse para o lugar e a partir do qual tentaremos, então, abordar aquela questão original: O que está acontecendo lá pode ser chamado de sustentável ou estamos caminhando a passos largos para o comprometimento deste grande patrimônio? Essa nossa mandala permite-nos avaliar o grau desta sustentabilidade? Tomemos então os contrapontos de fundo entre o que lá pode-se observar como sendo rotulável de turismo ecológico e sustentável,

portanto derivado e derivando atividades conservacionistas, e o que vem se configurando com características de turismo de massa e, portanto, insustentável, derivado e derivando atividades degradadoras. Com esses dois fenômenos interacionais estaremos, então, envolvendo nossa Mandala e buscando entender o que pode estar acontecendo e o que pode vir a acontecer na Serra do Cipó como um todo.

### 2.3.7 – Turismo Ecodesenvolvido ou Turismo insustentável?

Observando-se a tendência recente de crescimento de afluxo de turistas para a Serra do Cipó, o primeiro elemento que salta aos olhos é o número cada vez maior de pessoas nos fins de semana e, principalmente, nos feriados prolongados. Martins (2002,op.cit.:86) cita uma pesquisa ao longo de quatro carnavais elaborada no âmbito do Projeto Paepalantus do UNICENTRO Newton Paiva quando eram contabilizadas as pessoas que chegavam à Serra do Cipó via Cardeal Mota (Tabela 1). Por essa tabela é possível vislumbrar a tendência de crescimento desta visitação com a ressalva de que a pequena diminuição ocorrida no ano de 2000 foi devida ao tempo chuvoso verificado durante o carnaval. Durante os quatro anos, o aumento de visitas para a Serra do Cip o foi da ordem de 289,6 %, e para Lapinha foi de 390,6 %. São números que revelam uma tendência preocupante, facilmente observável quando se está em Lapinha.

Tabela 1: Blitz Ecológica durante o carnaval – período 1998 a 2001

Ano	1998	1999	2000	2001
No. Veículos	1939	3838	2904	4765
No. Pessoas	6417	15418	11230	18585
Procedência de BH	5133	13876	10668	16726
Destino Lapinha	32	32	25	125

FONTE: Projeto Paepalantus – Serra do Cip o. CEDITUR / IBAMA

Os “campings oficiais” do Bráulio e do Zinho lotam rapidamente e, a partir de então, começa uma peregrina o às diversas casas do vilarejo   procura de permissão para a arma o de barracas nos quintais. Os quartos e casas alugados para turistas também se esgotam. As refei es têm de ser marcadas com grande antecedência para que se garanta um prato. Mais moradoras do povoado passam a se dispor a cozinhar para os turistas, assim como a ceder o uso do banheiro. O caminho para o Boqueirão chega a ficar congestionado tamanho   o tráfego de banhistas. Todos

espalham-se pelos poços e pequenas quedas d'água e não são poucos os que atingem o trecho acima da captação.

Às crises de falta d'água já ocorridas em carnavais passados, os moradores tentam remediar com uma reserva extra. Os banheiros ficam sobrecarregados, não sendo raras as ocasiões em que os terrenos desocupados e a periferia do Boqueirão são utilizados para esse fim. Aos bares existentes, cujo estoque extra de mercadoria costuma esgotar-se antes do término do recesso, somam-se bares temporários, abertos somente para a ocasião, e que acabam enfeando e ocupando grande parte do largo central do povoado, e agravando o problema da falta de banheiros. Some-se a isto a utilização de aparelhos e caixas de som, por vezes até dos automóveis que são estacionados próximos aos bares, e estamos diante de um quadro de sustentabilidade bastante duvidosa.

O exemplo da crescente pressão turística exercida durante os carnavais é revelador do grau de vulnerabilidade do povoado e, de resto, da própria Serra. Nos fins de semana o movimento é menor se comparado a tais feriados prolongados entre os quais, além do carnaval, destacam-se as festas de ano novo e dos padroeiros locais (São Sebastião no caso de Lapinha), a Semana Santa e *Corpus Christi*, além dos demais quando coincide com um prolongamento do fim de semana. Em contrapartida, a movimentação de fins de semana é grande se comparada à modorra do cotidiano.

Se antes os acampamentos eram freqüentes em qualquer lugar, especialmente próximos a cursos d'água, a tendência tem sido de delimitar essas áreas, principalmente quando inseridas ou próximas aos povoados. Mesmo em locais demarcados, acampamentos podem constituir-se num problema se não forem levadas em consideração regras mínimas de convivência. O uso de aparelhos de som, de bebidas alcoólicas em excesso, bem como de produtos descartáveis que tendem a gerar mais lixo, são corriqueiros em qualquer *camping*, cabendo aos proprietários estabelecerem algumas normas de conduta. Em Lapinha, a título de exemplo, enquanto no *camping* do Bráulio existe uma certa preocupação com a capacidade suporte e a convivência em grupo, no *camping* do Zinho não ocorre qualquer tipo de controle, bastando aos interessados simplesmente armarem suas barracas onde quiserem.

Em contrapartida, a geração de lixo e o uso de fogueiras em acampamentos ao ar livre é um problema de difícil controle na medida em que ocorrem de forma generalizada na Serra. A cata de lenha para as fogueiras é comum e nos locais sem esquema de coleta de lixo o que se observa é o descarte generalizado, problema que é tanto mais agravado quanto mais visado for o local do

acampamento. Não são raros também os testemunhos com relação à coleta de espécimens da flora da Serra. Sempre-vivas, bromélias e orquídeas ainda são extraídas indiscriminadamente ou, o que resulta no mesmo, são demandadas por turistas que não têm escrúpulos em pagar pelas mesmas, achando que estão fazendo um “grande negócio”.

A coleta de sempre-vivas e das “parasitas” é um hábito antigo e relativamente comum na Serra, sendo inclusive imortalizada, ainda que inadvertidamente, na elevação de Juquinha da Serra (ou “Juquinha Parasita”) como uma espécie de guardião da mesma. Juquinha foi um personagem folclórico e profundamente marcado no imaginário da Serra. Tinha deficiência mental e morava enquanto eremita nas lapas da região do Alto do Palácio. Abordava os viajantes que atravessavam a região oferecendo flores e pedindo fósforos:

*“Qué c’ruinha? Tem fósque? Dá um sanduíche de mortadela?”*

e acabou imortalizado numa estátua que hoje compõe de maneira harmoniosa e surpreendente a paisagem do Alto do Palácio, às margens da MG-10. De um tipo curioso, que coletava indiscriminadamente espécimens da flora local, foi elevado à categoria de símbolo, guardião e atração turística, personificando muito das contradições da própria Serra.

O afluxo de turistas, acompanhado da chegada dos moradores de fim de semana, suscita o problema do saneamento básico e da geração, descarte, coleta e destinação do lixo. Principal município receptor de turistas na Serra do Cipó, Santana do Riacho não tem conseguido lidar com tais problemas de uma forma que minimize os impactos dessa oscilação da demanda. Todo o sistema de esgotamento sanitário, tanto em Lapinha como em outras localidades da Serra do Cipó, resume-se à construção de fossas negras, raras fossas assépticas, ou ao descarte direto, via tubulações, na natureza. Este descarte direto é particularmente preocupante ao longo do ribeirão Soberbo (repete-se a toponímia) em Cardeal Mota. Trata-se do único curso d’água da margem direita do rio Cipó cujas águas não são recomendáveis para uso em função das descargas clandestinas das residências de suas margens. Fossas negras, por sua vez, estão disseminadas por toda a Serra, o percentual girando em torno dos 90%<sup>40</sup>.

Quanto ao lixo, a prefeitura de Santana do Riacho mantém um lixão a céu aberto próximo à saída para Lapinha o qual recebe o material descartado da sede e de povoados próximos como é o caso de Lapinha. A coleta aí se faz, sempre que possível, semanalmente, quando um trator reboca o

---

<sup>40</sup> Dados do Projeto Manuelzão

lixo que foi descartado nos *containers* colocados, inapropriadamente, no largo central de Lapinha. O lixo de Cardeal Mota é levado para fora do município, já havendo um consenso com relação à reserva de uma área de deposição de lixo que atenda às demandas daquele distrito, Jaboticatubas e Baldim. Os *containers* de Lapinha não são suficientes para a demanda dos fins de semana prolongados, o que faz com que o volume de lixo espalhado pelo vilarejo aumente consideravelmente durante esses períodos, o que chama a atenção de qualquer visitante. Poucos são os turistas que guardam o próprio lixo e que o levam de volta quando saem de Lapinha.

Com relação ao uso das trilhas, é comum a organização de pequenos grupos (preocupação de muitas das operadoras de turismo que trabalham na região) e a realização de cavalgadas simples. Por outro lado, trechos mais frágeis de algumas das trilhas citadas já mostram sinais visíveis de super-utilização, especialmente os trechos que vencem as encostas mais íngremes da Serra. São trilhas tradicionalmente usadas pelos habitantes da região mas que, com a demanda turística crescente, tendem a sofrer uma pressão de carga maior, alguns trechos já derivando para ravinamentos. As tropas de cavaleiros em grande número que as freqüentam constituem-se num fator de maior pressão. Porém, mais problemáticos do que os caminhantes e cavaleiros de fins de semana, entretanto, são os motociclistas e jipeiros que não pensam duas vezes antes de colocar seus cavalos mecânicos nos topos e encostas da Serra.

Trata-se de um novo flagelo que assola grande parte do interior brasileiro e com a Serra do Cipó não seria diferente. Os praticantes de tais atrocidades chegam a autorotularem-se de ecológicos talvez, e apenas, pelo fato de precisarem estar em locais ermos e de difícil acesso para testarem “os limites da máquina”. Os veículos são adaptados para andar fora das estradas e com isso trilhas inteiras são ravinadas e processos erosivos irreversíveis se instalam. As cercas de arame farpado encontradas pelos caminhos são sistematicamente cortadas, o que, juntamente com o barulho ensurdecedor, só faz aumentar o horror despertado nos proprietários locais. Lapinha e seu entorno não estão imunes a tais suplícios, mas alguns proprietários dos terrenos do altiplano da Serra já têm se mobilizado no sentido de coibir tais atos.

De resto, as intenções dos turistas em Lapinha tendem a ser as melhores possíveis. Em seu perfil, Martins (op.cit.:92-100) detecta que quem vai para Lapinha tende a ficar mais de três dias; instala-se nos *campings* ou em casas alugadas; viaja em pequenos grupos motivados pela paisagem do lugar, seus atrativos e pela possibilidade de descanso; já esteve lá antes ou pretende retornar porque gostou do local; aprecia a tranquilidade e a sensação de liberdade que o lugar oferece;

considera a importância de se preservar o local cuja primeira impressão foi muito além da expectativa; não pratica esportes; tende a utilizar apenas os serviços de hospedagem e alimentação. Nas palavras da autora, “um percentual considerável dos turistas espera que essa atividade possa contribuir para a conservação do local, principalmente das características da paisagem. Porém eles consideram que o investimento na qualidade de vida dos moradores é fundamental, reconhecendo a precariedade que a infra-estrutura do lugar possui. Não acreditam que o atendimento dos turistas seja precário, no entanto aqueles que indicaram a melhoria deste, fizeram esta colocação com o intuito de indicar as possibilidades de crescimento e inserção efetiva no turismo local, que a qualificação da mão de obra pode trazer.”

Percebe-se que os turistas não estão desinteressados com relação à comunidade local, mas o envolvimento e a integração com a mesma não é muito grande, ficando restrito, na maioria das vezes, aos contatos decorrentes da prestação de serviços, basicamente negociações com relação à hospedagem e atendimento nos bares. No entanto, consideram as pessoas do local receptivas e alegres. O interesse maior é que o lugar não perca suas características mesmo que isto implique numa infra-estrutura singela e num acesso precário. Se os primeiros turistas que lá chegaram se esforçaram em não divulgar o local, hoje o que acontece é o inverso, sendo que apenas uma minoria acredita que a não divulgação do povoado pode contribuir para sua preservação. Como já foi dito, é a divulgação boca a boca que tem provocado o aumento da demanda para o lugar.

Em termos do quadro geral da pressão turística em Lapinha, o que se observa é um processo gradativo de adequação da população local às pressões e demandas de fora. À modorra do cotidiano do meio da semana contrasta a agitação que começa a fazer-se sentir na sexta-feira a noite. A economia, no entanto, passa a depender cada vez mais da oferta e prestação de serviços para os turistas e novos compradores de fora e menos da pequena agricultura e agricultura de subsistência. Não que a primeira atividade irá suplantar a segunda, apenas que esta continuará seguindo na medida em que é o que garante a segurança alimentar da população local. Mas as transformações econômicas deflagradas pelo turismo têm implicado em transformações espaciais cujo ambiente local não está apto a suportar, sob pena de risco de um comprometimento ambiental irreversível. Em Lapinha, muito mais do que em Cardeal Mota, o limiar da capacidade suporte ambiental é muito mais tênue em função das características do ecossistema local. A algumas iniciativas já tomadas no sentido da prática de atividades conservacionistas contrapõem-se outras altamente deletérias ao ambiente local.

### 2.3.8 – Atividades Conservacionistas ou Atividades Degradadoras?

As práticas tradicionais do uso da terra na região da fazenda da Lapinha e seu entorno nunca poderiam ser classificadas como degradadoras. Muito pelo contrário, tratavam-se de procedimentos simples levados a cabo num terreno propício tanto em termos de solo como de declividade. Para plantio eram utilizados os terrenos do vale do córrego da Lapinha, ricos em calcário, e para pastagens suas colinas suaves e os campos de altitude. Os principais marcos locais de degradação ambiental em termos de história dizem respeito à derrubada de matas para uso agrícola, às queimadas sempre recorrentes, às lavras de diamante ao interferir no leito de alguns cursos d'água e, mais recentemente, no represamento do córrego do Riachinho. Foram intervenções na paisagem que acabaram por conferir aquelas características do lugar que tanto chamam a atenção dos turistas, especialmente no que tange ao espelho d'água da represa. O afluxo crescente de forasteiros, entretanto, quebrou essa dinâmica.

Uma primeira intervenção refere-se à própria facilitação do acesso e abertura de novas estradas. A tentativa de abertura de uma estrada que ligasse Santana do Riacho a Congonhas do Norte foi bastante reveladora disso. O ambiente e a paisagem da Serra não foram sequer considerados quando buscou-se abrir, inclusive com a utilização de dinamites, um talhão no escarpamento quartzítico. Depois de embargada, tal estrada renasce hoje diante de uma perspectiva diferente da original, na qual os proprietários do altiplano da Serra se encarregam de melhorá-la e mantê-la, e de limitar o trânsito, restringindo-o apenas para os moradores da região, tudo com o devido respaldo das autoridades que antes haviam-na embargado.

O próprio acesso entre Santana do Riacho e Lapinha, cuja precariedade ainda constitui-se num grande regulador do tráfego local, é por si só problemático na medida em que demanda intervenções constantes de manutenção. Trata-se de um dilema ambiental, já que a abertura de uma estrada plenamente transitável induzirá ao rápido comprometimento da área urbanizada de Lapinha. É o mesmo dilema que, na prática, já se faz sentir ao longo da MG 10 no trecho que vem recebendo asfalto, desde Cardeal Mota até o entroncamento para Morro do Pilar. A facilitação do acesso provocou um grande movimento de turistas neste último verão, o que já fez com que surgissem estragos no leito asfaltado, antes mesmo da obra ser completada e inaugurada.

A melhoria do acesso a Lapinha, ainda que por uma estrada precária, já provocou uma corrida de forasteiros que, em pouco mais de cinco anos, demandou um parcelamento da terra inteiramente

inédito se considerarmos a história do local. O tamanho dos lotes que são vendidos tem diminuído com o passar dos anos, de cerca de 3200 m<sup>2</sup> no início dos anos noventa, a 320 m<sup>2</sup> em 2002 – uma redução da ordem de 1000% ! Isto implica num grande aumento na pressão de uso e na demanda por serviços básicos de infra estrutura urbana. O número de edificações quase duplicou em menos de dois anos (cerca de 60 em 2000 para 103 em 2002), incluindo novas construções nos terrenos maiores dos moradores originais, e até o surgimento de construções com dois andares. As implicações que o maior peso desse volume de construções pode acarretar no substrato calcário permanecem ainda por serem avaliadas, mas o risco de subsidência não pode ser ignorado segundo a avaliação de Parizzi et al. (2000,op.cit.).

Tão preocupante quanto o parcelamento em si é a ausência de qualquer regulamentação por parte do poder público com relação não só ao tamanho dos lotes, como também com relação ao tamanho da área construída. Em outras palavras, ainda inexistente qualquer preocupação urbanística por parte da prefeitura municipal, problema tão grave em Lapinha como em Cardeal Mota. E não faltam urbanistas preocupados e já com propostas prontas para ambos. Enquanto Oliveira (2002b) propõe uma nova concepção urbanística para Cardeal Mota, que leva em conta, inclusive, o problema do aumento do tráfego na MG 10 em virtude do asfaltamento até Conceição; Guimarães (2002)<sup>41</sup> propõe uma “arquitetura cidadã” para Lapinha levando em consideração toda a fragilidade ambiental do lugar.

Para o caso de Lapinha, Guimarães (2002,op.cit.) chama a atenção para o problema do esgotamento sanitário e a utilização de fossas. Em seu estudo ele detecta que apenas 20% das construções de Lapinha possuem fossa, e que desse montante 90 a 95% são negras. O substrato calcário não ajuda quando se quer buscar a melhor alternativa de esgotamento sanitário. A construção de uma rede de esgotos com um canal de interceptação antes da represa e uma estação de tratamento de esgotos (ETE) compacta não parece atraente em termos de custos. Fossas sépticas, necessariamente mais caras e adequadas do que as negras, devem ser reforçadas levando-se em conta as fraturas do substrato rochoso. Um meio termo seriam as fossas sépticas condominiais, todas necessitando de um filtro anaeróbio. Qualquer que seja a melhor solução, ela deve prever o menor custo possível e a reversão do grande número de fossas negras potencialmente contaminadoras do lençol freático de Lapinha.

---

<sup>41</sup> O estudo de Guimarães faz parte do nosso plano de ação para a gestão do turismo em Lapinha



A partir do momento em que a demanda por água tem aumentado, exacerba-se o problema da inadequação do atual sistema de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água em Lapinha. A caixa d'água existente tem capacidade para 20000 litros e recebe, por gravidade, a água que desce do córrego do Breu e que é desviada a jusante da cachoeira *Paradise* e pouco antes do Boqueirão. Além dos entupimentos constantes na caixa de captação (um rego que corre a céu aberto e cuja entrada do encanamento é protegida por uma grade rudimentar), a água captada é freqüentada, a montante, por gado e banhistas que temem em descumprir as advertências para não nadar acima da captação. O tratamento resume-se a uma fração de água sanitária periodicamente adicionada no reservatório. Por último, a rede de distribuição é mal dimensionada, fazendo com que a água não chegue nos últimos receptores quando a demanda é grande (e.g. um fim de semana mais freqüentado). Tal precariedade do sistema de águas do povoado só faz aumentar o risco de contaminação, tanto das águas superficiais como das subterrâneas.

A lagoa da Lapinha não recebe qualquer tipo de descarga direta de esgoto, mas recebe toda a água que escoar pelo vilarejo. Se há lixo espalhado pelo arruamento e quintais, mais cedo ou mais tarde ele acaba chegando até o espelho d'água. Iniciativas no sentido de proibir embarcações a motor (*jet-sky* e motor de popa) foram tomadas o que de fato atenuou a pressão sobre a represa. Pesquisas esporádicas sobre a qualidade da água são feitas por iniciativa de freqüentadores de fora, e até agora não acusaram a contaminação por esquistossomose. Essa não contaminação, até agora, certamente está relacionada à proibição de acampamentos no entorno da lagoa, hábito freqüente até o verão de 2000. Mas a represa, enquanto tal, vem sofrendo um processo de assoreamento cuja velocidade tende a ser cada vez maior em função das novas construções e da abertura de novas vias.

O parcelamento da terra em Lapinha, comparável na Serra do Cipó apenas com o crescimento caótico de Cardeal Mota, implicou no alargamento de antigas trilhas que hoje configuram o arruamento de Lapinha. Tais “ruas” foram abertas sem qualquer preocupação com o escoamento superficial e o que se observa, portanto, é uma grande indução ao voçorocamento naquelas vias cujo sentido é o mesmo da declividade. A indução do escoamento superficial em tais vias, uma vez que não há qualquer preocupação com a drenagem, aliado à limpeza dos lotes recém comprados para a construção de casas, faz com que a carga de sedimentos carregados para a lagoa da Lapinha cresça a níveis inimagináveis se comparados ao povoado quando este limitava-se a um prolongamento da fazenda original. A dolina original, que ressurge a cada estação seca, está cada

vez mais rasa, verificando-se no leito seco da represa todo o material sedimentado da estação chuvosa anterior. É interessante comparar o quadro atual de aceleração do assoreamento da lagoa com a descrição das implicações de um verão chuvoso para o manejo do solo na antiga fazenda do Velho Leonel. É Zé Cláuver quem nos conta este caso:

*Hoje cedo o velho Leonel chegou na varanda, debruçou sobre o alambrado de madeira e, enquanto a chuva caía, reparava uma meia dúzia de vacas arrepiadas de frio se protegendo sob as telhas quebradas do curral. Baixou os olhos sobre a lama e estrume à sua frente; há mais de um mês, a mando dele, Donério deixava o gado dormir no curral prá juntar esterco, misturar com o piso de galinheiro, e chegar nas hortas de alho e cebola. O esterco de curral, pisado e misturado com urina do gado é o melhor que se tem cheio de uréia, fica fino e dispensa bater. Mais tarde a ciência confirmou o que essas gentes já sabiam pela experiência. Mas, acontece que a chuva chegou antes de juntar o esterco da semana e deu no que deu; há mais de uma semana está aí essa meleca atolando, não fede mas incomoda muito; pouco-a-pouco a enxurrada vai levando o esterco. Se desse uma pancada forte de chuva para lavar tudo de uma vez, seria menos pior. Nesses dias estão prendendo bezerro de uma ou duas vacas para tirar leite, só o necessário para a despesa; o restante do gado está solto na invernada; passam a maior parte do tempo escondidos da chuva com suas crias sob a proteção do mato, chegam a passar fome sem ânimo de sair para pastar. Por um instante o velho lembrou do conselho do compadre Virgulino: você precisa deixar de ser munheca e fazer coberta nos coxos do pasto, não fez para não gastar dinheiro com telha e carapina e, agora estava pagando mais caro, os coxos estavam cheios d'água - não há como dar sal pro gado que, assim fica vulnerável a doenças e perde peso. Com essa chuvarada a desgraça não é menor para os outros moradores do vale: os córregos estão transbordando, as pinguelas cobertas, as hortas de alho e cebola inundadas; se as águas não baixarem logo, vão perder tudo.*

O manejo da fazenda implicava numa pressão bem menor na lagoa da Lapinha se comparada com o tipo de ameaça que hoje ocorre. Mas práticas agrícolas tradicionais, e deletérias ao ambiente, ainda se observam em Lapinha.

No vale do Mata Capim tivemos a oportunidade de presenciar não só uma área de mata de galeria recém incendiada, como o aproveitamento de áreas já desmatadas para o plantio de roças. Tratam-se de áreas mais distantes do núcleo do povoado (cerca de três quilômetros) mas que talvez já estejam sendo demandadas justamente porque as áreas mais próximas foram vendidas para forasteiros. São poucas as matas ciliares que restam nas proximidades de Lapinha e o fantasma de seu desaparecimento pode ser revivido a cada estação seca quando o esqueleto da galeria original do Riachinho reaparece com o recuo do espelho d'água da represa da UCAT.

Nos dias atuais, pode-se encontrar uma bibliografia significativa sobre os impactos provocados pelo turismo em comunidades receptoras, principalmente aquelas que se apresentam desestruturadas em relação a equipamentos, serviços e infra-estrutura. Também se deve considerar o despreparo por parte da população em relação as possíveis transformações que a chegada de contingentes de visitantes podem provocar nas relações sociais e territoriais locais.

Esses impactos podem não ter a envergadura daqueles causados por grandes projetos econômicos, como os mencionados por Martins (1993), porém refletem, em alguns pontos, o que significa a presença de modos e costumes diferentes do hábito local. O autor refere-se ao surgimento de relações sociais novas, quando as comunidades receptoras mantêm contato com novos grupos, que num primeiro momento se restringe à identificação de sujeitos. Porém, no caso da atividade turística, este primeiro contato não é visto pelas populações de lugares assediados por turistas com tanta estranheza como no caso de grandes empreendimentos econômicos. É comum que esses locais vejam o turismo como um benefício econômico para a vida local, assim como acreditam que "asfalto" é sinônimo de desenvolvimento.

Impactos sociais a serem verificados constituem-se na estimulação de hábitos de consumo desconhecidos da população receptora, na alteração da moralidade, e na chegada de pessoas estranhas à comunidade que transferem-se para a localidade em busca de lucro com a atividade turística. A interferência cultural é outro aspecto que tem influenciado diretamente na população local, o que pode descaracterizar a cultura local especialmente no que diz respeito a costumes, tradições, folclore e festas populares. Procissões já não são mais feitas e as festas religiosas tradicionais recebem um contingente inesperado de pessoas de fora, que pouca ou nenhuma convicção religiosa possuem.

No que se refere aos impactos sociais, Ruschmann (1997, citando Doxey, 1988) identifica cinco estágios da crescente desilusão de comunidades receptoras com a atividade turística: euforia, apatia, irritação, antagonismo e conscientização. No caso da Lapinha verifica-se a presença de elementos de todos os estágios, indo depender o grau de satisfação do receptor em função de sua inserção no novo arranjo econômico/espacial que se instala no povoado. Enquanto turistas são recebidos de forma acolhedora, não como turistas e sim como "visitas", por parte da população, o dono da única pousada que pode ser considerada como equipamento de serviço de apoio à recepção ao turista age de maneira paradoxal, uma vez que condena e lamenta o aumento do fluxo de turistas. Se parte dos habitantes do local reagem de maneira apática à presença dos forasteiros, outros tendem a culpar veementemente o aumento de turistas como os causadores do colapso da oferta de serviços básicos urbanos, como o fornecimento de água e energia elétrica, nos períodos de pico de consumo. Constata-se que a oferta não tem atendido de forma satisfatória a demanda, principalmente nos feriados, períodos de maior fluxo turístico. Justamente em função de problemas deste tipo é que elementos da população local, em grande parte estimulados pelos que para lá se mudaram ou que lá construíram suas casas de campo, já buscam

se mobilizar política e socialmente no sentido de adotar ações coordenadas de recepção e apoio ao turismo, apesar da omissão do poder público local e da impotência do IBAMA.

No que diz respeito à posse e parcelamento da terra, o que se pode perceber é que os compradores e visitantes na realidade representam, nos dias atuais, a moderna expansão do capital. Muitas das questões abordadas por Martins (1993,op.cit.) podem dar alguma explicação para a ausência do poder público em relação à regulamentação das terras do povoado de Lapinha. Em muitos casos, a população não possui o título de posse de suas propriedades, o que acarreta grande prejuízo social, visto que os moradores perdem legalmente o direito a elas. Neste caso fica caracterizado o direito de uso e o direito de posse evidenciado pelo autor. O aspecto social dessa questão é significativo, principalmente em função da possível valorização imobiliária do local por causa do interesse turístico pelo lugar, podendo inclusive provocar o desalojamento de pessoas que vivem no local, e que tem com este uma relação territorial muito forte.

O impacto global da forma como a atividade turística vem se instalando em Lapinha, assim como o parcelamento desordenado da terra, tendem a refletir na redução da qualidade de vida da população local. Se não forem tomadas medidas para controlar a demanda excessiva e se não houver uma reestruturação na forma de turismo praticado no local, a degradação será inevitável e o povoado da Lapinha perderá a médio/longo prazo sua identidade local, deixando diluir sua base local em função de uma pressão/demanda externa que pouco teria a somar em termos de perspectiva futura do desenvolvimento local.

O quadro da sustentabilidade ambiental de Lapinha preocupa porque, além da pressão exercida pelos novos proprietários, é a pressão dos turistas, que vêm a reboque deles, que torna o cenário futuro ainda mais imprevisível e angustiante. Por mais que saibamos que os turistas sejam bem intencionados, são recorrentes os banhos acima da captação, a retirada de espécimes da biota, o descarte (e geração) inapropriado do lixo, a pouca interação com a população local, e isso numa localidade que por si só demanda uma atenção (para não dizer carinho) muito maior por parte do turista, por mais atento que ele seja.

Prosseguindo no jogo dialógico de nossa Mandala, as perguntas que já pairavam em nossa cabeça quando daquela primeira visita à fazenda de Zé Juquinha voltam a tona. Devemos refazê-las, então, talvez com uma nova roupagem: Os turistas que chegam a Lapinha estão imbuídos do que seja aquele local? Estão abertos para recebê-lo se é que desejam ser recebidos por ele?

E, multiplicando a pergunta, eles estão imbuídos do que seja Serra do Cipó? É essa a natureza que eles procuram? Isso é ecoturismo?

É Jung quem encerrará este capítulo na forma de um *post scriptum* na medida em que seus dizeres permitem situar-nos com relação a este trabalho, ou seja, não podemos perder de vista que queremos para Lapinha, o centro de nossa mandala, alternativas de desenvolvimento que possibilitem a busca e a realização de um turismo ecodesenvolvido e profundamente internalizado nas pessoas que para lá se dirijam:

*Quando comecei a desenhar as mandalas, contudo eu vi que todos os caminhos que tinha estado a seguir, todos os passos que tomara, conduziam-me de volta a um único ponto – a saber, o ponto do meio. Tornou-se cada vez mais claro para mim que a mandala é o centro. Ela é o expoente de todos os caminhos. Ela é o caminho para o centro, para a individuação...*

## CAPÍTULO 3

### 3.1 – AS AÇÕES POSSÍVEIS E / OU DESEJÁVEIS

*... A gente deveria colocar uma porteira na entrada, trancar com cadeado e jogar a chave fora !*

Essa afirmação, de um dos novos moradores de Lapinha, é bastante reveladora do estado de ânimo diante da impotência para se conter a avalanche turística. É um exemplo extremo de sugestão para uma ação, ainda que isolada, possível. Mas sabemos que ela não é desejável já que isto não resolveria o problema do assédio a Lapinha, este por sua vez um desdobramento do assédio geral à Serra do Cipó. Fechar porteiros também não é desejável na medida em que restringe e priva o direito de acesso a lugares privilegiados, os quais são parte do grande patrimônio natural do planeta. Logicamente ninguém cogita fechar o acesso a Lapinha, mas o acesso a várias das atrações da Serra já se encontra fechado, sendo que em alguns é simplesmente proibida a entrada.

A lista pode começar com o próprio PARNA, que embora cobre ingresso e realize um controle de entrada na sua portaria principal, tem seus limites sempre violados por trilheiros que conhecem bem suas atrações e potencialidades naturais. Nas cachoeiras localizadas em propriedades particulares também ocorre o controle de entrada e a cobrança de ingressos (Cachoeira Grande, Véu da Noiva, Serra Morena e Capivara na região de Cardeal Mota). Nas áreas das duas usinas hidrelétricas, pródigas em quedas d'água e outras atrações, o controle se faz no sentido de proibição da entrada. Este é um procedimento antigo nos terrenos da UCAT, o que inclusive garantiu a sobrevivência de seu patrimônio arqueológico e natural. Na usina da Cia. Cedro e Cachoeira, entretanto, o fechamento foi uma decisão relativamente recente (2000) dado o grau de depredação no qual encontrava-se a área de suas cachoeiras. A cobrança também é feita em áreas de *camping* nas margens dos rios Cipó e Parauninha.

As únicas áreas em que ainda não ocorre cobrança de ingressos na região de Cardeal Mota são a estátua do Juquinha, ponto obrigatório para uma fotografia, e a aldeia indígena permanentemente montada próxima a MG 10, palco do festival anual de dança e cultura indígena. Enquanto nas áreas apropriadas para exploração turística, seja particularmente ou pela união, segue-se um modelo excludente ou de controle de visitação; nas duas únicas áreas que nos remetem aos habitantes tradicionais e originais da região o acesso é livre. Mesmo durante as festividades

indígenas, que têm se dado nos últimos cinco anos, sempre na primeira semana de primavera, o acesso é livre e a comunidade é convidada a celebrar com os povos indígenas as cerimônias de saudação e “culto aos ancestrais e a todos os seres da criação”. A indústria turística vai impondo suas regras, produzindo seu espaço, mas as marcas profundas de nosso passado permanecem como esteios que permitem o acesso a paragens adormecidas de nossa identidade cultural.

Em Lapinha, “ingressos” já começam a ser cobrados para a visita à caverna do Mata Capim, cujo apelo turístico é sofrível se comparado às cavernas da APA Carste de Lagoa Santa, e para o acesso ao paredão de pinturas rupestres. A cachoeira do Mata Capim ainda possui um acesso franqueado e a do Boqueirão dificilmente deixará de ser pública pelo fato de estar em área pertencente ao “bolo” da Lapinha. A restrição ao acesso à cachoeira Paradise reside na justa preocupação com a garantia da qualidade da água captada para o povoado. As trilhas para o Pico do Breu e para o poço de Soberbo, por sua vez, passam por terrenos particulares. Seu cercamento, entretanto, é questionado pelos próprios habitantes do local, como já foi discutido no caso do picotamento de uma cerca que interrompia o acesso ao pico. Tanto a área do pico como a do poço pertencem aos mesmos donos, os quais têm manifestado o interesse de disciplinar o acesso a tais lugares uma vez que estão preocupados com o volume cada vez maior de turistas. Trata-se de uma preocupação legítima e com relação a qual tentaremos estabelecer algumas ações desejáveis mais adiante.

Todas as ações de controle da visitação turística na Serra do Cipó, e mais especificamente em Lapinha, têm sido tomadas de maneira isolada, na maioria das vezes à revelia do poder público, e com horizontes variáveis de duração. Adicione-se a isso o fato de estarmos analisando áreas que encontram-se inseridas em diferentes categorias de unidades de conservação, o que faz com que restrições válidas para determinado lugar não se apliquem a outros. As possibilidades abertas por tal leque de ações merecem, agora, uma rápida abordagem no âmbito deste trabalho se se quer empreender algumas atitudes que revertam o horizonte insustentável do assédio turístico à Serra do Cipó. Discutiremos questões mais práticas, como a própria palavra ação sugere, atendo-nos principalmente a Lapinha, pois o leque de possibilidades propiciadas pela Serra do Cipó é bastante extenso e impossível de ser por nós abarcado.

Lembre-mos do holograma da Serra e veremos então que muito do que pode ser feito para Lapinha aplica-se para qualquer lugar da Serra e, mais uma vez, iremos esbarrar num dos grandes

denominadores comuns de qualquer atividade turística, ou seja, o turista e sua atitude pretensamente ecológica.

### 3.1.1 – Ações Isoladas e Ações Conjuntas

A comunidade de Lapinha vem sendo sacudida por iniciativas de pessoas e instituições de fora quando o assunto é tentar buscar soluções para a crescente pressão turística. No que tem dependido dos habitantes originais do local, a atitude é muito semelhante à tragédia dos comuns de Hardin (op.cit.), tão bem transposta para a questão do turismo por Wearing & Neil (1999,op.cit.:46-48), na medida em que todos os recursos da propriedade compartilhada (no caso Lapinha e seu entorno) estão sofrendo ou virão a sofrer uma superexploração. Agindo isoladamente, cada família de Lapinha move-se pelo incentivo de obter tanto quanto lhe seja possível antes que outra família o faça. Ninguém está motivado para responsabilizar-se pelo patrimônio paisagístico do lugar, que inclui o próprio tecido urbano da vila. Como a vila é de todos, ninguém está disposto a protegê-la, a maioria considerando que isto é obrigação da prefeitura. Cada família poderia estar tentando obter o máximo de ganho possível, vendo-se arrastada para um sistema (perverso) que “obriga a cada um conseguir mais clientes, sem limitações, no contexto de um sistema de recursos que é finito” (Wearing & Neil,op.cit.:47).

Estes autores citam Hardin para quem, “se queremos controlar este tipo de exploração indiscriminada, devemos adotar uma atitude baseada na moderação, e não em proibições, servindo-nos da mediação de normas administrativas e da co-ação” (Wearing & Neil,op.cit.:47). As ações conjuntas estão sendo tentadas em Lapinha, mas as interferências administrativas têm sido praticamente inexistentes. O paralelo que estes autores traçam entre as zonas de uso comum e o ecoturismo é bastante elucidador do que pode se desejar para Lapinha:

*O argumento das zonas de uso compartilhado tem implicações importantes para o ecoturismo. A exploração das zonas de uso compartilhado ou do território de destinação turística só se pode justificar em condições de baixa densidade de população (visitantes). Na medida em que aumenta o número de visitantes, a zona do destino turístico deve ser controlada ou inclusive abandonada. A única maneira de preservar e alimentar outras liberdades mais importantes (como as comunidades que acolhem) é renunciar à liberdade de visitar ou limitar o número de visitantes. Nestes termos, a liberdade é o reconhecimento da necessidade, a necessidade de renunciar à liberdade (humana) pessoal ou individual colocando restrições ao número de visitantes e limitando o alcance das experiências de viagem dos ditos visitantes.*

(Wearing & Neil,op.cit.:47)



Todo turista que vai a Lapinha considera que ela deve seguir mantendo suas características peculiares, mas todos ignoram que é justamente sua presença lá que compromete a manutenção de tais peculiaridades. Daí surge a sensação de perda, desânimo e impotência sofrida por aqueles forasteiros farejadores que primeiro lá chegaram. Estes são unânimes em afirmar que Lapinha não é mais a mesma, que deve-se controlar a visitação, que restrições de uso devem ser enfatizadas. Eles têm consciência de sua impotência em tentar frear tal movimentação e de que têm uma parcela de culpa na deflagração deste processo.

Talvez para redimirem-se dessa “culpa”, ou simplesmente por vontade de tentar contribuir para a minimização dos impactos do turismo e para a resolução de problemas, é que partam deles as principais ações, mesmo que isoladas, de busca de soluções. Marcelo, o dono da pousada, já tentou buscar formas de promoção do artesanato local. Artesãos não devem faltar uma vez que ainda existe o testemunho do trabalho do velho Clemente:

*O velho Clemente que não é de capinar sentado, lacônico, aproveita esses dias de chuva para, de enxada na mão, dar forma a suas gamelas e colheres de pau; é o carapina que faz os pilões, monjolos, moinhos, moendas de engenho e tudo o mais de madeira aqui no vale, sua fama corre longe, seu tempo é pouco para as encomendas.*

(Zé Cláuver, op.cit.)

Gláucia, esposa de Marcelo, tem procurado alfabetizar aqueles que assim o desejarem. Seu grupo de alunos vem diminuindo com o tempo, mas a tentativa é válida uma vez que o problema do analfabetismo é bastante recorrente no interior brasileiro. Não vai longe o tempo em que na Lapinha apenas duas pessoas sabiam ler, uma inclusive que tinha a tarefa de ler toda a correspondência do Velho Leonel, segundo o registro de Zé Cláuver:

*Quando a Vina recebeu recado do tio Leonel para dar uma chegada lá na casa dele, não foi surpreendida, ela já o esperava e sabia de que se tratava – ler cartas - Vina e seu pai são os únicos que sabem ler em toda a aldeia; é a Vina do Clemente quem cuida da correspondência do tio Leonel, lê as cartas em voz alta para o tio e depois as responde, guardando segredo de tudo.*

*Quando ela entrou na varanda da casa, foi recebida pelo tio, todo atencioso com ela, dizendo:*

*Vinha minha minina, cande que mandei te chamá proq'istou a percisá de um tempinho seu pra oiá esses documento que o Juquinha trôche pra mim onte já de nôte, e eu num tive cumo te mandá recado iante. Cande que depois, fiquei sabendo que ocê num tava aí, tinha ido na Cachoera. Pois é minina, veja o que se assucedde nesses papele, mais a bula desse reméido pra fraqueza e ribulença no estambo – essas macacoa de véio. Minha fia vou te pidí uma coisa: fica sempre nova e foge de ficá véia. Veíce a pior doença que Deus inventou”.*

*Toda a cortesia ficava por conta de sua dependência.*

Outras ações isoladas também já se verificaram. Paulo, um dos forasteiros pioneiros, já tentou promover a criação de uma associação de moradores, expondo inclusive modelos de gerenciamento, mas tais tentativas acabam esbarrando-se na necessidade de gastos que os moradores nativos de Lapinha não estão dispostos (e nem têm condições) a fazer. Bráulio promove o resgate de festas juninas e estabeleceu regras em seu *camping* na esperança, inclusive, de servir como exemplo para os nativos que também recebem campistas. Marcelo também tem tentado promover a melhoria do sistema de coleta e distribuição da água já que cansou de esperar a prefeitura tomar alguma iniciativa.

Sônia é outra das forasteiras que adotaram Lapinha como segunda residência. Extremamente preocupada com o destino do lugarejo, como de resto todos os pioneiros de fora que lá chegaram, ela exemplifica bem o que estamos categorizando como o contraponto entre as ações isoladas e as ações conjuntas. Sônia interage bem com Alcino, de quem aluga uma casa, mas está construindo sua própria, próxima ao *camping* do Zinho. Montou uma “sorveteria” do lado do bar do Zinho e transita bem pela comunidade. Espalha placas pela vila, sempre com alguma preocupação artística, chamando a atenção para a beleza e fragilidade do ambiente local. Não são raras as vezes, entretanto, que suas placas aparecem derrubadas ou violadas. Ademais, procura mobilizar a comunidade local para discutir questões de interesse comum, mas são poucos os membros nativos que aparecem. Ela mesmo testemunha que já montou três organizações não governamentais, mas são ONGs fantasmas das quais só se fica sabendo do nome, assinado nas suas placas. Trata-se de uma pessoa ativa mas que já demonstra sinais de cansaço com relação às tentativas de mobilização que já empreendeu e que resultaram infrutíferas.

Sônia abraçou a proposta do “Projeto Manuelzão<sup>42</sup>”, que tem buscado a mobilização política e a catalização de esforços de segmentos da sociedade local e demais interessados (entre os quais nos incluímos) na promoção do desenvolvimento sustentado da região. O projeto esforça-se para resgatar a qualidade sanitário-ambiental da bacia do rio das Velhas (uma das principais e mais poluídas de Minas Gerais) e apoia-se em comitês locais que atuam no sentido de zelar por uma dada subbacia do rio das Velhas (Lisboa et al, 1997). Na medida em que os recursos hídricos têm atraído a atenção dos pesquisadores e da sociedade em geral, devido não somente as suas qualidades ambientais, mas também às próprias qualidades vitais da água, o “Projeto Manuelzão” é de crucial relevância uma vez que seu objetivo último seria o devolver o peixe ao rio (ou vice-versa).

---

<sup>42</sup> Projeto que vem sendo coordenado por professores do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da UFMG e cuja proposta básica é a de revitalizar a região da bacia do rio das Velhas (da qual as bacias do Cipó e do Riachinho fazem parte).

Em Lapinha, no entanto, os esforços de projeto não lograram muito êxito tanto pela incapacidade da comunidade de se unir para a busca de resoluções consensuais, como, e principalmente, pelo esvaziamento induzido pela prefeitura de Santana, que rompeu o contrato com o internato rural da Faculdade de Medicina da UFMG, uma das bases de sustentação do projeto. Nas reuniões promovidas pelo projeto Manuelzão, as quais Sônia sempre secretariava e redigia as atas, a prefeitura era sempre chamada a participar (FIGURA 3.1). Passou-se a observar, então, que a comunidade nativa só comparecia quando sabia que o prefeito participaria, para então poder desfiar um rosário de pedidos e reivindicações.



Figura 3.1 – Participantes de uma das reuniões promovidas em Lapinha sob os auspícios do Projeto Manuelzão. Seu Zé Juquinha é o primeiro à direita

Tentativas foram feitas no sentido de montar um comitê Manuelzão para a bacia do Cipó desde Lapinha, mas o comitê acabou sendo criado com a mobilização de outras comunidades ao longo da bacia. A liderança de tal comitê hoje encontra-se em Cardeal Mota e a receptividade maior de outros municípios, como Santana do Pirapama, Baldim e Funilândia, fez com que as ações do projeto em Santana do Riacho entrassem numa espécie de compasso de espera. A dificuldade atual de se montar este comitê contrasta com o compromisso assumido pelos cinco municípios da bacia do rio Cipó -Jaboticatubas, Santana do Riacho, Baldim, Santana do Pirapama e Presidente Juscelino – em 1997.

As cinco prefeituras, as câmaras municipais, lideranças populares, culturais e religiosas da região, e entidades governamentais e não governamentais, as quais, “preocupadas com a degradação ambiental generalizada que ameaça todo o ecossistema da região da bacia do rio Cipó e a sobrevivência da população humana, da flora e da fauna silvestres” (Termo de Compromisso..., 1997), detectaram uma série de problemas ambientais os quais apontariam “para a ausência de uma proposta de econômico-social coerente com as condições da região, que seja auto-sustentável e compatibilize o crescimento econômico, sobrevivência da população, melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente” (Termo de Compromisso..., op.cit.). Tratava-se de um compromisso que visava, em última análise, a reversão do quadro de estagnação social e econômica da região no âmbito de uma perspectiva sustentada de desenvolvimento. Pouco foi feito, em termos práticos, no sentido de se honrar esse compromisso, que acabou por revelar-se mais um instrumento político do que de planejamento.

Circunscrevendo-nos à bacia do Riachinho, a mobilização proposta pelo projeto Manuelzão constituiria-se em uma esfera de análise ideal para que políticas de desenvolvimento regional fossem implementadas. Em reuniões já realizadas sob os auspícios do Projeto Manuelzão, a comunidade de Lapinha apontou para a tomada de medidas emergenciais (FIGURA 3.2), no sentido de evitar o agravamento dos problemas ambientais decorrentes do afluxo desordenado de turistas (Jornal Manuelzão, 2000). Apesar dos problemas ambientais já detectados pela comunidade local, a bacia do Riachinho, assim como a do rio Cipó da qual é parte integrante, possui uma qualidade ambiental bastante elevada se comparada aos demais rios da bacia do rio das Velhas. Daí a importância estratégica de se preservar, e se possível aumentar, sua qualidade ambiental uma vez que, em assim sendo, a bacia do rio Cipó, serviria não só de modelo e/ou controle para os demais rios da bacia do Velhas, como constituiria-se também num reservatório da biota local para a eventual reocupação dos espaços degradados do restante do rio das Velhas.



Figura 3.2 – Placa de advertência colocada no caminho para o Boqueirão, uma das medidas emergenciais deliberadas em reunião

Também nos incluímos, aqui, no esforço de tentar buscar um caminho digno para o desenvolvimento do turismo na Serra do Cipó, tomando Lapinha como nossa referência. Este trabalho é parte e resultante de um “Programa para o estudo do turismo em Lapinha” (Gontijo et al., op.cit., 2001) que foi por nós iniciado já em 2000, quando definimos essa localidade como campo de análise. A partir de então, duas dissertações de mestrado e dois trabalhos de conclusão de curso foram realizados<sup>43</sup>. Buscamos, nesse primeiro momento, diagnosticar o potencial turístico local, traçar um perfil “sócio-antropológico” de sua população, identificar os turistas que para lá afluem e as suas motivações e avaliar a ação do poder do poder público com relação à gestão do turismo na região e às eminentes ameaças de deterioração do meio ambiente local.

Tentamos também alinhavar a gama de problemas pelos quais o vilarejo vem passando, delimitando-os em sua rede de implicações sociais, políticas, econômicas e culturais, buscando soluções que impliquem na salvaguarda da qualidade de vida da população local. É nossa intenção prosseguir atuando na região, montando um banco de dados sobre o local e interferindo

---

<sup>43</sup> Martins (2002) – “O desenvolvimento local: Políticas públicas e ação do turismo no povoado de Lapinha, município de Santana do Riacho – MG”; Barreto (2003) – “Recursos hídricos, turismo e meio ambiente: Estudo comparativo de casos no estado de Minas Gerais”; Cittadino & Sapucaia (2001) – “Plano de conservação dos atrativos naturais do povoado de Lapinha – Serra do Cipó / MG”; e Guimarães (2002) – “Zoneamento Ambiental: Diretrizes e estratégias de ocupação sustentável – Povoado de Lapinha, Santana do Riacho – MG”

sempre que necessário, inclusive com o respaldo do Projeto Manuelzão e a parceria com outras instituições como o UNICENTRO Newton Paiva, a PUC-MG e a Fumec.

### **3.1.2 – Ação e Omissão do Poder Público**

A grande movimentação em torno da busca de uma melhor perspectiva para o futuro de Lapinha tem esbarrado, como pode ser facilmente deduzido do que até aqui foi exposto, na falta de ação do poder público, notadamente do poder público municipal. As queixas com relação a omissão da prefeitura de Santana do Riacho se multiplicam na proporção em que os problemas de manutenção da infra estrutura urbana do local não são atacados. O problema ganha aspectos ainda mais abrangentes quando lembramos que, além da omissão da municipalidade, o governo federal também tem deixado a desejar. A atuação federal, via IBAMA, deveria concentrar-se nos aspectos relacionados à conservação ambiental já que a área da Lapinha está inserida na APA Morro da Pedreira. O gerenciamento da APA, no entanto, tem sido precária, sintomática tanto da ausência de um plano de gestão nos moldes apregoados pelo próprio IBAMA (2001) como da inexistência de um diretor por um longo período entre os anos de 2001 e 2002.

De acordo com Martins (op.cit.:101), “a possível interferência dos diversos poderes públicos no povoado se justifica por uma série de decretos e leis que estabelecem obrigações e deveres desses segmentos para com o destino de uso e ocupação de áreas protegidas por lei. No caso federal, o IBAMA é o órgão responsável pelo monitoramento e licenciamento de usos turísticos na APA Morro da Pedreira, através da deliberação normativa, que concede ao órgão a liberação de concessão de licença especial para empreendimentos turísticos na área, e a anuência prévia para o licenciamento especial para parcelamento do solo em áreas urbanas instaladas na APA. O IBAMA poderia, então, imprimir algumas ações sobre o lugar, fazendo valer o poder de fiscalização que o órgão possui juridicamente. Pelo fato de estar inserido na área da APA Morro da Pedreira, e tendo essa legislação específica sobre as atividades que causem alterações ambientais, o povoado de Lapinha deveria estar protegido de ações nocivas ao ambiente natural”.

Entretanto, as dificuldades decorrentes da falta de um Plano de Gestão, do pequeno número de funcionários e do tamanho da área a ser gerenciada têm impedido uma fiscalização eficiente e que promova sanções efetivas contra aqueles que, de alguma forma, têm prejudicado o ambiente

natural em Lapinha, incluindo o poder público local, as construções muito próximas aos corpos hídricos e às cavernas e a prática de queimadas.

Martins também chama a atenção para as atribuições do governo estadual, o qual tem “a função de estar controlando a utilização da Lapinha para fins de parcelamento e ocupação, pois existe no Estado um decreto lei que estabelece normas para o exame de anuência prévia para aprovação de projetos de loteamento e desmembramento urbano nos municípios mineiros. Esse decreto afirma em seu artigo 1º, inciso I, que o Estado deverá dar anuência quando o parcelamento estiver: localizados em áreas de interesse especial, definida por legislação federal ou estadual (...), e no parágrafo único desse mesmo artigo, no que diz respeito à ocupação em áreas localizadas no interior da Área de Proteção Ambiental, definida por legislação estadual e federal. Essa constatação mostra que o governo mineiro também não estabelece qualquer tipo de ação que venha controlar a utilização do povoado de Lapinha ou de qualquer área localizada na APA Morro da Pedreira. A criação do “Circuito Turístico da Serra do Cipó” pela Secretaria de Turismo do Estado poderia ser um indício de algum tipo de controle por parte do poder público estadual, mas a ação de gestão e planejamento deste, sendo política estadual, tem ficado a cargo dos municípios envolvidos no circuito” (Martins,op.cit.:101-102).

Tais circuitos turísticos existem mais no papel do que na prática e resumem-se a uma enumeração de pontos turísticos e compilação de roteiros possíveis no âmbito de determinadas áreas como, no nosso caso, a Serra do Cipó. A articulação entre os municípios é tênue, verificando-se mais uma disputa pelo turista do que um desejo de planejamento de ações concertadas e concentradas para o funcionamento mínimo desses “circuitos”.

Finalmente, Martins chega ao que constata-se ser a omissão do poder municipal, tanto no que diz respeito ao executivo como ao legislativo, e principalmente se considerarmos que a gestão atual tem um exemplar e ciência do teor do diagnóstico geo-ambiental elaborado pela equipe da professora Parizzi (2000,op.cit.) quando o mesmo aponta para a fragilidade ambiental da bacia do córrego do Riachinho:

*Em função do aspecto ambiental frágil de Lapinha, o poder público tanto local como federal deveriam estar monitorando os usos e a ocupação do solo no povoado e seu entorno. No caso do poder municipal, a ação se restringiu a pequenas promessas de campanha, que não chegaram a imprimir sobre o lugar algum tipo de instrumento efetivo de regulação. (...) As ações municipais têm se voltado para o Distrito de Cardeal Mota onde a gestão atual obteve uma votação significativa. Como Lapinha não é prioridade política, isto pode comprometê-la pelo fato dela vir sendo pressionada por uma demanda turística e imobiliária crescente,*

*tornando-se alvo de ocupações especulativas com a falta de regulamentação específica do solo local. Alia-se a esse contexto, a inexistência de um representante do povoado na Câmara Municipal de Santana que aprovou recentemente a Lei de uso e ocupação do solo para as áreas urbanas do município. Enquanto área urbana, Lapinha passou a ficar a mercê de uma legislação que teve como objetivo atender aos anseios de alguns proprietários e empreendedores do município, notadamente da região de Cardeal Mota. A lei prevê o parcelamento de áreas com lotes de até 125m<sup>2</sup>, no mínimo, o que constituiria-se em num verdadeiro desastre para Lapinha. Isto comprometeria a manutenção e proteção não só das características ambientais do povoado mas também o funcionamento das estruturas sociais e dos aspectos socioculturais do lugar, intimamente ligados à estrutura espacial, e que constituem-se numa das atratividades do povoado.*

Essa lei de uso e ocupação do solo<sup>44</sup> mereceu críticas generalizadas na medida em que em momento algum as especificidades do ambiente de Lapinha foram levados em consideração. Muito pelo contrário, usou-se o modelo da lei aprovada em Jaboticatubas (O parecerista de ambas é um advogado de Sete Lagoas que parece ter se atido ao aspecto formal da redação e que provavelmente nem conheça a realidade espacial de tais municípios), município vizinho e cujo grande desafio urbano tem sido moralizar os loteamentos clandestinos ao longo da MG 10, flagelo a que Cardeal Mota está sujeito, principalmente em função da ampliação do asfalto até Conceição do Mato Dentro.

Podemos observar que muitos dos problemas apontados têm sua origem mais na omissão do que na ação das autoridades instituídas e que têm poderes sobre o local. A função preventiva que deveria ser exercida pelo poder público não tem aparecido com esta conotação. A instituição pública que deveria ser educativa, no sentido de informar a população sobre formas adequadas de ocupação do espaço, e conservadora em relação à qualidade de vida da comunidade e do ambiente natural, omite-se permitindo que essa transformação se processe de maneira informal e desregrada. É bem provável que o povoado sofra influências deletérias com a regulamentação recentemente criada pela prefeitura uma vez que não estão sendo observadas as especificidades do local, que são fundamentais para a definição do futuro socioeconômico de Lapinha, e que, com certeza, poderão sofrer mudanças irreversíveis no seu quadro natural.

### **3.1.3 – Áreas protegidas (Unidades de Conservação) e Áreas não protegidas**

A recuperação sócio econômica regional passa pela manutenção da qualidade ambiental da região, o que implica inclusive na correção de alguns problemas que já existem em função do desconhecimento da melhor ou mais adequada forma de uso dos recursos geoambientais locais,



já que ambos os contextos estão diretamente associados. Percebe-se aí o grande trunfo econômico que advém de uma exploração sustentada do potencial turístico regional, turismo este de cunho eminentemente ambiental, que buscaria preservar os recursos paisagísticos proporcionados, sobretudo, pelo Espinhaço meridional. Tais recursos paisagísticos podem, também, levar à criação de novas unidades de conservação, além daquelas já existentes (PARNA Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira), notadamente Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's), uma vez que tem sido observado a compra de grandes parcelas de terra por pessoas de reconhecida preocupação ambiental, e haja visto o potencial de exploração sustentada do turismo da áreas como aquela abarcada pela UCAT.

A existência de unidades de conservação constitui-se em uma das saídas para que se possa realizar um trabalho de base, tanto com os turistas que para lá afluem como com as populações locais, via programas específicos de educação ambiental, como é o caso, inclusive, de algumas tentativas já realizadas pelo IBAMA juntamente com o UNICENTRO Newton Paiva (Projeto *Paepalanthus*), o Programa Adote uma Bacia do MMARH, cooperações com o Projeto Manuelzão, o antigo Projeto Bandeirinhas de educação ambiental em Cardeal Mota, o Projeto Presente, também em Cardeal Mota, que associa arte a educação ambiental, trabalhos que acabam resultando numa exploração mais racional do ambiente local, que têm reflexos na atividade turística e numa integração e interesse maiores das populações locais. Tal trabalho de base é facilitado na medida em que os órgãos gerenciadores das unidades de conservação funcionam como catalisadores daquelas ações (educação ambiental, turismo sustentado, pesquisa, etc.) que invariavelmente resultariam na salvaguarda do bem maior de todos, qual seja um meio ambiente conservado e saudável.

A atuação local do IBAMA, entretanto, tem sido tímida, limitando-se a ações de policiamento e fiscalização e ações emergenciais como combate a incêndios e embargos judiciais de intervenções na paisagem que sejam incompatíveis com a legislação prevista para PARNAs e APAs. A este propósito, Oliveira (2002, op.cit.) analisou a fundo o problema da abertura de um loteamento em Cardeal Mota, nos limites imediatos do PARNA Serra do Cipó, no campo de visão da própria administração do parque. Neste sentido, inclusive, Moura (2000, op.cit.) aponta para a necessidade urgente de se realizar o plano de manejo das duas unidades de conservação lá existentes (Plano de Gestão, no caso da APA), uma vez que intervenções aparentemente

---

<sup>44</sup> Lei No 293/2001 – “Dispõe sobre o uso e ocupação do solo de Santana do Riacho”

inconcebíveis para a região chegam a ser cogitadas em função da ignorância com relação às restrições inerentes a áreas protegidas.

No âmbito do IBAMA já se cogitou uma mudança de status em termos de categoria de manejo para a APA Morro da Pedreira. Em função de suas características espaciais, ocupando todo o entorno do PARNA Serra do Cipó, ela poderia funcionar, na prática, como uma grande zona de amortecimento do referido parque. Como o PARNA ainda não tem plano de manejo, tal zona de amortecimento também não foi definida, o que tem impedido um maior controle por parte do IBAMA, haja visto o grau de restrição de uso maior de uma zona de amortecimento se comparado ao de uma APA. O que se tem verificado na prática é que a “permissividade” da APA tem se sobreposto à restritividade da zona de amortecimento, gerando impasses com relação ao gerenciamento de ambos.

Some-se a isto a condição acéfala da APA por um longo período em 2001 e o pequeno número de funcionários. Não foram raras as vezes em que a gerência do parque via-se envolvida com problemas relativos a APA mas cujo encaminhamento esbarrava nos dois níveis diferentes de categoria de manejo se o problema dizia respeito também à zona de amortecimento. O caso do loteamento foi revelativo dessa dualidade e, mais recentemente, o asfaltamento da MG 10. Os impactos desse asfaltamento para o PARNA são bastante nítidos e preocupantes, havendo trechos em que a estrada tangencia o parque. Além da movimentação de terras que afeta a biota e o escoamento superficial nas áreas de cortes, taludes, empréstimos e adjacências, é notório que a facilitação do acesso aumentará, em muito, a pressão imobiliária e o assédio turístico ao longo do eixo asfaltado.

Nas negociações do DER-MG com a comunidade de Cardeal Mota, a prefeitura de Santana do Riacho e o IBAMA, percebe-se um grande embate de interesses no qual cada parte tenta tirar o melhor partido das medidas compensatórias previstas pela FEAM. O IBAMA tem agido mais em termos de beneficiar o PARNA (abertura de um novo acesso à sede, instalação de uma torre de controle e o próprio plano de manejo) do que em atenuar os efeitos para a APA, a qual a estrada corta num trecho de mais de 80 km. Enquanto a prefeitura busca tirar proveito político de algumas medidas; a comunidade de Cardeal Mota propõe ações que disciplinem a urbanização, já caótica, do distrito; e o IBAMA busca compensar a falta de recursos federais com dinheiro do governo estadual; o DER-MG apenas administra tal divergência de interesses, percebendo, ainda

que de uma forma tênue, que a variável ambiental deve tender, cada vez mais, a ser incorporada nos orçamentos de tais intervenções de engenharia.

A antevisão das conseqüências do asfaltamento da MG 10 com relação ao aumento da pressão turística deve levar, desde já, a um esforço de minimização desses futuros impactos em toda a Serra do Cipó. Tem sido louvável o esforço de Oliveira, enquanto professora, pesquisadora, urbanista e proprietária em Cardeal Mota, no sentido de propor soluções práticas de gestão e organização urbanística em Cardeal Mota. Sua contribuição para a valorização do patrimônio local (2002a) e sua tese, defendida recentemente (2002b), são instrumentos de gestão urbanística indispensáveis que as lideranças locais não devem dispensar. Devemos antever, também, as conseqüências do aumento dessa pressão para a região do maciço do Breu, pressão essa que se fará sentir tanto no sentido Cardeal Mota / Santana do Riacho / Lapinha, como no sentido Conceição do Mato Dentro / Tabuleiro / Serra do Intendente. Em outras palavras: o maciço do Breu se fará atingir tanto pelo flanco leste como pelo flanco oeste.

Mesmo em não se criando novas unidades de conservação, a atividade turística pode ser gerenciada e desenvolvida a contento se, para tanto, houver um compromisso maior dos diversos atores locais, compromisso esse que pode envolver (mas não depender de) uma ação integrada da municipalidade com os diversos segmentos sociais, administrativos e econômicos no âmbito do município, e eventualmente com os municípios vizinhos. Essa ação integrada passa pelo conhecimento de suas potencialidades turísticas, e pela exploração racional desse turismo visando não só a geração de divisas que se reproduzam no âmbito da própria região como também, e sobretudo, visando a preservação do ambiente local já que um espaço bem aproveitado por turistas que queiram vivenciar e respeitar este ambiente poderá proporcionar a prática turística por um longo período.

Conceição do Mato Dentro já criou o Parque Municipal do Ribeirão do Campo, que abriga a cachoeira do Tabuleiro. Criou também a APA da Serra do Intendente que, no seu prolongamento norte encontra-se com a APA municipal da Serra Talhada de Congonhas do Norte, todos na vertente oriental da Serra do Cipó. Na vertente ocidental, os grandes proprietários de terra, tanto de Santana do Pirapama como de Santana do Riacho, têm demonstrado preocupações com relação ao assédio de turistas e procuram mecanismos de controle, alguns mais restritivos e outros mais condescendentes. A tendência, aqui, é a criação de RPPNs, como já foi dado pelo

exemplo da criação das RPPNs do Ermo dos Geraes e das Brumas do Espinhaço, ambas nas nascentes do rio das Pedras e que somam mais de mil hectares (Goulart, op.cit.:91).

### **3.1.4 – Um Parque Natural Regional para a região da Serra do Breu**

Esse mosaico espacial que abarca diferentes formas de proteção ambiental, todas tentando (ou tendo que) lidar com o mesmo tipo de pressão turística, remete-nos ao exemplo francês dos “Parques Naturais Regionais” (PNR’s) que serviu de modelo para o único PNR brasileiro até o momento, o PNR do Pantanal (PNRP). O problema no pantanal, na região do rio Negro no Mato Grosso do Sul, estava relacionado à progressiva partilha das propriedades, o que vinha concorrendo para a redução da renda familiar e conseqüente ameaça à biodiversidade local. Foi proposta, então, a criação do PNRP a partir de uma parceria com a União Européia, a Federação dos Parques Naturais Regionais da França e o Fundo Francês para o Meio Ambiente, cujo objetivo principal era a fixação do homem em sua terra de origem, valorizando-se sua cultura e suas tradições. Visando o desenvolvimento sustentável da região através da melhoria das condições de vida e a rentabilidade das fazendas, o ecoturismo e a produção de alimentos orgânicos têm alavancado a economia local. A base de sustentação local do projeto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o “Instituto do Parque do Pantanal”, que é composta por várias associações de proprietários da região da bacia do rio Negro. A área abarcada, não necessariamente contínua, supera os dois milhões de hectares e exemplifica, bem, algo que pode ser concebido para a região do maciço do Breu.

É possível e desejável conceber, então, um “Parque Natural Regional da Serra do Breu” (PNRSB), e nada impede que políticas públicas adequem o SNUC a essa possibilidade de arranjo espacial e institucional que parte de baixo para cima, ou seja, da *constatação local* de que só a partir de um esforço concatenado em prol de um objetivo bem delimitado e de interesse comum é que medidas práticas de proteção ambiental e de promoção de um turismo ecodesenvolvido sejam cogitadas e implementadas para a região. Irving (op.cit.:25) nos lembra que é “importante considerar a perspectiva de planejamento socioeconômico regional integrado na abordagem turística”, uma vez que, “eticamente, a abordagem compartimentada do setor tem, com frequência, ocasionado uma interpretação equivocada de seus resultados potenciais, criando falsas expectativas, a partir da compreensão imediatista do turismo como mecanismo linear de recuperação de padrões de qualidade de vida de uma dada localidade”.

Pela sua própria natureza, aberta e multifacetada, o PNRSB seria incompatível com uma visão compartimentada do turismo, sendo que sua concepção mesma seria inviável caso tomássemos uma visão limitada de planejamento e gestão turística. O PNRSB teria como órgão gerenciador uma OSCIP cujo nome poderia ser Instituto Serra do Breu (ISB). Enquanto OSCIP, cuja legislação já está regulamentada, pertencente que é ao assim chamado 3º Setor<sup>45</sup>, o ISB estaria aberto à adesão voluntária de todos aqueles proprietários e interessados na promoção do turismo ecodesenvolvido na região do maciço do Breu. Aqui podemos enumerar vários dos atores aos quais temos nos referido ao longo deste trabalho, possuidores ou não de terrenos na região:

- Novos e velhos proprietários de terrenos em Lapinha – Marcelo (Pousada Pico do Breu), Bráulio (camping e Café das Bromélias), membros do Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, Paulo Brant, herdeiros de Zé Juquinha (camping rural Sossego da Serra), Kléber (chalés de pedra), Alcino (venda), Zinho (camping e venda), Rosângela (refeições), Socorro (refeições e hospedagem), Geralda e Belisário (refeições), etc.;
- Proprietários de terrenos ao longo do altiplano da Serra do Breu – Família Laborne (Pico do Breu e adjacências), Ildeu Laborne & Marco Antônio P. Pessoa (Poção do Soberbo e Fazenda da Cachoeira), Roberto Cardoso (cabecceiras do rio das Pedras), grupos das RPPN's Ermos dos Geraes e Brumas do Espinhaço, Eduardo Andrade (margem direita do rio das Pedras), Paulo César T. de Carvalho (Fazenda Inhames), Godfrey Webster (Fazenda Nova Vida), etc.;
- Pessoas jurídicas com inserção na região – Grupo VDL (planta e terrenos da UCAT), Cia. Cedro Cachoeira (Usina Pacífico Mascarenhas);
- Proprietários com terrenos nas UC's já criadas na região – APA Serra Talhada (Congonhas do Norte), APA Serra do Intendente (Conceição do Mato Dentro), Parque Municipal do Ribeirão do Campo (vizinhos ou proprietários não desapropriados, como é o caso de Zé d'Olinta), APA Morro da Pedreira.
- Outras instituições do tipo CODEMA, Prefeituras Municipais (especialmente Santana do Riacho, Santana do Pirapama, Congonhas do Norte e Conceição do Mato Dentro), instituições acadêmicas e de pesquisa, etc.

Nada impede, também, que eventuais associações ou ONG's já existentes também possam aderir ao ISB, o que potencializaria e fortaleceria algumas daquelas ações isoladas às quais já nos referimos anteriormente. Uma vez reunidos em torno de um objetivo comum, restaria então a

---

<sup>45</sup> Entidades constituídas na sociedade como associações, clubes de serviços, sindicatos e

grande tarefa de fazer valer a gestão de um turismo ecodesenvolvido para a região do maciço do Breu e que poderia servir de modelo para outros lugares no seio da Serra do Cipó.

O Breu que dá nome a Serra, e que também emprestaria seu nome à OSCIP, vem da cera produzida por uma abelha que ocorre apenas naquela região. Goulart (op.cit., 2001:8-9) nos dá a seguinte explicação:

*Nos pontos mais elevados, existe um tipo de abelha grande, feroz, que faz a colmeia no chão, em grandes blocos de cera negra, endurecida com o tempo, ganhando quase a consistência de rocha. Os habitantes procuravam essas colmeias para retirar a cera, chamada de breu, que era derretida e empregada na lubrificação dos engrenhos, moendas e rodas de carro de boi. Com o tempo, as abelhas foram sendo exterminadas, dada a intensa procura do breu.*

A filosofia do ISB poderia, em parte, inspirar-se no trabalho dessas abelhas. Cada membro é uma abelha que busca na seiva da Serra a matéria prima com a qual fabricará a cera do turismo ecodesenvolvido, ao mesmo tempo dura como devem ser os princípios norteadores de uma ética ecoturística profunda, mas passível de ser maleável o suficiente para fazer mover a engrenagem do desenvolvimento sustentável da região. Esta cera, segundo Seu Juquinha de Lazarina, também era usada para calafetagem, sendo portanto altamente amalgamante e resistente – para o ISB, *amalgamante* no sentido da necessidade de conjugação voluntária de esforços para que essa atividade possa ser rotulada de ecológica e desenvolvida, portanto sustentável; e *resistente* para fazer frente aos interesses individuais e/ou de segmentos externos ao contexto da Serra e à própria pressão dos turistas, que não mostra tendências de arrefecimento.

A gestão do ecoturismo na região do maciço do Breu é relativamente simples do ponto de vista de controle do acesso de turistas. Como já foi dito ao longo deste trabalho, Santana do Riacho pode ser considerada um “fundo de saco” viário, o que permitiria uma abordagem direta do turista que para lá viria a se dirigir. Aquela “porteira de entrada” desejada para Lapinha, referida no início deste capítulo, não necessitaria permanecer trancada, mas o controle da visitação seria relativamente simples de ser estabelecido. Santana do Riacho seria o polo receptivo do fluxo turístico e, de lá, o turista tomaria conhecimento do leque de alternativas de visitação e lazer locais, bem como os lugares de permanência e alimentação. A prática de se controlar a visitação levaria ao estabelecimento de uma capacidade ideal de receptividade, o que acabaria possibilitando o alcance de um padrão de capacidade de carga que se adequasse à demanda turística.

Cada membro da OSCIP estaria imbuído de seu papel e de suas responsabilidades no sentido de fazer fluir a movimentação turística, nunca trabalhando em termos de benefício próprio e imediato, mas de benefícios para todo o grupo envolvido, num esforço de aprimoramento constante dada a dinâmica inerente de tal atividade. O estabelecimento dos mecanismos de arrecadação e de repasse desses recursos para o aprimoramento constante da receptividade turística local estaria a cargo de um eventual conselho gestor da OSCIP. A esse conselho, sempre renovado, caberia o estabelecimento das estratégias de ação quanto a melhor forma de fazer valer os princípios de um ecoturismo que se queira ecodesenvolvido. Acreditamos que essas ações deveriam passar, necessariamente, pela prática formal e informal da educação ambiental (EA), mesmo porque é notória a aproximação existente entre as áreas de educação e turismo. Neste sentido, Azevedo (in Irving e Azevedo, 2002:167-168) enumera de uma forma bastante apropriada alguns pontos de contato entre as áreas da educação e do turismo:

- a- *a interdisciplinaridade nítida que permeia cada qual desses campos;*
- b- *a correlação espaço/cultura/educação embutida nas manifestações e fluxos turísticos;*
- c- *os vínculos estreitos entre turismo e educação ambiental; e, sobretudo,*
- d- *o fato de a prática turística constituir processo essencialmente pedagógico, de aprendizagem constante: seja na percepção de outras realidades e diferentes estilos de vida, na utilização do tempo ocioso, na preservação de bens, na assimilação de novos papéis e funções que vêm emergindo com a “explosão” do turismo, seja, ainda, na exigência de formação específica dos profissionais.*

Na região do maciço do Breu podemos identificar um rico potencial de aplicabilidade para a prática consorciada da EA e da gestão do turismo. Muitas das ações municipais em termos de programas educacionais para as escolas locais (que não são muitas e que, portanto, permitem um grau relativamente alto de intervenção e controle) poderiam estar imbuídas da importância de se trabalhar a questão das potencialidades turísticas do local, a abordagem aos visitantes, a prestação de serviços, a interpretação ambiental, a valorização das manifestações culturais locais, a valorização da herança histórica tão marcante na região. A comunidade local estaria, então, se preparando para ser a grande mestre de cerimônias que teria o maior interesse em valorizar a presença de turistas na região.

Discutindo a relação desejável entre ecoturismo e EA, Irving (in Irving e Azevedo, op.cit.:31-32) coloca que,

*se, por um lado, o ecoturismo é considerado como veículo de educação ambiental, por outro, o desenvolvimento de uma proposta sustentável de turismo é diretamente dependente de uma estratégia de educação ambiental que considere, prioritariamente, a questão da participação e do envolvimento da comunidade, o desenvolvimento de programas formais e informais, os códigos culturais e comportamentais*

*das comunidades a serem trabalhadas, a perspectiva de atuação interinstitucional, a transdisciplinaridade, a integração entre o setor público e o privado, o desenvolvimento de recursos humanos com base local, o desenho de parcerias na busca de um modelo de co-responsabilidade e a sustentabilidade das iniciativas propostas.*

São atitudes prioritárias que estariam norteando as ações do ISB, ele próprio espelhando o envolvimento de todos os atores interessados no processo educacional ambiental local e dos visitantes. Ao ISB caberia adequar o programa educacional local à gestão do turismo, subsidiando os programas formais de educação e também trabalhando de maneira informal de modo a atingir outros segmentos da população local, além dos próprios turistas. Neste sentido, torna-se bastante apropriada a colocação de Irving (op.cit.:32):

*Com relação à dinâmica operacional, os programas de educação ambiental dirigidos ao ecoturismo ou ao denominado turismo sustentável precisam transcender a discussão curricular, incorporando temas estratégicos seriamente marginalizados pelas propostas convencionais, como a abordagem ética e cultural de minorias, e atuando com maior sensibilidade e consistência nestes temas. Esse enfoque é também defendido por Reigota (1991), na denominada “educação ambiental popular”.*

Aqui poderia ser estabelecida uma ponte com as manifestações indígenas pretéritas (testemunhadas nas pinturas rupestres e sítios arqueológicos da região) e atuais (um envolvimento que pode ser ainda mais intenso com relação ao Festival Anual de Dança e Cultura Indígena). Trata-se de uma boa oportunidade de se trabalhar a questão da respeitabilidade ambiental a partir do exemplo de sacralização da natureza vivenciado tão intensa e profundamente pelos índios.

Dentre suas várias atribuições, podemos sugerir aqui algumas ações práticas para o ISB:

- Mobilização constante da comunidade para diversos fins, tais como reivindicações políticas; discussões em torno de quais seriam os consensos mínimos; solicitação de serviços; formação de lideranças como eventuais candidaturas; ações conjuntas com a comunidade; incentivo à prática do artesanato e ao retorno de práticas rurais antigas como o moinho de fubá movido a roda d'água e o engenho de cana de açúcar; recepção / encaminhamento dos turistas ( eventual treinamento de guias e recepcionistas locais ); harmonização ( ação conjunta ) das ações das ONGs existentes – As da Sandra + Manuelzão; intermediação no encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes;
- Incentivo para a criação de outras UC's e disponibilidade para execução dos estudos pertinentes, especialmente nas áreas da UCAT, do Mata Capim, do Maciço do Breu e do Poção do Soberbo;



- Controle da Visitação – Início de estudos visando definir a hipotética capacidade de carga do povoado e de seus atrativos. Centralização desse controle e do banco de dados na sede municipal de Santana do Riacho;
- Controle do padrão de engenharia / arquitetônico das edificações (Materiais de construção, cortes e aterros, controle de erosão, gabarito, paisagismo, área construída por terreno);
- Medidas corretivas de saneamento - transformação de fossas negras em assépticas ( se for a solução técnica mais adequada dado o substrato rochoso), controle de qualidade da água distribuída, monitoramento da qualidade das águas balneáveis, definição de novos e de outros locais de descarte do lixo;
- Valorização das manifestações culturais do local, resgatando-se histórias, danças e cantigas de roda antigas.

Trata-se, em suma, na tentativa de estabelecer-se um grande diálogo entre os diversos atores envolvidos ( institucionais ou não, públicos ou privados, individuais ou socialmente organizados) e de certa forma interessados na promoção de melhorias para o local. Mas nada poderá surtir algum efeito se também o turista não estiver imbuído, internamente, de contribuir para que alguma mudança se estabeleça. De acordo com Irving (op.cit.:25), é “importante enfatizar a negligência generalizada do planejamento turístico com relação ao próprio turista como elemento central do processo, tendo em vista seus desejos e motivações na busca do imaginário, do simbólico, do intrapessoal. Embora alguns códigos de conduta abordem a questão do respeito ao turista, esse é ainda um tema recente na pesquisa acadêmica”. Além de organizar a gestão do turismo na região do maciço do Breu, o ISB deverá também empreender esforços no sentido de sensibilizar o turista com relação à reverência com que ele deverá se dirigir para a Serra.

Ninguém ecopsicologicamente sadio, mesmo que agnóstico, entra numa catedral, mesquita, cemitério sagrado, templo, etc., sem demonstrar respeito para com a significação do lugar. É essa mesma respeitabilidade que propugnamos para o turista quando este contempla o “esplendor do sol” no escarpamento quartzítico da Serra do Cipó.

### 3.2 – TURISMO QUE SE QUER ECOTURÍSTICO E ECOTURISMO QUE SE QUER SUSTENTÁVEL

Através de uma divulgação boca a boca a demanda turística em Lapinha tem aumentado gradativa e significativamente ao longo dos últimos cinco anos. Como consequência iniciou-se um processo de adaptação espacial e comportamental por parte dos moradores, visando acompanhar e suprir as necessidades básicas dos visitantes, como hospedagem e alimentação. Estes passaram a ter como opção não apenas as moradias locais, mas também as já citadas áreas de *camping*, o que permitiu que os acampamentos em locais impróprios fossem praticamente extintos. Tal proibição, a bem da verdade, só foi possível a partir de uma mobilização da comunidade local numa ação conjunta, e rara, com a prefeitura, instituições de pesquisa e outros segmentos atuantes no povoado. As refeições, por sua vez, também adaptaram-se à demanda, podendo ser feitas ainda nas casas de alguns moradores, agora em maior quantidade, e nos estabelecimentos ao redor da praça central, mesmo que em pequena escala.

Com as transformações ocorridas na oferta de serviços e a proximidade com Belo Horizonte, a demanda cresce principalmente nos feriados, o que tem causado problemas relacionados à infraestrutura básica. É importante ressaltar que durante este processo de aumento da demanda e de adaptação da oferta, que ainda é constatado, não houve nenhuma modificação no que diz respeito à infra-estrutura. Nos períodos de maior fluxo turístico constata-se a real precariedade dos serviços urbanos locais, quando ocorrem picos no consumo de luz, insuficiência na distribuição de água e excesso de lixo.

As tendências de segmentação econômicas absorvidas pela atividade turística têm privilegiado locais como Lapinha, valorizados pelo diferencial cultural e paisagístico que apresentam. As comunidades que neles se localizam sofrem com o despreparo diante de uma situação nova, não sabendo inclusive qual rumo tomar. Tornam-se vítimas de interesses diversos, ficando à mercê de ações desconectadas e que não traduzem os verdadeiros interesses sociais locais. O deslocamento de pessoas de grandes centros urbanos para áreas rurais cria oportunidade para que mudanças sociais profundas, como a introdução de novos padrões de comportamento, estéticos e de valores se imponham frente aqueles conhecidos pela comunidade local. Também há introdução de relações econômicas desconhecidas, principalmente as que envolvem o uso da terra, determinando modificações espaciais diferentes daquelas processadas no meio rural.

Em algum momento, no entanto, este contato contribui para o desenvolver de uma consciência do lugar e de suas relações, não sem o risco de se perder a verdadeira identidade social e cultural das comunidades receptoras. Não se pode impedir o avanço da tecnologia, da informação, das economias globalizadas; mas pode-se preparar e construir um homem mais consciente, mais integrado ao mundo, para que ele mesmo possa ser o construtor de seu desenvolvimento e, principalmente, de sua condição política. A comunidade de Lapinha não está imune ao rolo compressor que vem de fora, mas ela tem toda uma capacidade de se adaptar a ele e, ainda, contribuir para a promoção de seu próprio desenvolvimento.

Além da proposta de criação do PRNSB, que implicaria na sua gestão pelo ISB, outras intervenções mais simples poderiam ser aventadas para a região, intervenções que, de alguma forma, poderiam vir a aliviar um pouco a pressão turística que ora se verifica. Tais ações, juntamente com o trabalho que se deseja para o ISB, que inclusive implicaria na concretização de parte dessas intervenções, deveriam contribuir para reverter um quadro que, afinal, não depende menos das comunidades das áreas receptoras do que da atitude dos turistas que dirigem-se para tais áreas. Este é apenas um lado da moeda, o lado que recebe o turistas e que sofre as conseqüências positivas e negativas de sua presença:

- Regulamentação (de maneira adequada) do uso do solo – Harmonização das ações da Prefeitura e do IBAMA, principalmente se levarmos em consideração que a APA ainda precisa ter elaborada seu plano de Gestão, o qual incluiria o zoneamento ambiental;
- Informação sobre normas de uso e ocupação (do IBAMA e da Prefeitura) para público leigo (incluindo ONGs, empreendedores, empresas de engenharia executoras de obras, etc.) e para os membros tomadores de decisão das instituições e órgãos públicos envolvidos – As próprias Prefeitura e IBAMA, o Ministério Público, a Câmara Municipal, etc.;
- Disponibilização dos resultados deste programa de estudos em material de fácil leitura e acessibilidade [incluindo material cartográfico, cartilhas, histórico, orientações básicas de interpretação ambiental] para população local e para visitantes. A idéia de se montar um banco de dados que permaneça no local é antiga e sempre esbarra na dificuldade de se encontrar o material, ou de tê-lo disponível. Não se trataria de material de divulgação, mas de um material explicativo que poderia permanecer retido no ISB ou em centros de visitação.

Antes de estar qualificando o tipo de visitante que frequenta o povoado é preciso compreender que muitos dos fatores que determinam esta qualificação estão vinculados a uma série de aspectos típicos do momento econômico e social vivido nos dias atuais. As dificuldades da vida moderna, o cotidiano estressante dos grandes centros urbanos e a escassez de contato com a "vida natural" são alguns dos fatores que contribuem para o surgimento, não só de um perfil diferenciado de visitante, como também de ações de mercado, principalmente o imobiliário, que mobilizam as pessoas a consumir os lugares de grande potencial "ecológico".

Hoje a questão ambiental introduziu novo aspecto para o mercado imobiliário o qual tem contabilizado como valor de venda paisagens naturais excepcionais, que determinam públicos de gostos diferenciados, ávidos por ar puro, descanso e tranquilidade. Desta necessidade humana, cada vez mais crescente, desponta a venda de "lugares com vista", tendo a atividade turística como mola propulsora desta comercialização. Neste sentido, locais "intocados", sem muita movimentação urbana, tornaram-se os filões deste mercado, e o investimento e aquisição de terras próximas aos centros urbanos, porém com grande potencial natural, são os novos alvos do comércio imobiliário. Além disto, um outro aspecto do mercado turístico tem contribuído para a procura e rentabilidade de locais com características bem específicas, na medida em que "determinados grupos de consumidores do produto turístico estão mudando sua postura de vida, não desejando mais viajar com uma programação generalizada oferecida pelo turismo de massa. Querem algo mais personalizado, direcionado, inovador e "criativo"(Ansarah, 1999).

O povoado de Lapinha se enquadra na busca pelo exclusivo, muito em função de suas características naturais e pela proximidade com a RMBH. O povoado hoje é considerado uma alternativa saudável de turismo, principalmente pelo visitante que a frequenta, caracterizado por um público mais seletivo e intelectualizado. Os resultados do estudo da demanda turística realizados em períodos de fins de semana e feriados prolongados confirmaram esse tipo de público no local, conforme verificado por Martins (2002, op.cit.). Essa avaliação pôde determinar algumas das seguintes características para os visitantes do povoado de Lapinha:

- 90% dos visitantes tinham um tempo de permanência no local superior a 24 horas, caracterizando-os como turistas, segundo definição da OMT (1999). Destes, 62% permaneceram mais de 3 dias;
- 97% dos visitantes eram pessoas vindas da RMBH, sendo 84% residentes em BH;

- A faixa etária de maior frequência está entre os 20 a 29 anos de idade com 56,5% do total de visitantes, as outras faixas de maior expressão são de 15 a 19 anos, com 14%, e de 30 a 39 anos, com 22% do total;
- 73% dos visitantes possuem nível superior completo ou estão freqüentando alguma curso universitário;
- Os itens paisagem natural, descanso e lazer foram os principais aspectos apontados como o motivo pela escolha do local (75% das respostas).

Essas rápidas considerações se fazem necessárias porque não devemos esquecer que estamos lidando com um público que, consciente ou inconscientemente, está envolvido pela máquina do *trade* turístico, a mesma máquina que usurpa e banaliza o conceito de ecoturismo.

Em sua origem, a viagem ecoturística surgiu como um “modo de tornar possível (re) surgirem formas de se perceber a natureza que privilegiem a compreensão de sua grandeza e significado para o homem” (Silveira, 1992), constituindo-se em um fator de contribuição para a diminuição do fosso entre o homem e a natureza. Buscaria-se, então, mudar a polaridade da dicotomia Homem X Natureza do “Antropocentrismo” para o “Ecocentrismo”, numa tentativa de revalorizar o aspecto contemplativo e sagrado da natureza.

Havia uma clara convergência entre os propósitos ecoturísticos (ou turísticos alternativos) e a conservação da natureza, luta maior do movimento ambientalista que tomava corpo nos anos 60 e 70, buscando-se inverter a tensa relação turismo – natureza. Krippendorf (1989) ilustra bem essa tensa relação - manifestando-se contrariamente à massificação das destinações turísticas, ele alega que “o turismo destruirá o turismo”, sugerindo um “turismo brando”, no qual os turistas serão atendidos pela infra-estrutura destinada à população local, renunciando aos equipamentos turísticos complementares que alteram a originalidade das paisagens e os outros recursos culturais. Denominou a atividade de “devoradora de paisagens”, pois o fluxo de grande quantidade de pessoas destrói aquilo que a faz viver - a beleza e a originalidade das atrações.

Percebe-se uma mútua influência entre o ambientalismo e o ecoturismo, tornando-se este uma “alternativa de instrumentalização de suas ações voltadas para a proteção dos recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável em regiões economicamente deprimidas”(Pires, 1998). O ecoturismo surge, então como contraponto ao turismo convencional no campo da sustentabilidade, mas sustentabilidade que vá além da sublimação da natureza e que dê conta do

componente sociocultural e suas implicações econômicas. Sua gênese está fortemente associada ao que Krippendorf (op.cit.,1989:77) chamou de “turismo alternativo”:

*... esse apelo (o turismo alternativo) é cada vez mais utilizado por toda uma clientela de viagens, de estudos ou de aventuras, férias a pé ou viagens individuais dos globbe-troters. Essas viagens, em geral, se desenrolam em países do terceiro mundo, mas também podem ocorrer em outras regiões da terra. O imperativo essencial dos turistas alternativos é de se dissociar do turismo de massa. Agir diferentemente das outras pessoas, ficar fora das veredas batidas pelo turismo. Se possível, ir a lugares inexplorados até então. Ou, ainda, fazer algo fora do comum onde se viva verdadeira aventura fora da civilização. Ademais, os turistas alternativos querem ter mais contato com os nativos, renunciar à maioria das infra-estruturas turísticas normais, alojar-se de acordo como os hábitos locais e utilizar os meios de transporte públicos do país. Procuram também se informar antes e durante a viagem, que empreendem sozinho ou em pequenos grupos.*

O turismo alternativo estabelecia um contraponto ao turismo de massa, privilegiando o acesso a “ambientes intocados” e a descoberta de novas modalidades de “sociabilidade típicas de comunidades pré capitalistas ou tradicionais” (Benevides, 1998, Bindá, 1995). Buscava-se instaurar uma “nova ética” no turismo, fundada nos valores da contra-cultura e do ambientalismo, estabelecendo-se um maior respeito às populações autóctones, uma valorização de seu ambiente natural e de sua cultura e a busca de experiências multidimensionais e multisensoriais da viagem (Pires,1996, Bindá, 1995, e Benevides, 1998). Essas reverências desaguardariam no que hoje considera-se como “base local”. Se aliarmos a esse embrião de base local a perspectiva da “sublimação” da natureza, que estava na raiz dos mochileiros dos países desenvolvidos (Gomes, 2000), poderíamos então qualificar a essência do ecoturismo e de seu viés apoiado na sustentabilidade (FIGURA 3.1).

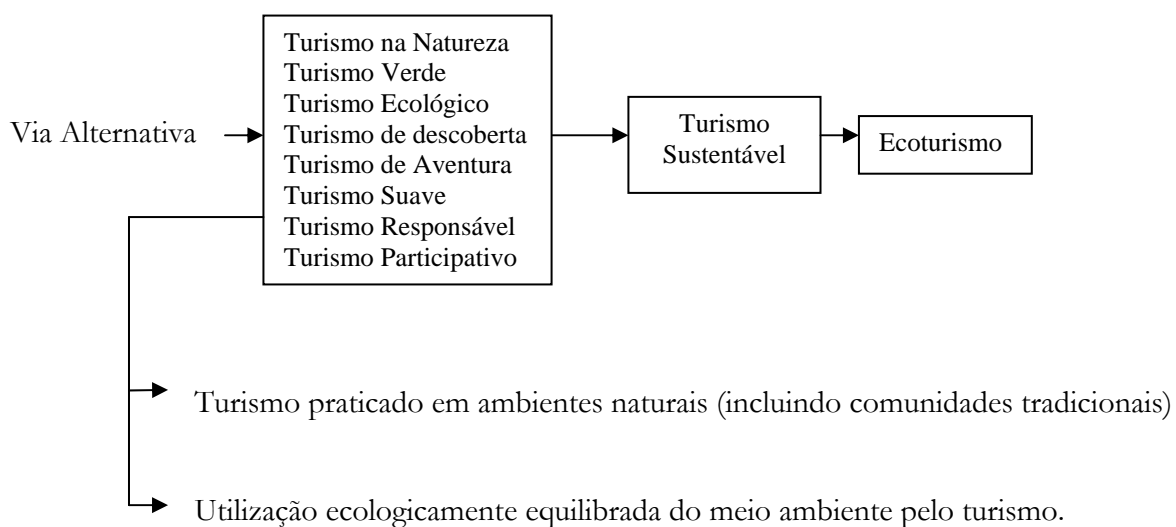


FIGURA 3.3 – Do Turismo alternativo para o Ecoturismo

O ecoturismo passou a se estruturar sob três aspectos principais, quais sejam, a interpretação / educação (estudos do meio), a contemplação (experiência hippie) e a aventura (excursionismo). A atividade passaria a seguir um referencial de princípios básicos que incluía (1) ênfase na natureza e nos aspectos culturais “autênticos”; (2) minimização dos impactos ambientais; (3) envolvimento e geração de benefícios para as comunidades locais; (4) difusão da consciência ecológica através da educação ambiental; (5) compromisso com a conservação da natureza. Incorporando-os à noção de sustentabilidade, deve-se levar em conta, então, as dimensões ecológica, cultural, econômica e local, ou seja, as dimensões do Ecodesenvolvimento tal como apreendido por Sachs (1993, op.cit.).

A atenção às outras sustentabilidades além da ecológica, todavia, é particularmente importante na medida em que cuidados especiais com a degradação social e com a elitização econômica devem ser tomados. Em termos do que convencionou-se classificar como ecoturismo, atrativos naturais tendem a chamar mais atenção do que os culturais - enquanto os primeiros são focos de reconstrução / restauração / revitalização, os últimos são considerados mais como pano de fundo da ação turística. Nesta mesma linha, Benevides (1998) coloca que a paisagem é procurada como suporte para seu desfrute contemplativo, daí ocorrendo a ênfase em minimizar a presença de seus agentes transformadores, inclusive os nativos.

O termo Ecoturismo foi adotado originalmente em 1983 por Ceballos-Lascuráin:

*Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações do passado ou do presente que possam existir, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento sócio econômico ativo das populações locais. (...) É a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com as suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorre nesta área”. (...) É uma forma de ecodesenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais e econômicas para todos os países, e é um poderoso instrumento para a conservação das heranças naturais e culturais pelo mundo. (...) O turismo ecológico supõe abordagens científicas, estéticas e filosóficas, embora o turista ecológico não precise ser um profissional cientista, artista ou filósofo.*

Já a EMBRATUR (1994) adotaria a seguinte definição:

*Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”, “toda atividade turística realizada em uma*

*área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos ( com ou sem sentido de aventura ); prática de esportes e realização de pesquisas científicas.*

Tal definição apoia-se no discurso do desenvolvimento sustentável emanado do mundo desenvolvido, com rebatimento nas políticas públicas. De acordo com Serrano (1997), a conjuntura das relações internacionais de pressão sobre os países mais pobres no que diz respeito à proteção da natureza, tem forçado uma reformulação, ao menos retórica, sobre esse tema.

Ecoturismo, então, pressupõe algumas de suas características:

- Identificado com a “ética conservacionista” → compromisso com a proteção da natureza mais responsabilidade social dos viajantes junto ao meio visitado;
- Instrumento viável de utilização sustentável do meio natural e de valorização das culturas autóctones;
- Aceito e proposto como atividade modelo preconizado para o desenvolvimento sustentável, foi adotado inicialmente por grandes ONG’s mundiais e depois pelos diversos governos, sendo alvo de políticas públicas neles desenvolvidas;
- Ascendeu a partir do cruzamento de uma nova concepção no campo conservacionista com uma nova indústria de viagem;
- Corrobora a idéia de conservação de áreas de ambientes naturais como um recurso natural importante;
- Combina com uma mudança de atitude na forma de aproveitar o tempo livre → viajantes querem ser ativos e ser educados sobre os lugares que visitam;
- A “antiga” viagem na natureza passa a ser uma “agenda com mandato de conservação” (Boo, 1992);
- Suscita a busca, o conhecimento, a apreciação e a contemplação de ambientes naturais

O ecoturismo ainda não se firmou como elemento na construção de um enlace entre conservação e desenvolvimento. Experiências ainda são pontuais e limitadas. Afinal, de acordo com Pires (op.cit.;1998), “ecoturismo é, antes de mais nada, turismo”. Os apelos da mídia e do *marketing* turístico, entretanto, reforçam a idéia de “busca do paraíso perdido”. A ingestão precipitada destes apelos, sem uma devida assimilação (seja por má fé ou ignorância das operadoras, seja por despreparo do “ecoturista”), pode levar ao fenômeno de um eventual “ecoturismo predatório” ou “ecoturismo excludente”, o que consiste num lamentável paradoxo.



Poderíamos até imaginar uma “meca”, antes ecoturística e natural, que passa a ser cobiçada pelo grande capital e transforma-se numa nova “meca”, agora elitizada, e voltada para o consumo de alto nível, fazendo mover o “ciclo de vida das destinações turísticas” (do surgimento à decadência) segundo o modelo de Butler (1980). Devemos estar atentos para o fato de que o ecoturismo é potencialmente indutor à produção de imagens estereotipadas do lugar, implicando na destruição / pasteurização de suas singularidades paisagísticas e culturais. A natureza e todos os seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação, o espírito de aventura e, desta forma, se dá origem a um novo mercado.

De qualquer forma, o Ecoturismo contrapõe-se ao turismo de massa tratando-se de um avanço conceitual uma vez que considera não só a importância da EA e da interpretação ambiental, como também os problemas provenientes do choque cultural e questões de difícil solução como a ampliação da distribuição da renda gerada para as populações locais. Trata-se de uma nova noção de lazer e seu desfrute na relação homem e natureza na qual continua-se a contemplar (sublimar) a natureza, mas agora existindo novas modalidades de leitura da paisagem. Fazendo uma ligação entre a EA e o turismo, Irving (op.cit.:29) constata que “apenas recentemente um enfoque mais consistente tem sido dirigido ao trabalho informal com comunidades”, e continua, dizendo que “frequentemente, a educação ambiental é entendida como de importância secundária na implementação de políticas públicas. Essa questão é crítica quando se considera a educação ambiental como premissa essencial ao desenvolvimento turístico qualificado como sustentável”.

A internalização da noção de respeitabilidade para com o ambiente é tarefa de foro individual, cabendo à EA a missão de contribuir para a facilitação deste processo. Afinal

*quando se prega a manutenção do recurso natural e cultural para as gerações futuras e o bem-estar das populações envolvidas, se estabelece, também, um compromisso ético fundamental porque se pressupõe uma filosofia de vida diferenciada, norteadas pelo compromisso de justiça social, democratização de oportunidades e percepção de longo prazo numa visão coletiva e solidária, e não egocêntrica. Esses compromissos só poderão ser alcançados se a relação do turismo com o ambiente global estiver centrada numa relação vivencial e afetiva. E então, o papel da educação ambiental é inquestionável.*

(Irving, op.cit.:31)

Sendo uma atividade que privilegia o encontro, o ecoturismo suscita outras possibilidades na relação das pessoas entre si e destes com a natureza. Mas isto desde que os ecoturistas estejam abertos o suficiente para reconhecerem sua indissociabilidade com relação a natureza, desde que aceitem as modificações que essa postura ecocêntrica causam no seu interior. Busca-se, assim,

que os turistas modifiquem seu cotidiano e não fujam dele; e que os nativos se mostrem contra a invasão e sua exclusão do processo, inaugurando a possibilidade de diálogo entre visitantes e anfitriões.

## CONCLUSÃO

*...O senhor não sabe de uma coisa, seu doutor, isso aqui é tudo uma ilusão!*

A ecologia que rotula o turismo na Serra do Cipó está mais próxima do campo do ilusório do que do campo do real. A natureza da Serra ainda é pródiga em panoramas monumentais, possibilidades de ampliação dos horizontes, cachoeiras e rios com diversas alternativas de balneabilidade, localidades com populações em que insiste-se em levar uma “vida que corre alternando entre a modorrência e as dificuldades diárias”. Toda essa aparente grandiosidade da paisagem, aliada ao tranqüilo ritmo de vida da população local, faz com que a Serra seja considerada uma grande destinação ecoturística, dando a entender que isso bastaria para torná-la imune aos aspectos insidiosos do turismo predatório.

Tentamos penetrar no âmago da Serra para identificar a ação desse turismo e os processos que deflagram, ainda que inadvertidamente (alguns), a deterioração desse grande patrimônio natural, histórico e cultural. Chegamos a Lapinha, uma localidade ainda relativamente resguardada no altiplano da Serra, cujo acesso ainda é precário. Transitamos pela teia de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que perpassa seu cotidiano e identificamos um turbilhão silencioso que aos poucos vai conferindo um novo colorido para o local, por mais que ele continue, todas as tardes, abrigado pelo “esplendor do sol” que reflete no magnífico paredão quartzítico da Serra do Cipó, numa alternância de cores que nunca se repete.

Lapinha passa por um momento de transformação em sua história, análogo ao que Morin radiografou em Plozévet na década de sessenta. A modernidade, aqui, vem travestida de ecoturismo, quando vários forasteiros, a maioria muito bem intencionada, imprimem uma dinâmica de vida totalmente diferente do que a localidade experimentou ao longo da sua história. Uma história que procuramos rastrear e detalhar com o intuito de identificar suas marcas na paisagem atual e, mais ainda, suas marcas na cultura local. São marcas que passam despercebidas pela maioria dos turistas que afluem para a região, especialmente nos fins de semana, nas férias de verão e nos feriados prolongados, ocasiões em que muito pouco da Serra lembra a modorra de seu cotidiano.

Lapinha está passando nos últimos anos por um processo semelhante ao que Cardeal Mota passou quando a rodovia MG 10 foi asfaltada em meados dos anos oitenta. Mas a maior

fragilidade ambiental do ecossistema de Lapinha, um ecossistema lântico sobre um substrato de rochas carbonáticas, suscita uma preocupação bem maior em função de sua menor capacidade de carga. São dois momentos históricos diferentes mas que se inter cruzam no mesmo espaço da Serra como um todo. Da mesma forma, na Serra inter cruzaram-se os milhares de “romeiros” aos quais nos referimos em nosso apanhado histórico. Os primeiros deixaram belos testemunhos nas paredões quartzíticos da Serra, outros foram expulsos para longe, outros ficaram e criaram raízes, outros ainda vieram só de passagem, permanecendo por pouco tempo mas contribuindo para a transformação contínua da Serra. Agora muitos querem conhecê-la, se possível passar a aí viver, enquanto muitos não se cansam de retornar, pois o leque de possibilidades paisagísticas da Serra é muito grande. E dentre estes que agora retornam para a Serra, um grupo se destaca pela atitude com que enxerga o local.

As populações indígenas, ao detectar o aspecto sagrado da Serra para então escolhê-la como palco de uma cerimônia anual de reverência “aos ancestrais e a todos os seres da criação”, lançam um olhar inteiramente novo para uma destinação banalizada pelo *trade* turístico como “ecoturística”. O olhar indígena chama a atenção para a importância intrínseca da Serra enquanto natureza da qual todos somos partes integrantes e interagentes, o que passa despercebido e/ou ignorado pela grande maioria dos turistas. Os índios *são* natureza, o que faz com que sua relação com a mesma se faça de forma natural, plena de cuidados e respeitabilidade, algo que deveria estar na cartilha de qualquer um de nós, turistas.

Acreditamos que estas populações indígenas, que continuam celebrando anualmente a primavera na Serra, representam a concepção mais adequada de ecoturistas. Ao desviarem-se do antropocentrismo insustentável de um ecoturismo apropriado pela indústria do turismo, os índios encarnam um ecocentrismo puro, desvestido de qualquer arrogância que nos afaste de nossa natureza original. Sem este desprendimento, sem essa abertura para realizar *um mútuo desencadeamento recursivo* com o meio (considerando aqui a biologia da autoconsciência de Maturana), um turista jamais irá permitir que esse meio atue no sentido de provocar uma modificação no seu ser. A relação do turista que não se deixa levar pela dinâmica de interação com o meio implicará em desequilíbrio, o que dificulta um *acoplamento estrutural* e leva a uma *incongruência* nessa relação com o meio.

A atitude dos índios com relação à Serra do Cipó, como de resto com relação à natureza como um todo, ao mesmo tempo que contrasta com nossa postura antropocêntrica, serve de exemplo

se estamos dispostos a tornar sustentável aquilo que convencionou-se rotular de ecoturístico. Fomos buscar um exemplo do resultado dessa prática supostamente ecoturística num espaço concreto e representativo da Serra do Cipó, surgindo daí a análise multidimensional de Lapinha sob a ótica da complexidade, cientes que a contradição do turismo ( que se quer “eco” mas que na prática revela-se predatório ) requer uma abordagem de análise que busque estabelecer o diálogo entre as diversas possibilidades do saber das disciplinas que transitam pelos três espaços consensuais (turismo, ambiente e desenvolvimento) que permearam este trabalho.

Ao fazer a análise multidimensional de Lapinha procurando seguir a lógica dialógico / pericorética de sua Mandala, conseguimos desnudar um tipo de pressão externa que inclui a forma como o turismo aí vai se desenvolvendo. Esta desnudação, ao mesmo tempo que permitiu identificar uma preocupante e crescente insustentabilidade, permite também que se vislumbre algumas ações possíveis para minimizar ou mesmo evitar os efeitos dessa pressão. Muitas dessas ações são ainda isoladas o que tem prejudicado uma posição mais firme da comunidade, e das pessoas que se preocupam com ela, em termos da proposição e implementação de medidas concretas de melhoria da infra estrutura local e de alívio da pressão turística.

Existe também uma expectativa muito grande com relação aos poderes instituídos na medida em que não se observa uma harmonização de procedimentos, especialmente se estamos nos referindo a uma localidade inserida numa Área de Proteção Ambiental sob gestão do IBAMA. Área teoricamente mais protegida, pouco se percebe em termos de medidas práticas de promoção da sustentabilidade local com relação a essa unidade de conservação. Também o IBAMA está repleto de boas intenções, mas o pequeno número de funcionários aliado à necessidade de conviver com as demandas de outras localidades inseridas na APA (especialmente Cardeal Mota), e com as pressões da municipalidade e de outros segmentos da sociedade (especialmente o setor imobiliário, ao longo da MG 10), fazem com que a atuação seja ainda tímida, mais em tom conciliatório do que propositivo.

Nossa proposta de criação de um parque natural nos moldes do modelo francês, e tendo como referência o exemplo já em prática na bacia do rio Negro no pantanal sulmatogrossense, é uma tentativa de buscar soluções concretas para a gestão do turismo na região do maciço do Breu. Mesmo não constando entre as categorias de manejo do SNUC, o parque natural surge como uma solução plausível e que não se contrapõe às orientações previstas nessa lei. Pelo contrário, sua concepção permite que aí se abriguem os mais diferentes tipos de áreas protegidas, tanto as

previstas no SNUC, como as previstas no código florestal (incluindo também o novo código florestal do estado de Minas Gerais). O parque natural surge também como um espaço de diálogo entre os diversos interesses em jogo, constituindo-se em um fórum privilegiado de tomadas de decisão no âmbito de uma gestão que realmente busque um turismo ecodesenvolvido para a região.

Outras iniciativas têm surgido tanto de instituições não governamentais como de universidades, e também da iniciativa privada, todas no sentido de cobrir o vácuo da principal municipalidade da Serra responsável por lidar com a busca de soluções para os problemas advindos da pressão turística, qual seja, Santana do Riacho. Presa ainda à velha máxima da captação de recursos a qualquer custo, a prefeitura não consegue vislumbrar e trabalhar efetivamente na implementação de uma base de gestão do turismo que busque harmonizar e disciplinar a ocupação desordenada da região, desordem essa materializada numa urbanização caótica e numa lei de uso e ocupação do solo que ignora completamente a valorização turística do município.

Por último, mas permeando toda a sina da Serra, restam os turistas que para lá afluem cada vez mais e mais. Impossível penetrar no âmago de cada um deles e tentar entender o que passa na cabeça e no coração de cada um, para então tentar empreender algum tipo de mudança de valores. As diversas e louváveis formas de abordá-los, de tentar educá-los ambientalmente, não nos permitem saber se alguma coisa está realmente acontecendo no âmago de cada um deles. Todos continuam achando que, por procurarem um contato mais próximo com a natureza, estão sendo ecológicos o suficiente para rotularem-se como ecoturistas. Muitos estão bem intencionados, mas não percebem o alcance da dimensão que a presença deles em tais destinações acarreta para o meio e/ou para as comunidades locais.

Apenas o fato de chegar a locais antes inacessíveis, ou completamente ermos, já implica numa transformação desses lugares. Inútil tentar “mantê-los em segredo”, o máximo que tem sido feito é criar mecanismos de proteção e/ou controle do acesso. Mas isto só resulta numa restrição ou impedimento a esse acesso ou à elitização do mesmo. A Serra do Cipó está repleta de destinações com diferentes graus de acessibilidade, sugerindo a continuidade de um processo inexorável de assédio turístico. Uma pressão que vem sendo praticada lá e em diversas outras destinações rotuladas de ecoturísticas pelo Brasil, mas cuja forma de inserção do turismo está longe de poder ser considerada ecológica e, muito menos, sustentável.

O turista que se quer “eco”, está longe de integrar-se plenamente com a natureza, longe também de integrar-se com as comunidades locais. Ele não sacraliza a terra da maneira como os índios o fazem. Muito pelo contrário, ele é fruto e parte de uma sociedade, dita moderna, que trabalhou sempre no sentido de profanar o altar sagrado da natureza, adotando um modelo de desenvolvimento predador dos recursos naturais do globo. Não carregamos a natureza dentro de nós, não *somos* natureza, por isso nossa dificuldade em recepcioná-la. Não queremos abrir mão de nossos confortos, não queremos nos afastar dos mitos da sociedade moderna – do mito do possibilismo tecnológico, do mito do possibilismo monetário, do mito recente da globalização. Esquecemos muito rapidamente de nosso passado e não temos qualquer respeito por nossos antepassados.

Se seguirmos, enquanto turistas, o exemplo dos índios que vieram à Serra para reverenciá-la e não destrinchá-la (em qualquer um dos sentidos possíveis deste ato), talvez encontremos algum caminho de saída. Acredito que o rótulo de ecoturístico não cabe a uma destinação qualquer por si só, seja pelo seu patrimônio natural ou paisagístico, seja por outro motivo. Ecoturística deve ser a atitude da pessoa que vai empreender a viagem, qualquer que seja o destino. Esta atitude implica numa sacralização deste destino, seja ele qual for. Sacralizar uma serra, uma floresta, um rio, uma montanha, uma praia, uma mancha de cerrado, etc., implica em se prostrar humilde diante dela. Só então poderemos conceber que os princípios da sustentabilidade, da responsabilidade e da precaução estarão de fato permeando nossas ações enquanto verdadeiros ecoturistas.

Se não for assim, tudo não terá passado de uma ilusão.

## BIBLIOGRAFIA

- ALKMIM, F. F. & CHEMALE JR., F. **Geologia estrutural do Supergrupo São Francisco ao longo da Seção regional Serra do Cipó – Campos Altos.** In: SIMP. GEOL. MINAS GERAIS. ROTEIRO DE EXCURSÃO, 1989. Belo Horizonte. *Anais* - Belo Horizonte: SBG - Núcleo MG, 1989. 38 p.
- ALVIM, D. R.; CAMPOS, L. C. & ZENATELI, S. R. **Diagnóstico ambiental preliminar, com ênfase em recursos hídricos e saneamento, da Micro-Bacia do Riachinho – Bacia do Rio das Velhas, Santana do Riacho.** Belo Horizonte: UFMG/IGC, 1998. 43 p. (Trabalho Geológico de Graduação)
- ANSARAH, Marília G. **Turismo: segmentação de mercado.** São Paulo: SENAC, 1999.
- AULER, A.S. & BASÍLIO, M.S. **Geologia da região a leste de Santana do Riacho – MG, com ênfase ao estudo das feições cársticas.** Trabalho de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1988.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação na instituição educativa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BARBOSA, G.V. **O significado da estrutura geológica para o mapeamento geomorfológico de Minas Gerais.** Boletim Mineiro de Geografia. Belo Horizonte: (12), 37-51 1966
- BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- BARRETO, Hélen N. **Recursos hídricos, turismo e meio ambiente: Estudo comparativo de casos no estado Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: IGC / UFMG, 2003
- BARTHOLO JR., Roberto dos Santos. **Você e Eu: Martin Buber, presença palavra.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BENEVIDES, Ireleno. **Turismo e PRODETUR. Dimensões e olhares em parceria.** Fortaleza: EUFC, 1998.
- BODLEY, John H. **Victims of progress.** 3<sup>rd</sup> ed. Mountain View: Mayfield Publishing Company, 1990
- BOFF, Leonardo. **Dignitas Terrae. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Homens.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 2000
- BRANDÃO, Mítzi. Cerrado, in MENDONÇA, M.P. & LINS, L.V. orgs., **Lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais.** Belo Horizonte: F. Biodiversitas/F. Zoobotânica, 2000.
- BRITO, Maria Inês Meira Santos. **Das lendas a história: A busca da identidade de um povo.** Dissertação de Mestrado. Brasília: CDS, , 2002



- BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- BUTLER, R.W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management of resources, **Canadian Geographer**, 24 (1), 5-12, 1980.
- CARTA CHOROGRAPHICA da Provincia de Minas Geraes, coordenada e deenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de varios Engenheiros, por Ordem do ILL<sup>mo</sup>. E EX<sup>mo</sup>. S<sup>r</sup>. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente desta Provincia. por Frederico Wagner. Ouro Preto. 1855
- CARTA GEOGRAPHICA da Capitania de Minas Geraes. 1804
- CARTA TOPOGRAPHICA das Terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas de diamantes. Offerecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota. Por Jozeph Rodrigues de Oliveyra, capitão mandante dos dragões daquelle Estado. 1731.
- CARTELLE, Castor. **Tempo Passado. Mamíferos do pleistoceno em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Palco, 1994.
- CHAVES, Mário M. **Complexidade e Transdisciplinaridade: Uma abordagem Multidimensional do Setor Saúde** (mimeo)UFRJ:Faculdade de Medicina, 1998
- CIRILO, Edilane. **A Serra do Cipó ganha a primeira “Estrada Ecológica”?**. Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2002.
- CITTADINO, Juliana C. & SAPUCAIA, Josy G. **Plano de conservação dos atrativos naturais do povoado de Lapinha – Serra do Cipó/Minas Gerais**. Trabalho de conclusão de curso. Belo Horizonte: UNICENTRO Newton Paiva, 2001
- COSTA, Cláudia M. Rocha, HERRMANN, Gisela, MARTINS, Cássio Soares, LINS, Livia Vanucci e LAMAS, Ivana Reis (Orgs.) **Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.
- COSTA, Antônio Gilberto, RENGER, Friedrich Ewald, FURTADO, Júnia Ferreira e SANTOS, M. Márcia Duarte dos. **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COUTINHO, L.M. **Contribuição ao conhecimento do papel ecológico das queimadas na floração de espécies do cerrado**. Tese de Livre Docência. São Paulo: IB/USP, 1976.
- COUTINHO, L.M. O cerrado e a ecologia do fogo. **Ciência Hoje** (Volume especial ‘Eco-Brasil’). Rio de Janeiro: 130-138, 1992.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DENCKER, Ada F. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

- DIAS, M.V., CARNEIRO, E.M.A. e DUARTE, J.S. *Mato Dentro: Viagem através dos tempos e contratempos da história de Conceição*. Belo Horizonte: Dossiê Agência de Investigação Histórica, 1994.
- DOSSIN, Ivo Antônio. **Geologia, gênese e controle dos depósitos de manganês associados ao Grupo Macaúbas na borda ocidental da Serra do Cipó, MG (Área do Inhame)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1983.
- ECKERSLEY, Robin. **Environmentalism and political theory**. London: University College London Press, 1992.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR / IBAMA, 1994.
- EMBRATUR, **Pólos de Ecoturismo: planejamento e gestão**. IEB/EMBRATUR, 2001
- ESCHWEGE, Wilhelm L. von. **Pluto brasiliensis**. Berlin: G. Reimer, 1833. Tradução brasileira de Domício de F. Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979. 2 v.
- FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Enquadramento dos cursos d'água – Bacia do rio das Velhas**. Belo Horizonte: FEAM, 1997.
- FERNANDES, Flávio G. I. **Contribuição para educação ambiental de turistas na micro bacia do rio Preto – Santana do Pirapama – MG**. Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1998.
- FERNANDES, Geraldo W. **Plano de Pesquisa para o Parque Nacional da Serra do Cipó – Versão preliminar**. (mimeo) Belo Horizonte, 1997.
- FERNANDES, Geraldo W. (Ed.) **Serra do Cipó, ecologia e evolução**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003 (no prelo)
- FERREIRA, Ana P.S. **Turismo em Santana do Rio Preto – Município de Itambé do Mato Dentro – MG**. Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2002
- FERREIRA, José Carlindo dos S. **Memórias de um Recenseador**. Belo Horizonte: edições Cipó Voador, 1999.
- FERREIRA, Mitzi B. O cerrado em Minas Gerais, gradações e composição florística. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, 61 (6): 4-8, 1980
- GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975
- GEONOMOS, Revista de Geociências. Belo Horizonte: UFMG/IGC/CPMTC, volume III, no. 1, julho1995

- GIULIETTI, A.M., MENEZES, N.L., PIRANI, J.R., MEGURO, M. e WANDERLEY, M.G.L. Flora da serra do Cipó, Minas Gerais: caracterização e lista das espécies. **Boletim de Botânica da USP**, São Paulo, 9:1-151, 1987.
- GIULIETTI, A.M., PIRANI, J.R. e MENEZES, NL. Estudo de sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais, Brasil. **Acta Botanica Brasileira**, Rio de Janeiro, 1 (2): 179-194, 1988.
- GOMES, Patrício M. **(Eco)Turismo: Uma (Re)Leitura dos discursos**. Dissertação de Mestrado. Brasília: CDS / UnB, 2000.
- GONTIJO, Ambrozina H.F. **O relevo da Serra do Cipó-MG. Espinhaço Meridional**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1993.
- GONTIJO, Ambrozina H.F. & ROSS, Jurandir L.S. As formas estruturais de relevo da Serra do Cipó-MG. **5º Simpósio de Geografia Física Aplicada**. São Paulo: 85-90, 1993.
- GONTIJO, Bernardo M. & REGO, Jackson F. Por uma atitude turística pessoalizante. In: FARIA, Ivani F. (Org),. **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: EDUA, 2001. Pp. 1-16.
- GONTIJO, B.M., MARTINS, R.A., SAPUCAIA, J.G. e CITTADINO, J.C. A consolidação da base local: Um programa para o estudo do turismo em Lapinha – Serra do Cipó / MG. **Anais do V Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Brasília, 2001.
- GONTIJO, C.T. A geomorfologia da Serra do Cipó. In FERNANDES, G.W. (ed.), **Serra do Cipó: ecologia e evolução** (no prelo), 1998.
- GOULART, Eugênio M. Andrade. **Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte: Coopmed, 2000.
- GUIMARÃES, Carlos M. A ocupação histórica da região de Santana do Riacho. In: **Arquivos do Museu de História Natural** . UFMG. Belo Horizonte. Vol. XII, Tomo I, 1991.
- GUIMARÃES, Carlos M. & REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). In: **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, vol.2, pp. 7-36. 1986.
- GUIMARÃES, Sandro C. **Zoneamento ambiental: Diretrizes e estratégias de ocupação sustentável – Povoado de Lapinha, Santana do Riacho – MG**. Trabalho Final de Graduação. Belo Horizonte: Depto. de Arquitetura e Urbanismo / PUC-MG, 2002
- HAGEDORN, M. **Untersuchungen zur Stratigraphiemund Tektonik am SW Rand der Serra do Cipó, MG (Quadrícula Cardeal Mota 1: 25.000)**. Tese de doutorado. 1995
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons, in NELISSEN, N., VAN DER STRAATEN, J. e KLINKERS, L. (Eds.) **Classics in Environmental Studies, An Overview of Classic Texts in Environmental Studies** Amsterdam: International Books , 1997, pp.101-114
- HERRGESELL, G. Uma margem continental proterozóica na Serra do Cipó Setentrional (Serra do Espinhaço Meridional). Belo Horizonte. **Anais do Simpósio de Geologia de Minas Gerais. Boletim SBG-MG**, No. 5, 1985. pp.1-15

- HOEHNE, F.C. Aspecto e flora das serras de Minas Gerais. A flora das baixadas e das serras. **Ceres** 3: 85-93, 1927.
- IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental, APA** – IBAMA, Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.
- IBGE. Carta do Brasil, 1:100.000, Folha SE.23-Z-C-III – Baldim. Rio de Janeiro: IBGE, 1977
- IBGE Carta do Brasil, 1:100.000, Folha SE-23-Z-A-VI - Presidente Kubitschek. Rio de Janeiro: IBGE, 1977
- IGA (Instituto de Geociências Aplicadas). **Mapa Geomorfológico do Projeto Radar-MG, 1:500.000**. Belo Horizonte: SECT/IGA, 1978
- IRVING, Marta de A. & AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- JORNAL MANUELZÃO, Comunidade de Lapinha discute problemas ambientais da região. Belo Horizonte: Informativo do Projeto Manuelzão, 2000.
- JOLY, Aylthon B. **Conheça a vegetação brasileira..** São Paulo: EDUSP e Polígono, 1970.
- KARFUNKEL, J., KOHLER, H.C , NOCE, C.M. e MALTA, I.M. A geomorfologia e a geologia da região do grande abrigo de Santana do Riacho – MG. In: **Anais do 5º Simpósio de Geologia do Núcleo Minas Gerais / 1º Simpósio de Geologia do Núcleo Brasília**. Belo Horizonte, p.120-4. Boletim nº 10, 1989.
- KARFUNKEL, J., NOCE, C.M. e KOHLER, H.C. A geologia do grande abrigo de Santana do Riacho e vizinhanças, Serra do Cipó, Minas Gerais. **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG**. Belo Horizonte, vol. 12, tomo I: 33-42, 1991.
- KARTE der Brasilian<sup>a</sup> Provinz Minas Geraes, aufgenommen auf Befehl der Provinzialregierung in den Jahren 1836-1855, mit Benutzung älterer Karten u. neuerer Vermessungen u. Beobachtungen, unter specieller Leitung des Civil-Ingenieurs H.G.F.Halfeld. Entworfen u. gezeichnet Friedrich Wagner
- KING, L.C. Geomorfologia do Brasil Oriental. **Revista Brasileira de Geografia**, 18(2):1-147. 1956
- KOHLER, Heinz C. **Geomorfologia Cárstica na região de Lagoa Santa – MG**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH – Depto. de Geografia, 1989.
- KOHLER, H.C., MALTA, I.M. e KARFUNKEL, J. A geomorfologia da região do grande abrigo de Santana do Riacho. **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG**. Belo Horizonte, vol. 12, tomo I: 43-58, 1991.
- KRENAK, Ailton. **O lugar onde a terra descansa**. Rio de Janeiro: ECO Rio / NCI, 2000.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

- LEINZ, V. & LEONARDOS, O.H. **Glossário Geológico**. São Paulo: Editora Nacional e EDUSP, 1971
- LISBOA, A.H., LEITE, A.A. e POLIGNANO, M.V. **Projeto Manuelzão. Revitalização da região da sub-bacia do rio das Velhas**. Belo Horizonte: Internato Rural do DMPS / FMUFMG, 1997.
- LUND, Peter W. Sobre a antigüidade do Homem de Lagoa Santa, 1842, in INL, **Memórias da Paleontologia Brasileira**, Capítulo XII. São Paulo: INL, 1950.
- LUND, Peter W. Notícias sobre ossadas humanas fósseis achadas numa caverna do Brasil 1844a, in INL, **Memórias da Paleontologia Brasileira**, Capítulo XIII. São Paulo: INL, 1950.
- LUND, Peter W. Novas observações sobre a antigüidade do Homem de Lagoa Santa 1844b, in INL, **Memórias da Paleontologia Brasileira**, Capítulo XIV. São Paulo: INL, 1950.
- MACHADO, Ângelo B. Imagens da Serra, in SOARES, D., **Serra do Cipó**. São Paulo: Empresa das Artes, Projetos e Edições Artísticas Ltda., 1992.
- MADUREIRA DE OLIVEIRA, Fabíula K. **Santana do Riacho (MG): Uma proposta interdisciplinar de educação ambiental**. Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1998.
- MAGALHÃES, G.M. Contribuição ao estudo fitogeográfico das Velloziaceae de Minas Gerais. In Batista, A.C. et al. (eds.) **Anais do IV Congresso Nacional de Botânica**, Recife: 32-40, 1953.
- MAGALHÃES, G.M. Contribuição para o conhecimento da flora dos campos alpinos de Minas Gerais. **Anais do V Congresso Nacional de Botânica**, Porto Alegre: 227-304, 1954.
- MAGALHÃES, G.M. Características de alguns tipos florísticos de Minas Gerais. II **Revista Brasileira de Biologia**, 1: 76-92, 1956.
- MAGALHÃES, G.M. Sobre os cerrados de Minas Gerais. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**. 38 (Supl.): 59-70, 1966.
- MAGALHÃES, L. **Análise estrutural qualitativa dos sedimentos do Grupo Bambuí, região sudeste da bacia do São Francisco (Faixa Sete Lagoas – Serra do Cipó)**. Ouro Preto: UFOP, dissertação de mestrado, 1988
- MALTA, Ione .M. & KOHLER, Heinz .C. O cenário geográfico e geológico do Planalto de Lagoa Santa/MG. **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG**. Belo Horizonte, vol. 12, tomo I: 3-11, 1991.
- MAPA da região entre os rios Araçuaí, Jequitinhonha e Rio das Velhas. (Distrito dos diamantes do Serro Frio, 17° 45' – 19° 15'S) Diogo Soares. ca 1734/5.
- MARRA, Ricardo J.C. **Espeleo turismo: planejamento e manejo de cavernas**. Brasília: WD Ambiental, 2001.
- MARTINS, José de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- MARTINS, Regina A. **O desenvolvimento local: Políticas públicas e ação do turismo no povoado de Lapinha, município de Santana do Riacho – MG.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 2002
- MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade** (Textos compilados por C. Magro, M. Graciano e N. Vaz). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia 1978
- MEGURO, M.,PIRANI, J.R., GIULIETTI, A. M. & MELLO-SILVA, R.Caracterização florística e estrutural de matas ripárias e capões de altitude (Serra do Cipó-MG). **Boletim de Botânica da USP.** 15:13-29 , 1996a
- MEGURO, M.,PIRANI, J.R., MELLO-SILVA, R & GIULIETTI, A. M. Estabelecimento de matas ripárias e capões nos ecossistemas campestres da Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais. **Boletim de Botânica da USP.** 15:1-11, 1996b
- MELLO BARRETO, H.L. Resultados de excursões na Serra do Cipó no estado de Minas Gerais. **Archivos do Instituto de Biologia Vegetal,** 2: 7-11, 1935.
- MELLO BARRETO, H.L. Regiões fitogeográficas de Minas Gerais. **Boletim de Geografia,** 14:14-28, 1949.
- MENDONÇA, M.P. & LINS, L.V. (Orgs.) **Lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas e Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, 2000.
- MENEGASSE, L. N.; PARIZZI, M. G.; MAGALHÃES JR, A. P.; UHLEIN, A.; CAMPOS, L. C., ZENATELI, S. R.; ALVIM, D. R. & GONÇALVES, J. M. **O comprometimento da qualidade da água para abastecimento público em pequenas comunidades: um exemplo do Município de Santana do Riacho, Minas Gerais.** In: XIII SIMP. BRAS. RECURSOS HÍDRICOS, 1999. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABRH, 1999.
- MENEZES, N.L. de & GIULIETTI, A.M. Campos rupestres: Paraíso botânico na serra do Cipó. **Ciência Hoje.** Rio de Janeiro, 25 (4):38-44. 1986
- MENEZES, N.L. de & GIULIETTI, A.M. Campos Rupestres, in MENDONÇA, M.P. & LINS, L.V. orgs., **Lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da flora de Minas Gerais.** Belo Horizonte: F. Biodiversitas/F. Zoobotânica, 2000.
- MONTI,E.R. **Sertão Brasília: História Cultura e Meio Ambiente – Interações na Criação de Materiais Educativos.** Brasília:CDS, Dissertação de Mestrado, 2002
- MORIN, Edgar. **Commune en France - La Métamorphose de Plodémet.** Paris: Fayard 1967
- MORIN, Edgar., **O Método. 1- A Natureza da Natureza.** Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1977.
- MORIN, Edgar. **Sociologie .**Paris: Fayard, 1984.
- MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo.** 3ª ed. Barcelona: Gedisa, 1997.

- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MORIN, Edgar. **Meus demônios**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MOURA, Antônio M.F. **Mapa geoambiental da porção centro-meridional da Serra do Cipó – Cardeal Mota – MG**. Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1990.
- MOURA, Antônio M.F. **Serra do Cipó-MG: Ecoturismo e impactos socioambientais**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2000.
- NCI – Núcleo de Cultura Indígena. II Festival de Dança e Cultura Indígena – Parque Nacional da Serra do Cipó, **25 a 29 de setembro de 1999. Folder de divulgação**.
- OLIVEIRA, Alexandre M. **Levantamento para a gestão ambiental na micro bacia do rio Preto (Congonhas do Norte/MG e Santana do Pirapama/MG)**. Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1998.
- OLIVEIRA, Alexandre M. **A preservação ambiental e a urbanização na Serra do Cipó**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, Heloisa G. Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó, in MURTA, S.M. & ALBANO, C. (Orgs.) **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG / Território Brasilis, 2002.
- OLIVEIRA, Heloisa G. **O projeto de arquitetura como co-gestante do devir de um território: ocupação e transformação socio-espaciais na Serra do Cipó**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU / USP, 2002.
- OLIVEIRA, M.J.R., FOGAÇA, A.C.C. e FONSECA, E. Geologia da folha de Baldim, Minas Gerais. Belo Horizonte: IGC/UFMG – SEME/COMIG, 1993.
- OMT. **Guia para administraciones locales: desarrollo turistico sostenible**. Madrid: Turismo y medioambiente, 1999.
- PAILLARD, Bernard. Sociologia do presente, in PENA-VEJA, A. & NASCIMENTO, E.P. (Orgs.) **O pensar complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- PARIZZI, M.G., UHLEIN, A., MENEGASSI, L.N., ARANHA, P.R.A. e GONÇALVES, J.M. **Diretrizes para o planejamento urbano e do turismo através da avaliação e caracterização do meio físico na região do município de Santana do Riacho, MG**. Relatório Técnico de Conclusão dos Trabalhos. Belo Horizonte: IGC/UFMG/FUNDEP, 2000.
- PEREIRA, Doralice B. **La participacion publique dans les unités de conservation, region de la Serra do Cipó au Minas Gerais, Brésil**. Tese de Doutorado. Montreal: Université du Quebec, 2002.
- PIRES, Paulo S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórico conceitual**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/ FFLCH, 1998.

- PIRES, Peônia. **Proposta metodológica de educação ambiental no ensino formal na comunidade do Rio Preto, Santana do Pirapama – MG.** Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1998.
- PLANTA GERAL da Capitania de Minas Geraes. ca 1800.
- PLANTA TOPOGRÁFICA Total da Bacia de Armazenamento UCAT / CIBH. Escala 1:5000. Belo Horizonte, 29/01/1949
- POHL, Johan E. **Viagem no interior do Brasil.**Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- PROJETO ESPINHAÇO, série de mapas (1:100.000) IGC/CSR/COMIG, 1996
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Ed. UnB, 1992.
- PROUS, André. Histórico das pesquisas no abrigo de Santana do Riacho e nos arredores (Serra do Cipó), in **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG.** Belo Horizonte, vol. 12, tomo I: 61-66, 1991.
- PROUS, André. As primeiras populações do Estado de Minas Gerais, in TENÓRIO, M.C. (Org.), **Pré-História da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- PROUS, André. Agricultores de Minas Gerais, in TENÓRIO, M.C. (Org.), **Pré-História da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- RIBAS, Rodrigo. **Turismo ambiental e desenvolvimento social em Morro do Pilar – MG.** Monografia de graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1997.
- RIBEIRO, José F. & WALTER, Bruno M.T. Fitofisionomias do bioma cerrado, in SANO, S.M. & ALMEIDA, S.P (Orgs.), **Cerrado, ambiente e flora.** Planaltina: EMBRAPA / CPAC,1998.
- RODRIGUES, Ayr B.(org.)**Turismo e desenvolvimento local.** S.Paulo: Hucitec. 2000.
- ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro, in TENÓRIO, M.C. (Org.), **Pré-História da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- ROSZAK, Theodore. **The voice of the earth: an exploration of ecopsychology.** New York: Touchstone, 1992.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável.** Campinas: Papirus Ed., 1997.
- SAADI, A. **Ensaio sobre a morfotectônica de Minas Gerais.** Belo Horizonte:IGC/UFMG, Tese para admissão a cargo de Professor Titular, 1991
- SAADI, A.A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. **Geonomos, Revista de Geociências,** vol. III, No 1, 41-63, 1995.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI.** São Paulo: Studio Nobel / Fundap, 1993.



- SAINT HILAIRE, Auguste . **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975
- SANTANA DO RIACHO. **Programa de desenvolvimento do ecoturismo na Serra do Cipó – MG.** Belo Horizonte: Lister Comunicação, 1997.
- SANTOS, Márcio. **Estradas reais- Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil.** Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.
- SCHWACKE, W. **Plantas novas mineiras.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1900.
- SHIVA, Vandana. **El vínculo sagrado com la tierra.** Texto procedente de conferência em Darlington (U.K.), mimeo, 1989.
- SILVEIRA, A.A. **Flora e serras mineiras.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.
- SILVEIRA, A.A. **Floralia Montium. Vol. 1 Eriocaulaceae.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.
- SILVEIRA, A.A. **Floralia Montium. Vol 2. Notas Botânicas, Geológicas e Geographicas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial , 1931.
- SILVEIRA, Marcos A. **Turismo & natureza: Serra do Mar no Paraná.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP / FFLCH, 1992.
- SOARES, Dulce, MACHADO, Angelo B.M., SANTOS, Fábio M.C. e BRAGA, Pedro I. **Serra do Cipó.** 1ª reimpressão. São Paulo: Empresa das Artes Projetos e Edições Artísticas, 1992.
- SOUZA, Eliane M. de & MARTINS, Márcia O.Z. de. A cordilheira do Espinhaço em Minas Gerais: Um levantamento bibliográfico, in **Geonomos**, Belo Horizonte, 3(1):87-97, 1995.
- SPERBER, M. von. **Geologie des Präkambriums am Südwest – Rand der Serra do Cipó (Serra do Espinhaço, Minas Gerais, Brasilien).** Freiburg, tese de doutorado, 1975
- SPIX, J.B.von & MARTIUS, K.F.P.von. **Viagem pelo Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- SPIX, J.B.von & MARTIUS, K.F.P.von. **Reise in Bresilien, in den Jahren 1817-1820.** Stuttgart: Brockhaus (edição fac-similar), 3 vol., 1967.
- STANGERUP, Henrik. **Na trilha de Lagoa Santa.** Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. Record, 1999.
- TAVARES FILHO, Hélio. **De Lagoa Santa a Diamantina a cavalo.** Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 1997
- TENÓRIO, Maria C. Coleta, processamento e início da domesticação de plantas no Brasil, in TENÓRIO, M.C. (Org.), **Pré-História da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- TERMO DE COMPROMISSO – ENCONTRO EM SANTANA DO PIRAPAMA. Santana do Pirapama, 1997, 4p (mimeo)

THEIL der neuen Karte der Capitania von Minas Geraes. Aufgenommen von W. von Eschwege. 1821.

VASCONCELLOS, M. José Esteves de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência.** Campinas: Papirus, 2002.

VEJA. A primeira brasileira. São Paulo: Editora Abril, 25 de agosto de 1999

VELOSO,H.P., RANGEL FILHO,A.L. e LIMA, J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal.** Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

WARMING, Eugênio. **Lagoa Santa e a vegetação de cerrados brasileiros.** Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1973.

WEARING, Stephen & NEIL, John. **Ecoturismo – Impacto, tendencias y posibilidades.** Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 1999